

## QUARTA-FEIRA, 21 DE OUTUBRO DE 2009

**PRESIDÊNCIA: BUZEK**

*Presidente*

### 1. Abertura do período de sessões

*(A sessão tem início às 09H05)*

### 2. Preparação do Conselho Europeu (29 e 30 de Outubro de 2009) (debate)

**Presidente.** – Seguem-se na ordem do dia as declarações do Conselho e da Comissão sobre a preparação do Conselho Europeu.

**Cecilia Malmström**, *Presidente em exercício do Conselho.* – (SV) Senhor Presidente, na próxima semana, terá lugar o próximo Conselho Europeu. A ordem de trabalhos é abrangente, incluindo muitos temas que afectam o bem-estar de todos nós. Estarão em debate temas como o combate às alterações climáticas, saídas para a crise financeira e económica que afecta a UE, a promoção da segurança energética e o problema da migração ilegal.

A União Europeia encontrar-se-á mais bem preparada para abordar todos estes temas se a questão do Tratado estiver clara. É importante que o Tratado de Lisboa entre em vigor o mais cedo possível, para que, entre outras coisas, possamos prosseguir o trabalho de nomeação da nova Comissão. É por esta razão que o Conselho Europeu debaterá também estas questões.

Começarei pelos temas que sei que suscitam um grande interesse no Parlamento Europeu. No final da próxima semana, os Chefes de Estado e de Governo tentarão esclarecer a questão da ratificação do Tratado de Lisboa e a forma como o processo se desenrolará. O esmagador “sim” no referendo irlandês e a assinatura do Presidente polaco conferiram aos trabalhos um vigor renovado, mas, como todos os senhores deputados sabem, o Tratado só pode entrar em vigor quando todos os Estados-Membros o ratificarem – 26 dos 27 Estados-Membros já o fizeram; aguardamos ainda que a República Checa o faça. A Câmara Baixa e o Senado da Polónia aprovaram o Tratado, mas, posteriormente, 17 senadores entregaram uma petição ao Tribunal Constitucional checo para que este se pronunciasse sobre a compatibilidade do Tratado de Lisboa com as disposições da Constituição checa.

Devemos, naturalmente, respeitar o processo democrático na República Checa. No dia 27 de Outubro, ou seja, na próxima semana, o Tribunal Constitucional checo realizará uma audição pública sobre esta questão. Estamos convencidos de que o Tribunal se pronunciará muito em breve, mas ainda não dispomos de uma data. Como sabem, o Presidente Klaus também estipulou certas condições para a assinatura do Tratado. Estamos a aguardar e a tentar perceber quais são essas exigências e condições. O debate no Conselho Europeu dependerá, por conseguinte, em grande medida, do desenrolar dos acontecimentos na República Checa. A decisão do Tribunal Constitucional checo e o seguimento que lhe for dado serão cruciais para determinar quando é que o Tratado de Lisboa pode entrar em vigor.

No Conselho Europeu, debateremos igualmente os trabalhos preparatórios já realizados até à data para assegurar que a entrada em vigor do Tratado decorrerá da melhor forma possível. Neste sentido, a Presidência apresentará um relatório no qual se descreverá a situação de todas estas questões. Nesse relatório, apresentaremos os pontos de vista dos Estados-Membros relativamente a questões relacionadas, por exemplo, com o Serviço Europeu de Acção Externa – um tema que será objecto do debate desta tarde nesta Câmara –, o âmbito deste organismo, a sua situação jurídica, o seu pessoal e o seu financiamento. Li o relatório do senhor deputado Brok, que foi aprovado na Comissão dos Assuntos Constitucionais na segunda-feira. Como referi, debateremos este tema mais pormenorizadamente esta tarde.

Posso afirmar desde já que, na reunião da próxima semana, este relatório servirá de base às considerações do Alto Representante, permitindo-lhe, quando o Tratado entrar em vigor, elaborar muito rapidamente uma proposta formal sobre o funcionamento do Serviço Europeu de Acção Externa. O Conselho deverá estar em condições de adoptar esta proposta com celeridade, provavelmente durante nos próximos meses. Debateremos muitas destas questões com o Parlamento Europeu e esperamos que prossigamos esse debate nas próximas semanas.

A principal questão inscrita no debate do Conselho Europeu será a questão das alterações climáticas. O nosso objectivo é que o Conselho tome decisões adequadas, incluindo a questão do financiamento, para permitir à UE continuar a desempenhar a liderança necessária e, dessa forma, contribuir para um resultado positivo em Copenhaga.

Na reunião do Ecofin de ontem, travou-se um longo e participado debate sobre a questão do financiamento. A Presidência fez todos os possíveis para que se alcançasse um acordo, mas acabou por considerar que esta questão deve ser decidida pelo Conselho Europeu. É necessário prosseguir o debate nalguns dos Estados-Membros para que possamos registar progressos a este respeito. É da máxima importância chegarmos a acordo para que este processo não seja votado ao fracasso. Nesta fase das negociações internacionais, estamos conscientes das dificuldades que se nos deparam. Por conseguinte, a União Europeia, com um acordo sobre a questão do financiamento, poderia fazer avançar consideravelmente as negociações.

A reunião do Conselho Europeu tem lugar num momento oportuno, pouco antes da sessão de negociação do Painel Intergovernamental das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas em Barcelona e da reunião dos Ministros das Finanças do G20 em St Andrews. Em Copenhaga só se alcançará um acordo se todas as partes tomarem medidas. Neste momento, os Ministros do Ambiente da União Europeia estão reunidos para debater as conclusões relativas às alterações climáticas. O objectivo é poder dar uma visão abrangente da posição da UE sobre as questões em curso de negociação.

Um dos aspectos importantes das conclusões do Conselho "Ambiente" será esclarecer a estratégia da UE destinada a reduzir a longo prazo as emissões e tentar alcançar um acordo susceptível de facilitar a nossa decisão relativamente a um aumento do nosso objectivo de redução das emissões de 20% para 30% comparativamente aos níveis de 1990. As conclusões do Conselho "Ambiente" incidirão também sobre a proposta da UE a apresentar nas negociações sobre a redução de emissões causadas pela aviação internacional e pelo transporte marítimo, sobre o desenvolvimento da estratégia comunitária para adoptar medidas em relação a países em desenvolvimento relativas à avaliação, informação e controlo do investimento realizado e sobre o papel dos mecanismos sectoriais, o desenvolvimento da estratégia da UE de combate à desflorestação e à degradação florestal com vista a agilizar as negociações.

O Conselho Europeu avaliará igualmente os progressos registados na criação de um novo quadro para a supervisão da UE dos mercados financeiros. Como sabem, os Chefes de Estado e de Governo alcançaram um acordo muito ambicioso em Junho com o objectivo de criar um órgão especial que será responsável pela supervisão macro-prudencial do sistema financeiro da UE e três autoridades de supervisão europeias para os mercados bancário, segurador e de valores mobiliários. No final de Setembro, a Comissão apresentou um pacote de propostas legislativas, que é, sem dúvida, uma das principais prioridades da Presidência, que estabeleceu um calendário ambicioso. O nosso objectivo é alcançar um acordo em relação a todo o pacote até ao final do ano.

Congratulo-me, por conseguinte, pelo facto de o Conselho Ecofin ter conseguido ontem dar um grande passo em frente e alcançar um amplo acordo político sobre a criação de um novo órgão de supervisão macro-prudencial, independentemente do debate nos parlamentos nacionais. Os Ministros das Finanças também instaram a Presidência sueca a prosseguir o diálogo com o Parlamento Europeu. A experiência obtida com este diálogo foi muito positiva e aferimo-lo positivamente.

É agora importante aproveitar a oportunidade para fazer avançar os trabalhos o mais rapidamente possível. Importa demonstrar que estamos a fazer todos os possíveis para evitar crises futuras e que estamos a assumir a nossa responsabilidade partilhada, assegurando a recuperação da confiança no sistema financeiro por parte de consumidores e investidores.

Gostaria ainda de me pronunciar, de forma breve, sobre o emprego na Europa – um tema que será debatido no Conselho Europeu. Recentemente, observámos indícios tímidos de uma recuperação na economia. Todavia, estima-se que a situação dos mercados de trabalho ainda se agrave mais e continuarão a ser necessárias medidas de incentivo e de apoio.

Um tema que é importante que o Conselho Europeu coloque em evidência é como iremos conseguir fazer frente às consequências da crise, cumprindo, ao mesmo tempo, o objectivo a longo prazo de aumentar a oferta de mão-de-obra. É necessário um nível elevado de emprego para garantir a sustentabilidade das finanças públicas. Um nível elevado de emprego é também necessário para o crescimento económico, para o bem-estar da população e para uma maior coesão social na Europa.

Neste sentido, gostaria de lhes recordar o que dissemos a propósito das estratégias para sair da crise. Os Ministros das Finanças confirmaram que existe, efectivamente, uma recuperação, ainda que débil. É, por conseguinte, importante que continuemos com a política financeira expansiva. As conversações mantidas no seio do Conselho conduziram a um acordo com vista a formular estratégias baseadas nos princípios debatidos pelos Ministros das Finanças na sua reunião informal em Gotemburgo.

Gostaria também de me referir à questão da segurança energética. Na linha das conclusões de Junho de 2009, o Conselho Europeu avaliará na próxima semana os progressos registados no tocante às infra-estruturas energéticas (interligações) e aos mecanismos de resposta a crises. Preparámos um relatório sobre os progressos registados desde Janeiro. O Conselho Europeu tomará nota do relatório.

O Conselho Europeu adoptará igualmente a estratégia comunitária para a região do Mar Báltico. Travámos um debate muito gratificante sobre esta questão no decurso da sessão plenária do Parlamento em Setembro. Os Chefes de Estado e de Governo aprovarão as conclusões da Presidência, que serão adoptadas no Conselho "Assuntos Gerais e Relações Externas", na segunda-feira. Esta estratégia é parte integrante de um quadro para fazer frente aos reptos que se nos deparam e para contribuir para a coesão económica, social e territorial no interior da UE. Estou convicta de que esta estratégia pode servir de inspiração para outras macro-regiões no conjunto da UE e, dessa forma, contribuir para reforçar a integração europeia. A estratégia comunitária para a região do Danúbio está já a ganhar forma e poderá ser apresentada sob a Presidência húngara em 2011.

É com enorme satisfação que a Presidência sueca pode agora apresentar os resultados desta iniciativa, cujo início, naturalmente, teve lugar aqui no Parlamento Europeu. Esperamos que o Conselho Europeu consiga instar todos os actores implicados a iniciar a implementação da estratégia a breve trecho, o que é absolutamente necessário se queremos começar a dar resposta aos graves problemas ambientais e a alcançar os objectivos previstos na estratégia.

O Conselho Europeu fará ainda a avaliação dos progressos registados na implementação das conclusões no que diz respeito à situação da migração na região do Mediterrâneo. O Conselho saudará as medidas tomadas a curto prazo – o lançamento do projecto-piloto em Malta, por exemplo –, bem como os progressos registados na criação do Gabinete Europeu de Apoio em matéria de Asilo. Também se observará que a UE e a Turquia retomaram as conversações sobre a questão da migração.

Esperamos que o Conselho Europeu solicite mais esforços para fazer frente à actual situação na região do Mediterrâneo e para prosseguir o trabalho para encontrar soluções a longo prazo com base na solidariedade entre os Estados-Membros. Esperamos ainda que o Conselho coloque em evidência a necessidade de intensificar os esforços com vista a implementar a Abordagem Global das Migrações da UE. O Conselho será chamado a reforçar a Agência Frontex e a introduzir regras comuns para as operações marítimas da Frontex.

Por último, o debate incidirá também sobre as relações externas. Em Junho, o Conselho "Assuntos Gerais e Relações Externas" instou as instituições a rever a forma como a União Europeia pode ter um papel mais activo no Afeganistão e no Paquistão. Foi debatido um projecto preliminar na reunião informal de Gymnich, em Setembro, e os Estados-Membros estão presentemente a debater uma proposta pormenorizada no seio dos grupos de trabalho. Na reunião dos Ministros dos Negócios Estrangeiros que terá lugar na próxima semana, a UE irá adoptar um plano para reforçar o nosso papel no Afeganistão e no Paquistão, que se centrará no reforço da capacidade dos Estados e das instituições dos dois países. É da máxima importância que este plano possa ser implementado de imediato.

São necessárias medidas internacionais de grande envergadura para podermos recuperar o desenvolvimento no Afeganistão e no Paquistão. As soluções militares por si só nunca podem conduzir a uma solução duradoura. Sem segurança e controlo, não existirá progresso económico. Precisamos também de investir na criação de instituições democráticas e no reforço da sociedade civil. A UE tem um papel da máxima importância a desempenhar a este respeito nos dois países. Existem problemas comuns, bem como aspectos regionais, e, naturalmente, a abordagem é diferente em relação a cada um dos dois países. Debateremos esta questão na Cimeira Europeia da próxima semana e estou aberta, obviamente, a quaisquer comentários e perguntas dos senhores deputados desta Câmara.

(Aplausos)

**José Manuel Barroso, Presidente da Comissão.** – (EN) Senhor Presidente, concordo, em geral, com as linhas aqui traçadas pela Ministra Cecilia Malmström em nome do Conselho Europeu. Há duas temáticas principais que gostaria de destacar: o Tratado de Lisboa e todas as questões institucionais, por um lado, e, por outro, a luta contra as alterações climáticas e as perspectivas para Copenhaga.

Em primeiro lugar, penso que este Conselho Europeu deveria tomar as decisões que se impõem para o Tratado de Lisboa poder finalmente entrar em vigor. Há muitos anos que sabemos que a ratificação de um novo Tratado não é tarefa fácil. Tivemos muitos revezes e algumas decepções mas, em todas as ocasiões, acabaram por vencer os argumentos a favor do Tratado – as razões imperiosas em prol de uma Europa verdadeiramente democrática. Estou confiante em que continuará a ser esse o caso nesta recta final, até vermos o Tratado entrar em vigor, sobretudo após o vigoroso apoio dado ao Tratado de Lisboa pelo povo irlandês.

Concluído o processo de ratificação na Polónia, podemos agora afirmar que todos os Estados-Membros aprovaram democraticamente o Tratado de Lisboa. Só falta completar o processo de ratificação na República Checa. Naturalmente que se impõe respeitar os procedimentos constitucionais em curso na República Checa, do mesmo modo que há que dar resposta à vontade democrática de que o Tratado entre em vigor. Vontade democrática essa que foi claramente demonstrada pelo Parlamento da República Checa, pelo que espero que não haja agora mais obstáculos e atrasos artificiais a causar dificuldades à plena ratificação.

Já chamei a atenção neste Parlamento para a importância de reduzir ao mínimo os atrasos na nomeação da nova Comissão Europeia. Contudo, devemos fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para termos uma Comissão do Tratado de Lisboa, pois este é um período crítico para a Europa. Devemos ter a possibilidade de levar por diante uma programação que este Parlamento apoiou quando me elegeram como Presidente por mais um mandato. Para o conseguir, e para termos instituições que funcionem bem, precisamos da ratificação do Tratado de Lisboa. Só dessa forma teremos uma União Europeia forte, coerente e eficaz. Assim, e uma vez mais, quero deixar claro que o Conselho Europeu deve assumir as suas responsabilidades, reconhecendo que é urgente tomar decisões e que haverá um custo para a Europa enquanto as Instituições europeias não puderem funcionar adequadamente.

Por outro lado, este é o momento certo para avançarmos com o trabalho em torno da implementação do Tratado e para nos prepararmos para a sua entrada em vigor. Sei que este Parlamento está totalmente empenhado nesse trabalho, e é-me grato colaborar convosco para assegurar que os benefícios do Tratado se tornem realidade quanto antes. Muitos são os domínios em que o Parlamento Europeu já iniciou o seu trabalho e deu um contributo importante, cristalizando ideias, com no caso da iniciativa de cidadania europeia. Sei também que esta tarde a Assembleia irá debater o relatório de Elmar Brok sobre o Serviço Europeu de Acção Externa (SEAE). O relatório parte dos princípios correctos e visa assegurar que este Serviço, à semelhança das restantes inovações do Tratado, torne o nosso sistema comunitário ainda mais forte e mais eficaz no seu desempenho.

Sei que, desde o início, foram manifestadas preocupações no sentido de o Serviço Europeu de Acção Externa poder vir a ser uma espécie de organismo intergovernamental que actua fora do sistema da União Europeia, mas não é esse o caso. O SEAE deverá estar firmemente ancorado no sistema da União Europeia. Trabalhará, inevitavelmente, em estreita cooperação com todas as instituições, sobretudo com a Comissão. As decisões preparadas pelo SEAE serão tomadas pela Comissão ou pelo Conselho, em sede de deliberação sobre assuntos no quadro da PESC. Aliás, estou convencido de que deste processo decisório, que fará com que a acção externa da União Europeia seja mais do que a soma das partes institucionais, dependerá o êxito do novo serviço. Se, no seu trabalho, o SEAE contar com o apoio democrático do Parlamento, com a ligação do Conselho às administrações nacionais e com os conhecimentos especializados e a visão europeia da Comissão, este serviço poderá realmente tornar-se um poderoso instrumento para a União Europeia alcançar os seus objectivos no plano internacional. Um serviço externo europeu *communautaire*, um serviço baseado no método comunitário, será um serviço forte para a UE e um forte instrumento para uma Europa unida e que projecta a sua influência no mundo.

Por outro lado, o Conselho Europeu deverá promover uma agenda política activa. Deve manter a dinâmica do trabalho que temos em curso para resolver a crise económica, sobretudo os efeitos desta a nível do desemprego. Devemos levar à prática as decisões que tomámos no G20. Temos de fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para que as propostas apresentadas pela Comissão Europeia em matéria de supervisão financeira entrem em vigor o mais rapidamente possível. E temos de avançar com o programa que visa garantir a nossa segurança energética.

Em termos de políticas de acção, o ponto mais importante da ordem do dia do Conselho será a Cimeira de Copenhaga. Conseguir resultados positivos em Copenhaga é uma preocupação fundamental para os europeus e uma tarefa de vulto para a comunidade internacional. Faltam menos de cinquenta dias para a Cimeira de Copenhaga. As negociações continuam a avançar a um ritmo lento. Cabe novamente à União Europeia mostrar liderança e manter uma dinâmica impulsionadora. As metas que colocámos sobre a mesa serviram de inspiração aos outros para intensificarem os seus esforços, mas todos sabemos que, para realmente

conseguirmos galvanizar a acção a nível mundial, teremos de dar mais um passo em frente. Teremos de ajudar os países em desenvolvimento com ideias concretas no plano financeiro, tal como a Comissão Europeia propôs no mês passado. Segundo as nossas estimativas, até 2020 os países em desenvolvimento necessitarão de recursos financeiros adicionais de, aproximadamente, 100 mil milhões de euros por ano. As finanças internas, nomeadamente das grandes economias emergentes – em desenvolvimento mas emergentes –, a par do mercado de emissões de carbono, cobrirão uma grande parte destas necessidades, mas terá de haver, também, financiamento público internacional em larga escala, para o qual a União Europeia será chamada a dar o seu justo contributo.

A agenda de Copenhaga não se limita à luta contra as alterações climáticas. Esta será obviamente a principal questão sobre a mesa mas, associada à questão climática, existe também uma dimensão de desenvolvimento que é relevante e não poderemos descurar. Tratar-se-á de um compromisso importante, sobretudo numa altura em que os orçamentos públicos já se encontram sob pressão, mas todos sabemos que, quanto mais tempo aguardarmos, mais elevados serão os custos. Ao Conselho Europeu caberá uma vez mais encontrar soluções criativas, mostrando que a União Europeia está unida na resposta à necessidade de combater as alterações climáticas.

Em Copenhaga haverá que demonstrar, em primeiro lugar, que a determinação de reduzir as emissões já é uma realidade; em segundo lugar, que estamos dispostos a ajudar os que estão prontos para dar esse passo. Esta é a melhor forma de legitimar a Europa activa que o Tratado de Lisboa consagra – impulsionando uma agenda que mostra que a União Europeia traz benefícios concretos aos seus cidadãos.

Para termos uma agenda ambiciosa, precisamos de dispor de um quadro institucional eficaz, e, nessa perspectiva, volto ao meu primeiro ponto. O Tratado de Lisboa é o primeiro Tratado da Europa alargada. Esta geração, sobretudo entre os nossos amigos da Europa Central e Oriental, lembra-se bem dos tempos em que a Europa estava dividida, mas nós não estaremos cá sempre. As Instituições, essas sim, perdurarão, e portanto precisamos de instituições para a Europa alargada. O Tratado de Lisboa é o Tratado para a Europa do século XXI, dotando-a de instituições fortes e capazes de conseguir resultados concretos numa União a 27, hoje, e com mais membros no futuro. Contudo, as instituições, por si só, não são suficientes. Precisamos de uma vontade política resoluta para alcançar os nossos objectivos e faço votos de que, no final do mês, o Conselho Europeu dê mostras dessa vontade de chegar a resultados decisivos e ambiciosos em Copenhaga.

(Aplausos)

**Joseph Daul**, em nome do grupo PPE. - (FR) Senhor Presidente, caros colegas, o Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) espera que o próximo Conselho Europeu ponha termo ao demasiado longo período de incerteza sobre as instituições europeias e que dê o impulso necessário à instalação da nova Comissão, mas também do Presidente do Conselho estável e do Alto Representante previsto no Tratado de Lisboa.

O Conselho deverá sobretudo tomar as medidas necessárias com vista a reforçar a retoma do crescimento e a colocar a Europa na melhor posição para criar emprego, pois a crise perdurará enquanto a coesão social não for restabelecida.

Antes de mais no que respeita às instituições, gostaria de recordar que, com a decisão do Presidente polaco de assinar o Tratado, todos os países, menos um, abriram o caminho para que a Europa possa enfim avançar sem perda de tempo.

Em 27 de Outubro, ou seja, dois dias antes do Conselho Europeu, o tribunal constitucional checo irá analisar a compatibilidade do Tratado com a constituição nacional. Evidentemente que respeitaremos essa decisão, seja ela qual for.

Em contrapartida, o meu grupo lamenta que o Presidente checo, apesar de o seu parlamento ter aprovado tal e qual o Tratado de Lisboa, tenha avançado com um novo pretexto para adiar a sua assinatura, pois todos sabemos que não passa de um pretexto. Lamento que outros países sigam os seus passos e peçam agora, também eles, garantias sobre este ou aquele aspecto do Tratado. Não devemos ceder à tentação de abrir a caixa de Pandora, e felicito a Presidência por tê-lo afirmado claramente.

O Grupo PPE espera que o Conselho Europeu afirme sem ambiguidades que a União Europeia não irá aceitar manobras dilatórias. Todos os povos, directa ou indirectamente, apoiaram o Tratado, pelo que agora há que avançar. Todos sabemos que, enquanto o debate público europeu for monopolizado pela questão institucional, e enquanto a Europa não dispuser dos instrumentos necessários a uma tomada de decisão simultaneamente

democrática e eficaz, os verdadeiros desafios políticos, económicos, sociais e ecológicos não serão tratados com a rapidez e a seriedade necessárias. É evidente que, neste momento, não saímos do mesmo lugar.

O nosso Parlamento deve poder proceder às audições dos futuros Comissários o mais rapidamente possível, e tem de poder pronunciar-se, se possível antes do fim do ano, sobre todos os lugares a preencher na Comissão, bem como no Conselho.

O Grupo PPE espera também do Conselho Europeu orientações claras sobre a política económica, retirando as conclusões da cimeira do G20 em Pittsburgh, a qual deu lugar a resultados limitados. Já se pode observar, na imprensa, que está tudo a voltar ao mesmo, como se nada se tivesse passado.

A Europa deve fazer todos os possíveis para permitir às suas empresas retomarem um nível de actividade suficiente para recrutar pessoal, mas também para investir na investigação. A Europa tem de fazer todos os possíveis para garantir um ambiente comercial justo.

Por fim, relativamente ao clima, espero do Conselho Europeu uma estratégia adaptada à situação, ou seja, aos compromissos fracos avançados até agora pelos nossos parceiros, a menos de dois meses de Copenhaga. Faço uma pergunta muito clara: que pressão vamos exercer sobre os Estados Unidos, sobre a China e sobre todos os países emergentes? Uma pressão moderada e polida, ou uma pressão máxima? Congratulo-me com o facto de a Europa ser pioneira nesta matéria, mas não pode ser a única a desenvolver os esforços necessários para combater o aquecimento global.

Já só faltam 50 dias para a Cimeira de Copenhaga; 50 dias é pouco, mas é suficiente se soubermos ser convincentes, pelo que lhes peço, Senhor Presidente em exercício do Conselho, Senhor Presidente da Comissão, que nos digam como é que contam utilizar esses 50 dias.

Senhor Presidente, caros colegas, o Conselho Europeu de Outubro representará um momento chave e mostrará, ou não, que a Europa tem consciência da urgência de agir sobre a economia e os aspectos sociais, ultrapassando o cabo das querelas institucionais. O meu grupo, o Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos), apela ao sentido das responsabilidades de cada um dos seus 27 Estados-Membros.

(Aplausos)

**Hannes Swoboda**, em nome do grupo S&D. – (DE) Senhor Presidente, Senhora Ministra Malmström, Senhor Presidente Barroso, antes de me debruçar sobre questões institucionais, gostaria de apresentar um breve comentário sobre Copenhaga.

Tem toda a razão, Senhora Ministra Malmström, e o Senhor Presidente Barroso sublinhou esse ponto, de que uma das decisões essenciais que agora temos de tomar diz respeito a Copenhaga. Precisamos de objectivos vinculativos e não de declarações de carácter geral. Não vai ser fácil de realizar, pois os americanos ainda não completaram o seu processo legislativo. Depois de Copenhaga, no decurso do próximo ano, vamos ter de tomar algumas decisões. No entanto, terão de ser estabelecidos objectivos vinculativos no final do processo. Trata-se de algo absolutamente essencial.

Em segundo lugar, na medida em que os mercados financeiros e a situação económica estão em causa, os bónus que actualmente estão a ser pagos, têm tanto de escândalo como de provocação. Este ponto aplica-se particularmente à América, mas também vai ter lugar na Europa. Este não constitui o problema central, mas demonstra como muitos gestores ainda não entendem o que a nova regulamentação dos mercados financeiros envolve e que responsabilidades têm perante a população na sua totalidade. Senhora Ministra Malmström, admito que está com a razão e que à questão da política de emprego, em especial deve ser dada prioridade. Não se trata apenas de reter os incentivos que foram instituídos como parte do plano de recuperação económica. Trata-se também da introdução de novas medidas para estimular o emprego.

Ontem, o Presidente da Comissão deu uma resposta positiva ao pedido do meu colega Stephen Hughes. Fico muito satisfeito por termos, pelo menos, conseguido chegar a um consenso de que a política de emprego deve estar no centro das nossas actividades ao longo dos próximos anos.

Gostaria, neste momento, de dizer algumas palavras sobre o Tratado de Lisboa. Em primeiro lugar, no que diz respeito à falta da assinatura de Václav Klaus, parto do princípio de que o Tribunal Constitucional fará um julgamento positivo. Acho inaceitável que os decretos Beneš sejam usados desta forma, que esta questão talvez possa ser reaberta e que a assinatura possa ser retardada. Gostaria de recordar aos meus colegas da República Checa que, antes da adesão do seu país, nós solicitámos um parecer sobre os Decretos Beneš – a Senhora Ministra Malmström talvez se recorde, pois nessa época era deputada como nós – que averiguou

se os Decretos Beneš constituíam um obstáculo à adesão da República Checa. A opinião maioritária, nessa época, era de que não constituíam obstáculo. Os decretos não têm um impacto diferente agora, mas tiveram impacto no momento em que foram elaborados. Quando referimos que os decretos Beneš não foram um obstáculo à adesão da República Checa, isto significa que é inaceitável alguém usar agora o mesmo decreto, para se recusar a assinar o Tratado de Lisboa. Temos de falar uma linguagem muito clara a este respeito.

O Tratado de Lisboa tem dois objectivos principais: por um lado, mais democracia na Europa, o que inclui mais democracia parlamentar, em especial no Parlamento Europeu

(Protestos)

- V. Exas. não querem isso porque não são a favor de mais democracia – e, por outro lado, mais eficiência. Senhora Ministra Malmström, tem agora uma importante tarefa que é assegurar que, nas próximas semanas, as questões institucionais e também as questões de pessoal não constituem obstáculo a estas pretensões. Ontem o Senhor Presidente Barroso disse, com toda a razão, que precisamos de um Presidente do Conselho sobre o qual não possamos exercer influência, mas que consiga trabalhar bem com a Comissão – e eu acrescentaria, que trabalhe bem com o Parlamento – e que acredite que o método comunitário constitui o cerne do processo de tomada de decisão. Este ponto é muito importante. Não precisamos de um Presidente do Conselho para se exhibir, para nos ofuscar com o seu brilho, para fazer de nós parvos. Precisamos de um Presidente do Conselho para trabalhar connosco efectivamente.

Claro que precisamos de um Serviço de Acção Externa, não só pelas razões mencionadas pelo Presidente da Comissão e que têm a ver com regulamentação eficaz em matéria de unidade e de política externa comum, mas também por razões de controlo parlamentar. Não é aceitável que haja pontos que, de repente, são retirados do Tratado de Lisboa, que se destina a proporcionar maior controlo parlamentar, acabando por ter como resultado haver menos controlo parlamentar, se se pretende que o Serviço de Acção Externa seja totalmente independente.

Sei que temos de encontrar um compromisso. No entanto, V. Exa. deve estar ciente de que nós – juntamente com o senhor deputado Brok, o relator – concordamos plenamente com o Presidente da Comissão relativamente a precisarmos de uma estrutura clara. O factor decisivo para nós é, mais uma vez, o controlo parlamentar, incluindo o controlo do Serviço de Acção Externa e da política externa pelo Alto Representante, embora, naturalmente, reconheçamos o papel do Conselho. Como a Senhora Ministra foi, em tempos, um de nós e lutou por esta causa na Comissão dos Assuntos Externos, encaramo-la como camarada combatente neste domínio. Espero que possamos aplicar o Tratado de Lisboa na forma que este foi concebido, ou seja, para trazer mais democracia, maior controlo parlamentar e mais eficiência à política externa.

(Aplausos)

**Zoltán Balczó (NI).** – (HU) O senhor deputado Swoboda, referiu que foi garantido à República Checa, na altura da sua adesão, que não havia necessidade de se preocupar com os decretos Beneš, uma vez que estes não eram válidos. Está ciente de que as graves consequências destes decretos ainda se mantêm? Portanto, se temos Estado de direito, e se consideramos que a Europa, na sua totalidade, se rege por este, a este respeito, a República Checa ainda tem assuntos pendentes, tanto com os alemães dos Sudetas como com os Húngaros.

**Presidente.** - Senhor Deputado Hannes Swoboda, pode comentar?

**Hannes Swoboda,** em nome do grupo S&D. – (DE) Senhor Presidente, envolvi-me fortemente nesta questão devido ao facto de muitos alemães dos Sudetas viverem na Áustria e eu reconhecer os seus direitos, provações e inquietações. Mas, a verdade é que temos de deixar para trás os fantasmas do passado e olhar para o futuro, e o futuro não passa pelos Decretos Beneš. O futuro passa por uma Europa livre com cidadãos livres cujos direitos se baseiam na Carta dos Direitos Fundamentais. É esta a minha visão da Europa.

**Guy Verhofstadt,** em nome do Grupo ALDE. – (EN) Senhor Presidente, "o comboio já avançou tanto e tão rápido que creio já não ser possível pará-lo ou inverter a sua marcha". Esta é uma citação do Presidente Klaus e, porventura, o único ponto em que concordo com ele: efectivamente, o comboio já avançou tanto e tão rápido que não é possível pará-lo ou inverter a sua marcha.

São deveras importantes estas palavras do Presidente Klaus, pois parecem indicar que ele admitiu o facto de que já nada pode atrasar o Tratado de Lisboa. Penso que é normal prever que, depois de 27 Estados-Membros terem ratificado, e aprovado, o Tratado, poderemos agora contar também com a sua assinatura.

Ceio que esta mudança de atitude por parte do Presidente checo só se justifica pela nossa, e vossa, determinação em avançar com todo o processo conforme previsto no Tratado de Lisboa, e é assim que deveremos continuar a proceder nos próximos dias e semanas. Espero que sejam apenas dias, não semanas. Por outras palavras, a melhor forma de conseguir a assinatura do Presidente Klaus e a ratificação final do Tratado é, em minha opinião, Senhora Ministra Malmström, avançar com todo o processo e com a implementação. Se o Presidente Klaus diz que o comboio avançou a tal velocidade que é impossível pará-lo, o que a senhora Ministra tem a fazer é deixar o comboio prosseguir.

Nesse aspecto, é absolutamente vital que o Conselho acelere o procedimento para a nomeação da nova Comissão e apresente, quanto antes, as suas propostas no que respeita ao Presidente do Conselho e ao Alto Representante. Repito que esta é a melhor forma de mostrar ao Presidente Klaus que ele tem razão, que o comboio avança a uma velocidade crescente a cada dia que passa, e que não lhe resta outra opção senão a de apor a sua assinatura sob o Tratado. Se aguardarem, ele aguardará. Se avançarem, ele assinará. É a minha opinião.

O segundo ponto que aqui quero abordar prende-se com o Serviço Europeu de Acção Externa. Espero que o Conselho chegue a acordo nessa matéria, mas não poderá ser um acordo qualquer. Há que evitar a duplicação de esforços. O meu receio é que, neste momento, estejamos a criar duas estruturas em paralelo: uma composta pela Comissão e as delegações da União, como consta no novo Tratado, a qual conta actualmente com mais de 6 000 pessoas, incluindo o pessoal local, ao serviço da Comissão e do Presidente da Comissão; a outra é um novo Serviço de Acção Externa, com vários milhares de pessoas ao serviço do Alto Representante.

No final de todo este processo, é por demais evidente que devemos ter uma única estrutura que se ocupa dos assuntos externos, não esta estrutura paralela de delegações da Comissão, por um lado, e de serviços de acção externa, por outro. Espero que se consiga chegar a acordo no Conselho, mas espero também que nesse acordo fique perfeitamente claro que não pode haver duplicação de estruturas na Comissão, com delegações da Comissão por um lado, e, por outro, o Serviço de Acção Externa.

**Rebecca Harms**, em nome do Grupo Verts/ALE. – (DE) Senhor Presidente, Senhora Ministra Malmström, Senhor Presidente Barroso, sobre o tema da República Checa, gostaria de referir, em primeiro lugar, que o Senhor Presidente Klaus tem muito mau perder e que as suas acções constituem um tipo específico de impertinência política. Gostaria de pedir com muito, muito empenhamento para não darmos resposta a alguém que é um mau perdedor e que obviamente nem sequer respeita o direito checo, pois não respeita a maioria constitucional que votou a favor do tratado na República Checa, além de violar a legislação da República Checa, ao exigir uma cláusula de *opt-out* para a República Checa relativamente à validade da Carta dos Direitos Fundamentais. Responder seria, quanto a mim, uma aproximação excessiva a este desordeiro checo. Os cidadãos da República Checa, que tanto fizeram pela reunificação da Europa, quando os alemães para lá fugiram, mereciam melhor sorte. É tudo o que tenho a dizer sobre o presidente Klaus.

(Aplausos)

Sobre o tema das alterações climáticas, Senhor Presidente Durão Barroso, raramente me ouviu concordar tanto consigo como hoje. Estou muitíssimo entusiasmada com o facto de o Senhor ter, mais uma vez, dito aqui o quanto é importante para os europeus haver um claro compromisso de se contribuir com uma verba específica para o fundo internacional para as medidas de protecção climática relativamente aos países em desenvolvimento. Ontem, tive vergonha de ler que o Secretário de Estado das Finanças alemão, que participava em negociações no Luxemburgo, comparou as negociações com um jogo de póquer. Disse ele que quando se joga póquer, não se conta a ninguém o que se tem na mão. No entanto, os preparativos para Copenhaga não são certamente um jogo de póquer. Como a senhora Merkel e outros líderes políticos da União Europeia têm repetidamente dito, este é o maior desafio de todos. Este é o desafio mais importante para a comunidade de pessoas que vivem juntas neste planeta. No meu entender, esta questão deve ser levada a sério.

A partir de 2020, 100 mil milhões de euros deverão estar disponíveis para ajudar os países em desenvolvimento a cumprirem as suas obrigações relativas à protecção do clima que deverão, então, assumir e realizar as suas medidas de adaptação. Tal equivaleria a cerca de 3 mil milhões de euros a partir de 2020 para um país como a Alemanha. Em comparação com o que estamos actualmente a disponibilizar em pacotes de recuperação económica ou para salvar o sector financeiro, este valor é uma ninharia. Tenho vergonha de que o fracasso de Copenhaga e este terrível e constrangedor jogo de póquer estejam a ser aceites. A maneira como a União Europeia negociou ontem, no Luxemburgo, demonstra que não é a força motriz, que não assumiu o papel de liderança na protecção climática internacional. Pelo contrário, é um das forças principais de bloqueio. Temos de perceber que todas as negociações de hoje, no Luxemburgo, e na próxima semana, em Bruxelas, estão a ser acompanhadas em todo o mundo.



Resta-me apelar, mais uma vez, insistentemente ao Senhor Presidente Barroso no sentido de garantir que a Comissão mantém este rumo e que o financiamento deste fundo internacional é obrigatoriamente transparente. É disto que andamos a falar há dois anos, já desde Bali. Senhora Ministra Malmström, creio que os suecos estão a ter uma atitude correcta nas negociações. Por favor, mantenha a coerência e respeite a votação na Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar. O objectivo é reduzir as emissões de CO<sub>2</sub> em 30% até 2020. Se baixarmos a fasquia, nunca conseguiremos atingir o objectivo dos 2 graus.

Tenho um grande problema com a credibilidade da Presidência do Conselho sueca. Creio que V. Exa. deve, finalmente, convencer a empresa pública Vattenfall a não investir de forma maciça e sem restrições no carvão em toda a Europa e, em particular, a não investir principalmente onde não é preciso comprar certificados. Esta estratégia por parte da Vattenfall vai contra a sua boa reputação nos preparativos para as negociações sobre o clima mundial. Gostaria também de pedir a V. Exa. para garantir que o processo judicial instaurado pela Vattenfall contra a República Federal da Alemanha, para provocar mudanças na lei ambiental da Alemanha a favor das centrais térmicas a carvão da Vattenfall, é retirado. Este ponto constitui, infelizmente, uma pequena, mas crescente mancha negra numa reputação em que todo o resto é irrepreensível. Antes de partir para Copenhaga, é imprescindível garantir que tudo está em ordem.

**Presidente.** - Caros colegas, por favor limitem-se ao tempo de uso da palavra de que dispõem. Os vossos discursos são muito importantes, mas recebi outro pedido para uma pergunta de cartão azul. Não vou aceitar todos os cartões azuis porque temos de avançar com os debates. Dentro de alguns minutos, surgirá outro pedido; se for ao abrigo do n.º 8 do artigo 149.º, aceite-lo-ei.

**Timothy Kirkhope**, em nome do Grupo ECR. – (EN) Senhor Presidente, se me permite, começo por felicitar o Governo sueco pela sua actuação à frente da Presidência da União, quer em termos gerais quer, mais particularmente, na forma como tem procurado fazer avançar as questões cruciais da luta contra as alterações climáticas e da procura de soluções para a crise económica e financeira que enfrentamos. Penso que o Primeiro-Ministro Reinfeldt e o seu governo merecem o nosso obrigado pela maneira como têm conduzido estes processos mas, à semelhança de muitas outras Presidências, também tiveram de se envolver em inúmeras diversões institucionais internas – neste caso, em relação ao Tratado de Lisboa.

A teologia institucional não é uma prioridade para os cidadãos da UE. Do que necessitamos, obviamente, é da Estratégia de Lisboa, não do Tratado de Lisboa.

À Estratégia de Lisboa corresponde um nobre objectivo: o de até 2010 criar a economia baseada no conhecimento mais dinâmica e competitiva do mundo, capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos, maior coesão social e respeito pelo ambiente.

Ora, a prossecução de tal objectivo deveria ter feito a diferença na vida de milhões de pessoas e ter lançado bases firmes para o nosso futuro económico. A verdade, porém, como o próprio Primeiro-Ministro Reinfeldt afirmou, é que a Estratégia de Lisboa foi um fracasso.

Por que é que nunca conseguimos resultados que efectivamente interessam aos nossos cidadãos? Os louváveis objectivos traçados na Declaração de Laeken não foram, na altura, levados à prática, tal como agora a Estratégia de Lisboa depara com a mesma falta de determinação e de concretização de resultados.

É uma União tão próxima e ao mesmo tempo tão afastada dos cidadãos! Senhor Presidente, uma vez mais se impõe que as iniciativas relativas às economias dos Estados-Membros sejam claramente entendíveis pelo cidadão comum. Criar emprego não significa criar postos de trabalho para antigos ministros para ocuparem o cargo de Presidente do Conselho, ou para os amantes das viagens se tornarem Altos Representantes para os Assuntos Externos.

Esses dois empregos pouco ou nada ajudarão as pequenas e médias empresas que atravessam dificuldades em todos os nossos países, da mesma forma que também não aliviarão os efeitos da crise que neste momento se abate sobre milhões de famílias.

De igual modo, as mudanças institucionais em nada contribuem para a luta contra as alterações climáticas. Há que fazer face às grandes ameaças ao nosso planeta e, para isso, é preciso encontrar soluções práticas e exequíveis. Milhares de páginas de texto, na sua maioria demasiado complexas para alguma vez serem entendidas pelos nossos cidadãos, mais não fazem do que consumir as árvores que temos de proteger.

Tratemos de exercer pressão, não sobre os que não partilham por inteiro o entusiasmo de alguns pelas Instituições europeias, mas sim sobre a comunidade internacional, para que unam esforços e salvem o planeta para as gerações vindouras.

Não obstante tudo o aqui disse, faço votos de que a Presidência sueca consiga, no tempo que lhe resta, e, aliás, na Cimeira, levar todos os governantes europeus a centrar a sua atenção nas principais questões que preocupam as pessoas – as questões em que se concentraram no início da sua Presidência, a respeito da economia, da Europa, das alterações climáticas. Desejo-lhes felicidades no tempo que lhes resta, e agradeço-lhes o trabalho feito até agora.

**Lothar Bisky**, em nome do Grupo GUE/NGL. – (DE) Senhor Presidente, Senhora Ministra Malmström, Senhor Presidente Barroso, tem havido, durante os últimos três meses, muita especulação sobre as questões de pessoal e sobre a possível entrada em vigor do Tratado de Lisboa, que foi rejeitado pelo meu grupo por três boas razões.

Em termos muito simples, queremos, em primeiro lugar, que seja dada prioridade a uma Europa social, em vez de uma orientação radical para o mercado. Em segundo lugar, queremos desarmamento, em vez de serem desenvolvidas capacidades militares e, em terceiro lugar, queremos democracia mais directa, em vez de uma Europa composta por elites.

Deveríamos, finalmente, estar a tratar questões específicas de conteúdo. Enquanto estamos a discutir sobre nomes e posições, cada vez mais pessoas estão a perder os seus empregos. Os bancos foram, naturalmente, resgatados. Ao mesmo tempo, Durão Barroso pede-nos para pormos brevemente fim aos planos de recuperação económica – ontem, o prazo foi fixado para 2011 – e para os défices orçamentais dos Estados-Membros serem reduzidos rapidamente. Significará isto a redução dos salários e pensões, cortes nos serviços públicos e nas prestações de segurança social, aumento do imposto sobre o valor acrescentado e falta de acordos colectivos. Um exemplo actual desta situação pode ser encontrado no sector alemão de limpezas industriais, onde os trabalhadores estiveram em greve durante três dias.

Estes são os problemas que estão a afectar as pessoas na Europa e estes são os problemas que o Conselho deveria estar a tratar. Em vez disso, o principal tema de preocupação é a adição de cláusulas ao Tratado de Lisboa para incentivar o presidente checo a assiná-lo. Se isto é realmente tão simples quanto parece ser, na prática, pediria então aos Chefes de Governo que pensassem mais cuidadosamente numa cláusula de progresso social a incluir no Tratado de Lisboa. Essa atitude seria muito mais adequada.

No início da legislatura, houve uma série de propostas positivas no sentido de uma política mais social para a UE, não dizendo apenas respeito à cláusula de progresso social. Tinha também a ver com um novo plano de recuperação económica para a Europa a fim de criar e manter empregos, de aumentar investimentos e de promover o crescimento ambiental sustentável.

Foi exigido um Pacto Europeu de Emprego por mais e melhores empregos, por igualdade salarial, por mais direitos para os trabalhadores e melhores condições de trabalho. Houve debates sobre uma maior solidariedade entre os Estados-Membros e sobre como assegurar a sustentabilidade da segurança social e dos sistemas de pensões.

Ainda não consegui identificar qualquer estratégia no âmbito das políticas dos Estados-Membros, ou nas políticas da Comissão, que possa conduzir-nos a estes objectivos. Naturalmente, o Conselho deve agora ter em conta as nomeações para a nova Comissão e as possíveis alterações na sequência do Tratado de Lisboa. No entanto, os problemas referidos e suas soluções devem manter-se em primeiro plano. Desta concretização dependerá a votação do meu grupo sobre o Colégio de Comissários.

**Nigel Farage**, em nome do Grupo EFD. – (EN) Senhor Presidente, o Senhor José Manuel Barroso disse aqui, esta manhã, que todos os Estados-Membros ratificaram democraticamente o Tratado, o que não é verdade. Apesar das promessas que lhe foram feitas nesse sentido, o povo britânico não teve uma palavra a dizer sobre o assunto e, até termos um referendo, recuso-me a reconhecer a legitimidade deste Tratado.

(Protestos)

Neste momento, todos têm os olhos postos no Presidente Klaus e no que ele possa vir a fazer, ou não, na próxima semana. É interessante. Sei que todos vós odiais o Presidente Klaus por ele acreditar na democracia nacional.

(Protestos)

Mas o que ele está a fazer, neste caso, é impor-se e defender o interesse nacional da República Checa. O Presidente checo receia as pretensões da Alemanha em relação a propriedades na região dos Sudetos e, após eu ter escutado as opiniões de políticos alemães a este respeito, acho que os receios do Presidente são absolutamente fundamentados.

Portanto, Senhor Presidente Klaus, mantenha-se firme: se não lhe derem o que quer, não assine a coisa. Se lhe derem o que pretende, o Tratado terá de ser novamente ratificado em 25 Estados-Membros, o que significa que os britânicos terão um referendo, e estou certo de que, como democratas, todos gostaríamos que houvesse um referendo sobre este Tratado no Reino Unido. Pela minha parte, sem dúvida que gostaria.

E será que, no final deste Conselho Europeu, vamos mesmo ter um novo imperador europeu? Será Tony Blair, com a sua Imperatriz Cherie? Ora bem, cheguei à conclusão de que é Tony Blair que eu pretendo para o cargo. Por favor, nomeiem Tony Blair, o homem que abriu mão de dois mil milhões de libras do "cheque britânico" a troco de nada, o homem que nos prometeu um referendo sobre a Constituição e acabou por no-lo recusar.

É perfeitamente claro que, nesta União Europeia, o prémio pela traição nacional é realmente elevado. Assim, nomeiem Tony Blair, por favor. O povo britânico ficará a saber que, nesta União Europeia, não são os representantes eleitos que interessam; quem interessa são as pessoas que abrem mão da democracia nacional a favor da União Europeia, e são essas que ganham os altos cargos. Por favor, dêem-nos Tony Blair para primeiro Presidente da Europa.

**Diane Dodds (NI).** – (EN) Senhor Presidente, é decepcionante – mas não inesperado – que o Conselho e a Comissão estejam determinados a avançar com o Tratado de Lisboa. Sei que não será muito popular afirmá-lo nesta Assembleia, mas é minha verdadeira convicção que, no Reino Unido, deveria haver um referendo sobre o Tratado. Não compreendo por que razão nem os Conservadores nem os Trabalhistas estão dispostos a admiti-lo.

Contudo, Senhora Ministra, esta manhã gostaria de chamar a sua atenção, em particular, para a crise financeira que continua a assolar a Europa. Ontem à noite, o Sr. Mervyn King, Governador do Banco de Inglaterra, declarou que o montante dos empréstimos do Reino Unido aos bancos ascende a cerca de um milhão de milhões de libras. Aliás, disse que nunca até hoje foi devido tanto dinheiro por tão poucos a tantos, num contexto de tão escassas reformas reais. O Sr. Mervyn King acrescentou ainda que não basta regular o sistema bancário e chamou a atenção para a existência de um dilema moral no cerne desta crise bancária. Com efeito, explicou, as instituições financeiras e bancárias sabem que são demasiado grandes para falir e que o contribuinte, seja no Reino Unido ou em qualquer outra região da Europa, terá sempre de as ajudar, qualquer que seja a crise. Esta é uma acusação muito séria, Senhora Ministra, e que vem de um dos altos dirigentes do mundo da banca. Nas reuniões do Conselho haverá seguramente vontade de superar esse dilema moral, e o Parlamento gostaria de saber que contornos assume tal vontade e como será ela levada à prática.

**Cecilia Malmström,** *Presidente em exercício do Conselho.* – (SV) Senhor Presidente, agradeço-lhe esta oportunidade para tecer algumas observações neste momento, muito embora vá acompanhar, naturalmente, o debate até ao final.

Gostaria de me dirigir em primeiro lugar ao senhor deputado Verhofstadt. Não, também não creio que seja possível parar o comboio. Espero que o comboio dê entrada na estação muito, muito em breve. Posso garantir tanto ao senhor deputado Verhofstadt como a todos os senhores deputados que a Presidência sueca mantém um contacto muito estreito com a República Checa e esperamos poder muito em breve dar uma resposta mais exacta e definitiva à pergunta sobre o vai acontecer com o Tratado e quando. Tal como o Parlamento, queremos que tudo decorra com a maior normalidade o mais depressa possível, no que diz respeito tanto aos cargos que irão ser preenchidos como à lista de Comissários que será apresentada ao Parlamento Europeu para a audição que o Parlamento irá realizar. Durante a Cimeira, tomaremos todas as decisões necessárias que for possível tomar. Procederemos a todas as diligências para que o Tratado de Lisboa entre em vigor assim que estiverem concluídos todos os processos de ratificação.

Gostaria também de agradecer o enorme apoio que deputados de todos os grupos deram àquela que era a prioridade absoluta da Presidência, a saber, alcançar um acordo em Copenhaga. Isto reveste-se de extrema importância. À Europa cumpre uma enorme responsabilidade, a de resolver a questão do financiamento, para demonstrarmos que estamos a cumprir a nossa quota-parte de responsabilidade global e enviarmos os sinais adequados.

Senhor Deputado Daul, mantemos um contacto intenso com outros actores. Dentro de poucas semanas, realizar-se-á a cimeira com a Rússia e a China, bem como com os Estados Unidos, e as questões climáticas e energéticas serão, naturalmente, uma prioridade nos debates com todos estes países. Temos ainda as reuniões do grupo de trabalho e a Cimeira de Barcelona dentro de dez dias. Por outro lado, os Ministros das Finanças reunir-se-ão em St Andrews, pelo que existem numerosas oportunidades para se falar desta questão. Não estou satisfeita com os resultados alcançados até à data, mas continuo plenamente optimista em que conseguiremos alcançar um acordo em Copenhaga. Em todo o mundo é isso que as pessoas esperam de nós.

Penso que será também muito positivo que a União Europeia possa mostrar resultados relativamente a encontrar uma solução para a crise financeira. Muito embora se assista já a alguns sinais positivos, não devemos esquecer que é preciso que os novos órgãos de supervisão entrem em funcionamento, para estarmos mais bem equipados e podermos, assim, evitar que crises similares se registem no futuro e podermos reconhecê-las atempadamente. Espero, por conseguinte, que os sistemas de controlo e o órgão de supervisão macro-prudencial possam ser estabelecidos o quanto antes.

As questões institucionais são extremamente importantes. É importante que a União Europeia possa tomar decisões e que o faça de forma democrática e efectiva. A este respeito, o Tratado de Lisboa é um instrumento importante. Ao mesmo tempo, a União Europeia só ganhará a confiança dos seus cidadãos se apresentar resultados sobre questões específicas. As preocupações das pessoas em todo o mundo, e não exclusivamente na União Europeia, prendem-se com soluções para a crise económica e para as questões ambientais. Se conseguirmos registar progressos e alcançar resultados na cimeira e, mais adiante, no Outono, penso que se criará uma óptima base para uma maior legitimidade e confiança nas instituições europeias.

**José Manuel Barroso, Presidente da Comissão.** - (FR) Senhor Presidente, penso que o senhor presidente do Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos), o senhor deputado Joseph Daul, bem como a senhora deputada Rebecca Harms, colocaram questões muito importantes.

Como conseguir o êxito de Copenhaga, nomeadamente quando outros parceiros não fazem o mesmo esforço? Há efectivamente dificuldades, pois existe uma clara falta de ambição da parte de alguns países desenvolvidos em termos de empenho concreto na redução das emissões. As maiores economias dos países em desenvolvimento mostram-se também reticentes em integrar no acordo global os seus planos nacionais de mitigação, e não existe, para já, nenhum plano credível a nível financeiro.

Então, que podemos fazer?

Em primeiro lugar, penso que não seria altura de a Europa reduzir as suas ambições. Estaríamos a fornecer a todas as forças negativas um pretexto para não desenvolver esforços. Assim, cabe-nos a nós manter a ambição, manter a liderança, mas, ao mesmo tempo - e aqui estou a responder directamente a Joseph Daul -, dizer que a nossa oferta, nomeadamente a oferta financeira, é uma oferta condicional. Estamos dispostos a ajudar aqueles que fazem verdadeiros esforços para reduzir as emissões. Assim, é importante fazer uma oferta condicional em matéria financeira, mas reduzir a nossa ambição seria um erro.

Penso que ainda vai ser possível um êxito em Copenhaga. Há também aspectos positivos. Os Estados Unidos voltaram a entrar nas negociações. Recorde-se que, há alguns anos, os Estados Unidos não participavam verdadeiramente no processo, mas, agora, estão empenhados nas negociações. Recorde-se também que a Austrália e o Japão anunciaram - ainda não em termos vinculativos, é certo, mas já a nível político - objectivos ambiciosos. E mesmo a China, o México, o Brasil e a Coreia do Sul anunciaram planos nacionais ambiciosos, embora, para já, ainda não tenham aceiteado integrá-los num acordo global.

Então, temos de investir nos aspectos positivos, que criar essa dinâmica, e espero que o Conselho Europeu, no final deste mês, não venha a fornecer argumentos aos cépticos, às Cassandras, que já dizem que é preciso um plano B. Como já afirmei, não podemos ter um plano B porque não possuímos um planeta B. O que temos de fazer é concentrar-nos e não perder esta ocasião histórica que representa, evidentemente, Copenhaga.

(EN) Uma última observação, desta feita para expressar a minha surpresa. Nunca esperei que um deputado britânico deste Parlamento pusesse em causa a grande instituição que é o Parlamento britânico. Um dos grandes contributos do Reino Unido para a civilização foi, e é, o Parlamento britânico.

(Aplausos)

Sejamos claros. O Governo britânico negociou o Tratado. O Governo britânico assinou o Tratado. O Parlamento do Reino Unido - a Câmara dos Comuns e a Câmara dos Lordes - aprovou o Tratado. Sua

Majestade a Rainha ratificou o Tratado. Os instrumentos de ratificação do Reino Unido encontram-se depositados em Roma.

Por conseguinte, o Reino Unido ratificou o Tratado de Lisboa e espero que todos – sobretudo os deputados britânicos – respeitem o sistema democrático britânico.

*(Aplausos)*

**Othmar Karas (PPE).** – *(DE)* Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o senhor deputado Farage vai agora a sair. Espero que não haja ninguém nesta Câmara que odeie como ele deu a entender sobre nós. O ódio vai contra o espírito europeu, e o egoísmo, o proteccionismo e o nacionalismo são os maiores inimigos do projecto de comunidade da União Europeia.

Em segundo lugar, espero que não haja ninguém nesta Câmara que esteja a colocar a democracia parlamentar contra os cidadãos e que veja uma linha divisória entre nós e o nosso trabalho como representantes dos cidadãos, como este parlamentar deu a entender.

Todos nós sentimos as faíscas saltarem na preparação da cimeira e esperamos uma decisão final e libertadora do Tribunal Constitucional. Esperamos que o Conselho esteja à altura da sua responsabilidade para com a Europa, para não ficar refém de uma pessoa e para poder tomar as decisões necessárias em termos de recursos humanos, instituições, programação, conteúdo e finanças.

No entanto, exorto também os governos a não olharem para o menor denominador comum na selecção e nomeação dos comissários, mas, em vez disso, a encontrarem a melhor solução para a Comunidade de que todos nós somos uma parte. Apelo aos governos para não praticarem os velhos jogos político-partidários aquando da escolha dos comissários, mas que, em vez disso, coloquem a responsabilidade europeia comum no centro do processo de selecção. Exorto o Presidente da Comissão a estabelecer um ambicioso conjunto de requisitos para apresentar aos comissários e aos Estados-Membros.

O meu segundo ponto diz respeito à supervisão dos mercados financeiros. Congratulo-me com as propostas de macro-supervisão, mas estas não vão suficientemente longe. Precisamos também de supervisão micro-supervisão e, na minha opinião, a proposta da Comissão representa o menor denominador comum, o mínimo. Temos de ir mais longe. Temos de criar um órgão de supervisão dos mercados financeiros europeus, com autoridade para tomar as medidas necessárias, à semelhança do Banco Central Europeu.

*(O Presidente retira a palavra ao orador)*

**Jo Leinen (S&D).** – *(DE)* Senhor Presidente, a exigência de Václav Klaus de um aditamento à Carta dos Direitos Fundamentais tem tanto de arbitrária como desnecessária. No entanto, é fácil de satisfazer, porque a carta se refere apenas à legislação da UE e se aplica apenas ao futuro. Portanto, se necessário, o Conselho deverá fazer uma declaração política. Em poucas semanas, a ratificação do tratado, pela qual temos vindo a esperar nove anos, deverá ter lugar.

O Conselho Europeu deverá fazer os preparativos necessários, mas não deve tirar quaisquer conclusões precipitadas. O mesmo se aplica também ao Serviço Europeu de Acção Externa. O Alto Representante, e não a burocracia do Conselho, é responsável por propor um modelo para o serviço. Peço, portanto, à Presidência do Conselho que garanta que o serviço não fica posicionado unilateralmente, integrando-se antes no sistema comunitário, tal como Durão Barroso referiu.

Este tratado dá-nos a base jurídica para uma política energética comum e para uma política comum de protecção do clima. Só espero que o nevoeiro se levante antes de Copenhaga, pois não podemos deixar estas questões em aberto até à conferência. A Comissão do Meio Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar tem feito exigências claras, nomeadamente no que diz respeito ao financiamento. Espero que, na próxima semana, na cimeira, haja acordo sobre um modelo de financiamento. Além disso, precisamos de repartição interna de encargos no seio da UE. A Alemanha e outros países devem ceder neste ponto, dado que precisamos de um acordo justo, tanto no seio da UE como entre a UE e os países em desenvolvimento em todo o mundo.

**Marielle De Sarnez (ALDE).** – *(FR)* Senhor Presidente, gostaria de abordar três questões.

Em primeiro lugar, a questão das alterações climáticas. Como todos se apercebem perfeitamente, a União possui a responsabilidade especial de liderar as nações do mundo em Copenhaga. Para isso, temos de ser exigentes e ambiciosos quanto aos objectivos, mas temos também de estar à altura da dívida que temos

relativamente aos países em desenvolvimento. Cada um tem de fazer um esforço financeiro na medida das suas capacidades. Se não formos capazes de nos mostrar solidários, as coisas não funcionarão.

Segundo ponto, a questão das migrações. Evidentemente que devemos agir melhor com a Frontex, mas, se queremos ajudar verdadeiramente os países do Sul da Europa, então temos de avançar para uma harmonização do direito de asilo, voltar atrás no que respeita à Convenção de Dublin e, mais ainda, elaborar finalmente uma verdadeira política em matéria de imigração. Penso que é a única forma de tratar esta questão de forma serena e responsável.

Por fim, terceira questão: a política externa. O Conselho vai avançar com a questão do serviço de acção externa. Tanto melhor! Provavelmente, vamos ter um Alto Representante. Tanto melhor! Mas o que seria ainda melhor era falar a uma única voz, pelo menos no que se refere aos conflitos que agitam o mundo. Estou a pensar, nomeadamente, no Afeganistão, onde não posso deixar de recordar que o número de soldados europeus é praticamente igual ao número de soldados americanos.

Vai haver uma cimeira EUA-UE no próximo dia 3 de Novembro, e os europeus possuem uma responsabilidade especial. Têm de propor uma estratégia que não seja exclusivamente militar. Se não o fizermos, ninguém mais o fará.

**Gerald Häfner (Verts/ALE).** – (DE) Senhor Presidente, minhas Senhoras e meus Senhores, o Tratado de Lisboa está na recta final e agora é hora de olhar para o futuro. Temos de tornar a Europa mais social, mais ecológica e mais democrática. Temos muito a fazer para recuperar nestas áreas em particular.

Gostaria de ver uma Europa em que os cidadãos se considerassem não apenas como observadores ou como objecto da Comunidade Europeia, mas como seu sujeito. Gostaria de ver uma Europa que as pessoas sentissem como uma Europa para os cidadãos, mas temos muito a fazer para o conseguir.

Referi que o Tratado de Lisboa estava na recta final, mas é aqui, precisamente, que pode facilmente descarrilar.

Fico frustrado pelo facto de, pouco antes da conclusão do processo de ratificação, estarmos a ver um número crescente de violações flagrantes do espírito europeu e do direito europeu. Um único presidente europeu está a tentar manter refém o seu povo, o seu país e toda a Europa. Vem agora, de repente, explicar que a Carta dos Direitos Fundamentais não se deve aplicar no seu país. Se o que eu soube ontem é verdade, alguém lhe deu mesmo garantias neste sentido, o que seria realmente chocante. Neste caso, gostaria que a situação fosse esclarecida e fosse dada uma explicação clara, de que tais garantias não foram dadas. Caso contrário, parece que estamos a voltar à Idade Média, com governantes despóticos a concederem aos seus súbditos os direitos que estão dispostos a permitir. Mas, não estamos na Idade Média, estamos na Europa e a Europa é uma comunidade baseada no direito, é uma democracia.

O Parlamento e o Senado checos já votaram a favor deste tratado, sem fazerem exigências deste tipo. Fizeram-no, claro, por boas razões, pois querem que a Carta dos Direitos Fundamentais se aplique na República Checa. Constitui o coração do presente Tratado e não podemos permitir que, sem necessidade, o coração seja arrancado ao Tratado.

Os direitos fundamentais são direitos inalienáveis de todos os cidadãos, algo que não pode estar disponível apenas para alguns deles. A Europa é uma comunidade baseada no direito, uma democracia. Não é uma feira. Significa isto que devemos proteger a Carta dos Direitos Fundamentais de ofertas macabras deste tipo e que não podemos, em circunstância alguma, permitir que esta seja relativizada ou posta em causa. Não podemos permitir que situações deste tipo se tornem negociáveis e que a Europa seja transformada em feira.

Estes acontecimentos constituem uma demonstração de quão importante é para nós fortalecer a democracia na Europa.

*(O Presidente retira a palavra ao orador)*

**Oldřich Vlasák (ECR).** – (CS) Senhor Presidente, Senhora Ministra, Senhora Comissária, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de responder à intervenção anterior. É absolutamente claro que a próxima reunião do Conselho será dominada por questões institucionais e pelo processo de ratificação do Tratado de Lisboa. Penso que, nos debates sobre a futura orientação da UE, nos devíamos comportar uns com os outros com o devido sentido de humildade, respeitando, ao mesmo tempo, calmamente os mecanismos soberanos de tomada de decisão dos diversos Estados-Membros e dos seus actores constitucionais.

Agora, gostaria de voltar ao meu tema. Pessoalmente, considero que a estratégia macro-regional não é um tema menos importante na agenda dos debates do Conselho. Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, já foi acordado no último parlamento que a região do Mar Báltico era adequada para um projecto-piloto que visasse a implementação de uma estratégia interna da UE para a macro-região e, por isso, congratulo-me com o facto de ser muito provável que esta decisão específica do Conselho venha a ser ratificada.

Ao mesmo tempo, creio que chegou o momento de começar a pensar sobre a forma de replicar esta estratégia-piloto. Se olharmos para o mapa da Europa neste contexto, veremos que as maiores diferenças, tanto económicas, como sociais ou culturais, continuam a persistir ao longo das fronteiras entre o antigo bloco socialista e os Estados capitalistas da Europa Ocidental. Estas diferenças também são evidentes aqui, no Parlamento. Vinte anos após a queda do Muro de Berlim, continuamos a falar sobre os antigos e os novos Estados-Membros. Vinte anos depois da Revolução de Veludo, continuamos a aplicar excepções à livre circulação de pessoas quando utilizamos os períodos de transição para a livre circulação de trabalhadores. Estas barreiras são absolutamente evidentes e deveriam ser desmanteladas de uma forma sistemática...

*(O Presidente retira a palavra ao orador)*

**Georgios Toussas (GUE/NGL).** – (EL) Senhor Presidente, as declarações do Conselho e da Comissão sobre a próxima cimeira do Conselho Europeu assinalam uma escalada da política antipopular da União Europeia e dos governos dos seus Estados-Membros, com um novo ataque em todas as frentes contra a classe trabalhadora e as camadas populares. O principal objectivo da União Europeia e dos governos dos seus Estados-Membros, sejam eles de centro-direita ou de centro-esquerda, é garantir a continuação da rentabilidade dos monopólios, transferindo o peso da crise económica capitalista para os trabalhadores e as camadas populares em toda a União Europeia.

Embora a União Europeia tenha apoiado os gigantes monopolistas com um pacote de centenas de milhares de milhões de euros, não está excluída uma nova ronda de financiamento para os apoiar nesta nova fase em que está a ser favorecida a promoção mais célere das reestruturações capitalistas planeadas no âmbito da Estratégia de Lisboa. No centro da ofensiva contra os trabalhadores está a abolição do dia de trabalho de oito horas e dos acordos colectivos, e a aplicação generalizada da flexigurança e do emprego flexível, temporário e mal remunerado, através do apoio à instituição dos contratos locais de trabalho e dos estágios. Os sistemas de segurança social, de saúde, de previdência e de educação estão a ser colocados num leito de Procrustes, com ajustamentos e mudanças que prejudicam os trabalhadores, abrindo ainda mais o caminho à penetração dos grupos de empresas monopolistas nestes sectores produtores de riqueza para o capital. Ao mesmo tempo, os despedimentos em massa - mais de cinco milhões e meio no último ano -, o terrorismo do patronato e a intensificação do trabalho criaram condições medievais nos locais de trabalho. Um exemplo típico disso é o crime que desde há muito vem sendo cometido contra os trabalhadores da France Telecom, onde 25 trabalhadores foram levados ao suicídio por causa das condições de trabalho inaceitáveis e da intensificação da escravidão.

**William (The Earl of) Dartmouth (EFD).** – (EN) Senhor Presidente, o grande problema que os Estados-Membros enfrentam é, como há pouco afirmou o senhor deputado Bisky, a crise do emprego. O desemprego entre os jovens atinge 24% em França, 25% em Itália e 39% em Espanha.

No entanto, de certeza que a reunião do Conselho Europeu estará impregnada de um triunfalismo colossal no que respeita ao desemprego maciço. É um triunfalismo despropositado e de mau gosto, e que estará lá porque a elite assume como um dado adquirido o seu Tratado de Lisboa.

Até agora, todos os passos em direcção ao vosso super-estado europeu foram dados na base do segredo e da manipulação e, no caso do Tratado de Lisboa, a manipulação foi tão despudorada e tão flagrante, que o Tratado carece de legitimidade democrática. E isso terá consequências. Nas palavras de alguém, *"They are ringing the bells now; very soon they will be wringing their hands"* ("Agora, tocam os sinos; em breve, estarão a torcer as mãos").

**Csanád Szegedi (NI).** – (HU) Senhor Presidente, Senhora Ministra Malmström, Senhoras e Senhores Deputados, qualquer debate sobre a assinatura do Tratado de Lisboa é supérfluo enquanto não tivermos clarificado uns com os outros quais são os nossos valores mais fundamentais. Permitam-me que vos dê uns exemplos relacionados com a maior minoria da Europa privada de direito de voto, a comunidade húngara que reside fora da Bacia dos Cárpatos. Estão cientes, por exemplo, de que a autodeterminação territorial para a comunidade húngara de dois milhões de pessoas, num Estado-Membro da União Europeia, ainda não está na agenda até hoje, embora todos saibamos que a autonomia territorial é um instituto jurídico europeu?

Estão cientes de que, nesse mesmo país, a Roménia, várias dezenas de milhares de húngaros Csango não podem, mesmo hoje, exercer o seu culto e ser ensinados na sua língua materna? Temos depois um Estado que é mais novo do que eu, a Eslováquia, com a sua lei da língua eslovaca, que – podemos dizer com razão – envergonha a Europa. Ainda por cima, há políticos desprezíveis que estão a usar os desumanos decretos Beneš como base para negociação. Em que Europa ditatorial e racista vivemos, onde os decretos Beneš podem ser vistos como uma base para negociação? Já basta que nos sejam impostas ditaduras, sempre sob o disfarce da democracia.

Nós, deputados do Partido Jobbik, gostaríamos de viver numa Europa sem os decretos Beneš, sem uma lei de língua eslovaca e sem um Tratado de Lisboa, onde não haja um único húngaro perseguido por causa da sua origem étnica e da sua língua materna. Gostaria, pois, de perguntar ao senhor deputado Swoboda: se disse que os decretos Beneš não são válidos, quando foram compensadas as vítimas?

**Marian-Jean Marinescu (PPE).** – (RO) Neste Parlamento, qualquer que seja o tema em discussão, há certos oradores que falam invariavelmente do mesmo assunto, nem sempre em termos muito próprios.

A primeira prioridade na reunião do Conselho Europeu tem, obviamente, de ser encontrar uma solução que permita à República encerrar o processo de ratificação do Tratado de Lisboa. No entanto, essa solução deve ser uma solução justa para todos os demais Estados-Membros.

Por outro lado, não devemos esquecer a crise económica que continuamos a atravessar e que requer também soluções imediatas da nossa parte. A crise económica e financeira, conjugada com as medidas financeiras especiais adoptadas no ano transacto, desestabilizou de forma alarmante as finanças públicas da maioria dos Estados-Membros da União Europeia. Para já, a Comissão tem debaixo de mira 17 dos 27 Estados-Membros por terem défices excessivos, e as projecções apontam para que outros três Estados-Membros fiquem em breve na mesma situação.

Os Estados-Membros, independentemente do seu poder financeiro, ultrapassaram os números que se haviam comprometido a respeitar, pelo facto de a crise ter provocado uma quebra drástica das receitas orçamentais e uma explosão da despesa pública, que ultrapassou as previsões. Neste momento há, claramente, condições para uma recuperação económica a curto prazo, e é por isso que podemos encetar o debate sobre a redução dos incentivos financeiros em determinadas áreas.

Contudo, temos de analisar a situação específica de cada Estado-Membro em separado, e as instituições europeias têm de reconhecer que não estamos ainda em condições de poder retirar completamente o apoio público a todos os sectores económicos. Os Estados-Membros têm de chegar a um acordo a respeito da prossecução da aplicação da estratégia de relançamento e dos instrumentos adequados para apoiá-la, incluindo o reforço de processos de reformas estruturais capazes, a médio prazo, de reduzir os défices das contas públicas e contribuir naturalmente para a recuperação económica.

Se não for convenientemente gerido pelos Estados-Membros, o período pós-recuperação pode desestabilizar o mercado interno da União Europeia. Assim, a decisão no sentido, e a autorização, da continuação da prestação de apoios públicos devem ter por base a avaliação das condições específicas que se verificam nos diferentes estados.

**Liisa Jaakonsaari (S&D).** – (FI) Senhor Presidente, concordo com o senhor deputado Marinescu quanto à necessidade de o próximo Conselho ter de encontrar a solução para duas questões. Uma é de completar a ratificação do Tratado de Lisboa, e a outra consiste em novos remédios para a crise económica e financeira. Estamos actualmente a atravessar a crise mais profunda da História económica da Europa. Esta crise significará um abalo total das oportunidades, dos rendimentos, das pensões e dos empregos das pessoas, e temos de ter noção disso.

A União Europeia começou a sua recuperação muito bem. Deveríamos agradecer à Comissão por isso. A Comissão e o Banco Central Europeu agiram tão depressa que até os Estados Unidos da América seguiram o exemplo da Europa. Então, as coisas começaram estranhamente a abrandar, e as pessoas começaram a dizer que a crise acabara. A crise, contudo, na verdade, está para vir, porque paira sobre a União Europeia uma guilhotina de quatro lâminas, sob a forma de um desemprego crescente, economias nacionais endividadas, uma população que envelhece e a enorme alteração estrutural que terá lugar no sector florestal, no sector automóvel, e assim sucessivamente.

Na verdade, a única coisa boa acerca desta crise económica é que o que é necessário para resolver os problemas são políticas. Quanto à nova arquitectura financeira, a Comissão está a ser muito inequívoca sobre o assunto.



Esperemos que o grupo de trabalho para a crise económica que o Parlamento constituiu seja uma nova fonte de orientação. O objectivo deve ser a regulamentação dos mercados financeiros. Não se pode, no entanto, permitir que uma regulamentação excessiva impeça o crescimento e o emprego.

**Silvana Koch-Mehrin (ALDE).** – (DE) Senhor Presidente, Senhora Ministra Malmström, Senhor Presidente Durão Barroso, Senhora Comissária Wallström. Calculo, Senhora Ministra Malmström, que tem tantos assuntos para discutir que preferiria ter duas semanas em vez de dois dias para a cimeira da próxima semana. Estes são assuntos que têm real importância para os cidadãos da Europa, tais como a crise económica e como esta pode ser superada, destacando as oportunidades para criar novos empregos e, claro, o Afeganistão. Não se trata de temas novos. No entanto, o que é novo é que, desta vez, é possível discutir tudo a partir da perspectiva de que a UE vai realmente ser capaz de funcionar de forma mais eficaz e de que teremos um novo tratado.

Esta é uma perspectiva estimulante e, portanto, há que actuar agora rapidamente para implementar uma estrutura comum de supervisão dos mercados financeiros europeus, para pôr em prática uma política externa comum e para preparar a cimeira de Copenhaga. Também deverá ser esclarecido rapidamente o que vai ser a estrutura da liderança futura da UE, e vamos deixar de nos ocuparmos de nós próprios. O que precisamos é de olhar menos para o nosso umbigo e de ter mais relatos de sucesso da União Europeia. Por essa razão, desejo-lhe êxito, sorte e toda a capacidade para se impor de que vai precisar.

**Oriol Junqueras Vies (Verts/ALE).** – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, queria frisar que não posso proferir o meu discurso em Catalão visto não ser ainda considerado língua oficial, apesar de ser falado por mais de 10 milhões de cidadãos europeus. Consequentemente, expressei-me hoje em Italiano.

O Governo finlandês reconheceu, recentemente, o direito de todos os cidadãos disporem de ligação à Internet de banda larga, como serviço universal. Na verdade, ao garantir o acesso à informação, impedindo assim o fosso digital, esse serviço constitui elemento de desenvolvimento económico, justiça social e equilíbrio territorial. Também o acesso a preços razoáveis à banda larga é fundamental para edificar a economia baseada no conhecimento, plasmada nos objectivos de Lisboa.

Tenciona o próximo Conselho Europeu adoptar medidas que garantam que a União Europeia é um exemplo para todo o mundo também neste domínio?

**Martin Callanan (ECR).** – (EN) Senhor Presidente, haverá muitos assuntos importantes sobre a mesa no próximo Conselho Europeu mas, em minha opinião, um dos mais relevantes é o futuro do Tratado de Lisboa.

Muitos dos oradores neste debate afirmaram, aparentemente sem ponta de ironia, que o Tratado de Lisboa trará mais democracia e responsabilização às instituições da UE, esquecendo que eles próprios assumiram, deliberadamente, que não deveria haver democracia nem responsabilização no processo de evolução do próprio Tratado. Houve colusão activa entre os Chefes de Governo para evitar que houvesse lugar a qualquer referendo sobre o Tratado, a menos que as pessoas fossem inconvenientes ao ponto de afirmarem abertamente que o não queriam.

Escutei com todo o interesse os comentários de há pouco do Sr. José Manuel Barroso, e gostaria de lhe explicar por que razão as pessoas no Reino Unido estão tão zangadas com isto. Nas eleições gerais realizadas em 2005, no Reino Unido, os três principais partidos políticos comprometeram-se, nos seus manifestos, com a realização de um referendo sobre a Constituição Europeia, como se chamava na altura. Esta passou depois a ser o Tratado de Lisboa, embora, na realidade, se trate do mesmo documento. Na votação na Câmara dos Comuns, dois desses partidos renegaram então essas promessas e recusaram às pessoas um referendo. É pois de uma questão de elementar confiança e de responsabilização política que se trata. As pessoas querem o referendo que lhes foi prometido. Se a promessa não lhes tivesse sido feita, os comentários do Sr. José Manuel Barroso teriam razão de ser, e teria sido normal o processo de ratificação parlamentar no Reino Unido.

Apoiei o Sr. José Manuel Barroso na sua reeleição, mas não necessitamos dos seus sermões sobre confiança e responsabilização na política quando, ao mesmo tempo, ele procura apoiar aqueles que querem recusar às pessoas um referendo. Basicamente, é por essa razão que as pessoas no Reino Unido levam tanto a peito esta questão do referendo. Olham para a Irlanda e vêem que aos irlandeses foi pedido que votassem duas vezes sobre o documento, ao passo que a nós foi-nos recusada a possibilidade de votar uma vez sequer. Não se pode, por um lado, argumentar que o Tratado vai trazer mais democracia e responsabilização à UE, e, por outro lado, recusar aos eleitorados da UE a possibilidade de dizerem uma palavra que seja acerca deste documento.

**Mario Borghesio (EFD).** – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, também eu queria chamar a atenção para alguns aspectos que, tendo em vista a possível entrada em vigor do Tratado de Lisboa, merecem reflexão mais profunda, nomeadamente à luz do alcance do recente acórdão do Tribunal Constitucional alemão sobre esse Tratado.

Centrar-me-ia em especial na ausência de legitimidade democrática na sequência de dois aspectos: a representação inadequada no Parlamento Europeu, assim como nas diversas instituições europeias, dos países mais populosos, e a pouca consideração demonstrada pelos parlamentos nacionais no que respeita ao exercício dos seus poderes soberanos a nível da União Europeia.

Outra falha, a meu ver significativa, do Tratado de Lisboa, reside no facto de praticamente se ignorar o papel dos parlamentos regionais. Os parlamentos nacionais são pouco considerados e devo dizer que, na sua redacção actual, o Tratado desfere o golpe mortal ao princípio da subsidiariedade.

O acórdão do Tribunal Constitucional alemão, em razão justamente da sua autoridade e poder, devia ter levado, e estamos ainda a tempo de o convocar, a um vasto debate jurídico e político nesta Assembleia que se debruçasse sobre os perigos, os riscos que podem surgir como resultado do processo de federalização da União Europeia introduzido por este Tratado.

Não posso deixar de fazer menção aos direitos das nações sem Estado, da Padânia à Bretanha, da Córsega ao Vale d'Aosta. Dezenas de nações sem Estado mereciam ser aqui referidas, tendo em conta que os pais fundadores pretendiam criar uma Europa das nações e não uma Europa federalista ou uma Europa dos grandes interesses.

#### **PRESIDÊNCIA: PITTELLA**

*Vice-presidente*

**Franz Obermayr (NI).** – (DE) Senhor Presidente, no que diz respeito ao tema da imigração ilegal na União Europeia, gostaria de salientar que houve um aumento significativo e muito sério em relação ao ano passado. Segundo a Comissão, o número de imigrantes ilegais registados aumentou cerca de 63%.

Em 2008, 62 000 conjuntos de impressões digitais dos imigrantes ilegais que foram interceptados, deram entrada na base de dados EURODAK. Não conseguimos sequer adivinhar o número de imigrantes que não chegaram a ser capturados.

A situação geográfica da Áustria, país de onde provenho, faz dela um destino muito popular, o que teve consequências desastrosas. Por exemplo, 58 dos 64 curdos que foram recentemente detidos, desapareceram no centro de recepção e imediatamente a seguir apresentaram pedidos de asilo, o que implica um processo muito moroso.

O encargo representado pelo número sempre crescente de imigrantes ilegais – gostaria de sublinhar a palavra “ilegal” neste contexto – está a tornar-se insuportável para os cidadãos da UE. Se não solucionarmos este problema rapidamente, não podemos ficar surpreendidos com o cepticismo crescente sobre a UE e o sentimento de resignação entre os nossos cidadãos. Peço, portanto, que o Conselho Europeu examine este assunto, em 29 e 30 de Novembro.

**Elmar Brok (PPE).** – (DE) Senhor Presidente, Senhora Comissária Wallström, Senhora Ministra Malmström, Senhoras e Senhores Deputados, o Tratado de Lisboa deve entrar em vigor e ser implementado rapidamente. Já são suficientes mais de dez anos de debates entre as instituições. Agora, finalmente, vamos precisar destes instrumentos para podermos ser capazes de ajudar os cidadãos da Europa. Particularmente durante a crise económica, temos de fazer algo pelos cidadãos na luta contra o desemprego e outros problemas semelhantes. Por esta razão, devemos rapidamente concluir estes debates.

É por isso que peço ao Presidente Klaus que desimpeça o caminho para o tratado que foi ratificado nos 27 países. Na República Checa, o Tribunal Constitucional disse “sim” ao tratado em duas ocasiões, e irá fazê-lo pela terceira vez. É também claro que a Carta dos Direitos Fundamentais é apenas aplicável no contexto do direito europeu. Os regulamentos do país são da exclusiva competência da autoridade nacional. A lei em vigor antes do direito comunitário não será invalidada pelo direito comunitário. Estas três salvaguardas estão instituídas, o Presidente não precisa de se preocupar. Se necessário, o Conselho Europeu poderá esclarecer estes pontos mais uma vez através da emissão de uma declaração.

Neste contexto, gostaria de fazer outro comentário. A implementação do tratado deve reflectir os três princípios do projecto de Constituição e à Convenção Constitucional: eficiência, transparência e democracia. Chegado a este ponto, gostaria de mencionar o Serviço de Acção Externa, em especial, dado que iremos debater este assunto de novo esta tarde. Transparência, democracia e, em particular, o princípio da comunidade não devem ser sacrificados para alcançar eficiência. As salvaguardas necessárias devem ser instituídas. Poderíamos dizer que parte da Comissão tem um carácter *sui generis*, mas é possível falar sobre todos os tipos de questões neste contexto. Por esta razão, Senhora Ministra Malmström, gostaria de lhe pedir para abandonar os actuais planos do seu governo e não elaborar directrizes para o Serviço de Acção Externa durante a reunião do Conselho Europeu da próxima semana, pois tal limitaria as possibilidades de negociação, chegando, em contrapartida, a uma decisão final sobre este assunto juntamente com o Alto Representante, de modo que tenhamos uma base comum e justa para negociação.

**William (The Earl of) Dartmouth (EFD).** – (EN) Senhor Deputado Brok, falou em dez anos de debates em torno do Tratado de Lisboa. Não lhe ocorre que, nesses dez anos de debates, o senhor e os seus colegas pura e simplesmente não conseguiram convencer um número suficiente de pessoas, razão pela qual o senhor e os seus colegas tiveram de recorrer à flagrante manipulação de que há pouco falei para conseguirem levar o Tratado avante?

**Elmar Brok (PPE).** – (DE) Gostaria de dizer ao estimado colega que as mudanças institucionais decorrentes do Tratado de Nice, do Tratado Constitucional e do Tratado de Lisboa sempre tiveram o amplo apoio da população da Europa e o amplo apoio da maioria dos Estados europeus. Sempre houve Estados que, a título individual e em parte por razões de política interna, tomaram decisões diferentes. Agora temos uma decisão tomada nos parlamentos dos 27 Estados – e os parlamentos não são uma forma secundária de democracia – ou em referendos, como na Irlanda. Assim sendo, uma grande maioria está a favor do Tratado de Lisboa, incluindo a maioria da população do país do senhor deputado.

**Libor Rouček (S&D).** – (CS) Gostaria de fazer alguns comentários, antes da reunião do Conselho Europeu, sobre a ratificação do Tratado de Lisboa no meu país, a República Checa. Os checos disseram um claro “sim” ao Tratado de Lisboa através dos seus representantes eleitos em ambas as Câmaras do Parlamento. Todas as sondagens à opinião pública indicam que eles desejam que o Presidente Klaus assine rapidamente o Tratado. Os checos também querem que lhes sejam garantidos os mesmos direitos humanos, civis e sociais na Europa que aos restantes europeus. Também foi por isso que disseram claramente “sim” à Carta dos Direitos Fundamentais. O Presidente Klaus é conhecido por se opor há muito à Carta, particularmente, às suas secções relacionadas com as questões sociais. Agora, sob o pretexto da chamada “ameaça dos Sudetas”, está a tentar negociar, sob pressão de tempo, uma cláusula de não participação para a República Checa.

A União Europeia não deve jogar este jogo desonesto. A maioria dos checos quer a Carta na sua totalidade, incluindo as secções que dizem respeito às questões sociais. É triste, lamentável e indigno o papel do Presidente checo ao arrastar os alemães dos Sudetas para este jogo, 65 anos depois do fim da Segunda Guerra Mundial. Tantos os checos, como os alemães dos Sudetas viveram horrores mais que suficientes e sofrimentos causados pela guerra e pela expulsão. Estou firmemente convencido de que tanto os checos, como os alemães dos Sudetas, aprenderam com esta experiência trágica, e que checos, alemães e alemães dos Sudetas querem viver e construir em conjunto uma nova Europa unida em paz e cooperação.

**Fiona Hall (ALDE).** – (EN) Senhor Presidente, tanto a Presidência sueca como a Comissão salientam a importância de um acordo a nível da UE sobre o financiamento de medidas de combate às alterações climáticas a favor dos países em desenvolvimento, e eu concordo com essa posição. Todavia, a proposta sobre a mesa, avançada pela Comissão, é uma proposta ardilosa que os países em desenvolvimento têm toda a razão em pôr em causa.

O Sr. José Manuel Barroso disse ainda há pouco que as receitas do mercado das emissões de carbono nos países emergentes darão para cobrir a maior parte dos 100 mil milhões de euros anuais que, segundo as estimativas, aqueles países terão de despende para limitar o aumento das suas emissões e para se adaptarem às alterações climáticas.

Contudo, não existe qualquer certeza de que o mercado internacional do carbono vá gerar, para os países em desenvolvimento, fluxos financeiros da ordem de 38 mil milhões de euros por ano. Temos visto como o preço do carbono tem estado instável no regime de comércio de direitos de emissão, na UE, e o quanto tem tardado o arranque de um verdadeiro mercado do carbono.

Outro erro crasso é partir do princípio de que os países em desenvolvimento e os países emergentes estarão na disposição de financiar as suas próprias medidas de eficiência energética. É uma suposição absurda. O

que tem bloqueado a eficiência energética nos nossos próprios países é a falta de mecanismos de financiamento à cabeça, e, não obstante, assumimos que os países em desenvolvimento vão conseguir, por si próprios, arranjar dinheiro. Precisamos de mais financiamentos.

**Andreas Mölzer (NI).** – (DE) Senhor Presidente, gostaria de fazer três comentários sobre a próxima reunião do Conselho. Em primeiro lugar, o "sim" irlandês é, na minha opinião, primordialmente um resultado da crise financeira. Entretanto, os bancos foram resgatados há um ano atrás com o dinheiro dos contribuintes, mas, agora, os banqueiros voltarão a receber os seus salários astronómicos. A UE irá certamente ser avaliada pelo grau com que puder pôr fim ao desaparecimento de milhões de euros do dinheiro dos contribuintes para dentro deste buraco negro.

Em segundo lugar, novas personagens começam a ocupar as primeiras posições no seio da UE, em resultado do Tratado de Lisboa. As suas qualificações profissionais são definitivamente de segunda classe, pois a maioria dos candidatos são políticos falhados que foram apeados do poder nos seus países de origem. Quem irá representar a UE agora? O Presidente do Conselho, o Alto Representante ou o Presidente da Comissão? Haverá certamente caos.

A minha terceira observação, Senhor Presidente, é a seguinte. Se o presidente Václav Klaus da República Checa assina o Tratado de Lisboa, na condição de haver uma nota de rodapé onde é garantido que continuam em vigor os Decretos Beneš, ou seja, decretos que são contrários ao direito internacional e aos direitos humanos, então é porque haverá dois tipos de direitos fundamentais: os dos alemães, dos alemães dos Sudetas e de todos os outros. Não se pode permitir uma situação destas!

**Jacek Saryusz-Wolski (PPE).** – (EN) Senhor Presidente, com a aproximação do Tratado de Lisboa, é de esperar que o Conselho Europeu de Outubro faça progressos numa das questões prioritárias – o Serviço Europeu de Acção Externa (SEAE). O Parlamento Europeu apelou repetidas vezes à criação de uma verdadeira diplomacia europeia comum. O SEAE tem potencial para assegurar a unidade e a coerência da nossa acção externa, o que é fundamental se queremos que a União actue e fale a uma voz e enfrente com eficácia os desafios externos, como a segurança energética.

Para podermos tirar partido da oportunidade que constitui a criação do SEAE, é de esperar que o Conselho tenha em consideração a posição do Parlamento Europeu aprovada esta semana na Comissão dos Assuntos Constitucionais, com destaque para o que passo a expor. Uma política externa forte exige que dotemos o(a) novo(a) chefe da diplomacia europeia de instrumentos adequados que lhe permitam reforçar a nossa política de negócios estrangeiros. O SEAE deve basear-se no método comunitário e contar claramente com o envolvimento da Comissão e do Parlamento Europeu. O âmbito de competências do Alto Representante deve ser vasto, incluindo políticas relacionadas com a PESC, como sejam as políticas de alargamento, vizinhança, comércio e desenvolvimento.

Condição indispensável de uma política externa vigorosa e coerente é a legitimidade democrática, que apenas pode ser assegurada através de um forte envolvimento do Parlamento Europeu. Tal envolvimento deve ser considerado em duas fases: consulta ex-ante do Parlamento durante o processo de criação do SEAE, e consulta ex-ante do Parlamento na definição dos objectivos de política externa. Uma vez nomeado o Alto Representante e criado o SEAE, deve ser atribuído um mandato decisivo ao Parlamento Europeu para que tenha parte activa no controlo da política externa da UE e no referido serviço.

Na fase de implementação, não devemos permitir que se diluam as disposições de política externa baseadas no Tratado de Lisboa. A legitimidade democrática do novo serviço também depende da sua composição. Deve ser tido em conta o equilíbrio geográfico da União. A justa representação de todos os Estados-Membros nas Instituições da UE é um princípio de base, e o SEAE não deve ser excepção.

**Pervenche Berès (S&D).** – (FR) Senhor Presidente, Senhora Presidente em exercício do Conselho, mais de quatro meses após a eleição deste Parlamento Europeu, a senhora vai reunir um Conselho Europeu num momento de incertezas da União Europeia, com uma Comissão que continua em funções para os assuntos de gestão corrente.

Se não queremos desesperar totalmente os cidadãos europeus, parece-me que o Conselho Europeu poderia emitir duas mensagens. A primeira é a de que, um ano após a solidariedade que todos os Estados europeus exerceram para com os bancos, o senhor deveria lançar uma iniciativa para um debate europeu sobre a taxa sobre as transacções financeiras ou sobre a contribuição que os bancos devem fazer para o orçamento dos Estados-Membros, de forma a assegurar a solidariedade de volta.

E depois, Senhora Comissária Malmström, em nome da Comissão Europeia, o Presidente da Comissão informou-nos que apoiava o orçamento tal como se encontra agora elaborado e que, um ano depois do plano de relançamento, não devemos pôr-nos a inventar coisas novas. Ora, desde há um ano, a situação no domínio do emprego e das dívidas agravou-se consideravelmente. O orçamento que nos é proposto hoje é um orçamento que não chega a financiar metade do plano de relançamento que os senhores imaginaram há um ano. Então, eis mais uma mensagem sobre a qual este Conselho Europeu deveria mobilizar-se: tributação das transacções financeiras, solidariedade dos bancos para com o orçamento dos Estados-Membros e um verdadeiro plano de relançamento, tal como tinha sido iniciado há um ano, altura em que tínhamos denunciado a sua insuficiência.

**Marian Harkin (ALDE).** – (EN) Senhor Presidente, em primeiro lugar, é um prazer ver aqui a minha antiga colega Cecilia Malmström, sobretudo na sequência do "sim" convicto dos irlandeses ao Tratado de Lisboa e da subsequente assinatura deste pelo Presidente polaco democraticamente eleito. Penso que estas duas aprovações adicionais irão fazer com que seja a Presidência sueca, assim o espero, a presidir à ratificação definitiva do Tratado de Lisboa.

Contudo, a maioria dos cidadãos europeus está muito mais preocupada em saber o que a UE está a fazer para lidar com a actual crise económica do que com os pormenores do processo relativo ao Tratado de Lisboa. Assim, o que tenho a dizer aos meus amigos eurocépticos é o seguinte: "Esqueçam o assunto!". Antes do "sim" irlandês, 27 milhões de cidadãos europeus votaram "sim" e 24 milhões votaram "não". É assim a legitimidade democrática.

Ocupemo-nos antes do mundo real. Nesse sentido, gostaria de falar sobre o instrumento microfinanceiro para o emprego e a inclusão social – Progress, concebido para dar aos desempregados uma possibilidade de começar de novo, ajudando-os na criação de microempresas. Serão afectados 100 milhões de euros a título deste instrumento, podendo vir a ser disponibilizados mais 500 milhões de euros sob a forma de microcrédito. No entanto, tenho a dizer à Comissão e ao Conselho que isto não é de todo suficiente. A UE tem neste momento uma oportunidade real para dar resposta às verdadeiras necessidades dos seus cidadãos, mas necessitamos de mais investimento.

**Wim van de Camp (PPE).** – (NL) Senhor Presidente, é bom que a União Europeia saboreie durante algum tempo o sucesso do referendo irlandês. Devemos congratular-nos igualmente com o passo importante que foi dado na via do Tratado de Lisboa. É evidente que todos estamos preocupados com a República Checa. Vamos aguardar com respeito a decisão do Tribunal, mas, por favor, sejamos pacientes e prudentes nos nossos contactos com o Sr. Klaus. Se o atacássemos, isso poderia ser contraproducente.

Copenhaga e o sucesso da conferência são uma fonte de esperança, não só para a Europa, mas também para todo o mundo. A sustentabilidade é uma fonte de desenvolvimento tecnológico. Desenvolvimentos tecnológicos importantes na Europa, como o armazenamento de CO<sub>2</sub>, por exemplo, também podem ajudar a combater a crise económica.

E chego assim ao meu terceiro ponto: a crise económica. Queremos uma Europa dos cidadãos. Há que prestar mais atenção ao emprego, e, nesse tocante, os planos do Conselho são bons. Porém, eles são ainda muito remotos e em grande medida desconhecidos para muitos cidadãos. A supervisão financeira das instituições bancárias também é muito importante, e espero que na próxima semana também consigam fazer progressos nesse domínio.

Por último, a abordagem à problemática do asilo. Apoio fortemente as intenções da Presidência sueca, mas o certo é que faltaram resultados concretos, inclusive no que respeita às deliberações do Conselho. Na semana passada, aquando da reunião da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos, ouvimos a queixa de que os resultados concretos alcançados pela Comissão, o Conselho e o Parlamento continuam a ser insuficientes.

**Gianluca Susta (S&D).** – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, chegou a hora de este Parlamento pôr fim ao interminável debate sobre o Tratado de Lisboa, a que continuamos hoje a assistir.

Penso que devemos respeitar a vontade deste Parlamento, dos grandes países europeus, dos 27 e dos 26 que ratificaram este Tratado sob diversas modalidades, mas sempre democraticamente; assim, as desconsiderações ao Tratado e ao seu conteúdo democrático devem também ser rejeitadas. Creio que a reunião do Conselho do fim do mês constituirá uma importante oportunidade para reafirmar a necessidade de dar fôlego à ideia da Europa subjacente a Lisboa e relançar a economia, bem como para garantir que a Europa não esquece o

grande problema das alterações climáticas. Deste ponto de vista, creio que aquilo que ultimamente ouvimos da Presidência em exercício, como também o que hoje ouvimos, é insuficiente.

A Europa subjacente a Lisboa não está a interpretar correctamente o forte conteúdo no novo Tratado e não está a cumprir os termos da Agenda de Lisboa. Para que nós, 500 milhões de Europeus, possamos continuar a ser a maior potência económica mundial, uma potência que se prepara para ser peça política fundamental no cenário internacional, insto a Comissão a desempenhar cabalmente o seu mandato de propor legislação europeia sobre as grandes questões relacionadas com a economia, a recuperação europeia e a recuperação do mercado de trabalho, e insto o Conselho a transformar uma longa lista de intenções numa verdadeira política que ajude a resolver as dificuldades económicas.

Eis, na minha opinião, o que falta. Falta um grande plano de recuperação económica, faltam planos em domínios basilares como a reabilitação da política de infra-estruturas com as euro-obrigações, e falta uma abordagem europeia de alto nível. É isso que esperamos do Conselho Europeu que irá reunir-se no final deste mês.

**Johannes Cornelis van Baalen (ALDE).** – (EN) Senhor Presidente, é extremamente importante combater a crise económica, e isso também passa por ajudar as pequenas e médias empresas. Temos de nos comprometer com as conclusões do Grupo Stoiber, e gostaria de saber, da parte quer da Comissão quer do Conselho, se estão empenhados nesse processo e que medidas tencionam tomar, pois temos necessariamente de reduzir a burocracia.

Outro assunto que gostaria de debater é o Protocolo de Ancara. O Ministro dos Negócios Estrangeiros turco afirmou, numa entrevista pública na Haia, que a Turquia não vai ratificar nem aplicar o Protocolo de Ancara. Foi uma declaração proferida numa entrevista de divulgação autorizada, publicada no diário *de Volkskrant* de 7 de Outubro de 2009. Que vamos fazer? Como disse o Comissário Rehn perante a Comissão dos Assuntos Externos, não podemos voltar a pedir-lhes cordialmente que ratifiquem. O prazo é dia 1 de Novembro. Que medidas vamos tomar?

**Gunnar Hökmark (PPE).** – (SV) Senhor Presidente, Senhora Ministra, Senhora Comissária, é um prazer contar com a vossa presença. Gostaria de me referir a dois aspectos antes da Cimeira Europeia. A primeira questão que desejo suscitar diz respeito ao clima. Penso que é importante ir para as negociações com o objectivo de que a melhor solução para esta questão é aquela que implica um compromisso conjunto por parte de todos. E digo-o, porque, no debate, falamos muitas vezes como se se tratasse de formular a melhor solução aqui na Europa ou num determinado país. Todavia, isso não é suficiente se não conseguirmos associar a China, a Índia e todo o conjunto de países que actualmente não assumiram o compromisso conjunto em relação às questões climáticas. Isto significa que devemos privilegiar o pragmatismo e os resultados. Este tipo de solução deve também exigir que todos os países estejam em condições de assumir compromissos. Os compromissos e as políticas noutras regiões do mundo não devem basear-se em investimentos permanentes europeus; devem, pelo contrário, assentar numa economia sólida, num crescimento sólido e num desenvolvimento sólido de novas oportunidades – com a ajuda da Europa e de outros países ricos.

O segundo tema a que desejo aludir diz respeito aos mercados financeiros. Penso que é importante salientar que, mais do que qualquer outra coisa, a estabilidade dos mercados financeiros exige aquilo que designamos por macro-economia estável, isto é, a estabilidade das finanças públicas. Isto significa que o debate sobre os défices orçamentais elevados é muito mais importante do que outros elementos, como a forma que assumirá a regulação de um mercado financeiro individual. Todavia, a estabilidade dos mercados financeiros também obriga à estabilidade do crescimento, dos investimentos e à criação de novos empregos. Ou seja, ao legislarmos sobre os mercados financeiros, devemos prever uma melhor supervisão, medidas transfronteiriças e transparência. Não devemos temer que o investimento fuja para outros mercados. Precisamos de estabilidade na nossa própria economia e nos nossos próprios mercados financeiros.

**Juan Fernando López Aguilar (S&D).** – (ES) Senhor Presidente, o resultado positivo do referendo irlandês torna mais plausível e iminente do que nunca a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, o que é uma boa notícia porque significa que vamos ter, finalmente, instituições com capacidade de acção. Para começar, serão capazes de nos ajudar a sair da crise e abordar a sua dimensão social, nomeadamente a questão da criação de emprego. No entanto, para além desta questão, as alterações climáticas, a energia e as regras do comércio justo devem igualmente estar inscritas na agenda.

A Cimeira constitui também uma ocasião para dar o impulso inicial e decisivo necessário para determinar a composição da nova Comissão, e já ouvimos o Presidente José Manuel Barroso antecipar quais vão ser os critérios de selecção.

Gostaria de sublinhar a importância de duas coisas. Em primeiro lugar, enquanto membro do Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu, penso que a composição da Comissão deve ser equilibrada. O Grupo S&D referiu a importância que teria o facto de o Alto Representante provir desta família política, mas não há dúvida de que é igualmente importante garantir um equilíbrio entre homens e mulheres.

Por outro lado, o grupo também aludiu à repartição das pastas e referiu-se a uma que é para mim particularmente importante como jurista comprometido com a liberdade e como presidente da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos, pasta essa que está relacionada com a subdivisão da Direcção-Geral da Justiça e dos Assuntos Internos numa DG consagrada às questões relativas à justiça e aos direitos fundamentais e numa outra DG dedicada às questões de segurança.

Penso que não é a solução correcta. A solução correcta não consiste em subordinar a justiça à importância da segurança, nem tão-pouco em contrapor-las, mas em criar uma Direcção-Geral da Justiça e dos Direitos Fundamentais, uma segunda Direcção-Geral dos Assuntos Internos e uma terceira que não associe segurança e imigração, mas as separe, criando-se assim uma Direcção-Geral da Segurança e outra para a Imigração, o Asilo e os Refugiados, que inclua o domínio dos direitos fundamentais.

**Brian Crowley (ALDE).** – (EN) Senhor Presidente, se recuar dez anos nos nossos debates sobre estas cimeiras, verá que, desde então, foram apresentadas muitas ideias, planos e propostas semelhantes por deputados a esta Assembleia, por Membros do Conselho e também por Comissários. Nesse contexto, se algo me foi dado comprovar no último ano é que, quando a União actua em conjunto e de forma solidária na promoção de grandes planos e grandes ambições, ela faz o mundo avançar. Talvez este seja um momento para planos maiores e maiores ambições quanto à forma como pretendemos avançar no futuro.

Muitos falaram aqui sobre o flagelo do desemprego que se abateu sobre tantas pessoas nos últimos meses, afirmando que é chegado o momento de tomar medidas sérias para remover os "ramos secos", ou redundâncias, da regulamentação e nos livrarmos dos bloqueios às empresas e aos empreendedores que criam novas empresas.

Permitam-me salientar que, quando falo de solidariedade, não é sobre os grandes contra os pequenos, e, aliás, um receio que eu tenho é que o novo G20 possa ter um impacto negativo nos países de pequena e média dimensão que estão a emergir nestes novos mercados.

Por último, uma palavra à Senhora Presidente em exercício do Conselho, a quem proponho que inscreva a questão da prorrogação do prazo de protecção dos direitos de autor na ordem do dia do Conselho, assim como na agenda da Presidência sueca.

**Tunne Kelam (PPE).** – (EN) Senhor Presidente, com o Tratado de Lisboa prestes a entrar em vigor, este é um momento histórico para nos concentrarmos, acima de tudo, no futuro comum e no bem comum da Europa. Penso que não será a melhor altura para, aproveitando os últimos momentos, promover interesses nacionais, causando irritação aos parceiros.

Os desafios globais que se colocam à Europa não poderão ser resolvidos sem instituições e políticas comuns eficazes. Contudo, a Europa de hoje necessita, mais do que nunca, da visão, do compromisso moral e da percepção de valores comuns europeus que inspiraram os nossos pais fundadores e os levaram a quebrar o círculo vicioso da história e dos egoísmos nacionais. Daí que, para garantir o avanço e a credibilidade da Europa no mundo, necessitemos não propriamente de bons negociadores mas de verdadeiros homens de Estado, de dirigentes democráticos fortes e com visão e autoridade para introduzirem mudanças, também, a nível da Europa.

Assim, necessitamos de um compromisso inequívoco com políticas europeias comuns, e de pôr claramente em prática tais políticas. Precisamos não apenas de uma política externa e de segurança comum, com um serviço de acção externa, mas também de uma política energética comum. O Conselho Europeu irá igualmente aprovar a Estratégia para o Mar Báltico. Gostaria de agradecer uma vez mais à Comissão e à Presidência sueca por terem tomado este ponto em consideração. Cabe agora ao Conselho pôr em execução esta estratégia, quanto antes. Faço votos de que a Estratégia para o Mar Báltico mereça a atenção que lhe é devida, também por parte das Presidências espanhola e belga. Subscrevo a ideia da Senhora Ministra Malmström de que a Estratégia para o Mar Báltico pode ser encarada como um modelo-piloto para outras macro-regiões da Europa. Contudo, nenhuma estratégia da UE será levada a sério se não dispuser de suficientes recursos para a sua aplicação. A rubrica orçamental existente necessita de algum dinheiro e de alguma credibilidade.

**Edite Estrela (S&D).** - Duas breves notas: a primeira sobre o Tratado de Lisboa, depois do *sim* na Irlanda e da assinatura do Presidente da Polónia, espera-se que o Tribunal Constitucional da República Checa se pronuncie e que o Presidente Klaus faça o que deve: assinar o Tratado. O Conselho não pode ceder à chantagem do Presidente da República Checa. O Tratado de Lisboa é indispensável a um melhor funcionamento das Instituições europeias, além de ter outras vantagens, designadamente o reforço dos poderes do Parlamento Europeu e dos direitos dos cidadãos. Daí a urgência da entrada em vigor do Tratado de Lisboa. O Conselho e a Comissão devem dar um prazo ao Presidente Klaus para que ele se comporte como Presidente de um país democrático e membro da União Europeia. Não é aceitável sequer pensar que a vontade de um qualquer governante se pode sobrepor à vontade da maioria.

A segunda nota é sobre a Conferência de Copenhaga: meus Senhores, o mundo precisa de um acordo global de combate às alterações climáticas, o mundo precisa que se trave o sobreaquecimento do planeta, precisam os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento, por isso têm de conjugar esforços e tomar uma decisão ambiciosa. Copenhaga é a grande oportunidade para se evitar a catástrofe, é o que dizem os cientistas. Invocar a crise financeira para atrasar ou reduzir a ambição em relação a Copenhaga não é argumento, não é sério. Ambição é preciso para salvar o planeta.

**Gay Mitchell (PPE).** – (EN) Senhor Presidente, no espaço de uma geração, a população da União Europeia será de cerca de 6% da população mundial. Não falta muito para lá chegarmos, razão pela qual não podemos continuar a ter uma presidência rotativa do Conselho Europeu de seis em seis meses, e até cinco pessoas diferentes a pronunciarem-se sobre os assuntos relacionados com a acção externa da União. No espaço dessa geração, também, a população do mundo aumentará em cerca de dois mil milhões de pessoas. Noventa por cento desse aumento registar-se-á no que é hoje o mundo em desenvolvimento, onde todos os anos morrem aproximadamente 11 milhões de crianças, cerca de cinco milhões delas por falta de medicamentos disponíveis, há mais de trinta anos, no chamado Ocidente.

Neste contexto, não importa apenas estarmos bem organizados para gerir a Europa internamente; também é importante dispormos dos recursos necessários para lidarmos com situações como esta no mundo em desenvolvimento, e é por essa razão que quero aqui defender a necessidade de a UE ter um Comissário ou Comissária responsável pela Ajuda ao desenvolvimento que seja forte, independente e autónomo(a), dotado(a) do seu próprio orçamento e de competências próprias, e que deverá responder perante este Parlamento através da nossa Comissão do Desenvolvimento.

É crucial que o Alto Representante, ou Ministro dos Assuntos Externos, ou seja qual for o título que quiserem dar a essa pessoa, tenha muitas responsabilidades, muitas incumbências, mas há um aspecto que exige da nossa parte uma atenção especial. Quero aqui defender vivamente não apenas que o cargo de Comissário para o Desenvolvimento seja mantido mas também que esta pasta seja confiada a alguém que esteja à altura do cargo e determinado(a) a assegurar que os países nossos vizinhos, os mais próximos da União Europeia, sejam tratados com respeito, e isto por razões altruístas mas não só.

**Monika Flašíková Beňová (S&D).** – (SK) O tema mais importante para a próxima reunião do Conselho será a conclusão da ratificação do Tratado de Lisboa e a implementação do Tratado.

O processo introduzido pelo Tratado de Lisboa reforçará a União tanto a nível interno, como num contexto global. O reforço da posição da União está estreitamente ligado ao reforço da cooperação no domínio do actual terceiro pilar. A União será mais aberta, mais eficaz e mais democrática. O desafio e a prioridade principais consistem em assegurar os direitos e liberdades fundamentais, assim como a integridade e segurança na Europa. O caminho para alcançar estes objectivos consiste no pleno apoio, na implementação eficaz e no respeito suficiente pelas leis e instrumentos existentes relacionados com a protecção dos direitos humanos e as liberdades civis.

O Programa de Estocolmo enfatiza a afirmação destes direitos, em especial, no domínio da justiça e da segurança. Temos dar prioridade a mecanismos que facilitem o acesso dos cidadãos aos tribunais, de modo a que seja possível fazer valer os seus direitos e interesses legítimos em toda a União. A nossa estratégia também deve consistir no reforço da cooperação policial e na execução dos direitos, assim como no aperfeiçoamento da segurança na Europa. É necessário desenvolver uma estratégia de segurança interna que contemple o combate ao extremismo crescente nos Estados-Membros e a eliminação da tensão provocada por políticos irresponsáveis, através de soluções concretas em questões sensíveis como, por exemplo, a imigração, a política de asilo ou a questão dos romanichéis e das minorias nacionais, de modo a que estas questões não sejam exploradas pela extrema-direita.



Uma migração bem organizada pode beneficiar todas as partes envolvidas. A Europa necessitará de uma política de imigração flexível que possa responder às necessidades da sociedade e do mercado de trabalho nos diversos Estados-Membros da UE.

Para garantir uma política de imigração e de asilo credível que seja sustentável a longo prazo, temos, contudo, de prestar muita atenção ao problema da migração ilegal, que preocupa seriamente os nossos cidadãos.

**Mario Mauro (PPE).** – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, coragem, coragem! Eis o que me apetece dizer na perspectiva da realização da reunião do Conselho. No que se refere ao debate sobre as nomeações de novos Comissários, do novo Ministro dos Negócios Estrangeiros da União Europeia e do Presidente do Conselho Europeu – ou seja, aqueles que, com o Presidente Barroso e demais Comissários, terão a tarefa de superintender a política europeia no futuro próximo –, o único método de tomada de decisão possível terá de consistir em considerar tão profundamente quanto possível os interesses dos cidadãos europeus.

Convém, portanto, escolher pessoas com espessura, tanto na sua vertente de políticos como de seres humanos, cujos esforços nacionais e europeus se tenham pautado pela procura do bem comum. São estes os alicerces sobre os quais continuamos a trabalhar questões essenciais como as alterações climáticas, eventualmente analisando mais profundamente as exigências das diversas economias e da crise económica, com a ajuda de iniciativas arrojadas como as euro-obrigações, que deviam constar da ordem do dia da próxima reunião do Conselho.

Permitam-me que conclua citando palavras do Papa Bento XVI – que gostaria, por uma vez, de ver consideradas no próximo Conselho Europeu – porque são palavras que recordam, oportunamente, a responsabilidade partilhada de todos os cidadãos e todos os representantes políticos de dar resposta à exigência de, juntos, procurar na verdade o incentivo que falta para lançar as fundações de algo importante para nós e para as gerações futuras.

O progresso e a civilização nasceram da unidade, e a Europa demonstrou grandeza quando transmitiu os valores fundamentais que retirou da fé cristã, fazendo deles o património cultural e a identidade das nações. Em consequência, parece-me claro qual a via que há que seguir para conseguir ultrapassar o desafio fundamental de relançar a Europa como potência mundial.

**Zuzana Roithová (PPE).** – (CS) Senhor Presidente, o Tratado de Lisboa constitui um tema decisivo. A jurisprudência do Tribunal Constitucional checo é consistente e não acredito que, na próxima semana, o Tribunal venha a considerar que o Tratado é incoerente com a Constituição checa. No entanto, duvido que o Presidente ponha fim à sua obstrução. Mas a República Checa não tem um sistema presidencialista e o governo pode intentar uma acção contra um presidente que excede a sua competência. É um facto que Václav Klaus recusou durante anos nomear um advogado para juiz pelo simples facto de ter perdido um processo com ele em tribunal e que não respeita as decisões do Supremo Tribunal Administrativo. Para além deste advogado, há 500 milhões de cidadãos europeus que se tornaram reféns dos caprichos do nosso Presidente. Os danos são consideráveis. Em tempo de crise, a nomeação de uma nova Comissão está em suspenso, o Parlamento não possui competências para resolver a questão do orçamento, os parlamentos nacionais não podem, entretanto, passar cartões amarelos ou vermelhos e nós não estamos a utilizar as novas competências para combater as epidemias, as crises energéticas, o terrorismo e o crime organizado ou os novos princípios da protecção civil e da ajuda humanitária.

A Carta pode ser rejeitada, só por causa dos defuntos Decretos Beneš. Isto é simplesmente absurdo, não só por causa da escolha do momento, mas também porque não existem quaisquer fundamentos legais para tal. O artigo 345.º do Tratado de Lisboa até afirma explicitamente que não se aplica a questões de propriedade nos Estados-Membros. A Carta não cria novas possibilidades legais além daquelas que já existem para litígios relativos à propriedade na República Checa. Além disso, o Regulamento n.º 44 sobre o reconhecimento de decisões também não contempla questões de propriedade de há 50 anos atrás. Apesar disso, os meios de comunicação social checos estão agitados com dúvidas. O que se está a passar realmente na República Checa? É claro que as próximas eleições presidenciais na República Checa serão muito disputadas e Václav Klaus está empenhado, através desta peça de teatro, em cultivar a imagem de um líder poderoso, que pode enfrentar sozinho toda a UE e defender a propriedade dos checos contra os estrangeiros. Aprecio o facto de a UE não ter pressionado a República Checa e gostaria de pedir paciência até que o défice democrático causado pelo nosso Presidente seja resolvido no próprio país, antes das eleições no Reino Unido. Para terminar, gostaria de voltar a pedir ao Conselho que fique do lado da República Checa na oposição à introdução unilateral da

obrigação de visto para os cidadãos checos por parte do Canadá e que tome uma decisão sobre sanções conjuntas.

**Georgios Papastamkos (PPE).** – (EL) Senhor Presidente, vou concentrar a minha intervenção em três pontos. Primeiro ponto: a crise económica. A crise atinge indiscriminadamente todos os sistemas económicos, tanto os fortes como os menos fortes. Se interpretarmos a experiência de dez anos de UEM à luz da crise económica, torna-se evidente a necessidade de europeizar ainda mais a política económica. É igualmente evidente a necessidade de europeizar o risco económico. A confiança é boa, o controlo é ainda melhor.

Segundo ponto: as alterações climáticas. A União Europeia está na vanguarda, e muito bem, da diplomacia ecológica global. Concordo em absoluto com o Presidente da Comissão, José Manuel Durão Barroso, quando diz que, neste período que antecede a Cimeira de Copenhaga, não há um plano B. A dívida ecológica recai sobre todos sem excepção. Apoio a ideia da criação de um banco mundial do clima, com fundos da bolsa de quotas de emissão, a fim de financiar os esforços dos países em desenvolvimento para criarem modelos de desenvolvimento compatíveis com o ambiente.

Terceiro ponto: a imigração. É óbvio que temos de avançar mais rapidamente para a adopção de uma política comum de imigração. No entanto, a imigração também tem aspectos que se prendem com a política externa. Temos de avançar o mais depressa possível para o estabelecimento de relações externas efectivas com os países terceiros, porque estão a ser exercidas muitas pressões sobre países, principalmente na Europa do Sudeste. Quero dizer com toda a clareza que a atitude da Turquia é provocadora. Fiquei satisfeito por ouvir a Presidência sueca assinalar esse facto. A mensagem da União Europeia para a Turquia – e para outros países – tem de ser forte, clara e efectiva. Este quadro faz parte do acervo comunitário e todos devem respeitá-lo.

**Peter Liese (PPE).** – (DE) Senhor Presidente, a Senhora Ministra Malmström e o Senhor Presidente Barroso, abordaram exaustivamente o tema das alterações climáticas e os preparativos para Copenhaga. Concordo com todos aqueles que dizem que o Conselho deve tirar conclusões ambiciosas. No entanto, gostaria de alertar para o facto de se olhar apenas para a indústria, que se encontra coberta pelo sistema de comércio de emissões desde 2005, quando se considera, quer o financiamento, quer a questão de quem deve efectuar a redução.

Precisamos de mais indústrias para suportar os encargos. Mais de 50% das emissões ainda não se encontram incluídas no Sistema de Comércio de Emissões. Precisamos de mais indústrias para assumir a responsabilidade, de modo a podermos atingir os nossos objectivos e garantir financiamento. Refiro-me aos sectores do transporte aéreo e marítimo e, a este respeito, fiquei, até ao momento decepcionado com as acções do Conselho e da Comissão. Durante os preparativos para Pittsburgh, este tema não foi incluído nas conclusões do Conselho.

Se quisermos ser bem-sucedidos em Copenhaga, é essencial acelerarmos o que estamos a fazer. Foi o que a Comissão do Meio Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar fez na segunda-feira. Gostaria de pedir ao Conselho e à Comissão para analisarem este assunto com mais atenção.

Em segundo lugar, gostaria de referir que tenho noção de que o debate vai ser muito informal, mas o Conselho também vai certamente discutir a composição da nova Comissão. Com toda a humildade, gostaria de fazer uma sugestão. Por razões históricas, a legislação farmacêutica tem estado sob a supervisão da Direcção-Geral da Indústria e do Comissário para a Indústria. Naturalmente, a legislação farmacêutica é um tema para a indústria, mas também é um tema de saúde. Em todos os Estados-Membros, no Parlamento Europeu, mesmo nos EUA, esta área faz parte da política de saúde. Portanto, talvez tenha chegado a hora de tentarmos uma mudança nesta área. Transmita, por favor, ao Presidente da Comissão o pedido de que se debruce sobre esta questão.

**Vytautas Landsbergis (PPE).** – (EN) Senhor Presidente, o Presidente Barroso afirmou aqui ontem, na sua bela resposta ao senhor deputado Farage, que a UE necessita que o Presidente do Conselho seja um verdadeiro europeu. Certamente que ambos partilhais esse ponto de vista, tal como muitos dos presentes. Será que também necessitamos de alguém nessa posição que seja um verdadeiro "Gazpromiano", como Gerhard Schröder, Paavo Lipponen, etc.? Ou talvez V. Exa. considere que essas qualidades são bastante compatíveis e que, portanto, um bom "Gazpromiano", especialmente se tiver votado a favor de relações amistosas e de suborno, é o melhor europeu. Dessa forma, poderíamos acelerar a actual evolução da UE rumo a tornar-se a "UG" – a "União Gazprom" – e evitar assim a situação em que a Rússia ignora totalmente a UE enquanto trabalha exclusivamente para a dividir. O que pensa dos "Gazpromianos" para a Presidência?

**Mirosław Piotrowski (ECR).** – (PL) Senhor Presidente; o Tratado de Lisboa ainda não foi ratificado e não passa, por enquanto, de um mero documento político em projecto. Isto significa que continuamos a reger-nos pelo princípio da unanimidade na União Europeia. Todos os países têm o direito de apresentar reservas. A acção do Presidente da República Checa, Václav Klaus, insere-se no quadro das normas estabelecidas. Exercer pressões sobre ele é um gesto que não o afecta só a ele, pessoalmente, mas também aos muitos milhões de cidadãos dos países da Europa que manifestaram sérias reservas a respeito deste documento. No próximo Conselho Europeu, os líderes dos Estados-Membros da União Europeia devem ponderar a fundo se é aconselhável iludir conscientemente a vontade dos cidadãos que representam e as consequências que isso pode acarretar.

**Silvia-Adriana Țicău (S&D).** – (RO) O Conselho Europeu vai ser convidado a adoptar a estratégia para a região do mar Báltico. Acredito que ela constitui um bom modelo para a futura estratégia da União Europeia para a região do Danúbio.

A região do Danúbio abrange 10 estados, seis dos quais são Estados-Membros da União Europeia, com um total de 200 milhões de habitantes. Este número inclui 75 milhões de pessoas nas respectivas regiões ribeirinhas. É por isso que penso que é importante que se utilize este modelo na estratégia para o Danúbio, que vai necessitar de um plano e de um programa de acção para os próximos anos.

Ainda sobre o programa do Conselho Europeu, considero que é igualmente da máxima importância para nós adoptarmos a nível europeu os instrumentos financeiros necessários ao desenvolvimento de uma economia "eco-eficiente". Estou a referir-me às questões do desempenho energético dos edifícios e dos transportes sustentáveis, em particular.

**Jean-Pierre Audy (PPE).** – (FR) Senhor Presidente, Senhora Ministra, Senhora Vice-Presidente da Comissão Europeia, a minha pergunta diz respeito à aplicação do Tratado de Lisboa e, nomeadamente, à promessa feita ao povo irlandês de haver um Comissário por país.

Em Dezembro de 2008, ficou combinado que o Conselho Europeu tomaria as medidas jurídicas adequadas para que tivéssemos um Comissário por país. Que medidas jurídicas são essas, Senhora Ministra? Circula a informação de que iria haver uma alteração ao Tratado de Lisboa, com o tratado de adesão da Croácia, ou será que se trata de outras modalidades jurídicas adequadas? Poderia fornecer-nos essa informação? E como é que prevê juntar mais 18 ao número de deputados europeus, pois há 18 deputados que, em princípio, devem ser integrados no próximo Parlamento Europeu em cumprimento do Tratado de Lisboa?

**Ilda Figueiredo (GUE/NGL).** – Senhor Presidente, este próximo Conselho deveria dar prioridade absoluta à mudança das políticas liberais que estiveram na origem da grave crise económica e social. Devia ser o momento para encarar sem subtilezas a situação de pobreza em que se encontram cerca de 80 milhões de cidadãos da União Europeia, entre os quais mais de 30 milhões de trabalhadores com salários tão baixos que não conseguem sair do estado de pobreza em que sobrevivem com as suas famílias. Devia ser o momento para apostar decisivamente na resposta ao grave desemprego que não cessa de aumentar e que pode chegar aos 30 milhões no próximo ano, se não forem de imediato tomadas as medidas adequadas.

Assim, o grande desafio para este Conselho é a ruptura com as políticas neoliberais da Estratégia de Lisboa e do Pacto de Estabilidade. É a sua substituição por um verdadeiro programa de progresso e desenvolvimento social, que promova serviços públicos de qualidade, apoie a produção e as micro, pequenas e médias empresas e valorize quem trabalha, criando mais emprego com direitos, incluindo para mulheres e jovens.

**Enikő Győri (PPE).** – (HU) Senhoras e Senhores Deputados, segundo alguns rumores que ouvi, está a circular uma ideia sobre a maneira de eventualmente conseguir que o Presidente Klaus da República Checa adira, o que consiste em de alguma forma incorporar os decretos Beneš no Tratado de Lisboa posteriormente. Gostaria de que nos protegêssemos deste tipo de estratagema jurídico e de absurdo por três razões. Primeiro, acredito que criaríamos um precedente perigoso a partir do qual qualquer perito em direito constitucional sentiria que pode interferir num contrato retrospectivamente e, como podemos ver, isso é perigoso, porque o governo eslovaco já afirmou que, se Klaus pode fazê-lo, gostariam de fazer o mesmo. Portanto, penso que seria um precedente perigoso.

Em segundo lugar, é incorrecto citar os irlandeses como exemplo. Aquilo que os Irlandeses estavam a pedir foi originalmente incluído no Tratado de Lisboa, e não se opuseram ao que deste não constava. Portanto, o seu pedido não esbarrou com nenhum obstáculo jurídico. Em terceiro lugar, o conteúdo de 13 dos 143 decretos Beneš retirou o direito de voto a Húngaros e Alemães. Julgo que a União Europeia não pode permitir que seja feita referência a tais documentos.

**Rachida Dati (PPE).** - (FR) Senhor Presidente, gostaria de falar no seguimento da minha intervenção de ontem sobre a preparação da cimeira de Copenhaga, e também no seguimento, aliás, da reunião Ecofin de ontem, que não foi coroada de êxito.

Interpelei-o sobre a responsabilidade que tínhamos enquanto países industrializados de fazer com que os países em desenvolvimento pudessem acompanhar-nos nos nossos esforços de luta contra as alterações climáticas.

Em Copenhaga, não podemos actuar como se tivéssemos todos as mesmas capacidades, pois isso significaria que partimos todos do mesmo ponto e acabamos todos por não chegar a lado nenhum. Assim, para convencer os nossos parceiros em desenvolvimento a juntarem-se-nos, será evidentemente necessário abordar a questão da ajuda que lhes deve ser concedida e não esperar pelas conclusões da cimeira de Copenhaga.

No próximo Conselho Europeu, os 27 terão absolutamente de chegar a acordo sobre a forma como a União Europeia concebe a ajuda aos países em desenvolvimento, no importante contexto das alterações climáticas.

Assim, como afirmei ontem, o Conselho Ecofin dos Ministros das Finanças não conseguiu chegar a uma posição comum sobre esta problemática. No entanto, todos sabemos que esta questão é absolutamente central. A Comissão Europeia já tinha apresentado propostas, e eu gostaria muito que tomássemos a dianteira na condução dos nossos parceiros em direcção a uma solidariedade mundial necessária para conseguirmos ultrapassar este problema das alterações climáticas.

**Charles Goerens (ALDE).** - (FR) Senhor Presidente, a minha pergunta é dirigida à Presidência em exercício do Conselho. Como sabem, a questão central que se coloca no quadro da futura Presidência do Conselho Europeu é a de saber se ele ou ela tenciona privilegiar o método comunitário em todas as circunstâncias. Considera a Senhora Ministra que esse critério tem de constituir uma condição prévia para a nomeação do Presidente em exercício do Conselho?

Assistimos nestes últimos tempos, de vez em quando, a um desvio intergovernamental. Creio que seria tempo de encerrar esse período e de voltar ao início do processo de integração europeia, mantendo-nos fiéis ao que foi construído por Robert Schuman e Jean Monnet.

**Angelika Werthmann (NI).** - (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, falamos sempre sobre uma "crise económica e financeira" entre aspas. Por que não nos referimos a uma crise estrutural? Tudo começou com uma verdadeira crise bancária que incluiu os bancos de investimento. Estamos a falar de um sector, mas toda a economia mundial se ressentiu com esta crise.

**Romana Jordan Cizelj (PPE).** - (SL) Senhoras e Senhores Deputados, a Conferência de Copenhaga está prestes a ter lugar e, no entanto, ainda só demos um pequeno passo desde a conferência do ano passado. Deveríamos ter conseguido alcançar muito mais e agido com maior determinação. Estamos a lutar, não só em relação com o financiamento, mas até para fazer um compromisso sobre as metas de redução de emissões de cada país.

Os países industrializados têm de desempenhar um papel mais visível neste processo e precisamos de enviar uma mensagem clara aos Estados Unidos da América. A dificuldade específica que enfrentamos, no caso dos Estados Unidos, é que sabemos que não irão sequer aprovar a legislação nacional necessária até Dezembro. Penso que deveríamos exprimir de forma clara a nossa expectativa de que o Presidente Obama cumpra um dos seus compromissos pré-eleitorais mais importantes, i.e. que a América desempenhe um papel pró-activo na luta contra as alterações climáticas. Da mesma forma, deveríamos exprimir claramente a nossa expectativa de que o Presidente Obama aproveite a sua comparência em pessoa para conseguir um desfecho bem sucedido da conferência.

**Jaromír Kohlíček (GUE/NGL).** - (CS) Senhora Presidente em exercício do Conselho, Senhora Comissária, Senhoras e Senhores Deputados, o Conselho Europeu é, sem dúvida, um órgão importante e, por isso, deveria resolver questões fundamentais. A questão número um é garantir trabalho que assegure às pessoas uma vida decente. Estou surpreendido com a sucessão de intervenções disparatadas, que revelam uma falta de conhecimento e misturam insensatamente um estranho "gulache" de exigências revanchistas com métodos liberais extremos. O Conselho Europeu deveria rejeitar claramente tais vozes e dar, simultaneamente, um sinal claro de que o seu objectivo principal consiste em pôr a indústria novamente a funcionar e em resolver a situação crítica na agricultura. Se, em vez disso, ceder a fazer cortes na área social e ajudar os bancos e os mais ricos, então não se poderá esperar um impulso positivo, em especial, se se insistir nos critérios abstractos

da estabilidade financeira. Para terminar, gostaria de dizer a todos aqueles que resistiram desesperadamente à ratificação do Tratado de Lisboa através de um referendo: arrumem a vossa própria casa e, se são incapazes de explicar aos vossos próprios cidadãos o que é positivo neste Tratado, não dêem lições aos outros.

**Agustín Díaz de Mera García Consuegra (PPE).** – (ES) Senhor Presidente, gostaria de mencionar os desafios que temos de enfrentar e superar no Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça, nomeadamente o estabelecimento de: uma política de migração e asilo apropriada e comum; um controlo eficaz das fronteiras externas; uma política eficaz de integração e de repatriamento; uma Eurojust com credibilidade e confiança; uma Europol que sirva a Comunidade, sob o controlo do Parlamento Europeu; progressos em termos de harmonização no domínio da justiça civil e penal; relações transatlânticas eficazes, em especial com os Estados Unidos, baseadas na confiança e na igualdade; uma solução equitativa para a questão dos dados SWIFT; uma política eficaz de protecção de dados; uma melhor protecção do euro contra a falsificação; e uma promoção activa da Carta dos Direitos Fundamentais.

**Robert Goebbels (S&D).** – (FR) Senhor Presidente, a minha pergunta é muito simples. Temos um Presidente designado para a nova Comissão, mas quando teremos essa nova Comissão? Nestes tempos difíceis, é de facto impossível continuar a viver com uma Comissão de que metade dos membros está a fazer as malas. É preciso dar novos impulsos à Europa, pelo que precisamos com urgência dessa nova Comissão.

**Seán Kelly (PPE).** – (EN) Senhor Presidente, uma das lições a colher do recente referendo na Irlanda é que uma boa campanha de relações públicas faz uma grande diferença. Em Junho de 2008, o povo irlandês votou contra o Tratado de Lisboa. Passado pouco mais de um ano, votaram a favor por uma maioria de dois terços. Terá a União Europeia, entretanto, tido um impacto muito maior nas suas vidas? Não. Só que a mensagem da União Europeia foi muito mais bem vendida pelo lado do "sim" na segunda campanha.

Agora que o Tratado de Lisboa está prestes a entrar em vigor, é importante ter em conta todo o bom trabalho que será possível realizar, sobretudo graças às novas competências. Contudo, a Comissão também se deve empenhar numa adequada estratégia de relações públicas, a fim de dar a conhecer esse bom trabalho aos cidadãos. Pergunto, pois, à Comissão que planos tem a esse respeito, de modo a que, futuramente, os referendos se processem muito mais facilmente do que até aqui.

**Petru Constantin Luhan (PPE).** – (RO) Senhor Presidente, o meu nome é Luhan, não Luman. Saúdo calorosamente o facto de os grupos políticos serem a favor da promoção do processo de ratificação. Para assegurar um funcionamento eficaz da União Europeia, precisamos do Tratado de Lisboa e de que ele entre em vigor o mais depressa possível.

Neste momento, a República Checa é o único Estado-Membro que ainda não ratificou o Tratado. Como o Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) já afirmou, apelamos ao Presidente Klaus para que aja com responsabilidade e ratifique o Tratado por ocasião do Conselho Europeu que tem lugar no fim de Outubro. Senão, continuaremos reféns deste debate institucional e não poderemos concentrar-nos nos problemas concretos com que os cidadãos comuns se debatem, como a crise económica e financeira, o desemprego e a inclusão social, nem poderemos reforçar a imagem da União Europeia enquanto genuíno actor global.

Considero que já discutimos tanto os méritos deste tratado, que não faz sentido retomarmos este debate. O que nos interessa agora é que seja possível certificarmo-nos, no próximo Conselho Europeu, de que o processo de ratificação se encontra concluído em todos os Estados-Membros, para podermos passar à fase seguinte, de investidura do Colégio dos Comissários.

**Cecilia Malmström, Presidente em exercício do Conselho.** – (SV) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, agradeço as vossas perguntas e observações. Falamos com frequência sobre uma Europa dos cidadãos, a Europa das pessoas, e depois interpretamos esta expressão de forma a servir os nossos propósitos políticos. De facto, isto não levanta qualquer problema, mas quando perguntamos aos cidadãos "o que pretendem da Europa?", os cidadãos de todos os Estados-Membros dizem "queremos cooperação na Europa baseada em determinados valores e que dê resposta aos nossos problemas comuns – à crise económica, ao desemprego, às questões climáticas, à criminalidade internacional, ao problema da migração, etc.".

É isso que estamos aqui a fazer. Muitos destes temas serão objecto de debate na Cimeira que terá lugar daqui a dez dias. Naturalmente, não iremos conseguir resolver todos eles, mas esperamos conseguir dar alguns passos importantes na direcção certa e, assim, criar mais "Europa dos cidadãos". Estas decisões devem ser tomadas de uma forma democrática, aberta e que permita a transparência.

Podemos ter visões diferentes acerca do Tratado de Lisboa. A visão da Presidência sueca e do Conselho e, julgo, da maioria do Parlamento, é que o Tratado de Lisboa aproximará a Europa dos cidadãos. Permitir-nos-á tomar decisões de uma forma mais eficiente e democrática e conferirá uma força e um peso maiores à União Europeia nas nossas relações a nível global. É, por conseguinte, importante que o Tratado entre em vigor e posso assegurar que faremos o que nos for possível para garantir que isso será uma realidade o mais brevemente possível.

Ainda não temos uma decisão do Presidente checo. Sei que existe alguma especulação, mas ainda não dispomos de uma solução. Mantemos conversações intensas com os nossos amigos em Praga e esperamos poder, muito em breve, apresentar-lhes uma proposta para dar solução a esta questão. Quero recordar que devemos, naturalmente, aguardar pela decisão do Tribunal Constitucional checo antes de darmos qualquer passo.

Entretanto, as preparações prosseguirão relativamente à co-decisão com o Parlamento e ao Serviço Europeu de Acção Externa, que será objecto de debate esta tarde. Passo agora a comentar muitos dos pontos de vista que foram manifestados e outras questões relacionadas com o Tratado de Lisboa. Mantivemos uma cooperação muito construtiva com o Presidente do Parlamento, Sr. Buzek, e com os seus colegas sobre a forma de cooperação do Parlamento, do Conselho e da Comissão quando as novas regras estiverem em vigor.

Foram formuladas algumas perguntas sobre o Afeganistão. Sim, Senhora Deputada de Sarnez, esperamos conseguir registar progressos nos debates sobre uma visão europeia comum em relação ao Afeganistão, baseada tanto na presença militar que a União Europeia mantém no país como no apoio crescente à sociedade civil e ao processo democrático e ao processo de consolidação do Estado. Estão a decorrer presentemente discussões intensas sobre a forma como poderemos apoiar as eleições que se realizarão a 7 de Novembro. Já falta pouco. É difícil enviar observadores europeus ao acto eleitoral num período tão curto, mas faremos, naturalmente, os possíveis para o conseguir.

O objectivo a longo prazo da União Europeia, que apoiamos, é dispor de uma política comum de asilo e migração. Não o conseguiremos até ao final do ano, em parte porque necessitamos que o Tratado de Lisboa entre em vigor primeiro. Todavia, concordo com o Parlamento em que é importante. Entretanto, estamos a trabalhar no Programa de Estocolmo e estamos a debater, a este propósito, questões relacionadas com a migração. Trata-se de questões muito complexas, obviamente, que dizem respeito à cooperação com países terceiros, ao comércio, à ajuda e à possibilidade de introduzir um quadro para a imigração legal na Europa. São questões que se prendem também com a solidariedade e com sistemas de acolhimento. A Comissão facultará informação sobre os progressos registados na matéria. Tomaremos mais decisões em Dezembro.

Senhor Deputado van Baalen, a questão do Protocolo de Ancara é importante. Dizemos frequentemente aos nossos amigos turcos que devem ratificar e implementar o Protocolo de Ancara. Esta questão não será debatida nesta Cimeira, mas debateremos o alargamento mais tarde, no Outono, e provavelmente será adoptada uma decisão em Dezembro. Por conseguinte, voltarei muito provavelmente a este tema.

No que respeita ao número de Comissários, o Conselho Europeu decidiu, naturalmente, que cada Estado deve ter um Comissário. Nos termos do actual Tratado, esta decisão poderia ser modificada em 2014. Assim que o Tratado entrar em vigor, teremos tempo de rever quaisquer adaptações jurídicas que sejam necessárias para garantir que todos os Estados-Membros podem manter os seus Comissários, e assim faremos. Estamos em conversações com os vários órgãos jurídicos para concluir se serão necessárias mais adaptações ao Tratado ou se é suficiente uma decisão, aplicando a regra da unanimidade, do Conselho Europeu.

O mesmo se aplica relativamente aos 18 novos lugares para deputados ao Parlamento Europeu. Assim que o Tratado for aplicado, iniciaremos os trabalhos preparatórios pertinentes. Alguns Estados-Membros já fizeram diligências para enviar os deputados ao Parlamento rapidamente. Senhor Deputado Audy, o sistema eleitoral nacional é um pouco mais complicado nalguns Estados. Pode, por isso, demorar mais tempo. Espero que as preparações se iniciem o mais rapidamente possível. Congratulo-me por o Parlamento Europeu ter autorizado que estes deputados sejam observadores enquanto aguardam ser deputados ao Parlamento Europeu de pleno direito. Conjuntamente com a próxima Presidência espanhola, faremos o que estiver ao nosso alcance para assegurar que este processo seja o mais rápido e fluido possível.

Por último, desejo agradecer, não exclusivamente este debate, mas também o enorme apoio que esta Câmara está a dar à Presidência no que respeita às questões climáticas. Faremos o que estiver ao nosso alcance para possibilitar a tomada de decisões sobre o financiamento europeu no Conselho Europeu, com base tanto na contribuição europeia como na nossa contribuição relativamente aos países em desenvolvimento, possibilitando, dessa forma, que enviemos um forte sinal e impulsionemos as negociações internacionais

para que estas sejam um êxito em Copenhaga. A missão mais grave e mais importante que se depara à nossa geração é dar passos adequados e concretos para combater o aquecimento global e implementar legislação a nível global. Estou muito grata pelo apoio e compromisso que o Parlamento Europeu está a demonstrar a este respeito.

**Margot Wallström**, *Vice-Presidente da Comissão*. – (EN) Senhor Presidente, antes de mais, muito obrigada por um debate animado e interessante, onde transpareceu claramente o carácter de urgência que esta Assembleia atribui à implementação do Tratado de Lisboa. Como compreenderão, à semelhança do Parlamento, a Comissão aguarda ansiosamente a entrada em vigor deste novo Tratado.

Todos sabemos que já se encontra concluído em todos os Estados-Membros o processo político de aprovação. Cabe agora a cada Estado-Membro finalizar o processo de ratificação, no respeito, já se vê, dos seus procedimentos internos, mas também é um facto que nenhum Estado-Membro actua num vácuo. As decisões ou os atrasos de cada um terão um impacto em todos os outros.

Esperamos, naturalmente, que muito em breve a República Checa esteja em posição de ratificar o Tratado. Cumpre-me também recordar a todos a cooperação leal, que é um dos princípios e uma das características fundamentais da União Europeia. Penso que é crucial que os Estados-Membros possam confiar uns nos outros em relação aos compromissos assumidos.

Gostaria igualmente de me pronunciar sobre o facto de numerosos Membros da Assembleia terem feito uma distinção, ou traçado uma linha divisória, entre, por um lado, a realidade – marcada pelo desemprego e uma crise económica –, e, por outro lado, o texto do Tratado de Lisboa. Todavia, obviamente que a ideia é o texto do Tratado de Lisboa servir precisamente para lidar com essa realidade e dotar-nos de mais capacidade para tomarmos decisões eficazes, em contextos como o da política de imigração e asilo, a segurança energética, etc. É precisamente esta a ideia, e temos de os unir, não separá-los, mas é de esperar que este eterno debate sobre os assuntos institucionais em breve esteja terminado para podermos, então, utilizar estes novos e eficazes instrumentos.

A Comissão está agora a trabalhar activamente para preparar a implementação do Tratado de Lisboa quando este entrar em vigor. Sei que esta tarde dedicareis um debate especificamente ao tema do Serviço Europeu de Acção Externa. Não será este, pois, o momento indicado para entrarmos num debate aprofundado sobre o assunto, mas tenho a dizer que temos pela frente um verdadeiro desafio a esse nível.

Será um desafio reunir os diferentes actores no domínio das relações externas, e o objectivo geral deve ser o de alcançarmos uma sinergia no plano diplomático. Terá de haver um determinado grau de pensamento criativo, sem nunca desrespeitar o equilíbrio interinstitucional.

É importante também que o novo Serviço seja plenamente responsável perante esta Câmara – perante o Parlamento Europeu. Estou plenamente convicta de que a criação do Serviço Europeu de Acção Externa poderá ser coroada de êxito se o Conselho, o Parlamento e a Comissão trabalharem em estreita cooperação. Devemos também respeitar o facto de que é ao alto Representante e Vice-Presidente da Comissão que cabe apresentar uma proposta nesta matéria, em concertação com a Comissão.

No que toca a outra questão importante, a Iniciativa de Cidadania Europeia, é intenção da Comissão publicar um Livro Verde sobre o assunto em meados de Novembro. A nossa ideia é lançar uma ampla consulta aos cidadãos, à sociedade civil e a todas as partes interessadas, de forma a apresentarmos as propostas legislativas pouco depois da entrada em vigor do Tratado de Lisboa.

As consequências da crise económica e financeira ocuparão um lugar cimeiro na ordem do dia do Conselho Europeu. Foi um tema aqui focado muitas vezes durante o debate. Concordo com os que afirmaram que não há lugar para complacências. É verdade que as políticas em resposta à crise estão a começar a surtir alguns efeitos – a consolidação dos mercados financeiros já teve início e a confiança está a aumentar –, mas estamos longe da plena recuperação e as consequências do desemprego são, e continuarão a ser, muito severas. Haverá que continuar a direccionar os esforços políticos, também, para o apoio a políticas activas de mercado de trabalho.

Obviamente que a Comissão se mantém firme – digo-o em resposta a algumas das questões levantadas durante o debate – em relação à sua proposta orçamental. Esperamos que também o Parlamento confirme as nossas ambições através da sua votação. Como o Presidente Barroso aqui afirmou ontem durante o período de perguntas, não basta o que foi feito até agora.

A situação do emprego é tal, que todos nós precisamos de fazer mais, não só a nível da UE mas também a nível nacional. O desemprego é hoje a nossa principal preocupação e esperamos poder contar com o Parlamento Europeu, não só na prossecução do nosso trabalho nesta área mas também no que respeita à pressão que se impõe exercer sobre o Conselho e a nível nacional para que a nossa proposta no sentido de facilitar a gestão dos fundos estruturais seja aprovada, já que isso constituirá certamente uma grande ajuda.

Outra questão aqui abordada prende-se com o problema da carga administrativa. Esta quinta-feira a Comissão vai adoptar uma Comunicação muito abrangente sobre a redução da carga administrativa, onde ficará definido o que foi feito até ao presente e o que ainda está por fazer nesse campo. A Comunicação também dá continuidade ao importante trabalho realizado pelo Grupo Stoiber. Segundo o relatório apresentado por este grupo, o panorama neste domínio é bastante favorável, e a proposta sobre como tratar a questão da redução da carga administrativa já se encontra sobre a mesa. Infelizmente, a maioria destas propostas estão pendentes perante o Conselho, pelo que, também neste caso, esperamos que o Parlamento Europeu nos ajude a exercer pressão sobre os Estados-Membros para realmente se poder avançar nestas questões.

Gostaria de dizer algo, também, sobre a supervisão dos mercados financeiros, um assunto que, como é natural, tem figurado regularmente na agenda da Comissão nos últimos meses. A criação de um quadro de supervisão totalmente novo, a nível da UE, é um imperativo, e regozijamo-nos ao constatar que já foram feitos alguns progressos nesse domínio. Existe um amplo consenso no Conselho em torno da proposta da Comissão relativa ao Painel de avaliação de riscos sistémicos, no contexto da supervisão macroprudencial, e esperamos que esta também mereça o apoio do Parlamento. São necessários esforços muito superiores quando se trata de lidar com as autoridades responsáveis pela supervisão macroprudencial e, uma vez mais, contamos com a determinação do Conselho e do Parlamento para, com a possível brevidade, chegarmos a uma solução ambiciosa e eficaz.

Por último, umas palavras sobre o outro tema que figura igualmente no topo da agenda da Presidência sueca, a luta contra as alterações climáticas, pois faltam apenas algumas semanas para a Conferência de Copenhaga. Penso que foram vários os que tocaram no cerne da questão, no ponto crucial que determinará o êxito ou o fracasso da conferência. Chamar-lhe-ei "justiça climática", pois do que se trata aqui é da relação entre os países em desenvolvimento e os países desenvolvidos, e da vontade de apresentar uma proposta credível de financiamento tanto das medidas de mitigação como das medidas de adaptação, e ainda da forma como nos mostramos dispostos a assumir uma posição de liderança.

A Comissão – e foi o único órgão a fazê-lo – apresentou uma proposta de financiamento. Proposta esta que foi criticada por muitos como não sendo suficiente. Estou certa de que não será suficiente, mas é um primeiro passo, que, assim o esperamos, levará os outros a fazer também um esforço e a pôr sobre a mesa algo que possamos depois negociar em Copenhaga. Como é evidente, vamos manter-nos totalmente activos e não baixaremos o nosso nível de ambição, antes incentivaremos as outras partes e os outros parceiros a participarem plenamente e a sentarem-se à mesa das negociações – incluindo, pela primeira vez, os Estados Unidos – para podermos responder a todas as preocupações dos cidadãos.

Posso garantir-vos que não é nossa intenção baixar a fasquia das nossas ambições, muito pelo contrário, vamos trabalhar pró-activamente para conseguir um bom acordo em Copenhaga.

**Presidente.** - Está encerrado o debate.

#### **Declarações escritas (Artigo 149.º)**

**Gerard Batten (EFD), por escrito.** – (EN) Há uma especulação febril em torno da eventual nomeação de Tony Blair para primeiro Presidente da União Europeia, nos termos do Tratado de Lisboa/Constituição Europeia. Foi assinada por quase trinta e oito mil pessoas uma petição à escala europeia a contestar a sua nomeação, e facilmente se compreende porquê. Enquanto Primeiro-Ministro do Reino Unido, o Sr. Blair mostrou ser um mentiroso e um fantasista. Auferindo um salário relativamente modesto como Primeiro-Ministro, conseguiu misteriosamente tornar-se multimilionário. No escândalo sobre as despesas dos deputados em que actualmente está mergulhada a Câmara dos Comuns, desapareceram inexplicavelmente os registos de despesas de um só deputado. Foram os de Tony Blair. Partilho a reacção dos que se opõem à nomeação do Sr. Blair para presidente. Todavia, quem melhor do que o Sr. Blair para candidato à presidência desta União fundada na falsidade, na mentira e na corrupção? O Sr. Blair colocou o Reino Unido à beira da ruína. Podia fazer o mesmo à UE. A UE e Tony Blair estão bem um para o outro.

**Ivo Belet (PPE), por escrito.** – (NL) Senhor Presidente, presumimos que a agenda do próximo Conselho Europeu irá também incluir a crise económica, e a situação da Opel, em particular. A aquisição da Opel e as



maciças ajudas de Estado nacionais que foram prometidas neste contexto representam mais do que um teste decisivo para a Europa; está em jogo a credibilidade da Comissão Europeia, à qual incumbe assegurar que não são concedidos ajudas de Estado ilícitas. É inaceitável que unidades de produção saudáveis e lucrativas sejam encerradas devido ao facto de o Estado-Membro onde estão localizadas não estar em condições de prestar tanta ajuda de Estado como outro Estado-Membro maior e mais poderoso.

Temos também de extrair ensinamentos do caso da Opel: ainda estamos a tempo de lançar uma estratégia europeia coordenada para o sector automóvel. CARS 21 é e continua a ser um plano louvável, mas está longe de ser suficiente. A Europa tem de elaborar um plano enérgico para o futuro que acelere radicalmente o desenvolvimento do automóvel eléctrico sustentável. Para tanto, precisamos de sentar os fabricantes de automóveis europeus em torno da mesa e de concentrar aí os recursos do Sétimo Programa-Quadro. É tempo de abandonarmos a nossa posição defensiva e de darmos um sinal positivo a todos os trabalhadores do maior sector da indústria na Europa.

**Maria Da Graça Carvalho (PPE), por escrito.** – O próximo Conselho Europeu tem como um dos objectivos principais assegurar o êxito da Conferência da ONU sobre alterações climáticas, que terá lugar em Dezembro, em Copenhaga.

As conclusões do Conselho relativamente à posição da UE na Conferência de Copenhaga são fundamentais para que a UE fale a uma só voz. É importante manter uma posição negocial ambiciosa. A UE deve mostrar que está unida e dar provas de liderança, em particular através da ajuda aos países em desenvolvimento, que em 2020 serão confrontados com custos da ordem dos 100 mil milhões de euros anuais para se adaptarem aos impactos das alterações climáticas e atenuarem as suas emissões.

É fundamental definir a arquitectura de um sistema de financiamento para os países em desenvolvimento, em especial para os menos desenvolvidos, e definir a origem e os montantes desse financiamento de modo a assegurar um acordo em Copenhaga.

Este acordo permitirá a entrada em vigor de um protocolo que substituirá o Protocolo de Quioto, a partir de 1 de Janeiro de 2013, e irá assegurar uma redução efectiva das emissões de gases com efeito de estufa, mantendo a competitividade da indústria europeia no mundo global.

**András Gyürk (PPE), por escrito.** – (HU) Estamos com esperança de que, até à sessão final de Outubro do Conselho Europeu, o mais tardar, desapareçam os obstáculos finais que impedem a entrada em vigor do Tratado de Lisboa. Este acordo pode, em muitos aspectos, inspirar a União Europeia no sentido de ter um processo de tomada de decisões mais eficiente. Gostaria de realçar um exemplo: a segurança energética. Um sinal de progresso é o facto de, ao contrário do que acontecia até agora, ser atribuída à política energética uma secção própria num Tratado da CE. Com base nos acontecimentos dos últimos anos, penso que o novo capítulo irá definir as linhas directrizes da política energética da UE. Entre os objectivos a apoiar incluem-se o desenvolvimento da eficiência energética, o apoio à utilização de fontes renováveis e a interligação de redes. Enquanto deputado de um Estado-Membro novo, agrada-me particularmente que o conceito de solidariedade também conste do novo capítulo sobre a energia. No entanto, o Tratado de Lisboa não nos apresenta de forma alguma, pelo menos no que toca à política energética, uma solução pronta. A inclusão do novo capítulo funciona muito mais como um aviso: a Europa precisa de tomar medidas urgentes para reduzir a sua dependência e promover os seus pontos de vista sobre o ambiente.

O Tratado de Lisboa, só por si, não oferece garantia absolutamente nenhuma, mas apenas uma oportunidade. É uma oportunidade de os Estados-Membros consolidarem as fundações de uma política energética comum da UE, mantendo-se conscientes dos seus próprios interesses. O desenvolvimento de rotas de abastecimento alternativas, a interligação de redes ou mesmo o estabelecimento de protecções contra aquisições externas não são concebíveis no futuro sem um grau adequado de determinação e cooperação políticas da parte dos Estados-Membros.

**Iosif Matula (PPE), por escrito.** – (RO) O impacto da aprovação do Tratado de Lisboa pela Irlanda está a fazer-se sentir por todo o continente europeu. O objectivo do Tratado é, obviamente, simplificar o processo de decisão, na sequência do alargamento a Leste da UE. Neste contexto, o teor da mensagem transmitida pelos nossos parceiros irlandeses é de apoio à solidariedade entre os cidadãos da Europa. Estamos a falar, também, de um dos últimos conselhos europeus que se realizarão ao abrigo do sistema de presidências rotativas da UE. Tal circunstância adquire um especial significado pelo facto de ir servir de palco à selecção dos titulares dos principais cargos ao longo dos próximos anos. Esta é uma matéria que gerou acesos debates, envolvendo inúmeras sensibilidades políticas. Em minha opinião, cabe-nos velar por que os princípios, que estão bem definidos, prevaleçam sobre quaisquer sentimentos circunstanciais de orgulho nesta questão.

Temos o dever de propiciar à União Europeia coerência, eficiência, um futuro a longo prazo e um desenvolvimento equilibrado de todas as regiões, para que ela possa vencer os desafios com que se defronta na cena política global, sejam eles da crise financeira, das alterações climáticas, da nossa identidade comum, etc. Com efeito, a União Europeia só adquirirá a força que merece quando funcionarmos todos no mesmo comprimento de onda no plano global e quando nos afirmarmos como uma entidade que age como um todo.

*(A sessão é suspensa por uns momentos)*

## **PRESIDÊNCIA: VIDAL-QUADRAS**

*Vice-presidente*

### **3. Período de votação**

**Presidente.** - Segue-se na ordem do dia o período de votação.

*(Resultados pormenorizados das votações: ver Acta)*

#### **3.1. Liberdade de informação em Itália e noutros Estados-Membros da União Europeia (votação)**

*- Antes da votação:*

**Edite Estrela (S&D).** - Senhor Presidente, queria pedir a palavra ao abrigo do artigo 157.º, ponto 1, do Regimento, para falar sobre a proposta de alteração n.º 2, apresentada pelo Grupo PPE à proposta de resolução comum sobre a liberdade de informação em Itália e outros Estados-Membros.

Esta proposta de alteração envergonha o Parlamento Europeu e, em nome da verdade, não deveria ser discutida e muito menos votada. Os seus pressupostos são falsos e assentam apenas numa falácia criada pelos partidos, em Portugal, durante a campanha eleitoral. Tiveram a devida resposta dos eleitores portugueses.

Em contrapartida, o que é uma verdade inquestionável (e tenho aqui a prova): o Eurodeputado promotor desta alteração ontem, na sua página da Internet, mostrou a sua intolerância e atitude inquisitorial ao solicitar ao escritor José Saramago, Prémio Nobel da Literatura, que renuncie à nacionalidade portuguesa. Fica assim claro quem ataca a liberdade de opinião.

*- Antes da votação da proposta de resolução comum RC-B7-0090/2009:*

**David-Maria Sassoli**, em nome do Grupo S&D. – (IT) Senhor Presidente, em conformidade com o artigo 147.º do Regimento, gostaria de recordar que, no debate que travámos sobre direitos humanos no mundo em 2007, a Assembleia decidiu não seguir a proposta do Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos), aceitando referências a pessoas que representam altas instituições civis ou religiosas quando se pretende reforçar razões políticas.

Pedimos-lhe, portanto, que siga agora a mesma orientação relativamente às alterações à nossa resolução apresentadas pelo Grupo PPE, que fazem referência explícita ao Presidente da República Italiana, Giorgio Napolitano.

**Presidente.** – Senhor Deputado Sassoli, o senhor levantou a questão da admissibilidade nos termos do artigo 147.º do Regimento. Em consequência, a Presidência – o Presidente Buzek – examinou esta questão em profundidade, como compreenderá, e baseou a sua análise nos seguintes princípios. Em primeiro lugar, as alterações a que o senhor deputado se refere, nomeadamente as alterações 7, 8 e 9, estão directamente relacionadas com o texto que visam modificar. Em segundo lugar, não visam suprimir ou substituir todo o texto. Mais, não alteram vários números do texto, nem tão-pouco se pode dizer que afectam todas as versões linguísticas.

Assim, em estrita aplicação do disposto no artigo 147.º, o Presidente considera que as alterações preenchem todos os critérios de admissibilidade pertinentes, tendo por conseguinte decidido a favor da sua admissibilidade.

No que diz respeito à menção ao Presidente Giorgio Napolitano, um antigo e muito querido colega nosso, há precedentes que nos permitem incluir os nomes de pessoas, de políticos, nos nossos textos.

Senhor Deputado Sassoli, se desejar dar continuidade ao seu pedido, tem, evidentemente, outras vias possíveis ao abrigo do Regimento, como, por exemplo, uma alteração oral ou, naturalmente, um voto contra as referidas alterações.

**Mario Mauro**, *em nome do Grupo PPE*. – (IT) Senhor Presidente, concordo plenamente com a interpretação que a Presidência faz relativamente às alterações. Tenho uma alteração oral a propor, no sentido de mantermos todas as alterações, simplesmente suprimindo o nome e apelido do Presidente da República Italiana.

Assim, de acordo com a nossa prática habitual, proponho que não se inclua a referência a pessoas e se suprima "Giorgio Napolitano", deixando as alterações e a possibilidade de as aprovar ou não. Creio que esta solução nos permitirá transmitir o respeito que sentimos pelo Presidente da República Italiana, que disse claramente aquilo que disse, e a quem todos os oradores de todos os grupos políticos se referiram ao longo do debate.

**Niccolò Rinaldi**, *em nome do Grupo ALDE*. – (IT) Senhor Presidente, uma vez que a decisão da Presidência vai no sentido da admissibilidade destas alterações, queria simplesmente pedir aos autores que as retirem, por uma questão de conveniência política.

Não creio que retirarmos a referência ao nome e apelido do Presidente da República Italiana mude alguma coisa, já que o objecto das alterações em causa é, justamente, o Presidente da República Italiana. Penso que, no que se refere ao nosso trabalho, é mais uma espécie de ritual, pois nunca vi eurodeputados de outros países pretenderem aproveitar-se politicamente de referências à Rainha de Inglaterra ou ao Presidente da Alemanha nas nossas resoluções. Assim, eu solicito, muito simplesmente, que as alterações 7, 8 e 9 à resolução sejam retiradas.

**Presidente**. – Senhor Deputado Sassoli, dado que foi o senhor a colocar esta questão e que há uma proposta do senhor deputado Mauro em resposta à sua, deseja usar da palavra para responder?

**David-Maria Sassoli**, *em nome do Grupo S&D*. – (IT) Senhor Presidente, somos a favor da supressão do nome e apelido do nosso Presidente italiano. Votaremos, naturalmente, contra estas alterações.

**Presidente**. – Nesse caso, procederemos à retirada do nome e apelido do Chefe de Estado italiano.

– *Antes da votação do n.º 3:*

**Nuno Melo (PPE)**. – Senhor Presidente, a minha emenda oral é a seguinte: deplora e lamenta a influência exercida pelo Governo socialista português, que conduziu à decisão de pôr termo ao *Jornal Nacional* do canal de televisão português TVI e regista que essa decisão é agora objecto de uma investigação pela Autoridade Reguladora Portuguesa.

*(A alteração oral é rejeitada)*

– *Após a votação do considerando D:*

**József Szájer (PPE)**. – (EN) Senhor Presidente, gostaria de lembrar à Assembleia que o Parlamento Europeu não deve aceitar propostas de resolução que aplicam dois pesos e duas medidas. Por essa razão, quero aqui referir um exemplo passado no meu país – a Hungria –, onde o ministro das Finanças instaurou um processo-crime contra um jornalista por não lhe agradar o que este escrevia sobre ele.

É também por essa razão que considero que a vossa proposta de resolução, ao referir o facto de o Primeiro-Ministro italiano ter intentado acções judiciais contra jornais italianos e europeus e não mencionar o caso que acima citei, passado na Hungria – que reputo de mais grave –, aplica dois pesos e duas medidas. Por conseguinte, apelo aqui aos nossos colegas da Esquerda para que não votem contra esta minha alteração, pois isso apenas demonstraria, à saciedade, que a vossa actuação não passa de um espectáculo – de um show de intimidação ao Primeiro-Ministro de um país onde não existe Esquerda.

*(Aplausos)*

O Governo não é da vossa família política, mas não aceitais os mesmos ditames quando há um governo Socialista. Por isso, a alteração está correctamente formulada.

*(Aplausos)*

"Considerando que o Parlamento Europeu não aceita a duplicidade de critérios; considerando que, no intuito de exercer pressão política sobre jornalistas que divulgam casos de corrupção ligados a altos funcionários da administração pública e políticos do partido no poder, o Governo húngaro introduziu recentemente medidas para instaurar processos penais contra tais agentes da comunicação social;" – nomeadamente o Sr. Tamás Pindroch, jornalista do diário *Magyar Hírlap* – "considerando, em particular, que foi instaurado um processo penal contra o jornalista que estava a investigar os escândalos que envolviam um anterior alto dignitário do governo e um dos candidatos a Comissário europeu; considerando que isto deu lugar a uma situação em que os meios de comunicação social se encontram sob pressão na Hungria;"

Solicito-vos que apoiem esta alteração, a fim de conservar a vossa credibilidade. Podereis dessa forma demonstrar que o vosso intuito não é intimidar uma determinada pessoa de quem não gostais e que não partilha as vossas opiniões políticas, mas sim apoiar verdadeiramente a liberdade de imprensa na Europa.

*(A alteração oral é rejeitada)*

**Presidente.** - Está encerrado o período de votação.

\*\*\*

**Mario Mauro (PPE).** – (IT) Senhor Presidente, intervenho para o informar acerca de um facto muito grave, que não tem nada a ver com esta votação e relativamente ao qual peço à Presidência do Parlamento que obtenha informações o mais rapidamente possível, a fim de que possamos tomar posição com vista a defender os nossos privilégios e imunidades.

Esta manhã, agentes da polícia italiana invadiram a residência particular de um deputado da nossa delegação, encontrando-se ele aqui em Estrasburgo. Ele viu-se, portanto, forçado a sair precipitadamente de Estrasburgo para regressar à sua residência por ordem da magistratura italiana, que ordenou a perquisição a um deputado europeu, isto é, à residência de um deputado europeu, em manifesta violação dos aspectos intrínsecos dos nossos privilégios e imunidades.

Peço simplesmente ao Parlamento e à Presidência que verifiquem se a iniciativa tomada pela magistratura e pela polícia italiana relativamente ao senhor deputado Clemente Mastella não constitui um acto de desrespeito e uma profunda violação dos termos da nossa imunidade.

**Presidente.** – A Presidência irá ocupar-se desta questão, a fim de defender de forma inequívoca os nossos privilégios e imunidades.

**Vytautas Landsbergis (PPE).** – (EN) Senhor Presidente, faço votos de que uma lamentável votação anteriormente realizada sobre uma lei na Lituânia, que ainda não entrou em vigor, tenha ajudado muitos colegas a compreender o perigo, que se impõe evitar, de a União Europeia se converter na União Soviética.

## 4. Declarações de voto

*Declarações de voto orais*

### - Liberdade de informação em Itália e noutros Estados-Membros da União Europeia

**Antonio Masip Hidalgo (S&D).** – (ES) Senhor Presidente, espero que Silvio Berlusconi seja julgado pelas autoridades judiciais pelos crimes que cometeu e que se ponha fim ao domínio que exerce sobre a imprensa. Alguns deputados, que não votaram a favor da condenação, devem deixar de olhar para o lado, pois o que está a suceder em Itália no que respeita à liberdade é muito grave. Afecta e interessa todos os Europeus, seja qual for o resultado da votação de hoje.

**Vilija Blinkevičiūtė (S&D).** – (LT) Votei a favor da resolução elaborada pelo Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas em conjunto com outros grupos, porque a liberdade de informação, a liberdade de expressão e a diversidade de opiniões têm de ser garantidas em todos os Estados-Membros da União Europeia. A liberdade de informação é o alicerce de uma sociedade democrática livre, e está estabelecido na Carta dos Direitos Fundamentais que toda a pessoa tem o direito à liberdade de expressão, sendo que esse direito inclui o direito a ter as suas próprias convicções e a obter e distribuir informação e ideias sem interferência das instituições governamentais. Portanto, nós, deputados ao Parlamento Europeu, temos de apoiar o desenvolvimento de meios de comunicação social independentes e a concorrência leal a nível nacional. De forma a garantir uma efectiva liberdade de imprensa, os governos e as instituições devem estar

preparados para defender a liberdade de expressão e fomentar o seu desenvolvimento, que é o que há de mais importante para garantir os valores e direitos fundamentais da União Europeia.

**Crescenzo Rivellini (PPE).** – (IT) Senhor Presidente, "aquilo a que a lagarta chama fim do mundo, o homem chama borboleta". Este pensamento de um filósofo chinês é actual neste debate, se considerarmos que o Presidente Obama ganhou o Prémio Nobel da Paz apesar de atacar a cobertura televisiva hostil de que foi alvo, e aqui o que está em discussão é um hipotética falta de liberdade que tem um único fundamento: a cultura do ódio contra Berlusconi.

Cultura do ódio, como demonstrou a fotomontagem do Primeiro-ministro atrás das grades na manifestação de rua pela liberdade de imprensa, em que imperavam bandeiras vermelhas e insultos de todo o tipo. Cultura do ódio, cuja responsabilidade deve ser assumida por este Parlamento para evitar o vergonhoso ataque antidemocrático de uma esquerda jacobina.

É possível que a Europa, que sempre suportou mal uma Itália forte e determinada, finja ignorar tudo isso a fim de minimizar o poder italiano. O povo italiano não o permitirá; não permitirá que poderes europeus ilusórios tentem redimensionar a Itália graças à cultura do ódio daqueles que, em Itália, apenas pretendem inverter a vitória eleitoral democrática do centro-direita.

De entre os jornais mais lidos em Itália, 18 são contra ou não alinham com o governo, e apenas 5 podem ser associados ao centro-direita, ouvindo-se todo o tipo de insultos. Esta é a verdade e, a bem da democracia, chegou a altura de esta Assembleia se pronunciar acerca de uma esquerda italiana antidemocrática e viciada na cultura do ódio.

**Krisztina Morvai (NI).** – (HU) Enviemos uma mensagem a esses mentirosos na Hungria, que pretendem que o partido Jobbik não tem nem pode ter lugar no Parlamento Europeu, afirmando que os votos da delegação Jobbik húngara, composta por três membros, foram determinantes para que a Itália não fosse hoje condenada nesta assembleia, pelas forças injustas e discriminatórias presentes. Esta é a primeira coisa que queria dizer. Em segundo lugar, não fizemos isto com base em disciplina de grupo político, mas de acordo com o referencial da justiça. Tomámos também em conta, antes de mais, que iriam tentar aplicar critérios dúplices. Com efeito, ontem queixei-me perante o Presidente Barroso pelo facto de, na Hungria, o governo liberal-socialista ter violado a liberdade de expressão, não através da concentração da imprensa ou dos meios de comunicação social, mas disparando sobre pessoas, pondo-as na prisão, torturando-as na prisão e levando a cabo uma série de simulacros de julgamentos. O Presidente Barroso afirmou, em resposta, que era um assunto interno. Como é possível que seja um assunto interno, quando em Itália não é um assunto interno? O partido Jobbik não permitirá tal aplicação de critérios dúplices no Parlamento.

**Licia Ronzulli (PPE).** – (IT) Senhor Presidente, a Europa também já se apercebeu de que a oposição italiana se tornou delirante, imaginando coisas que não existem.

É claro que isso não é para nós motivo de regozijo, porque preferíamos vir para o Parlamento falar dos problemas reais para os quais os cidadãos nos pedem soluções, mas podemos consolar-nos com o facto de que, pelo menos a Europa emitiu um veredicto que nem mesmo Antonio Di Pietro poderá pôr em causa. Na verdade, isto já tinha acontecido em 2004, sempre com o senhor deputado Di Pietro como protagonista, com o apoio de outros deputados, e agora ele mandou os outros virem aqui fazer o mesmo, mas não houve qualquer tipo de regozijo por parte desse movimento.

De resto, os eleitores italianos quiseram retirar os comunistas da cena parlamentar, e eles já não têm assento nestas bancadas. A liberdade de imprensa em Itália não é mais do que uma tentativa por parte de grupos editoriais, magistrados e políticos de pôr em causa a legitimidade do Primeiro-ministro e do seu governo. No entanto, isso dá lugar a um clima de caça ao homem, com um único alvo, obsessivamente perseguido, e de guerra civil, clima esse que, alimentado por uma certa esquerda, pode vir a ter consequências muito graves.

**Siiri Oviir (ALDE).** – (ET) Há várias formas de destruir o pluralismo dos meios de comunicação social e de alimentar a população com informação enviesada, bem como de impedir a diversidade das opiniões. Uma possibilidade é monopolizar economicamente os meios de comunicação social através da propriedade dos mesmos, mas não é a única. O monopólio da informação pode ser alcançado, por exemplo, através da colocação em cargos importantes nos órgãos de comunicação social públicos dominantes de membros de um único partido – isto é, membros do partido do governo – e bloqueando as outras opiniões. Existem outros exemplos, e nós, membros desta assembleia, já ouvimos falar deles ao longo da discussão sobre este assunto. Os ditos exemplos eram provavelmente factos.

Tudo isto é prova de que a Europa, se quer ser democrática, precisa de regras, precisa de directivas de forma a criar pluralismo dos meios de comunicação social. Por esta razão, apoiei a resolução proposta pelo Grupo ALDE, pelos Socialistas e pelos Verdes, que apresenta propostas precisamente deste tipo.

**Carlo Casini (PPE).** – (IT) Senhor Presidente, em primeiro lugar gostaria de corrigir o meu primeiro e segundo votos – eu pretendia abster-me, mas enganei-me por ter agido à pressa e carreguei no botão errado. Os meus primeiros dois votos são abstenções relativamente a todas as votações do dia.

A declaração que pretendo fazer é esta: há um grave pecado original na proposta que conduziu ao debate de hoje e é um pecado que já foi assinalado pelo Presidente da República Italiana. A esse pecado veio juntar-se, como forma de ataque contra o Primeiro-ministro italiano, o oportunismo de escolher a sua acção judicial contra certos jornais, o que está, evidentemente, em perfeita consonância com o Estado de Direito.

Por isso não votámos a favor da proposta do Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa, do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde, etc., mas também não votámos a favor da moção do Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) porque, embora merecedora de apreço na medida em que salvaguarda a dignidade italiana, ela ignora completamente o problema do equilíbrio entre o poder dos meios de comunicação social e os outros poderes do Estado, que existe na Europa e que constitui também um grave problema em Itália. Esse problema não tem a ver apenas com a questão do conflito de interesses do Primeiro-ministro nesse domínio, mas também com outros problemas.

Por outro lado, a nível nacional, o meu partido, a UDC, contesta permanentemente a maioria sobre esta questão. Penso que devemos também emitir uma mensagem de apoio através da abstenção.

**Carlo Fidanza (PPE).** – (IT) Senhor Presidente, este debate veio demonstrar até que ponto a esquerda italiana está cada vez mais distante dos sentimentos partilhados pelo nosso povo. Não houve uma sublevação dos italianos; houve, sim, uma manobra política por parte de uma elite judicial, editorial e política para invalidar um veredicto popular legitimamente consagrado há alguns meses atrás.

Senhoras e Senhores Deputados, quem declarou nesta Assembleia, nos últimos dias, que os italianos estão preocupados com o facto de a liberdade de imprensa estar ameaçada por Berlusconi mente e sabe que está a mentir. Todos os italianos de boa fé reconhecem que em Itália existem jornais, estações de rádio e canais de televisão que funcionam livremente; que muitos desses jornais têm uma política editorial contrária à do Primeiro-ministro; que, a haver ausência de pluralismo, ela existe no seio do único – e sublinho único, Senhoras e Senhores Deputados – sindicato reconhecido pelos jornalistas italianos, despudoradamente alinhado à esquerda; e que os autores de programas, comentadores e humoristas cujos pontos de vista são contrários aos do Primeiro-ministro italiano arranjam facilmente emprego e trabalham em canais de televisão do Estado ou em canais de televisão que são propriedade do Primeiro-ministro italiano, sem que a sua liberdade se veja ameaçada.

Se os italianos têm alguns receios e preocupações, eles têm a ver, Senhor Presidente, à semelhança do que acontece com todos os europeus, com a crise, com a imigração ilegal, com o emprego e com as pensões de reforma, mas de maneira nenhuma com a liberdade de informação, que nunca esteve ameaçada e que, pelo contrário, é atacada todos os dias pelas facções de esquerda.

**Lena Ek (ALDE).** – (EN) Senhor Presidente, vou citar John Stuart Mill e, em seguida, prosseguirei em sueco. "Se toda a humanidade menos uma pessoa defendesse uma determinada opinião, a humanidade não teria mais direito de silenciar essa pessoa do que esta, podendo, teria de silenciar a humanidade".

(SV) A Itália faz parte do berço da democracia europeia. É, por conseguinte, deplorável que os meios de comunicação social italianos se encontrem na situação em que estão actualmente. O respeito pelos direitos humanos fundamentais em todos os países europeus constitui o centro da cooperação da União Europeia. É totalmente errado afirmar, como faz o Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos), que isso não é verdade. O Grupo PPE esconde-se por trás destes argumentos e, ao fazê-lo, está a servir a causa de Silvio Berlusconi.

A diversidade dos meios de comunicação social implica que muitos actores diferentes tenham a oportunidade de trabalhar sem que o Estado interfira nos seus conteúdos. Para que haja um debate democrático aceso na Europa, são necessários meios de comunicação social independentes em todos os Estados-Membros. A forma de o assegurar não é da responsabilidade da UE. Assegurar a liberdade de imprensa, por outro lado, é uma questão que deve, efectivamente, ser abordada a nível comunitário. Lamento, por conseguinte, o resultado da votação de hoje sobre a resolução sobre a liberdade de informação em Itália.

**Peter van Dalen (ECR).** – (NL) Senhor Presidente, não estou propriamente impressionado com a liderança política e moral do Sr. Berlusconi e, lamentavelmente, a Itália não figura no topo da lista de países quando falamos de liberdade de imprensa. Porém, a liberdade de informação e de imprensa é, em primeira instância, um assunto da própria Itália. São os próprios italianos que têm de agir nesse domínio. Felizmente, eles estão de facto a fazê-lo, por exemplo, ao levantarem a imunidade do Primeiro-Ministro italiano. Além disso, a recente fundação do jornal *Il Fatto Quotidiano* demonstra que existe uma imprensa crítica em Itália e que há espaço de manobra.

Por isso mesmo, peço aos próprios italianos que se mantenham vigilantes relativamente a quaisquer atentados à liberdade de imprensa no seu país. Espero que não seja necessário que a burocracia de Bruxelas intervenha nessa matéria. Ao fim e ao cabo, nós não queremos mais Europa, mas sim uma Europa que se concentre no exercício das suas tarefas fundamentais. Essa é a única forma de a Europa conseguir conquistar a confiança do eleitorado.

**Hannu Takkula (ALDE).** – (FI) Senhor Presidente, a liberdade de informação é uma questão muito importante e, pelo que me toca, votei a favor. Devemos lembrar-nos, porém, de que a liberdade também implica responsabilidade, e de que, na Europa, precisamos de meios de comunicação críticos e transparentes. Precisamos de garantir que isso aconteça no futuro. A História europeia mostra o tipo de horrores que surgem resultaram quando a comunicação social é fechada e a informação é impedida de circular livremente.

Sobre este assunto, penso que precisamos, no Parlamento Europeu, de considerar a Europa no seu todo, e não apenas um Estado-Membro especificamente. É por isso que precisamos de alargar a questão e de estabelecer princípios aos quais possamos aderir, quer estejam no poder os Socialistas, os Liberais ou a direita. As mesmas regras têm de aplicar-se a todos e, em todos os casos, temos de garantir que a liberdade de informação se mantenha. Essa é uma das liberdades fundamentais que espero que a União Europeia preserve também nos anos vindouros. Espero também que toda a gente seja tratada de acordo com as mesmas normas.

**Chris Davies (ALDE).** – (EN) Senhor Presidente, a União Europeia afirma abraçar belos princípios de liberdade e democracia, todos eles reafirmados e reforçados no Tratado de Lisboa, mas de quando em vez fazemos vista grossa de transgressões flagrantes ocorridas num ou outro Estado-Membro. Não apontamos o dedo aos que se abstêm de apoiar os princípios em que a União Europeia assenta. Não gostamos de fazer ondas mas a verdade é que, hoje, tivemos ocasião de tomar uma posição e de afirmar que o controlo da imprensa por parte do Primeiro-Ministro italiano é uma nítida violação daqueles princípios.

Há problemas noutros Estados-Membros, mas a Itália é o pior de todos. Graças aos votos do Partido para a Independência do Reino Unido e dos Conservadores britânicos, perdemos hoje por um voto: a diferença foi de um voto apenas. Os Conservadores no Reino Unido dizem querer repatriar a política social e de emprego da União Europeia. Mas não dizem que também querem impedir a União Europeia de ter qualquer papel na defesa das liberdades fundamentais que são o esteio da democracia em toda a Europa.

**Philip Claeys (NI).** – (NL) Senhor Presidente, também eu estou muito satisfeito com o facto de a resolução ter sido rejeitada na votação, pois é inaceitável que este Parlamento seja indevidamente utilizado para prosseguir uma campanha de difamação contra uma determinada figura política. É igualmente inaceitável que esta Câmara se perfile como uma espécie de *big brother* nesta matéria, um inquisidor-geral que se ingere directamente num assunto que apenas diz respeito aos Estados-Membros.

Aqueles que aqui protestam contra uma suposta ameaça à liberdade de informação em Itália, uma ameaça que é de todo em todo imaginária, são os primeiros a advogar leis de açaime que têm como único objectivo a liquidação política de dissidentes. Esta hipocrisia de Esquerda é repugnante. Com efeito, se na Bélgica existisse apenas metade da liberdade política que existe em Itália, nós já teríamos progredido consideravelmente.

**Daniel Hannan (ECR).** – (EN) Senhor Presidente, não abona a favor deste Parlamento o facto de, hoje, toda a nossa ordem do dia, todo o nosso período de votações, terem sido tomados por um assunto que jamais deveria ter sido trazido à sessão plenária. É um assunto que extravasa o âmbito de competências deste Parlamento e faz parte das prerrogativas de um dos nossos Estados-Membros.

Não sou especialmente a favor de Silvio Berlusconi, e regozijo-me pelo facto de os Conservadores britânicos já não integrarem, ao lado do seu partido, o Partido Popular Europeu. Todavia, certamente que não foi só a mim que chocou a atitude farisaica que ouvimos do lado de lá durante do debate. Queixaram-se do facto de o Sr. Berlusconi gozar de imunidade penal sem aludirem ao facto de também eles, como eurodeputados, gozarem de semelhante imunidade. Queixam-se do seu controlo sobre os meios de comunicação social, sem

falarem das dezenas de milhões de euros de dinheiros públicos que este Parlamento gasta na sua auto-promoção.

A proposta de resolução em apreço, e o facto de ter sequer sido submetida à nossa apreciação, hoje, não dignifica ninguém – nem os italianos, que trouxeram para esta Câmara uma questão que tinham perdido no seu próprio Estado-nação, nem a nós no nosso presumível envolvimento no assunto. Estas questões devem ser decididas através dos mecanismos e procedimentos democráticos nacionais da República Italiana. Permitam-me reiterar aqui o meu apelo a que o Tratado de Lisboa seja posto a votação. *Pactio Olisipiensis censenda est!*

**Syed Kamall (ECR).** – (EN) Senhor Presidente, penso que todos nós, nesta Câmara, nos preocupamos com a questão do pluralismo dos meios de comunicação social. Todos queremos ver reforçado o pluralismo dos meios de comunicação social em toda a UE. Preocupa-me a situação que se verifica em alguns Estados-Membros no tocante ao pluralismo dos *media*. Preocupa-me igualmente essa situação em vários países fora da UE, mas que os Socialistas jamais abordam. É o caso, por exemplo, de Cuba e da Coreia do Norte. Os Socialistas são bastante discretos em relação à questão do pluralismo dos meios de comunicação social nesses países.

Mas está aqui em causa um princípio muito importante. Os Rolling Stones disseram, em tempos, "You can't always get what you want", ou "nem sempre se pode ter o que se quer", e, quando não se pode ter o que se quer, o que se faz é, através do processo democrático no nosso próprio país, procurar persuadir as pessoas a afastar o governo que não se apoia. A solução não é recorrer ao Parlamento Europeu na tentativa de obter, aí, a impugnação de decisões democráticas. Este é um princípio que os Conservadores prezam, e é por esse motivo que me orgulho do facto de os Conservadores e Reformistas Europeus terem contribuído para a rejeição desta proposta de resolução mesquinha.

**Sergio Paolo Francesco Silvestris (PPE).** – (IT) Senhor Presidente, penso que a votação democrática desta Assembleia demonstrou de forma inquestionável algo que toda a gente sabe que é verdade, nomeadamente que existe liberdade de informação em Itália.

Sabem, o que a esquerda tentou fazer foi procurar tópicos para levantar objecções. Porquê? Porque, como eu já disse em Bruxelas, eles têm muitos jornais em Itália, mas não sabem o que hão-de escrever, e então a única coisa que conseguiram dizer – atrasando um mês os trabalhos deste Parlamento – foi que apoiam a tese de que não existe liberdade de informação em Itália.

Nos seus muitos jornais não são capazes de escrever que, em Itália, houve um governo que realojou as vítimas do sismo de Aquila em casas a sério, tirando-as dos grandes aglomerados de tendas, no espaço de quatro meses; nos seus jornais não são capazes de escrever que, em três meses, um novo governo chefiado por Berlusconi, em Itália, retirou das ruas de Nápoles o lixo que, durante anos, eles deixaram que se acumulasse; não são capazes de dizer que, segundo a OCDE, a Itália é o país em que se perderam menos postos de trabalho, apesar da crise económica; não são capazes de escrever nos seus jornais que, em Itália, nenhum banco foi à falência e nenhum aforrador perdeu o seu dinheiro, apesar da crise económica; isso não são eles capazes de dizer, ninguém os lê, ninguém acredita neles, e eles atribuem a culpa desse facto a uma alegada ausência de liberdade de informação.

Sabem o que nós dizemos em Itália? Dizemos que eles são como aqueles que abriram a cerca, deixaram fugir os bois e se põem à procura dos cornos: perderam os bois, os votos, os números em Itália; tentaram – e com isto termino, Senhor Presidente – recuperá-los na Europa, onde também já tiveram a maioria, mas onde também perderam essa maioria.

Com o devido respeito por quem na Europa pretendia demonstrar o contrário, a democracia mostrou uma vez mais que a liberdade de informação está viva e de boa saúde em Itália.

**Seán Kelly (PPE).** – (EN) Senhor Presidente, estou muito satisfeito com o desfecho da votação sobre a proposta de resolução hoje submetida à nossa apreciação, pois a Itália é um Estado-Membro da União Europeia e, como tal, a sua inclusão a título individual numa resolução do Parlamento Europeu seria algo supérflua. Espero, porém, que futuramente tenhamos oportunidade de aqui debater a questão da liberdade de informação, da liberdade de imprensa, da liberdade que deve ser reconhecida a cada jornalista para, no âmbito da organização em que trabalha, expressar livremente as suas opiniões. E devemos pugnar por que isto se aplique a toda a União Europeia, não a um único país, como é o caso neste debate. Graças ao resultado alcançado, hoje foi um dia bom para a União Europeia, e um dia bom para a democracia.



**Aldo Patriciello (PPE).** – (IT) Senhor Presidente, como é costume, encontramos-nos a discutir e a votar, no Parlamento Europeu, questões de exclusivo interesse e pertinência nacionais, não estando nós, afinal, na Câmara de Deputados italiana nem no Senado italiano.

Mais uma vez, depois das acusações em matéria de imigração lançadas nesta Assembleia contra o Governo italiano por aqueles que estão na oposição, não devido a uma estranha conspiração de que se sentem vítimas, mas por decisão soberana do povo, houve uma tentativa oportunista, ridícula e instrumental de distorcer a realidade da situação em Itália, com o único objectivo de denegrir o governo e o nosso país na pessoa do nosso Primeiro-ministro Silvio Berlusconi.

Partidos minoritários tentaram tirar vantagens eleitorais de uma campanha publicitária facciosa, compensando o vazio ideológico e de conteúdo do seu programa político com uma campanha destinada a prejudicar sistematicamente o nosso país na Europa. Os deputados que apoiaram a oposição italiana deveriam concentrar-se nas questões que dizem estritamente respeito aos seus próprios países, sem olharem para a situação italiana através do olhar distorcido e enganador dos meus compatriotas. Eles pertencem a um partido que se distinguiu, ao longo dos anos, por ter uma política que consiste numa única coisa: no ataque sistemático e orientado contra o Primeiro-ministro italiano, chefe de uma coligação democraticamente eleita por 17 milhões de italianos.

*Declarações de voto escritas*

#### **- Liberdade de informação em Itália e noutros Estados-Membros da União Europeia**

**Luís Paulo Alves (S&D), por escrito.** – Votei favoravelmente a resolução do Grupo S&D sobre liberdade de informação porque considero que a liberdade de imprensa é um dos pilares da sociedade livre e democrática que defendo, e sempre que ela está em risco, como agora em Itália, devemos estar prontos para a proteger. Em Itália existe um risco claro e sério para a liberdade de expressão e de imprensa.

O facto de o Primeiro-Ministro controlar, directa ou indirectamente, um vasto império de editoras, jornais diários e semanários, bem como 3 canais de televisão, é verdadeiramente incompatível com as funções políticas ocupadas pelo Sr. Berlusconi e com as exigências de um Estado de Direito democrático, membro da UE. Acrescem a este facto as tentativas de pressão e manipulação de que tem sido vítima a estação pública de televisão. Não podemos esquecer que a crise económica que vivemos fragilizou ainda mais os meios de comunicação social, tornando-os mais sensíveis a pressões vindas das empresas anunciantes ou dos poderes públicos. É, de facto, urgente que a Comissão Europeia publique finalmente uma proposta de directiva relativa ao pluralismo e à concentração dos *media*, que torne claras as regras a seguir numa matéria democraticamente vital como esta, em todos os Estados-Membros.

**Jean-Pierre Audy (PPE), por escrito.** – (FR) Votei favoravelmente a alteração do título do projecto de resolução sobre a liberdade de informação em Itália, no seguimento de uma declaração da Comissão Europeia, de 8 de Outubro de 2009, que pretendia que a palavra "Itália" fosse suprimida. Com efeito, embora a situação em Itália seja extremamente preocupante devido ao conflito de interesses entre a propriedade e/ou o controlo dos meios de comunicação social públicos e privados e certos poderes políticos, partilho a opinião de muitos colegas segundo a qual o Parlamento Europeu não deve "apontar o dedo" a este ou aquele Estado-Membro.

**Liam Aylward, Brian Crowley e Pat the Cope Gallagher (ALDE), por escrito.** – (EN) Hoje votámos várias propostas de resolução e várias alterações. Essencialmente, as propostas submetidas à nossa apreciação condenavam a forma como se processa a administração dos meios de comunicação social na Alemanha, Portugal, Hungria e Itália.

Na nossa qualidade de Membros do principal partido no Governo irlandês, sempre nos opusemos a propostas submetidas ao Parlamento Europeu que condenem as actividades internas de um determinado governo ou um determinado Estado-Membro da União Europeia.

Desde que aderimos à União Europeia, sempre nos opusemos a estratégias políticas por via das quais o Parlamento Europeu seja chamado a deliberar sobre diferendos ou questões políticas internas deste ou daquele Estado-Membro da União Europeia.

Sempre foi essa a nossa posição política, hoje como no passado, e sempre fomos coerentes com ela.

Defenderemos sempre a liberdade de expressão, direito fundamental de todos os cidadãos da Europa.

**Ivo Belet (PPE)**, *por escrito*. – (NL) O surpreendente resultado desta votação irá, ao que esperamos, criar espaço para um verdadeiro debate, um debate sobre a essência dos problemas que ameaçam o pluralismo mediático na Europa, um debate que nós apoiamos sem reservas. Todos sabemos que a liberdade dos meios de comunicação social está sob pressão em diversos Estados-Membros (veja-se, neste contexto, o mais recente relatório da Press Freedom Index ontem publicado pela organização Repórteres sem Fronteiras).

No entanto, é essencial que adoptemos uma abordagem fundamental a estes problemas e desenvolvamos um instrumento destinado a melhorar a situação em toda a UE, de modo a que os jornalistas possam fazer o seu trabalho sem serem sujeitos a pressões por parte de agentes políticos ou privados interessados. Há membros desta Câmara que preferiam enveredar pela via nacional e ajustar as contas a nível interno, mas é bom que essa estratégia não tenha vingado, uma vez que poderia ter sufocado o debate à nascença. Temos de abandonar agora definitivamente estas jogadas nacionais e de investir a nossa energia em soluções estruturais para um problema que, a longo prazo, constitui uma ameaça real ao nosso Estado de direito e à democracia na Europa.

**David Casa (PPE)**, *por escrito*. – (EN) É errada a ideia de que em Itália existe violação, sob qualquer forma que seja, do direito de informação. Primeiro, não se trata aqui de utilizar o Parlamento Europeu como fórum de discussão de questões que deveriam ficar na esfera de competências dos tribunais e parlamentos nacionais dos Estados-Membros. Em segundo lugar, é óbvio que as críticas recentemente lançadas contra a Itália mais não foram do que uma tentativa de atacar o Primeiro-Ministro italiano Silvio Berlusconi. Por conseguinte, votei conta a proposta de resolução.

**Carlos Coelho (PPE)**, *por escrito*. – A relação entre o poder político e o jornalismo é complexa e delicada, mas para mim é claro que ninguém deve ter o direito de impor a "sua" verdade, censurando ideias, perseguindo jornalistas ou limitando a liberdade de expressão e informação. A liberdade de informação e de expressão é um dos princípios básicos nos quais assenta a União Europeia e essencial em qualquer democracia. Também por isso não se deve banalizar este debate ou instrumentalizá-lo politicamente.

Quando os socialistas europeus apresentam uma resolução sobre a liberdade de informação em Itália confundem o Parlamento Europeu com o Parlamento italiano. Demonstram ter dois pesos e duas medidas quando recusam a proposta de inclusão de outros casos nacionais como o caso alemão, o húngaro ou o português onde se referia a injustificável supressão do *Jornal Nacional* da TVI. Para eles não interessa a liberdade de informação na Europa, mas apenas em Itália... Curiosamente, no mesmo dia em que se sabe que Portugal cai 14 pontos no *ranking* da liberdade de imprensa produzido pelos "Repórteres sem Fronteiras".

**Vasilica Viorica Dăncilă (S&D)**, *por escrito*. – (RO) A liberdade de imprensa é essencial a uma sociedade democrática. Consequentemente, sou do parecer de que a necessidade de um mercado da comunicação social equilibrado deve ser salvaguardada por todos os Estados-Membros, que têm de empenhar-se, quer individual quer conjuntamente, em garantir aos cidadãos europeus a hipótese de acederem a informação o mais rigorosa possível. Considero que tal é absolutamente indispensável para que todos os cidadãos europeus sejam capazmente informados e possam, assim, exercer e cumprir activamente os seus direitos e obrigações e estejam, além disso, em condições de compreender e criticar a forma como são informados pelas instituições europeias, bem como por cada Estado-Membro individualmente.

**Anne Delvaux (PPE)**, *por escrito*. – (FR) Enquanto antiga jornalista, abstive-me sobre o conjunto das propostas e alterações submetidas à votação esta quarta-feira. Quero assim denunciar vivamente a instrumentalização político-partidária de um debate tão fundamental como este da liberdade de imprensa. Um direito que, por natureza, não pode em caso algum ser objecto de negociações políticas e de combates de esquerda ou de direita!

A Itália está envolvida em atentados à liberdade de imprensa, o que é totalmente inaceitável. Mas teremos nós ouvido também jornalistas búlgaros, romenos, franceses? Teremos nós investigado de forma aprofundada as ingerências políticas ou económicas existentes noutros países da União? Poderemos garantir, nos nossos próprios países, que a política não interfere nas redacções e no seu conteúdo redactorial? Se tivéssemos aprofundado o nosso estudo, através de um novo relatório, teríamos podido fundamentar as nossas resoluções de forma a permitir-lhes atingir verdadeira e adequadamente aquele que é o seu alvo: a liberdade de imprensa na União Europeia! Penso que esse direito fundamental merece um investimento muito maior do que aquele que conduziu a textos que passaram sistematicamente ao lado da questão essencial.

**Proinsias De Rossa (S&D)**, *por escrito*. – (EN) Votei favoravelmente a proposta de resolução em apreço, que apela à elaboração de uma directiva relativa à concentração dos meios de comunicação social e à protecção do pluralismo dos mesmos. Lamentavelmente, o quadro legislativo comunitário sobre o pluralismo dos

meios de comunicação social e a concentração dos mesmos continua a não ser adequado. A União Europeia consagra a liberdade de expressão e de informação no artigo 11.º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia e no artigo 10.º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem. Com efeito, o artigo 11.º da Carta dos Direitos Fundamentais estipula concretamente que "São respeitados a liberdade e o pluralismo dos meios de comunicação social". A liberdade e o pluralismo dos *media* são essenciais a uma sociedade livre, salutar e democrática. A crescente concentração dos meios de comunicação social nas mãos de patrões abastados asfixia, como é evidente, o debate aberto. Temos de ser extremamente cautelosos para impedir o controlo do fluxo de informação por parte de empresas abastadas e empenhadas em fazer vingar uma agenda ao serviço dos seus próprios interesses, orientada pelo mercado, anti-regulamentar e, não raras vezes, anti-sindical. De igual modo, e por força dessa mesma garantia de imparcialidade, os operadores dos meios de comunicação públicos devem ser independentes e não estar sujeitos a interferências por parte das autoridades governamentais.

**Frank Engel (PPE)**, *por escrito*. - (FR) O Parlamento Europeu é chamado mais uma vez a pronunciar-se sobre uma questão de ordem nacional, a saber, as ameaças que alegadamente pesam sobre a liberdade de expressão em Itália. Os membros luxemburgueses do Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) são de opinião que o Parlamento Europeu não deve imiscuir-se, por princípio, em qualquer conflito de interesses, mesmo que real, num Estado-Membro. O Parlamento também não deve exigir medidas legislativas europeias de cada vez que uma questão política ou jurídica não pode ser resolvida de forma satisfatória aos olhos de todas as partes envolvidas num determinado Estado-Membro. Eis a razão por que votámos contra qualquer tentativa de legislar a nível europeu sobre um problema de conflito de interesses num Estado-Membro concreto.

Assim, somos a favor de um verdadeiro debate europeu sobre a imprensa e as concentrações problemáticas que podem existir neste domínio. Este debate não deve concentrar-se num Estado-Membro concreto, mas sim apreender a questão de forma objectiva e coerente no conjunto do território da UE, podendo assim chegar a soluções para os problemas constatados com base na legislação comunitária existente.

**Edite Estrela (S&D)**, *por escrito*. - A delegação socialista portuguesa no Parlamento Europeu denuncia e condena a iniciativa de alguns eurodeputados portugueses do PPE que tentaram denegrir a imagem de Portugal e do Primeiro-Ministro português com a acusação infundada de interferências na comunicação social. Esta acção foi levada a cabo no quadro de uma operação de branqueamento dos ataques do Governo italiano de Silvio Berlusconi à liberdade de expressão e à comunicação social. A delegação socialista não pode deixar de lamentar que alguns eurodeputados portugueses arrastem para fora das fronteiras um debate que alguns partidos abriram na recente campanha eleitoral e ao qual os eleitores portugueses responderam sem margem para dúvidas.

Ao contrário dos promotores desta iniciativa, os socialistas não pedem a nenhum cidadão português que renuncie à nacionalidade, mas denunciemos os que, em defesa de eventuais compromissos com Silvio Berlusconi, atacam o bom nome de Portugal.

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. - A Comissária Viviane Reding lançou um apelo à câmara aquando do debate desta questão: "peço-vos que não usem as instituições europeias para resolver problemas que, face aos nossos Tratados, devem ser resolvidos a nível nacional". Não posso estar mais de acordo e não consigo deixar de lamentar o uso deste tipo de expedientes por parte da esquerda europeia, em particular pelos socialistas. Recordo que, na anterior legislatura, os socialistas espanhóis procuraram manipular o Parlamento Europeu obtendo externamente apoio - que escasseava dentro do próprio país - para uma política antiterrorista desastrosa. Este padrão lamentável de comportamento mantém-se. Tal como o presidente do Grupo PPE teve oportunidade de denunciar, é evidente a má-fé nestas atitudes que em nada contribuem para a confiança dos povos nas Instituições europeias.

Pergunto-me se o Grupo Socialista seria tão lesto a promover idêntico debate sobre Portugal e as repetidas ingerências do Governo na comunicação social e que motivaram, num espaço de poucos meses, a substituição do director de um jornal de referência (Público) e o fim abrupto de um jornal televisivo (TVI), o que mereceu já a condenação expressa da Entidade Reguladora para a Comunicação Social.

**Ilda Figueiredo (GUE/NGL)**, *por escrito*. - Votámos favoravelmente a resolução apresentada em defesa da liberdade de informação porque somos pela defesa da liberdade de expressão e de informação, do pluralismo nos meios de comunicação social e contra a sua concentração. No entanto, discordamos de alguns aspectos desta resolução que raíam a ingerência na vida democrática de cada país, e temos as maiores dúvidas sobre

uma possível directiva neste âmbito, designadamente tendo em conta a composição actual do Parlamento Europeu.

A luta que fazemos pela liberdade de informação e de expressão, pela defesa dos direitos dos jornalistas e outros profissionais da comunicação social, pela defesa do acesso de todos à informação e pela garantia do seu pluralismo, não pode ser usada para dar cobertura a manobras partidárias que visam sobretudo a ingerência do Parlamento Europeu na vida interna dos países, utilizando dois pesos e duas medidas diferentes, conforme os casos interessam a uma ou outra força política.

Por isso, também nos abstivemos nas propostas do PPE relativas às questões da TVI em Portugal, apesar de ser conhecida a crítica do PCP relativamente a esta situação em Portugal.

**Mathieu Grosch (PPE)**, *por escrito*. - (FR) Considero o debate sobre a liberdade de imprensa extremamente importante. A situação em Itália é preocupante, mas compete a este Parlamento Europeu debater o tema em geral ou em todos os países que colocam problemas nesta matéria.

Apenas citar a Itália, sabendo que também existem problemas noutros países, por exemplo na Roménia, na Bulgária, em Portugal e na Hungria, decorre de um debate partidário que não contribui para a liberdade de expressão e de imprensa.

**Sylvie Guillaume (S&D)**, *por escrito*. - (FR) Votei hoje contra a resolução comum apresentada pelos grupos PPE, ECR e EFD sobre a liberdade de informação em Itália e noutros Estados-Membros da União Europeia, bem como contra as alterações apresentadas por esses mesmos grupos à resolução comum apresentada pela esquerda e o centro reunidos, pois visavam essencialmente ilibar o Presidente do Conselho italiano das suas responsabilidades para com o respeito do princípio do pluralismo, que constitui um valor fundamental das nossas democracias, e atacavam escandalosamente a pessoa do Presidente da República italiana, Giorgio Napolitano. Apoiei claramente a resolução comum subscrita pelo meu grupo, pois defendo profundamente a liberdade de expressão e apoio uma legislação europeia sobre a concentração dos meios de comunicação social, apesar da oposição da direita, já manifestada repetidas vezes. Recordamos os temores com origem em Itália no seguimento das recentes pressões exercidas por Silvio Berlusconi sobre os jornais italianos e europeus, bem como sobre a expressão da Comissão Europeia, no seguimento dos retornos decididos pelas autoridades italianas de migrantes em pleno mar para a Líbia, violando assim o princípio de não repulsão.

**Filip Kaczmarek (PPE)**, *por escrito*. - (PL) Votei contra a proposta de resolução pelo facto de ser perniciosa e não estar de acordo com os padrões europeus. Em nome de certos interesses particulares, a esquerda violou, entre outros, o princípio da aplicação de normas iguais a todos os Estados-Membros. O modo como se impediu que a alteração oral apresentada pelo senhor deputado Szájer fosse submetida a votação constitui prova sobeja de que o verdadeiro objectivo da resolução não era manifestar preocupação pela liberdade de imprensa. A verdadeira motivação da resolução era o desejo de atacar o Governo italiano, e apenas ele. Isto deve-se ao facto de esse governo desagradar à esquerda. A esquerda é livre de não gostar do Governo italiano. Não vejo, porém, razão alguma para participar nesta tentativa de instrumentalização do Parlamento Europeu, e de envolver a nossa Câmara numa disputa política interna em curso num Estado-Membro.

A liberdade dos meios de comunicação social tem igual universalidade e relevância quando se encontra sob ameaça de governos de esquerda. Estou muito satisfeito com a rejeição da proposta, cujo agendamento visou unicamente facultar à esquerda uma oportunidade de atacar os seus adversários políticos na Itália.

**Eija-Riitta Korhola (PPE)**, *por escrito*. - (FI) Senhor Presidente, a liberdade de expressão e meios de comunicação social independentes são o alicerce da democracia e têm de ser muito valorizados e protegidos. Como muitos outros aqui, preocupo-me com os desenvolvimentos que presenciámos nalguns Estados-Membros, incluindo a Itália e a Hungria. Se esta resolução lidasse com a comunicação e os seus problemas na EU em geral, tê-la-ia também apoiado calorosamente. Desta vez, não pude fazê-lo. Apoio o princípio exprimido pelo nosso grupo, o Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos), de que a UE não deve interferir em quaisquer assuntos nacionais, relativamente aos quais não dispõe de mandato jurídico para actuar. Estou, portanto, satisfeita com o resultado do voto sobre a liberdade de informação em Itália e com o facto de todas as nove propostas de resolução terem sido rejeitadas na sessão de hoje. Partilho a preocupação do meu grupo de que, com as suas exigências de uma legislação à escala europeia sobre o pluralismo e a propriedade dos meios de comunicação social, o Parlamento estaria mais a destruir a liberdade de imprensa do que a estabelecê-la. Os Estados-Membros da UE têm, cada um, as suas próprias instituições para encontrar uma solução para problemas fundamentais, e este problema da Itália também tem de ser resolvido a nível nacional. Isso, no entanto, não significa, de todo, que devamos negar que o problema existe.

Pelo que me toca, votei em sintonia com a posição do meu grupo sobre a proposta de resolução conjunta dos Socialistas, Liberais e Verdes, excepto num ponto. A alteração 10 do nosso grupo subestima, ou, melhor, rejeita os problemas de liberdade de informação em Itália, pelo que não pude apoiá-la. A lógica também me impediu de apoiar a própria proposta de resolução do nosso grupo, uma vez que esta também cedia à tentação de tratar uma situação em apenas um Estado-Membro e, como modo de encontrar um equilíbrio, procurava subestimar os problemas.

**Jean-Marie Le Pen (NI)**, *por escrito*. – (FR) Senhor Presidente, caros colegas, é em Itália que o chefe de Estado ameaça, recorre aos tribunais à mais pequena crítica ou se implica pessoalmente num processo para eliminar um adversário político? É em Itália que o partido no poder trata a mais pequena informação menos seguidista de "vilania", de "campanha de uma violência absolutamente inusitada", de vontade deliberada de "fazer cair" o Chefe de Estado? É em Itália que a imprensa é criticada quando faz eco de temas como o nepotismo em benefício do filho do Chefe de Estado? É só em Itália que os governos possuem relações próximas e particulares com os dirigentes dos grandes canais privados e nomeiam os dirigentes dos canais públicos? É em Itália que se ajusta a lei relativa à publicidade audiovisual em benefício dos amigos?

É em Itália que um Ministro se faz convidado para um grande telejornal para confessar ter praticado turismo sexual, acto punido em termos penais mas, estranhamente, não quando isso o afecta? Não, é em França! E espanta-me que os socialistas, os comunistas e os verdes franceses aqui presentes não tenham aproveitado este debate para denunciar as práticas duvidosas dos Sarkozis!

**Petru Constantin Luhan (PPE)**, *por escrito*. – (EN) Votei contra a proposta de resolução comum sobre a liberdade de informação em Itália e na União Europeia, sobretudo porque o Considerando D, remetendo para um relatório da organização *Freedom House*, faz referência à "situação crítica" na Roménia e na Bulgária. Li atentamente o referido relatório, especialmente a secção relativa ao meu país, e por isso tenho autoridade para afirmar que aquela frase não é verdadeira. O citado relatório afirma claramente que a Constituição romena protege a liberdade de imprensa e que o governo tem vindo a respeitar cada vez mais esse direito.

Relativamente ao Presidente da Roménia, Sr. Traian Băsescu, o relatório declara que este se tem revelado menos controlador e manipulador dos meios de comunicação social que os seus antecessores. Outro forte argumento em prova da liberdade de expressão no nosso país é que, segundo o mesmo relatório, a Roménia é considerada líder regional no domínio das comunicações de banda larga de alta velocidade. Através da Internet, todos os jornalistas se podem expressar livremente e entrar em contacto com o público. Creio, pois, que a referência à Roménia e à Bulgária foi feita sem ter em consideração o contexto na sua globalidade.

**David Martin (S&D)**, *por escrito*. – (EN) Votei favoravelmente a proposta de resolução em apreço e apoio convictamente quaisquer apelos que visem impedir a formação de monopólios na operação dos meios de comunicação social na Europa. A liberdade de informação é de uma importância crucial e, face à veemência dos sentimentos aqui expressos e à estreita margem entre os votos contra e a favor, espero que voltemos a este assunto no futuro. Decepcionou-me o facto de, mesmo depois de as alterações serem rejeitadas, não termos conseguido fazer passar a proposta de resolução final.

**Willy Meyer (GUE/NGL)**, *por escrito*. – (ES) Votei contra a resolução RC7 0088/2009 apresentada pelas forças de direita e a favor da resolução comum RC7 0090/2009 apresentada pelos restantes grupos da Assembleia, porque defendo a liberdade de expressão e de informação, bem como o pluralismo dos meios de comunicação social, e porque me preocupa a situação em Itália, onde existe um conflito de interesses entre os poderes políticos, económicos e mediáticos, bem como uma preocupante concentração dos meios de comunicação, tanto públicos como privados. A situação em Itália constitui um grave atentado contra o pluralismo dos meios de comunicação social e a actuação do governo de direita liderado por Silvio Berlusconi é inaceitável. Considero necessário corrigir esta situação anómala, que pode ter graves repercussões para o conjunto da União Europeia, e tomar medidas para garantir a independência dos canais públicos de comunicação e a sua protecção contra qualquer tipo de ingerência governamental. Quis, com o meu voto, mostrar claramente a minha desaprovação das pressões e intimidações exercidas pelas autoridades italianas sobre os jornais nacionais e europeus.

**Andreas Mölzer (NI)**, *por escrito*. – (DE) As votações de hoje sobre as propostas de resolução assentam num debate que é difícil de superar em termos de parcialidade política. A Esquerda Unida lançou um ataque contra Berlusconi e teve a sua vingança sobre ele. É verdade que existe uma forte concentração dos meios de comunicação social em Itália, mas as ameaças à liberdade de expressão e à democracia foram exageradamente empoladas. Parece óbvio que os seus representantes se oporão a tudo o que não seja de esquerda.

Na proposta de resolução comum, os Verdes, os social-democratas, os comunistas e os liberais exigem, para a UE, competências de supervisão do pluralismo dos meios de comunicação social, como eufemisticamente se lhes referem. Rejeito categoricamente tal ideia, pois as competências neste domínio devem caber exclusivamente aos Estados-Membros. Senti que era meu dever pronunciar-me contra estas tentativas de ingerência político-partidária e votar contra a proposta de resolução comum apresentada pela esquerda, porque, para mim e para o Partido Liberal Austríaco, a liberdade de imprensa e a liberdade de expressão são dois dos elementos cruciais da democracia, devendo por isso ser defendidos.

**Rareș-Lucian Niculescu (PPE)**, *por escrito*. – (RO) A liberdade de expressão é um dos valores basilares da democracia. As instituições da União Europeia têm de proteger a liberdade de expressão por meio de actos e ser, nesta matéria, uma fonte de inspiração para o mundo inteiro. Contudo, o Parlamento Europeu não pode imiscuir-se como árbitro ou fazer de alavanca nas disputas políticas domésticas dos Estados-Membros, como se pretende com esta resolução e, também, com a resolução referente à «situação» na Lituânia que foi votada na última sessão. Por força destas considerações, votei contra a proposta de resolução.

**Franz Obermayr (NI)**, *por escrito*. – (DE) É verdade que existe uma significativa falta de liberdade de informação em Itália, sobretudo porque o Primeiro-Ministro italiano, Silvio Berlusconi, concentrou a maioria dos canais de televisão, directa ou indirectamente, sob a sua esfera de influência graças à sua posição política e ao seu império mediático. No entanto, este não é um problema específico da Itália. Em França, por exemplo, a reforma constitucional possibilitou o estabelecimento de normas que permitem ao Presidente da República nomear os presidentes das empresas públicas de radiodifusão (Groupe France Télévision, France 2-5), facto que gerou grande controvérsia naquele país. (Acresce que o presidente do maior canal privado de televisão, a TF1, foi padrinho de casamento de Sarkozy, mantendo com ele, por conseguinte, uma relação muito próxima.) É possível que, por parte da União Europeia, este caso tenha sobretudo motivações político-partidárias e de oposição a Berlusconi e não traduza um verdadeiro debate sobre a liberdade de imprensa e a liberdade de informação. Por essa razão, votei contra a presente proposta de resolução.

**Daciana Octavia Sârbu (S&D)**, *por escrito*. – (RO) Atendendo a que três Estados-Membros da União Europeia (incluindo a Roménia) foram classificados pela organização Freedom House como países que dispõem de uma comunicação social «parcialmente livre», estou firmemente convencida de que é necessária uma intervenção a nível europeu para garantir que um dos princípios mais importantes da democracia, a saber, a liberdade de imprensa, seja respeitado.

Creio que temos de instar a Comissão a assegurar o pluralismo na comunicação social, mediante a introdução de normas comuns a nível europeu. Votei a favor da resolução da União Europeia e quero aproveitar este ensejo para reiterar a necessidade de se adoptar uma directiva sobre a liberdade de informação.

**Judith Sargentini (Verts/ALE)**, *por escrito*. – (EN) O Grupo Verts/ALE apresentou, juntamente com os Grupos S&D, ALDE e GUE, uma proposta de resolução comum. Até ao último momento, todos estes grupos mostraram vontade de tomar em consideração a posição de outros grupos políticos do Parlamento, incluindo propostas do Grupo PPE no sentido de expressar preocupação quanto à liberdade de informação noutros Estados-Membros. Acontece que estas propostas não eram tentativas sérias de obter um consenso. O preço a pagar por tal acordo era a supressão de qualquer referência à Itália, bem como do apelo por nós dirigido à Comissão para que apresente uma directiva relativa à concentração dos meios de comunicação e à protecção do pluralismo dos mesmos na UE, o que constitui a própria essência da nossa proposta de resolução.

As alterações apresentadas pelo Grupo PPE visavam unicamente diluir o texto e eram uma tentativa de dividir os apoiantes da proposta de resolução. Daí os Verdes terem forçosamente votado contra, ainda que, pelo menos na opinião de alguns, tivesse sido possível chegar a um acordo na fase de negociação. Não foi construtiva a actuação por parte do PPE. Lamentamos que os grupos de direita se tenham recusado, uma vez mais, a apelar a uma resposta europeia para um problema europeu.

**Catherine Soullie (PPE)**, *por escrito*. – (FR) A liberdade de imprensa é fundamental. Uma instituição legislativa democrática como o Parlamento Europeu não pode, como é óbvio, pôr em causa esse acervo. A protecção e a defesa da liberdade de informação devem ser asseguradas em todas as circunstâncias. Todavia, o Parlamento Europeu não tem vocação para se tornar um tribunal de justiça supranacional. O pluralismo e a liberdade de todos os meios de comunicação social devem ser garantidos no seio da União Europeia, mas não nos compete, na qualidade de deputados europeus, julgar um país e os seus dirigentes sobre o aspecto que podem assumir as relações entre a imprensa e o mundo político.

A ingerência do Parlamento Europeu neste domínio é inaceitável. Qual é a nossa legitimidade para emitir um parecer, seja ele qual for, sobre as condições dos meios de comunicação social italianos? Trata-se de um

debate político interno a um Estado-Membro, um debate que deve ser conduzido e resolvido dentro dos limites das fronteiras do Estado em causa. A rejeição da alteração que visava alterar o nome desta resolução para lhe dar um aspecto mais comunitário demonstra bem o carácter focalizado e puramente político deste debate. Temos de estar vigilantes e não transformar a nossa Assembleia num tribunal.

**Georgios Toussas (GUE/NGL), por escrito.** – (EL) Recusámo-nos a participar na votação final de uma proposta de resolução que, a pretexto do controlo de Berlusconi sobre os meios de comunicação social italianos, promove os interesses mais gerais da plutocracia a fim de concentrar os meios de comunicação social a nível nacional e europeu. Nessa proposta pede-se a adopção de directivas que basicamente irão transformar o direito à informação e à liberdade de expressão em questões de mercado interno e de concorrência, impondo a condução da informação pelo grande capital e o ajustamento do serviço público aos critérios próprios do sector privado e às regras do mercado livre. Os apoiantes de centro-direita e de centro-esquerda da via de sentido único europeia recomendam e desejam uma intervenção total da UE nos assuntos internos dos Estados-Membros, apoiam o domínio do grande capital na área da informação e acotovelam-se, com confrontações duvidosas e intenções disfarçadas, para ver quem vai cair nas boas graças da plutocracia a fim de melhor servir os seus interesses. Os grandes contratantes de meios de comunicação estão a tentar, de maneira vulgar, manipular a consciência dos trabalhadores, por forma a impor a política antipopular do capital adoptada pelos governos de centro-direita e de centro-esquerda. O povo não se deixa enganar pelas lutas de galos no Parlamento Europeu nem pelos esforços para o elevar ao cargo de censor que, além do mais, é a estrutura básica de apoio dos interesses do capital.

**Kyriacos Triantaphyllides (GUE/NGL), por escrito.** – (EL) Apoiamos a proposta de resolução comum, mas não desejamos ser associados às referências a uma proposta de directiva da Comissão relativa à concentração nos meios de comunicação social e à protecção do pluralismo, porque consideramos que esta competência numa matéria tão séria e necessária deve incumbir aos Estados-Membros.

**Derek Vaughan (S&D), por escrito.** – (EN) Creio que, ao votar favoravelmente a proposta de resolução comum apresentada pelos Grupos S&D, ALDE, Verts/ALE e GUE, demonstrei o meu apoio à liberdade dos meios de comunicação social em Itália. Na minha qualidade de representante eleito, creio que é meu dever apoiar medidas tendentes a impedir uma presença excessivamente controladora dos *media*, não só em Itália como em todos os Estados-Membros da UE. A monopolização dos meios de comunicação social é perigosa, em minha opinião, e creio que se impõe insistir no reforço da liberdade dos *media* em toda a Europa. Os cidadãos da UE não devem estar sujeitos a censura nos meios de comunicação social nem a uma cobertura noticiosa selectiva.

**Iva Zanicchi (PPE), por escrito.** – (IT) Senhor Presidente, há pouco mais de um ano, sentei-me pela primeira vez nestas bancadas e senti-me incrivelmente emocionada em virtude do profundo respeito que tenho pelas Instituições europeias e por este Parlamento em particular. Lamento profundamente que esta Assembleia se veja degradada, ao obrigarem-na a perder tempo com ataques especificamente orientados por parte de partidos políticos que usam e abusam dela a bem dos seus interesses nacionais e regionais.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, são precisamente os acontecimentos que em Itália têm lugar ao nível mais baixo, provincial, que constituem a maior demonstração da liberdade de imprensa e informação: pensem em todos os jornais locais, nos jornais das cidades, grande e pequenas, que as pessoas lêem diariamente e vejam a quem se referem! Pensem em jornais como o *La Repubblica* e em toda a imprensa de esquerda. Hoje, o Parlamento Europeu perdeu mais uma vez a oportunidade de enfrentar um debate sério sobre a liberdade dos meios de comunicação na Europa, refém de quem se serve desta Assembleia com o objectivo de atacar o Primeiro-ministro italiano.

#### **- Proposta de resolução RC-B7-0090/2009**

**Françoise Castex (S&D), por escrito.** – (FR) Votei a favor desta resolução, que denunciava a degradação da situação da imprensa na Europa e, nomeadamente, em Itália, e exigia por conseguinte uma legislação sobre a concentração dos meios de comunicação social. A este título, considero absolutamente escandaloso que a direita europeia - nomeadamente os seus eleitos UMP - se tenha manifestado contra a protecção da liberdade de expressão, alinhando assim a sua posição pela dos eleitos de extrema direita e dos eurófobos. Com este voto, a direita europeia mostra que, antes de mais nada, teve um reflexo de protecção do Presidente do Conselho italiano, Silvio Berlusconi. Membro do Grupo PPE, à cabeça de um império mediático sem precedentes para uma personalidade política, este último dedica-se a proferir regularmente ameaças contra os jornalistas e eleitos que se opõem à sua acção. Não se trata de dar provas de ingerência dizer que o controlo do chefe do Governo italiano sobre os meios de comunicação social transalpinos constitui um insulto à

liberdade de imprensa europeia. Evidentemente que a democracia italiana merece tanto respeito como qualquer outra democracia da UE. Contudo, o seu representante, actualmente, não se mostra digno dela. É em nome do nosso respeito pelo povo italiano que temos hoje o dever de o denunciar.

**Nessa Childers (S&D)**, *por escrito.* – (EN) Votei favoravelmente a proposta de resolução em apreço, porque me preocupa profundamente a questão da concentração dos meios de comunicação social, em Itália como em toda a Europa. Temos porventura uma situação semelhante a desenvolver-se na Irlanda, e faço votos de que o Parlamento Europeu se volte a debruçar sobre este assunto. Estas questões devem ser cabalmente exploradas e o Parlamento Europeu deve manter uma atitude vigilante em relação a estas evoluções e tendências na propriedade dos meios de comunicação social, na Irlanda e em toda a UE. Quero igualmente que fique registado o meu desapontamento pelo facto de os eurodeputados afectos ao Fianna Fáil terem votado contra esta modesta proposta de resolução sobre a propriedade dos meios de comunicação social em Itália.

**Alan Kelly (S&D)**, *por escrito.* – (EN) A questão objecto de votação prende-se com determinados aspectos da regulação da propriedade dos meios de comunicação social. Muita gente fala do défice democrático na UE; no entanto, face à concentração da propriedade de meios de comunicação em toda a Europa, a maior ameaça à democracia real são os barões dos *media* por esse mundo fora. Se as pessoas pensam que os proprietários dos jornais não influenciam o conteúdo dos mesmos, recomendo que pensem melhor. Rupert Murdoch é proprietário de quase 200 fontes noticiosas em todo o mundo. Apenas uma minoria delas assumiu uma posição contra a guerra no Iraque. A democracia depende do grau de informação transmitido ao público. A concentração da propriedade dos meios de comunicação social significa que a promoção dos interesses económicos de uma elite minoritária pode ser escamoteada sob a aparência de independência editorial. Ao público deve ser sempre dado o direito de opção quando se trata da divulgação de notícias. Na Irlanda, temos os nossos próprios problemas em matéria de propriedade dos meios de comunicação, que teremos de resolver pela via regulamentar. Esta Assembleia tem de defender a liberdade de expressão, nomeadamente dos jornalistas e outros agentes dos *media*. Lamento que os colegas da direita não tenham partilhado esta posição.

**Catherine Soullie (PPE)**, *por escrito.* – (FR) O resultado da votação sobre a resolução comum relativa à liberdade de informação em Itália e noutros Estados-Membros da União Europeia provocou uma grande satisfação ao grupo PPE. Tratava-se de afirmar claramente o papel do Parlamento Europeu: somos uma assembleia legislativa e não um tribunal para os assuntos internos dos Estados-Membros. Este ataque pessoal disfarçado não tinha por objectivo ter eco no seio do Parlamento. Congratulo-me com o resultado desta votação, que, apesar de muito apertada, restabelece o valor do princípio da subsidiariedade no seio da União Europeia e das suas instituições.

## 5. Correções e intenções de voto: ver Acta

(A sessão, suspensa às 13H05, é reiniciada às 15H00)

**PRESIDÊNCIA: ROUČEK**

*Vice-presidente*

## 6. Aprovação da acta da sessão anterior: Ver Acta

## 7. Boas-vindas

**Presidente.** – Apraz-me informar-vos que a delegação do Parlamento da África do Sul tomou lugar na tribuna dos visitantes de honra. Gostaria de dar as boas-vindas à delegação sul-africana que está aqui para participar na 14.<sup>a</sup> reunião inter-parlamentar entre o Parlamento Europeu e o Parlamento da África do Sul. A chefe da delegação africana, a senhora deputada Joanmariae Louise Fubbs, presidente da Comissão do Comércio e da Indústria da Assembleia Nacional da África do Sul, está acompanhada pelo presidente da Comissão das Relações Internacionais e por cinco colegas do Parlamento da África do Sul.

Como os senhores deputados sabem, a Europa e a África do Sul partilham os mesmos valores no que diz respeito à democracia, aos direitos humanos e à cooperação multilateral. A República da África do Sul não só é uma potência regional, como também é uma potência global emergente e um parceiro valioso que nos ajudará a resolver os desafios da crise financeira e económica global. Estamos firmemente convictos de que devemos aprofundar o nosso diálogo e desenvolver relações e uma cooperação ainda mais estreitas. As



nossas duas regiões deveriam agir em conjunto não só no esforço para encontrar uma forma de sair da crise actual, mas também na criação de uma nova ordem global que constitua um benefício permanente para todos nós. Mais uma vez, Senhora Deputada Joanmariae Louise Fubbs e estimados colegas do Parlamento da África do Sul, sejam bem-vindos.

## **8. Aspectos institucionais da criação de um serviço europeu para a acção externa - Criação de um serviço europeu para a acção externa: evolução das negociações com os Estados-Membros (debate)**

**Presidente.** - Segue-se na ordem do dia o debate conjunto do relatório (A7-0041/2009) do deputado Elmar Brok, em nome da Comissão dos Assuntos Constitucionais, sobre os aspectos institucionais da criação de um serviço europeu para a acção externa (2009/2133(INI)), e das declarações do Conselho e da Comissão sobre a criação de um serviço europeu para a acção externa: evolução das negociações com os Estados-Membros.

**Elmar Brok, relator.** – (DE) Senhor Presidente, Senhora Presidente em exercício do Conselho, Senhora Comissária, Senhoras e Senhores Deputados, aproximamo-nos do momento da ratificação final do Tratado de Lisboa e começamos agora a reflectir sobre a forma de o implementar. Todos nós estamos cientes da necessidade de a Constituição se tornar uma realidade, o que é tão importante como a palavra escrita de uma Constituição ou de um direito primário como o Tratado.

Por isso, gostaria uma vez mais de recordar a todos a intenção original, pois as nossas discussões actuais sobre o Serviço de Acção Externa e sobre o Alto Representante e Vice-Presidente da Comissão constituem um resultado da Convenção Constitucional que foi retomado pela Conferência Intergovernamental para o Tratado de Lisboa.

A intenção era conseguir maior eficiência para a União Europeia, aproximando-nos de uma situação que permita à Europa falar ao mundo a uma só voz. Para tal, precisamos deste novo tipo de Alto Representante e Vice-Presidente, que também deve dispor de um serviço fiável que lhe permita cumprir a sua missão.

O segundo princípio da Convenção Constitucional era o da transparência e o terceiro era o da democracia. Eram estes os três pontos de partida e, para a maioria parlamentar da Convenção Constitucional, que era constituída sobretudo por membros dos parlamentos nacionais, ficou claro que a União Europeia é sempre melhor nos domínios em que actua em conformidade com o método comunitário e sempre relativamente mais fraca nos domínios em que actua em conformidade com o método intergovernamental.

Em consonância com o espírito destes preparativos, a implementação do Tratado não deve conduzir a um reforço da abordagem intergovernamental, que, por seu turno, leve à supressão do método comunitário, que é passível de controlo democrático e é mais eficaz e transparente.

É por isso que, por vezes, não compreendo por que razão os Estados-Membros se interessam em primeira linha por organigramas, e não na forma como estes princípios são postos em prática. Somos de opinião que não precisamos de uma nova burocracia situada algures a meio entre o Conselho e a Comissão que, a longo prazo, integraria 6 000 a 8 000 pessoas, teria uma vida própria e se tornaria um reino independente fora do nosso controlo.

Admitamos que este serviço será atribuído à Comissão como um órgão administrativo e reconheçamos que deve ter um carácter *sui generis*. Não pode ser um serviço normal da Comissão porque, no domínio da política externa e de segurança, a autoridade está dividida entre a Comunidade e o Conselho. Devemos velar, portanto, por que o Conselho tenha a garantia de que os seus direitos serão expressos de forma razoável e se adoptará uma abordagem de trabalho leal.

É importante salientar que os peritos nacionais destacados para a Comissão devem ser tratados de forma diferente do que até aqui; por outras palavras, devem ter direitos iguais. Tem de ficar claro que os direitos de controlo e os direitos orçamentais do Parlamento não devem de modo algum ser limitados, devendo sim ser reforçados.

Gostaria portanto, neste ponto do debate, de recordar à Comissão que nós, parlamentares, não só temos o direito de consulta, como também forçámos a Comissão a dar o seu assentimento. Não deixaremos a Comissão e o Alto Representante de fora das audições. Devemos garantir que, no caso de alterações propostas relativas ao Estatuto dos Funcionários e aos regulamentos financeiros, o Parlamento Europeu tenha o direito de

co-decisão, tal como no processo orçamental. Gostaria, assim, de convidar as duas instituições a exporem nas suas declarações a forma como podem os princípios da eficiência, da transparência e da democracia ser combinados entre si. A partir dos anteriores documentos do COREPER a que tive acesso, este ponto não ficou claro para mim.

(Aplausos)

**Cecilia Malmström**, *Presidente em exercício do Conselho*. – (SV) Senhor Presidente, Senhora Comissária, Senhor Deputado Brok, Senhoras e Senhores Deputados, estou consciente de que o desenvolvimento do Serviço Europeu de Acção Externa é uma questão que se reveste de um enorme interesse para o Parlamento Europeu. Li, com grande interesse e com um forte sentido de participação, o relatório apresentado pelo senhor deputado Brok e que foi aprovado na segunda-feira na Comissão dos Assuntos Constitucionais. A Presidência está, obviamente, plenamente de acordo com as afirmações do senhor deputado Brok feitas no seu relatório sobre o Serviço Europeu de Acção Externa, segundo as quais este organismo é fundamental para o nosso trabalho comum de converter a política externa europeia num instrumento activo e mais coeso susceptível de permitir que a política europeia tenha uma melhor imagem em todo o mundo.

O que se pretende é transpor o fosso que existia entre o trabalho da Comissão e o do Conselho para que as políticas da União avancem na mesma direcção. Isto é necessário em nome de uma maior eficácia. É, por conseguinte, importante que o Serviço Europeu de Acção Externa comece a funcionar da melhor forma. Trata-se de um dos maiores e mais importantes desafios do Tratado de Lisboa. Há muitas peças do *puzzle* que precisam de encaixar, e o Conselho está a diligenciar nesse sentido.

O objectivo é que o Conselho Europeu dê a sua conformidade a um relatório que o Alto Representante, uma vez nomeado, possa utilizar como ponto de partida quando apresentar uma proposta sobre o Serviço Europeu de Acção Externa. Durante os trabalhos, o Parlamento Europeu será, naturalmente, consultado relativamente à apresentação da proposta do Alto Representante. Até lá, a Presidência garantirá a existência de um diálogo regular com o Parlamento Europeu. Mantivemos este diálogo até este ponto, e continuaremos a mantê-lo. É importante que o Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão mantenham um contacto regular sobre estes temas, não exclusivamente entre funcionários, mas também a nível político.

Logo após o referendo irlandês – e congratulamo-nos pela vitória do “sim” –, os Estados-Membros e a Comissão iniciaram um trabalho muito intenso de preparação do Serviço Europeu de Acção Externa. Este trabalho está a registar progressos e estou absolutamente convicta de que estaremos em condições de apresentar uma série de ideias válidas ao Conselho Europeu que terá lugar na próxima semana em relação ao futuro Alto Representante. Dado que cumpre ao Alto Representante apresentar a proposta final, este será, naturalmente, associado aos trabalhos assim que for nomeado, o que é muito importante para poder dar o seu contributo à proposta.

A Presidência apresentará um acordo sobre princípios que abrangerá cinco grandes elementos, a saber, o âmbito das actividades do Serviço Europeu de Acção Externa, a sua situação jurídica, o seu pessoal e financiamento e as delegações da UE. Esta tarefa ainda não está concluída e os debates ainda estão em curso, mas posso dar-lhes uma ideia dos progressos registados até à data, e a este respeito parece haver um consenso elevado entre o Conselho e a Comissão, e espero que o mesmo aconteça também com o Parlamento Europeu.

No que diz respeito ao âmbito das actividades do Serviço Europeu de Acção Externa, é óbvio que deveríamos estabelecer funções de assistência geográficas e temáticas, com responsabilidade colectiva, para os trabalhos que incumbem presentemente à Comissão e ao Secretariado do Conselho. À Comissão continuará a caber a principal responsabilidade em relação às questões relativas ao comércio, à ajuda e ao alargamento, embora ainda haja que estabelecer com exactidão a linha divisória entre a Comissão e o Serviço Europeu de Acção Externa no que diz respeito à ajuda.

Os Estados-Membros e a Comissão também concordam que o estatuto jurídico do SEAE deve reflectir e apoiar o papel singular, *sui generis*, que tem no seio do sistema da UE. Independentemente da solução jurídica que se venha a tomar, deve observar os princípios da boa administração e as perspectivas da responsabilidade.

O pessoal será recrutado entre a Comissão, o Secretariado do Conselho e os Estados-Membros. Isto está expressamente estipulado no Tratado de Lisboa. Todas estas categorias de pessoal entram em funções em pé de igualdade. As delegações da UE ficarão sob a autoridade do Alto Representante com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa.

Uma questão importante na implementação do SEAE é o contacto com o Parlamento Europeu. Após a nomeação do Alto Representante, este consultará com base regular o Parlamento Europeu sobre as principais

vias e as escolhas de direcção relevantes em matéria de política externa e de segurança comum, bem como em matéria de política de segurança e defesa comum. Estou certa de que um contacto estreito com o Parlamento Europeu também será promovido a nível dos funcionários. O Serviço Europeu de Acção Externa deve, por conseguinte, dispor de uma estrutura responsável pelo contacto com o Parlamento.

Foi aproximadamente até este ponto que os debates avançaram. Não posso adiantar mais pormenores, dado que ainda não concluímos as nossas conversações, mas faremos tudo o que pudermos para continuar a manter o Parlamento informado sobre os progressos registados. O Alto Representante ainda não foi nomeado, pelo que estas ideias não passam, obviamente, disso mesmo, de ideias. Será o Alto Representante que apresentará a proposta de acordo com as disposições do Tratado.

Com isto, agradeço a oportunidade de me pronunciar e desejo que haja um debate construtivo, durante o qual ouvirei, naturalmente, muito atentamente os pontos de vista do Parlamento e responderei o melhor que puder a qualquer pergunta que me possam formular.

**Benita Ferrero-Waldner, Membro da Comissão.** – (EN) Senhor Presidente, estamos, assim o espero, na etapa final do processo de entrada em vigor do Tratado de Lisboa, pondo fim a conjunto de debates e negociações que se prolongaram por oito anos. Após o resultado decisivo do referendo irlandês, todos nós esperamos que a ratificação pela República Checa não tarde muito. Se conseguirmos que tudo fique concluído no 20.º aniversário da reunificação da Europa, então esse será um grande dia para a Europa e os seus cidadãos – sobretudo, porque teremos a possibilidade de centrar a nossa atenção nos desafios prementes e nas preocupações políticas que nos interpelam.

Aproximando-nos da fase final, permitam-me que felicite o Parlamento e, particularmente, a Comissão dos Assuntos Constitucionais, na pessoa de Elmar Brok, seu relator sobre os aspectos institucionais da criação do Serviço Europeu de Acção Externa (SEAE), que é um dos elementos fundamentais do Tratado de Lisboa. A criação do SEAE oferece à União Europeia e a todas as Instituições que a compõem a oportunidade de conseguir um dos objectivos a que há muito aspirávamos: uma voz comum no exterior e o reforço da influência da UE no mundo.

O relatório do senhor deputado Brok reconhece este enorme potencial. Juntamente com este importante debate e com numerosas outras consultas com representantes do Parlamento, esse relatório proporciona-nos um contributo vital para o nosso trabalho com a Presidência sueca, mas também com os Estados-Membros e o Secretariado do Conselho, ao longo dos próximos meses. Apraz-me poder confirmar que a Comissão apoia totalmente a abordagem do Parlamento. Concorro com os princípios da transparência, democracia e coerência, que acabaram de referir. É obviamente importante que todas as instituições trabalhem em conjunto para ajudar o futuro Alto Representante e Vice-Presidente na sua tarefa de preparação da decisão de criação de um SEAE – uma decisão que, como sabem, exige a aprovação da Comissão e a consulta do Parlamento.

Em primeiro lugar, permitam-me que refira ao estatuto do SEAE. Com efeito, este será um serviço *sui generis*, uma vez que não existe um modelo a seguir. Estamos a criar algo de novo. Não será nem intergovernamental, nem se baseará puramente no método comunitário, porém, é preciso que asseguremos que o novo sistema assente numa abordagem genuinamente europeia, inspirada e ancorada nos trunfos das políticas comunitárias, como já foi reiterado. A questão chave para todos nós é perceber o que queremos do SEAE. Esse deverá ser o nosso objectivo. Ao reunir todos os actores no domínio das relações externas, podemos garantir que as nossas relações com o mundo exterior sejam claras e coerentes e que se norteiem por um único conjunto de objectivos políticos. O SEAE, sendo o cerne da política externa da UE e o local onde a política é desenvolvida e coordenada, deverá transmitir autoridade. Deverá igualmente ver esse seu estatuto reconhecido, quer dentro, quer fora da União Europeia, sendo que só será eficaz se trabalhar eficazmente com as restantes Instituições e respeitar escrupulosamente o equilíbrio interinstitucional.

Razão pela qual penso ser de extrema importância que o SEAE seja criado de molde a que possa trabalhar de perto com a Comissão e o Conselho e seja totalmente responsável perante o Parlamento Europeu. Para o Parlamento, a reunião das responsabilidades pela acção externa num único Serviço significará, creio, uma alteração significativa na capacidade do Parlamento de cumprir o seu papel de controlo político da União. À semelhança do próprio Serviço, também a forma como o Parlamento se relacionará com o mesmo e com o Alto Representante e Vice-Presidente terá, igualmente, de ser algo *sui generis*.

A criação do SEAE exigirá uma variedade de decisões, incluindo, provavelmente, alterações ao Regulamento Financeiro e aos Estatutos dos Funcionários, que requerem, ambas, uma proposta da Comissão e a sua aprovação em co-decisão.

O Alto Representante e Vice-Presidente precisa de autoridade para gerir o Serviço, contudo, é igualmente necessário que o SEAE sirva a totalidade do sistema da UE – e, mais obviamente, o Presidente da Comissão Europeia e o Presidente do Conselho Europeu, bem como os restantes Comissários com responsabilidades em matéria de relações externas. Terá de ter capacidade para prestar a sua assistência, quer em Bruxelas, quer em países terceiros, ao Parlamento Europeu e às respectivas delegações oficiais que se deslocam ao estrangeiro.

A participação activa dos Estados-Membros no novo Serviço é uma das suas inovações cruciais. No COREPER, os embaixadores estão a estudar a melhor forma de assegurar que possam ser destacados, logo de início, para o Serviço, diplomatas de elevada craveira dos vários Estados-Membros. Na Comissão estamos a estudar a melhor forma de o possibilitar, enquanto se aguarda a alteração dos Estatutos dos Funcionários, sendo que a nomeação para o Serviço deverá ser efectuada através de processos de selecção assentes no mérito, tendo devidamente em conta a necessidade de um equilíbrio geográfico e entre géneros. Estes pressupostos correspondem, em grande medida, aos desejos expressos no relatório.

Consideramos igualmente que a totalidade dos membros do SEAE, sejam eles funcionários das Instituições europeias ou altos funcionários dos Estados-Membros abrangidos por contratos temporários, deverão gozar dos mesmos direitos. Serão iguais em todos os aspectos.

Quanto ao âmbito do Serviço, é preciso que este disponha de uma visão abrangente das relações da União com o resto do mundo, pelo que precisará de dispor de representações geográficas, bem como de serviços horizontais, a fim de abranger matérias como a PESC e a PCSD, os direitos humanos e as relações com os órgãos das Nações Unidas. O objectivo é evitar a duplicação e assegurar que todos os responsáveis pelo trabalho na área da política externa da UE trabalhem em conjunto, sendo que a Comissão continuará igualmente a dispor de serviços responsáveis pelo comércio, a política de desenvolvimento, a execução da ajuda, a ajuda humanitária e o alargamento. Continuará, igualmente, a conduzir os aspectos externos das políticas internas da União, sendo que uma das questões centrais no actual debate é a de saber como gerir a programação da assistência externa.

Posso assegurar ao Parlamento que a política de desenvolvimento da UE, incluindo a erradicação da pobreza, estará no centro das actividades externas da Comissão. O Alto Representante e Vice-Presidente e o Comissário responsável pelo Desenvolvimento trabalharão de forma extremamente próxima nestas matérias. O facto de o novo Alto Representante ser simultaneamente Vice-Presidente da Comissão, responsável pela coordenação de toda a acção externa da UE, será benéfico. O Serviço será igualmente responsável pela administração de delegações, embora os membros dessas delegações sejam provenientes, tal como acontece actualmente, de diferentes serviços – não só do SEAE, mas também de serviços da Comissão e, talvez, de outras Instituições e órgãos da União Europeia.

A partir da entrada em vigor do Tratado, as delegações da Comissão tornar-se-ão delegações da UE. Esse facto trar-lhes-á novas responsabilidades, mas em nada diminuirá o seu papel em matéria de representação na totalidade das actividades da Comissão. As delegações da UE deverão ser responsáveis pela representação, coordenação e negociação, logo a partir da data de entrada em vigor do Tratado. Na maioria dos casos, este processo decorrerá sem grandes percalços. No entanto, nalguns outros, em que o volume de trabalho é particularmente pesado, será necessário organizar alguma forma de partilha de esforços, não só com a Presidência rotativa, mas também com outros Estados-Membros.

A criação de um Serviço externo totalmente novo é uma tarefa de monta. Como se refere no vosso relatório, será um processo que evoluirá ao longo do tempo. Aprenderemos em conjunto. O nosso primeiro objectivo deverá ser, durante o espaço de tempo que medeia entre a entrada em vigor do Tratado e a criação do SEAE, a manutenção da eficácia das políticas externas da UE. Nós e o Secretariado do Conselho trabalharemos em conjunto com o Alto Representante e Vice-Presidente a fim de assegurar que não exista qualquer hiato. Porém, é preciso que olhemos para o futuro. Reuniremos funcionários e diplomatas de diferentes instituições e de todos os Estados-Membros. Como sabemos, uma política externa comum não se resume, simplesmente, à soma de 27 políticas nacionais. Precisamos de pessoas, no SEAE, que, sem perderem as suas ligações nacionais específicas, tenham uma mentalidade europeia. Precisamos, por isso, de criar uma cultura diplomática europeia e um *esprit de corps* da UE. Para isso, é essencial a formação.

No relatório refere-se a ideia promissora da criação de uma Academia Diplomática Europeia. Entretanto, poderemos aproveitar bem as academias diplomáticas dos Estados-Membros. Participei, recentemente, nas comemorações do 10.º Aniversário do Programa Diplomático Europeu, que foi precursor neste domínio e que apontou o caminho. Cabe recordar que, desde a década de 1970, a Comissão já organizou seminários de formação para mais de 5 700 diplomatas. Uma das tarefas do SEAE será criar uma estratégia de formação com vista a assegurar que todos os membros, independentemente do seu percurso anterior, fiquem

devidamente qualificados para levar a cabo as suas tarefas. Os chefes de delegação, em particular, terão de ter capacidade não só para desempenharem o seu papel político, mas também para abrangerem a totalidade das actividades da Comissão que constituem uma parte muito substancial do mandato das delegações.

O relatório do senhor deputado Brok levanta igualmente a questão de saber se os serviços consulares poderão ser cobertos pelo SEAE. A Comissão está aberta a esta ideia, ainda que possa levar algum tempo a desenvolver. Estas serão questões para o futuro. Neste momento, constitui, para nós, um desafio assegurar o bom funcionamento do SEAE e que este opere no interesse de todos: os cidadãos europeus, os Estados-Membros e a União Europeia. A Comissão apoia a criação do SEAE e deseja que este tenha êxito, pelo que continuará a assegurar, por todos os meios, esses objectivos. O relatório mostra que o Parlamento agirá da mesma forma.

Peço desculpa por me ter alongado um pouco, mas considero tratar-se de um tema de extrema importância. As minhas desculpas, Senhor Presidente.

**Presidente.** – Senhora Comissária, evidentemente que está perdoada, pois concordo totalmente consigo. Este é um tema de extrema importância.

**Alojz Peterle**, em nome do Grupo PPE. – (SL) Senhora Presidente em exercício do Conselho, Senhora Comissária, ex-colegas da Convenção Europeia, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de saudar o relator, senhor deputado Elmar Brok, por ter definido claramente a posição do Parlamento Europeu sobre os assuntos ligados à criação de um Serviço Europeu de Acção Externa.

O estabelecimento de tal serviço é uma consequência lógica e necessária da decisão de combinar dois papéis em matéria de política externa num só e é crucial para o desenvolvimento da identidade da política externa da União Europeia. Uma diplomacia integrada significará simplificação, uma acção mais unida e eficaz, bem como maior visibilidade e notoriedade.

A questão de saber como deve ser criado esse serviço conjunto não é apenas de ordem técnica. Terá também impacto na implementação da intenção política que a União Europeia deseja realizar ao atribuir os papéis de Alto Representante e de Vice-Presidente da Comissão Europeia a uma só pessoa. O desenvolvimento do novo serviço deverá surgir do mesmo espírito que juntou estes dois cargos da política externa e que resultará na unificação dos esforços do Conselho e da Comissão em matéria de política externa.

É importante que este serviço seja estabelecido com a devida consideração pelos papéis da Comissão, do Conselho e do Parlamento e pela cooperação entre estas instituições e que assente na confiança mútua e na vontade de cooperação.

Embora ache que, no interesse da União Europeia, o serviço único deve entrar em funcionamento o mais rapidamente possível, apoio fortemente a recomendação no sentido de que a entrada em funcionamento seja gradual, de forma a permitir que adopte a forma mais adequada e eficiente. Parece-me sensato que o serviço faça parte da estrutura administrativa da Comissão, quer em termos de organização, quer de orçamento.

Para mim, é absolutamente vital que o futuro serviço também inclua pessoal dos serviços diplomáticos nacionais, o que resultaria sem dúvida num serviço melhor e mais acessível para os cidadãos da União Europeia e, em particular, para os países que têm apenas um pequeno número de representações diplomáticas.

**Roberto Gualtieri**, em nome do Grupo S&D. – (IT) Senhor Presidente, Senhora Ministra, Senhora Comissária, Senhoras e Senhores Deputados, com este debate e com o relatório que iremos aprovar amanhã, este Parlamento pretende demonstrar a sua vontade de contribuir para a criação do Serviço Europeu de Acção Externa, já nesta fase preliminar, conduzindo um diálogo construtivo com o Conselho e com a Comissão. Pensamos que pedir desde já esse debate interinstitucional é, acima de tudo, útil e sensato, uma vez que o procedimento previsto no Tratado prevê que o Parlamento dê a sua opinião acerca da proposta a ser apresentada pelo Alto Representante, e também porque as prerrogativas do Parlamento em matéria orçamental tornam indispensável a sua aprovação e cooperação. Para não falar da aprovação da Comissão, a que se referiu o senhor deputado Brok, que dá mais espaço ao Parlamento Europeu.

Mas também pensamos que é nosso dever pedir de imediato esse diálogo uma vez que o Serviço Europeu de Acção Externa constitui uma das maiores inovações introduzidas pelo Tratado de Lisboa. As suas características pretendem condicionar sensivelmente a reorganização da governança europeia e, portanto, a forma como o equilíbrio global das Instituições europeias é decidido na prática.

O Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu concorda com a posição assumida no relatório Brok, para cuja elaboração contribuiu activamente. É uma posição que visa

desenvolver o papel que o Serviço pode desempenhar como ponte entre a dimensão comunitária da acção externa da União e a dimensão intergovernamental da política externa e de segurança comum, tal como se encontra definida no Título V do Tratado de Lisboa.

Evidentemente, estamos conscientes do carácter único do Serviço, que também reflecte o do papel do Alto Representante e Vice-Presidente da Comissão, da mesma forma que estamos conscientes de que o Serviço não deverá englobar todos os serviços de que a Comissão se serve para a implementação dos numerosos aspectos da sua acção externa – que não se resume apenas à PESC – a começar pela cooperação para o desenvolvimento.

No entanto, consideramos essencial que o Serviço esteja apto a melhorar a eficácia da política externa e de segurança da União, bem como a coerência da sua acção externa em termos globais. De igual forma, consideramos essencial que o Serviço fique sujeito ao controlo democrático do Parlamento e, para isso, entendemos que a sua inserção na estrutura administrativa da Comissão é a opção mais coerente com esses objectivos, que são aqueles que consideramos mais importantes. Por esta razão, votámos a favor do relatório Brok.

**Andrew Duff**, em nome do Grupo ALDE. – (EN) Senhor Presidente, a Comissão tem toda a razão ao afirmar que o Serviço deverá conjugar todos os elementos e meios necessários para a condução de uma política externa activa em todo o mundo. É essencial que todos os parceiros deste grande projecto comecem a confiar uns nos outros e no Serviço, inclusivamente os Estados mais populosos e arrogantes.

É essencial que o Ministério dos Negócios Estrangeiros britânico destaque para o Serviço os seus funcionários de maior nomeada e não o seu refugio. Concorde plenamente que, a bem do controlo parlamentar e do controlo financeiro, o Serviço deva ficar sob a alçada da Comissão para fins administrativos e orçamentais. Devo dizer ao Conselho que não é aceitável que o Serviço seja equiparado à mesma categoria do Comité Económico e Social ou do Provedor de Justiça, como parte do Regulamento Financeiro. Considero que a tramitação do relatório Brok funcionou como uma fase de preparação prática no processo de instituição do Serviço de Acção Externa, mas entendo igualmente que devemos fazer uma pausa, em vez de prosseguirmos e definirmos questões importantes ainda antes de concluída a nomeação do Alto Representante e Vice-Presidente.

Para o Parlamento, é crucial dispor de um interlocutor político para negociar a criação e o futuro programa do Serviço de Acção Externa, pelo que peço, por favor, aos Estados-Membros: proponham os vossos nomes para todos estes lugares.

**Indrek Tarand**, em nome do Grupo Verts/ALE. – (ET) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, tem sido uma grande e agradável experiência trabalhar com várias pessoas admiráveis. Quero dar os meus cumprimentos ao senhor deputado Brok e também a muitos outros que deram os seus contributos. No entanto, gostaria agora de citar o Presidente Barroso, que esta manhã declarou sabiamente: "Mesmo as instituições não duram; precisamos de uma enorme vontade política." Na verdade, a criação institucional não é possível sem vontade política. De forma a evitar uma situação em que simplesmente estaríamos a criar mais uma instituição, a nossa vontade política tem de ser sempre elevadíssima quando se cria um novo organismo. O objectivo é uma organização verdadeiramente europeia e, na verdade, *sui generis*, que sirva os interesses comuns de todos os cidadãos da Europa. Se queremos evitar a duplicação ou o eventual desperdício de recursos, que é tão habitual, temos de garantir que a atribuição de recursos orçamentais e a utilização desses recursos se efectuem sob a supervisão do Parlamento Europeu.

O relatório define de forma lata os princípios comunicados ao Tribunal de Justiça Europeu, que nos ajudariam a designar o Alto Representante e a estabelecer um plano. Depois desse plano, estaremos todos mais bem colocados e teremos também oportunidade de pôr em prática a nossa própria vontade política. Uma vez que todos conhecem as aspirações do partido dos Verdes – tais como o conceito de criação de paz, a aplicação absoluta da Carta dos Direitos Fundamentais e, é claro, a questão da igualdade entre os géneros – não vou abordá-las hoje, embora prometa retomar estes assuntos na altura devida. Não obstante, na minha opinião, seria muito sensato da parte do Conselho considerar a possibilidade de designar um Alto Representante do sexo feminino, uma vez que todos sabemos que o Presidente da Comissão não é uma mulher. Na verdade, nunca foi designada uma mulher para dirigir a Europa, e, portanto, se estamos a criar uma nova instituição europeia, talvez fosse boa ideia considerar este aspecto.

Ao lidar com este relatório, chamei a atenção para certas atitudes negativas vindas de alguns quadrantes. Foi sugerido que o Parlamento Europeu não tem qualquer papel a desempenhar aqui e que está simplesmente a tentar arrogar-se mais importância com este relatório. A minha resposta a esta atitude é que o Parlamento

é importante e que temos de ter isto em conta. O nosso relatório sobre o Serviço Europeu de Acção Externa representa uma muito boa oportunidade para expor tais factos. Portanto, apelo a todos para que apoiem a aprovação do relatório, tendo em conta o facto de que o mesmo não incorpora todos os melhoramentos e anseios. A questão principal é adoptar o relatório agora.

**Ashley Fox**, em nome do Grupo ECR. – (EN) Senhor Presidente, gostaria de manifestar a minha desilusão pelo facto de, uma vez mais, este Parlamento estar a analisar um relatório que antecipa como certa a ratificação do Tratado de Lisboa. Pergunto-me se estaríamos hoje a realizar este debate se o Tribunal Constitucional alemão ainda estivesse a analisar o Tratado. Penso que não, e pergunto por que razão é a República Checa tratada de forma diferente. Tal como o conhecido autor britânico, George Orwell, poderia ter observado, todos os Estados-Membros são iguais, mas há alguns mais iguais do que outros.

Gostaria de manifestar aqui a minha oposição à criação de uma Academia Diplomática Europeia. Numa altura em que todos os Estados-Membros enfrentam enormes pressões orçamentais, a UE deveria mostrar contenção. Deveríamos actuar como guardiães do erário público. O nosso objectivo deveria ser uma utilização prudente dos dinheiros públicos, procurando devolver, sempre que possível, esses valores aos Estados-Membros e aos contribuintes que representamos.

Os custos desta proposta não foram avaliados. Este é mais um exemplo da ansiedade com que alguns deputados desta Câmara se apressam a produzir grandes gestos com o dinheiro dos outros. Uma Academia Diplomática Europeia representa um desperdício de dinheiro, e tornar-se-ia mais um fardo para o contribuinte.

Gostaria de recordar aos colegas que qualquer posição comum em matéria de política externa será determinada pelos Estados-Membros representados no Conselho, e não pela Comissão, e certamente não por este Parlamento. Qualquer pessoal suplementar que o SEAE exija deverá ser destacado pelos Estados-Membros, não exigindo qualquer formação separada. A política que irá representar no mundo será a do Conselho de Ministros, e não uma qualquer política europeia independente.

Uma Academia Diplomática Europeia só se tornaria necessária se a UE viesse a assumir o controlo dos Negócios Estrangeiros retirando-o aos Estados-Membros. Espero que esse dia nunca chegue, e tudo farei para o impedir.

*(O orador concordou em responder a uma pergunta nos termos do artigo 149.º, n.º 8, do Regimento)*

**Andrew Duff (ALDE)**. – (EN) Senhor Presidente, gostaria de perguntar ao orador se, no caso de ficar desapontado e o Tratado entrar efectivamente em vigor, apoiará a nomeação de Chris Patten para o cargo de Alto Representante?

**Ashley Fox (ECR)**. – (EN) Senhor Presidente, fico muito grato por me perguntarem a minha opinião, mas duvido muito que essa fosse a minha decisão.

**Helmuth Scholz**, em nome do Grupo GUE/NGL. – (DE) Senhor Presidente, Senhora Comissária, obrigado por me dar a oportunidade de intervir. O Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde tem repetidas vezes deixado clara no plenário a sua crítica fundamental à orientação e natureza da política externa e de segurança comum da União Europeia e tem-se oposto ao prosseguimento dessa linha, inclusive no Tratado de Lisboa. Este debate conjunto no início da presente legislatura centra-se num dos seus mais importantes relatórios. Infelizmente, e embora compreenda os motivos do senhor deputado Brok do ponto de vista da actividade parlamentar, a verdade é que temos de pôr algo em marcha dentro de um prazo que torna difícil avaliar adequadamente e de forma responsável as dimensões e as complexas questões resultantes do conteúdo desta nova estrutura.

No decurso do debate tornou-se claro tudo o que, infelizmente, ainda está em suspenso e, consequentemente, permanece nas malhas do jogo de póquer político entre os interesses dos poderes e dos governos nacionais e as estruturas da UE. O Grupo GUE/NGL rejeita este estado de coisas. Esperamos portanto que, depois das negociações, o Parlamento Europeu tenha a possibilidade de se debruçar de novo sobre o Serviço Europeu de Acção Externa (SEAE) em conformidade com as expectativas já expressas esta manhã no plenário à Presidência sueca relativamente ao uso de moderação na formulação do mandato de negociação. Devemos garantir também, no Parlamento, que os cidadãos da Europa estejam tão informados quanto possível sobre os diferentes aspectos do SEAE, nomeadamente face às dúvidas e críticas relativas ao Tratado de Lisboa e à exigência de mais transparência e co-decisão democrática a este respeito.

Os debates sobre a criação do SEAE têm vindo a realizar-se desde há meses à porta fechada. O meu grupo reitera que a não inclusão do Parlamento Europeu, das organizações da sociedade civil até agora afectadas,

ou mesmo dos parlamentos nacionais suscita sérias reservas. E assim é, sobretudo, porque um debate vivo e discussões abertas e transparentes sobre as estruturas institucionais são de grande importância para a sua legitimidade no futuro e para a sua responsabilidade pública. Saúdo, por isso, a abordagem do senhor deputado Brok, com a qual tenta, através do seu relatório, obter pelo menos a co-decisão parlamentar para o Parlamento Europeu. Algumas das nossas reivindicações visam produzir os mesmos resultados.

Opomo-nos – e digo-o de forma inequívoca e categórica – a todos os esforços que visem a inclusão de estruturas político-militares no SEAE, seja agora ou no futuro, como recentemente foi proposto no Conselho pela França, entre outros. Do nosso ponto de vista, a eventual combinação de planeamento militar com estruturas dos serviços secretos e missões diplomáticas e políticas não é aceitável.

**Morten Messerschmidt**, em nome do Grupo EFD. – (DA) Senhor Presidente, ontem foi-me pedido para que indicasse três razões pelas quais se deveria votar contra este relatório. É bastante fácil: democracia, democracia e democracia.

Em primeiro lugar, é absurdo que qualquer parlamento queira adoptar um relatório com base num tratado cujo destino é ainda completamente incerto. Ninguém sabe qual é o futuro do Tratado de Lisboa, e qualquer pessoa com o mínimo de respeito pelas estruturas democráticas – o mínimo de respeito por Estados-Membros como a República Checa – recuaria relativamente a este projecto até que houvesse clareza em relação ao futuro do Tratado.

Em segundo lugar, este relatório (e todo o serviço de negócios estrangeiros que está agora a ser construído) significa pôr completamente em causa, desautorizar e não reconhecer o direito soberano dos Estados-Membros de levarem a cabo a sua própria política externa. É também a razão pela qual este relatório procura responsabilizar a Comissão por tudo. A Comissão, em especial no seu papel de "funcionário público", é evidentemente eleita de forma não popular. Por outras palavras, se as pessoas querem uma política externa diferente, não há qualquer hipótese de mudar a política levada a cabo, uma vez que é apenas o Conselho, ou seja, os governos, que as pessoas têm a capacidade de alterar – e não a Comissão.

Isso significa, em terceiro lugar, que é uma farsa democrática que este Parlamento queira ceder mais poder, algumas áreas centrais absolutamente cruciais no seio do Estado soberano, à Comissão, que não tem mandato popular. Este Parlamento baseia-se somente no *kratos* – puramente no poder. Nunca, nunca se baseia no *demos*. Deveríamos, sim, concentrar-nos no *demos* – deveríamos concentrar-nos no povo e não no poder. Temos, portanto, de ter mais democracia. Por essa razão, este relatório tem de ser rejeitado.

**Andrew Henry William Brons (NI)**. – (EN) Senhor Presidente, este relatório tenta tranquilizar-nos relativamente ao que será o Serviço, mas, a meu ver, acaba por ter o resultado inverso. Por um lado, afirma que o Serviço complementa a diplomacia dos Estados-Membros, não a pondo em causa. Por outro, o resto do relatório, a meu ver, contradiz totalmente essa garantia.

No n.º 4 afirma-se que o Serviço – referindo-se aos seus poderes – não pode ser circunscrito ou pré-determinado antecipadamente. No n.º 8, alínea d), sugere-se que as delegações, que fazem parte do Serviço, podem assumir os serviços consulares dos Estados-Membros. É evidente a intenção de que este Serviço – não a curto, mas a longo prazo – assuma a representação diplomática dos Estados-Membros, substituindo-os, e assuma, quem sabe, por fim, inclusivamente o poder de veto do Reino Unido e de França no Conselho de Segurança da ONU.

Quando ouvimos um organismo da UE afirmar que jamais fará isto ou aquilo, ficamos bastante elucidados quanto às suas verdadeiras intenções. Com as devidas desculpas a William Shakespeare, o relatório protesta demais, penso eu. Quem ou que entidade exercerá, de facto, controlo sobre este organismo? Não será, penso, o Conselho. Este tem de decidir por unanimidade e, se não conseguir decidir, o Serviço, pura e simplesmente, prosseguirá a sua própria agenda. Então será o Parlamento? Não, este fica limitado à consulta. O Serviço conduzirá a política externa, independentemente dos Estados-Membros, sem qualquer controlo efectivo da sua parte ou do Parlamento Europeu. Os governos nacionais serão reduzidos ao estatuto de uma junta de freguesia.

**Carlo Casini (PPE)**. – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, em primeiro lugar, penso que é meu dever agradecer ao relator, que fez um excelente trabalho e, na qualidade de presidente da Comissão dos Assuntos Constitucionais, quero agradecer também a todos os membros dessa comissão e das duas comissões – a Comissão dos Assuntos Externos e a Comissão do Desenvolvimento – que emitiram parecer, pelo seu trabalho extremamente rápido.



Com efeito, tentámos preparar um documento – que eu espero que seja aprovado – que possa ser apresentado ao Conselho de 29 e 30 de Outubro. Estamos perfeitamente conscientes de que este relatório não é definitivo. Ele pretende apenas indicar algumas linhas de conduta, uma orientação a seguir, ao Conselho e ao Alto Representante que irá ser nomeado.

Caberá ao Alto Representante elaborar o seu próprio plano de organização que, por sua vez, terá de ser analisado por nós. Por conseguinte, são apenas grandes linhas de orientação que estão a ser submetidas ao nosso Parlamento. Também sabemos que o sucesso desta operação respeitante ao Serviço Europeu de Acção Externa está ligado à figura do Alto Representante, que deverá ser capaz de organizar e dirigir tudo e todos. Através dele, queremos uma política externa coerente e unitária. Estamos perfeitamente conscientes de que há problemas – isso já foi dito – mas os problemas existem para serem resolvidos. O que importante é que a bússola, a indicação, o objectivo seja claro.

O relatório Brok apresenta-nos algumas propostas interessantes nesse sentido – tenho de ser breve porque o meu tempo de palavra está quase no fim – mas, seja como for, elas incluem a integração do Serviço na estrutura administrativa da Comissão, a decisão de desenvolver mais o modelo comunitário e a proposta, que se encontra, de resto, consignada no Tratado de Lisboa, de o pessoal ser retirado dos secretariados da Comissão e do Conselho, bem como das delegações da própria Comissão.

Há duas novidades que julgo que merecem ser referidas: as embaixadas da União, dirigidas por funcionários do Serviço Europeu de Acção Externa, que também incluiria as delegações da Comissão presentes em países terceiros e os gabinetes de ligação do Conselho, com o eventual destacamento de peritos das Direcções-Gerais; e ainda o facto de se terem lançado os alicerces para a criação de um colégio diplomático europeu, o que é uma ideia interessante.

O meu tempo de palavra esgotou-se. Só espero que este relatório seja aprovado e que seja aprovado por grande maioria.

**Zita Gurmai (S&D).** – (EN) Senhor Presidente, como sabemos, o Serviço de Acção Externa Europeu é uma das principais inovações propostas pelo Tratado de Lisboa. Por conseguinte, é preciso que usemos de grande cautela e demonstremos grande responsabilidade na sua criação.

Todos concordamos que deverá estar operacional assim que o Tratado de Lisboa entre em vigor. A Comissão e o Conselho estão já a trabalhar nas orientações que, espera-se, serão apresentadas na reunião do Conselho Europeu do final do corrente mês. É, por isso, essencial que o Parlamento Europeu influencie este processo.

O debate de hoje e a resolução que dele resultar são da máxima importância, pois temos agora de enviar uma mensagem clara ao Conselho e à Comissão Europeia como prova do consenso político quanto à criação do Serviço.

Orgulho-me muito do trabalho do meu colega, que é o resultado de deliberações entre os partidos com representação nesta Assembleia. Insistimos que seja preservado o modelo comunitário nas relações externas da União. Os deputados fazem questão de ver o Serviço ligado à Comissão Europeia e abrangido pelo orçamento geral da Comunidade. O SEAE deverá fazer parte da Comissão em termos, quer administrativos, quer orçamentais, devendo ser formalmente parte daquela Instituição como um órgão *sui generis* ligado à sua estrutura.

A Comissão orçamental é aqui de extrema importância. É um instrumento mediante o qual o PE pode exercer o seu poder. Desta forma, o Parlamento poderá e deverá exercer o controlo orçamental e democrático sobre aquele Serviço. São muitos os temas a abranger, por exemplo, uma clara divisão das tarefas no seio do SEAE e das unidades competentes da Comissão Europeia – tendo em conta que ainda não conhecemos a estrutura da futura Comissão –, bem como as relações entre o Alto Representante e os diferentes representantes da União no estrangeiro, contudo, esta resolução constituirá a primeira posição do Parlamento Europeu, a partir da qual outros passos se seguirão.

É preciso também não esquecer o factor humano. O Alto Representante deverá ser uma pessoa com mérito, experiência e excelência, apoiada pela Comissão, pelo Conselho e pelos serviços diplomáticos nacionais. Estou convicta que a institucionalização do SEAE deverá respeitar uma arquitectura de género, que reflecta devidamente os compromissos assumidos pela União em matéria de integração do género.

Por último, mas não menos importante, tendo lutado sempre pela igualdade de representação das mulheres ao longo dos últimos 15 anos, gostaria muito que a pessoa designada fosse uma mulher.

**Annemie Neyts-Uyttebroeck (ALDE).** – (NL) Senhor Presidente, alguns colegas acharam por bem utilizar as suas intervenções para tentarem dar-nos lições sobre democracia. Permita-me, pois, frisar que nós, quer na Comissão dos Assuntos Constitucionais, quer na Comissão dos Assuntos Externos, cujo parecer redigi, assegurámos que o debate e a votação dos nossos respectivos textos não fossem realizados antes de o resultado do referendo irlandês ser conhecido. Fizemo-lo por respeito pelo veredicto que os irlandeses iriam emitir. Eles disseram “sim”, felizmente, mas também poderiam ter dito “não”. Quisemos ter isto em linha de conta, e também a reunião do Conselho Europeu da próxima semana. Assim, tivemos de ultimar a nossa discussão e os textos num curtíssimo espaço de tempo. Os mesmos colegas que pretendem dar-nos lições sobre democracia também se queixaram disso, naturalmente. Mas adiante.

Estamos hoje a viver um momento particularmente importante. Os nossos textos que exprimem o nosso parecer quanto à forma que o futuro Serviço Europeu de Acção Externa deverá assumir anunciam uma nova era para a União Europeia. Aqueles de entre nós que já acompanham há anos a evolução da União e se recordam dos primeiros passos modestos que foram dados no âmbito da política externa – para não falar da política externa e de segurança –, dos Tratados – primeiro o de Maastricht, depois o de Amesterdão – poderão ter pensado, tal como eu, na altura, que nunca veríamos este dia, que jamais conseguiríamos implantar os alicerces de uma diplomacia comum europeia.

Aqueles de entre nós que estiveram atentos ao modo como as ideias neste campo foram evoluindo, recordar-se-ão também de que, ainda há poucos meses, alguns dos nossos serviços diplomáticos nacionais se mostravam totalmente relutantes em aceitar uma espécie de súbito *big bang*, com todas as actuais delegações colocadas sob a alçada do futuro Alto Representante desde o primeiro dia. Isto é algo que me enche de alegria.

As funções políticas e governamentais que desempenhei ao longo da minha vida ensinaram-me que nada disto será fácil. No entanto, estamos a viver um momento particularmente importante, e espero que este relatório seja apoiado na votação por uma maioria muito ampla.

**Franziska Katharina Brantner (Verts/ALE).** – (DE) Senhor Presidente, o nosso grupo apoia no essencial a estrutura proposta pelo senhor deputado Brok no seu relatório e, em especial, a manutenção dos direitos de controlo do Parlamento Europeu e a manutenção das tarefas da Comunidade enquanto tal. No entanto, a fim de garantir que o nosso Serviço de Acção Externa comum seja um grande êxito e não um mero apêndice da Comissão ou do Conselho, devemos discutir agora o seu conteúdo e as suas funções.

A UE precisa de uma nova política externa integrada que lhe permita enfrentar com eficácia os complexos problemas do mundo. O Serviço de Acção Externa deve habilitar a UE a implementar estratégias e campanhas políticas globais e integradas. Precisamos deste serviço agora, por exemplo, durante as discussões sobre as alterações climáticas em Copenhaga. É preciso superar a diplomacia tradicional, pois, de contrário, o valor acrescentado trazido por este serviço será diminuto.

Gostaria, assim, de chamar a atenção para quatro domínios que, em nossa opinião, ajudarão o serviço a criar uma nova política externa. Em primeiro lugar, queremos que o novo serviço tenha uma direcção consagrada à consolidação da paz e à gestão de crises. Dispomos dos correspondentes instrumentos financeiros e missões mas, até à data, tivemos apenas unidades organizacionais pequenas e fragmentadas. Em segundo lugar, queremos que os membros do pessoal recebam uma formação global. Não basta ter frequentado um colégio diplomático. Queremos garantir também que os membros do pessoal que usam uniforme não recebam formação apenas na Academia de Defesa. Todos eles devem completar pelo menos parte da sua formação em conjunto, razão pela qual apelamos à criação de uma academia europeia para a acção externa. Em terceiro lugar, não queremos uma estrutura dupla para o Presidente do Conselho no seio do Secretariado do Conselho. Por isso, o Serviço de Acção Externa deve igualmente ser apoiado por esta organização. No que se refere às nomeações para os cargos de topo – e o meu colega, senhor deputado Tarand, já o referiu –, estamos firmemente convictos de que já é tempo de se nomear uma mulher.

**Charles Tannock (ECR).** – (EN) Senhor Presidente, à medida que procura assumir um papel mais relevante nos assuntos internacionais, é indubitável que a União deverá dispor dos instrumentos para proteger os nossos valores comuns no mundo, desde que, evidentemente, exista unanimidade entre os 27 Estados-Membros.

Mas, como se desenvolverá esse papel? Quais os seus limites? Nós, no Grupo ECR, sendo anti-federalistas, consideramos que a política externa deverá, em última análise, permanecer na esfera de competências dos Estados-Membros. É, por isso, motivo de preocupação para nós o facto de o Tratado de Lisboa, caso venha a entrar em vigor, parecer desencadear uma série de desenvolvimentos que poderão vir a pôr em causa essa prerrogativa.

O Serviço de Acção Externa proposto deverá complementar e não competir com a actividade diplomática bilateral dos Estados-Membros, devendo ir buscar a sua autoridade sobretudo ao Conselho e à Comissão. O Parlamento deverá exercer os seus direitos de controlo sobre o SEAE e determinar o respectivo orçamento. Tendo em conta que, no relatório Brok, se fala muito das embaixadas da UE, gostaria que a Comissão voltasse a reiterar as garantias que me deu, há um ano, de que as missões ou delegações do SEAE não serão designadas por embaixadas. Chamar embaixada a estas missões gerará o receio de que a UE esteja a procurar assumir todas a parafernália própria de um Estado soberano.

#### **PRESIDÊNCIA: LAMBRINIDIS**

*Vice-presidente*

**Willy Meyer (GUE/NGL).** – (ES) Senhor Presidente, o meu grupo – o Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde – vai votar contra este relatório, essencialmente porque não apoia o Tratado de Lisboa.

Em nosso entender, o Tratado de Lisboa não reflecte o espírito do projecto europeu pensado por e para os cidadãos. Pelo contrário. Oferece um modelo em crise, um modelo que impede a intervenção pública na economia.

Deseja-se avançar a duas velocidades: temos pressa em garantir que a Europa tenha uma só voz no exterior, mas a União Europeia não tem o poder de reactivar a economia com instrumentos próprios, pois não tem um Tesouro Público, nem políticas industriais activas. Também não tem capacidade para intervir no preço do dinheiro, nem o controlo do Banco Central Europeu. Portanto, não partilhamos esta filosofia.

Se o Tratado de Lisboa for adoptado, com a aprovação da Comissão e após consultas parlamentares, cinco mil funcionários trabalharão no Serviço Europeu de Acção Externa, na sequência de uma decisão do Conselho com base numa proposta do futuro Vice-Presidente.

Não concordamos com esta estrutura, porque também está a ser dotada de competências para resolver todos os tipos de crises militares. Entendemos que há uma falta de controlo. Em nossa opinião, este controlo deve satisfazer as mais altas exigências democráticas, como sucede em qualquer Estado-Membro.

Cremos, portanto, que esta filosofia não vai no sentido da Europa que o nosso grupo quer construir, ou seja, uma Europa que tenha efectivamente capacidade para intervir naquilo que fundamentalmente nos afecta, como a actual recessão económica e taxas de desemprego como não se viam desde a década de 1930.

É por isso, Senhoras e Senhores Deputados, que vamos votar contra este relatório.

**David Campbell Bannerman (EFD).** – (EN) Senhor Presidente, este relatório Brok é uma prova cabal da emergência de um super-Estado europeu único. A famigerada Constituição de Lisboa já nos impõe a todos um Presidente e um Ministro dos Negócios Estrangeiros não eleitos. Hoje, este relatório acrescenta um serviço diplomático europeu, o chamado Serviço Europeu de Acção Externa, contudo, as embaixadas representam interesses nacionais.

Quais serão, então, os interesses nacionais que esses novos diplomatas e embaixadas da UE representarão? Não serão os dos nossos Estados-nação, do nosso comércio ou das nossas empresas. Serão os da Comissão Europeia. Todas as outras embaixadas nacionais se tornarão supérfluas. As embaixadas britânicas em todo o mundo estão já a vender as suas propriedades.

Este plano director com vista a um Super-Estado europeu assenta no engano, na desonestidade e na negação, porém, os federalistas não estão a criar uns novos Estados Unidos da América. Estão a criar uma nova Jugoslávia. Ao forçar diferentes nações, culturas e economias a viver sob uma burocracia não democrática ao estilo soviético, estaremos a enveredar por águas muito perigosas.

Trabalhei para o Governo britânico no processo de paz para a Irlanda do Norte. Fui testemunha daquilo que acontece quando a democracia falha. Não é um espectáculo bonito. Agora assisto, aqui, ao malogro da democracia na Europa. Professam aqui o amor pela paz, mas, ao seguirem o trilho de Lisboa e ao estenderem o poder sobre as nossas embaixadas, estão a colocar, de novo e resolutamente, a Europa no trilho que conduz à guerra.

**Martin Ehrenhauser (NI).** – (DE) Senhor Presidente, o Conselho não age de forma transparente. As decisões são tomadas, *de facto*, nos inúmeros grupos de trabalho, na sua maioria falhos de transparência, e no COREPER.

Em 2008, apenas 1% dos pontos da ordem do dia do Conselho dos Ministros dos Negócios Estrangeiros foram debatidos publicamente.

É precisamente neste contexto que a Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD) se tem desenvolvido desde o final da década de 1990, sem qualquer consulta ou controlo democrático. É precisamente neste contexto que o Serviço Europeu de Acção Externa também será criado. A minha resposta é um claro "não". Isto não pode suceder! Precisamos de um verdadeiro controlo parlamentar democrático e precisamos também de verdadeira transparência.

Estou também um pouco surpreendido de o ver precisamente a si, Senhor Deputado Brok, mostrar-se agora, de repente, a favor do controlo parlamentar. Pois não é verdade que, precisamente no domínio da PESD, o Tratado de Lisboa vai suprimir esse controlo parlamentar? No entanto, o senhor deputado é a favor deste Tratado. E no que se refere ao controlo orçamental, fica bastante claro, agora com a quitação do Conselho, de que modo o seu grupo actua. Pois não é verdade que, nas próximas semanas, o seu grupo vai votar a favor da quitação do Conselho na Comissão do Controlo Orçamental, embora o Conselho não tenha dado respostas adequadas?

É lamentável constatar que o seu projecto, tendo embora pontos de partida muito bons, seja de facto hipócrita, não seja credível e signifique, em última análise, uma admissão das falhas do Tratado de Lisboa.

**Rafał Kazimierz Trzaskowski (PPE).** – (EN) Muito obrigado Senhor Presidente, Senhora Comissária, Senhora Ministra, devo começar pelas notas de rodapé. Por muito que admire o sabor da retórica dos nossos amigos do Partido da Independência do Reino Unido, sendo oriundo da Europa Central, considero interessante que estejam tão prontos a partilhar a sua experiência de vida do Regime de Tito na Jugoslávia ou do Regime soviético. É realmente interessante.

Antes de mais, permitam-me que felicite Elmar Brok pela elaboração de um relatório que representa tão magnificamente a principal corrente de pensamento, permitam-me que repita, a principal corrente de pensamento nesta Assembleia.

Com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa e com o novo Serviço, aumentaremos a nossa capacidade de falar a uma só voz. Concordamos que o novo Serviço deverá estar tão próximo da Comissão quanto possível, porque só o método comunitário poderá garantir a coerência das nossas acções e, mais importante, assegurar que os pontos de vista de todos nós sejam todos em conta da mesma maneira.

Para que o novo Serviço seja credível, terá de possuir tanta legitimidade democrática quanto possível. Por conseguinte, todos os esforços no sentido de acautelar os poderes de controlo desta Assembleia têm de ser saudados.

Mais importante ainda, é preciso que tudo façamos para assegurar que o novo Serviço seja da melhor qualidade e mereça a confiança de todos. Temos de envidar todos os esforços para que a Comissão, o Conselho e os 27 Estados-Membros enviem os seus melhores nomes para trabalhar no SEAE. Razão pela qual estes terão de gozar do mesmo estatuto. O trabalho no Serviço deverá der tratado como parte integrante das suas carreiras nacionais. As pessoas que trabalhem para o Serviço terão de ser escolhidas com base no mérito, mas também de acordo com o equilíbrio geográfico, a fim de contrariar os receios infundados de que o Serviço possa ser feito refém de alguém.

O Tratado de Lisboa é importante e diferente de todos os outros tratados, pois muito dependerá da sua execução. Espero que os contributos desta Assembleia possam ajudar o Conselho e a Comissão a implementar, de facto, o Tratado de uma forma que venha a aumentar a nossa capacidade de falar a uma só voz.

**Proinsias De Rossa (S&D).** – (EN) Senhor Presidente, congratulo-me com o relatório Brok e exorto a que se façam rápidos progressos com vista à criação do SEAE como um serviço que preste contas democraticamente. Acalento grande esperança de que este Serviço possa conduzir a uma maior coerência entre aos nossos objectivos e decisões políticos, em particular, porque têm consequências mundiais em matéria de desenvolvimento sustentável, direitos humanos e erradicação da pobreza.

Até ao momento, malográmos em assegurar que as nossas políticas fossem coerentes. Frequentemente, as nossas políticas comerciais contrariam directamente a nossa política de cooperação para o desenvolvimento. Quero igualmente deixar aqui um aviso contra quaisquer ideias de fazer subsumir a política de desenvolvimento como parte da nossa política externa. Precisamos de um serviço autónomo, em matéria de desenvolvimento, que responda perante um Comissão, também ele autónomo, responsável pelo Desenvolvimento e a ajuda Humanitária. A fim de assegurar a coerência, precisamos de dispor de referenciais,

de proceder a rastreios e a avaliações de impacto no que respeita às decisões propostas, pois estas têm impacto nos objectivos das políticas de desenvolvimento.

**Louis Michel (ALDE).** - (FR) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, felicito o senhor deputado Elmar Brok e agradeço-lhe o excelente trabalho - notável, mesmo - que nos apresentou.

A criação deste novo serviço externo constitui uma oportunidade a não falhar. O Parlamento deve ter uma palavra a dizer, não só sobre o seu orçamento, mas também sobre a arquitectura de conjunto desse serviço, que vai ter de dispor de um verdadeiro estatuto *sui generis*, como já foi dito. Não podemos renunciar a tal estatuto que cumpre o espírito do Tratado, caso contrário teria por consequência suscitar a desconfiança de alguns Estados. Estou a pensar muito concretamente nos mais pequenos e nos novos.

Temos também de nos concentrar no fulcro do mandato do serviço externo, de estabelecer a estratégia e as prioridades políticas, e de criar a coerência da acção externa. É essencial não cairmos no erro da duplicação entre o serviço externo e as delegações da Comissão, desenvolvendo sim um serviço específico que deverá gerar um valor acrescentado da acção externa comum. O serviço externo deve ser totalmente acompanhado pela Comissão. Não pode tornar-se ou inspirar desvios de tipo intergovernamental. Gostaria aliás de acrescentar também que o perfil do Alto Representante Vice-Presidente da Comissão é evidentemente determinante para o valor acrescentado deste serviço.

Por fim, último elemento, Senhor Presidente, a esfera do desenvolvimento tem a sua finalidade própria - estamos todos de acordo -, mas, ao mesmo tempo, constitui um instrumento da política externa. Negá-lo seria sinal de ingenuidade. Uma solução poderia passar por manter a programação pelo Comissário responsável pelo Desenvolvimento, em acordo com o Alto Representante.

Última consideração: não podemos isolar este debate do debate sobre a orçamentação do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED).

**Bastiaan Belder (EFD).** - (NL) Senhor Presidente, agora que já temos o referendo irlandês atrás das costas, o Parlamento Europeu ousa de novo mostrar as cores que defende, e fá-lo com grande fervor e entusiasmo. Este relatório traça um panorama utópico de um serviço externo que deverá pôr em marcha a política externa e de segurança comum (PESC), que não está ainda operacional.

Uma característica singular deste relatório é a sua heróica tentativa de instar a Comissão a colocar todo o seu peso institucional sobre o prato na balança. Porquê esta posição? Penso que ela se deve ao facto de muitos dos meus colegas desejarem utilizar o serviço externo com um cavalo de Tróia para se apoderarem do controlo da PESC por intermédio da Comissão.

É escandaloso que o Parlamento Europeu e as demais instituições não façam ainda ideia da forma exacta como este serviço deverá funcionar. O processo gradual de que fala o n.º 4 não passa de uma arriscada aventura institucional, que - se me perdoarem o trocadilho - irá por certo acabar em lágrimas institucionais.

**György Schöpflin (PPE).** - (EN) Senhor Presidente, também eu gostaria de associar a minha voz aos que apoiam o relatório Brok e de manifestar o meu fascínio diante da paranóia demonstrada pela bancada do outro lado deste hemiciclo.

O Serviço de Acção Externa é, sem qualquer dúvida, um elemento potencialmente importante para a promoção da coerência nas relações da UE com o resto do mundo. Estas relações são frequentemente muito abrangentes e complexas e têm um impacto significativo fora da Europa, em todo o mundo. É, por isso, vital que essas actividades sejam totalmente coordenadas, a fim e assegurar que as políticas da UE tenham o impacto pretendido. Na verdade, uma vez criado e a funcionar, o Serviço de Acção Externa terá efeitos sobre a posição da UE, por exemplo, no que se refere à política externa e de segurança comum, como já foi referido, à promoção da agenda da democracia e dos direitos humanos, à canalização da ajuda e à forma como enfrentamos os aspectos multifacetados do desenvolvimento.

A questão da coerência é fulcral neste contexto. Se diferentes componentes da União Europeia colocam ênfases diferentes nas questões políticas, o impacto será abafado e, muito provavelmente, terá consequências indesejadas. A este respeito, a consistência é crucial. O Serviço de Acção Externa terá, à luz disso, uma responsabilidade considerável no trabalho em conjunto com as demais Instituições da União Europeia que possuem dimensão externa. A eficácia do Serviço estruturará, claramente, o trabalho do Alto Representante, porém, a médio prazo, o seu trabalho ecoará por todas as Instituições da União Europeia. Trata-se de um processo biunívoco

Nessa perspectiva, é essencial que o Serviço seja responsável, obviamente, perante o Alto Representante, mas também, de forma mas alargada, perante o próprio Parlamento. O Serviço representará, em última análise, a União Europeia em todos os seus aspectos, daí a ênfase na responsabilização, na transparência e na coerência.

**Wolfgang Kreissl-Dörfler (S&D).** – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, uma Europa, uma voz! Demos mais um passo importante rumo a uma política externa comum dos Estados-Membros. O factor decisivo consistirá em garantir que o cargo de Alto Representante seja ocupado por uma personalidade forte, independente e competente e que ele, ou ela, tenha a margem de manobra necessária e a liberdade para desenvolver e estruturar o serviço, em conformidade com as exigências e, evidentemente, em conformidade com os princípios da União Europeia, que incluem o respeito dos direitos humanos fundamentais. Isso é *sui generis*.

É fundamental que isto seja feito de forma transparente, que o Parlamento desempenhe um papel adequado e que os direitos orçamentais e o controlo orçamental permaneçam com a autoridade orçamental. Mas é igualmente fundamental que os governos nacionais aceitem finalmente atribuir menor prioridade aos seus próprios interesses e ofereçam o seu total apoio a este cargo e às tarefas cometidas ao serviço, abstando-se de se intrometer constantemente e conforme lhes apraz, que é, infelizmente, a atitude a que estamos habituados.

Deve também ficar claro, porém, e este ponto é muito importante para nós, que a política de desenvolvimento deve manter a sua independência, pois as coisas não devem ser misturadas arbitrariamente. Vejamos o novo cargo e a pasta por que lutámos durante alguns anos como uma oportunidade para o futuro, e não os reprovemos nem arrasemos logo de início. Uma Europa, uma voz! Essa é a nossa missão e é nela que devemos concentrar-nos: nem mais, nem menos.

**Alexander Graf Lambsdorff (ALDE).** – (DE) Senhor Presidente, que queremos nós alcançar com o serviço diplomático europeu? Queremos definir as prioridades políticas da União Europeia para o século XXI. Muitos países e muitas pessoas fora da Europa esperam que a Europa desempenhe um papel importante na manutenção da paz e na prevenção de conflitos e que, em regiões onde esse esforço não tenha dado o resultado pretendido, contribua para o restabelecimento da paz e a reconstrução do país em causa. Por isso, faz sentido criar um serviço para a consolidação da paz, um *Peacebuilding Department*.

No entanto, nas negociações, alguns dos representantes dos Estados-Membros no Conselho puseram o pé fortemente no travão, incluindo os representantes dos Estados-Membros geralmente considerados como pró-europeus. Na melhor das hipóteses, têm um pé no acelerador e outro no travão. O que gera muita pressão, mas relativamente pouco movimento. Esperamos, portanto, que as negociações para um Serviço Europeu de Acção Externa (SEAE) verdadeiramente forte, sob a supervisão do Parlamento Europeu, sejam bem sucedidas. Os cidadãos europeus querem que a Europa fale a uma só voz e as pessoas fora da Europa esperam que assim seja. O SEAE não terá condições de o garantir por si só. Mas constitui um passo na direcção certa. Velemos por que funcione.

**Lorenzo Fontana (EFD).** – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, penso que, dada a importância do assunto em discussão, o Parlamento deveria ter mais tempo para dar a conhecer a sua posição ao Conselho. Acontece que a passagem pela comissão só demorou uns dias e estamos agora a debater a questão no Parlamento, dois dias depois da adopção da iniciativa no seio da Comissão dos Assuntos Constitucionais.

A proposta de criação do serviço diplomático europeu constitui um salto em frente relativamente aquilo que está estritamente consignado nos tratados. Além disso, o Serviço Europeu de Acção Externa, tal como está descrito no relatório, parece dificilmente integrável com os ministérios dos Negócios Estrangeiros dos Estados-Membros. O que irá acontecer a esses ministérios? Serão dissolvidos? Parece pouco provável.

Além disso, como irão os poderes dessas embaixadas, no que respeita a vistos, por exemplo, encaixar no trabalho já realizado pelas embaixadas nacionais? Por quem serão nomeados os chamados embaixadores da União Europeia? Pela Comissão, como parece provável, ou será que os Estados-Membros poderão fazer as suas próprias nomeações? Além disso, a ideia de chamar "embaixadores" aos futuros representantes é provocatória, uma vez que a Constituição europeia, que previa um Ministro europeu dos Negócios Estrangeiros, não foi aprovada. Não podemos fingir que a Constituição europeia não foi rejeitada pelos franceses e pelos holandeses.

**Andrzej Grzyb (PPE).** – (PL) Senhor Presidente, o projecto da União Europeia é, obviamente, singular, e nós temo-lo frisado muitas vezes. Com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, que, espero, se vai efectivamente consumir, criar-se-ão também novas instituições. Um dos resultados deste processo será a fundação do Serviço Europeu de Acção Externa, que visa primariamente assegurar a coerência e a eficácia na acção na área das relações externas.

Como observou a Senhora Comissária Ferrero-Waldner, será uma entidade *sui generis*, mas, ao mesmo tempo, vale a pena recordar a afirmação do senhor deputado Brok de que os princípios fundamentais que devem presidir à criação deste serviço, a par do da eficácia, são os da transparência e de um mandato democrático. A eficácia deve ser garantida pela via do estabelecimento de um consenso a respeito da criação do Serviço Europeu de Acção Externa, tanto entre as instituições, e neste plano regozijo-me com as declarações do Conselho e da Comissão, como pela inclusão de matérias relacionadas com a ajuda ao desenvolvimento, a ajuda humanitária, o alargamento e o comércio internacional. A UE precisa também de ter uma voz vigorosa nas questões ligadas à política de energia e à solidariedade, por exemplo.

Quanto à transparência, espero que se alcance um equilíbrio na criação do Serviço Europeu de Acção Externa. Tenho em mente, não apenas um equilíbrio entre as instituições, como também um equilíbrio geográfico na hora de se proceder às nomeações para o Serviço Europeu de Acção Externa. Este é um ponto vital, cuja importância não pode ser realçada em demasia. Actualmente, os órgãos externos não satisfazem esse requisito, se considerarmos, por exemplo, a Direcção-Geral RELEX ou as delegações da Comissão no exterior. A criação do serviço deve ser feita de acordo com as normas da democracia, e eu espero que o Parlamento tenha um papel de relevo nesta questão, tanto no processo de criação como mais tarde, na audição dos candidatos a chefes de delegações, com a Comissão dos Assuntos Externos.

No que diz respeito à formação de pessoal, propõe-se a criação de uma escola europeia de diplomacia. Trata-se de um importante empreendimento, mas, ao mesmo tempo, queria aproveitar o ensejo para sublinhar que existem centros nacionais, bem como numerosas escolas universitárias europeias com experiência nesse domínio de formação. Devemos fazer uso dessa experiência. Estou a pensar em Bruges, Natolin, Florença e Maastricht.

**Cristian Dan Preda (PPE).** – (FR) Senhor Presidente, gostaria, também eu, de saudar a criação do Serviço Europeu de Acção Externa como um passo em frente, um progresso em direcção à criação de uma Europa mais coerente e mais eficaz na cena internacional.

Creio aliás que a criação deste serviço poderá acrescentar uma dimensão política importante ao projecto europeu e proporcionar um perfil mais político à Europa.

Gostaria igualmente de insistir na necessidade de coerência na acção deste serviço em tudo o que diz respeito às competências administrativas e orçamentais, e, a este respeito, evidentemente, são essenciais as relações com a Comissão, por um lado, e por outro com o Parlamento.

No que respeita ao Parlamento, penso também que este serviço deverá cooperar de uma forma directa e muito próxima com o Parlamento, a fim de informar constantemente os deputados europeus das suas actividades, mas também das nomeações para os lugares mais importantes. Aliás, o Alto Representante será evidentemente uma personalidade importante, mas creio que os restantes membros do serviço terão também de ser pessoas de grande confiança.

Gostaria de insistir igualmente na questão do recrutamento. Como outros colegas já afirmaram, penso que a representação geográfica é importante e que temos de encontrar um equilíbrio para os pequenos países, assim como para os novos Estados-Membros.

Por fim, quero dizer duas palavras sobre a importância desta cultura europeia comum, que, como é óbvio, está neste momento em construção em diversas escolas, em diferentes institutos, mas penso que uma iniciativa coerente na matéria, com a criação de uma estrutura a nível europeu, seria muito positiva.

**Mário David (PPE).** – Senhor Presidente, é fundamental que o objectivo primordial da criação do Serviço Europeu para a Acção Externa concretize os esforços das Instituições europeias: assegurar a criação de um serviço eficaz, capaz de articular, formular e implementar uma resposta europeia aos desafios internacionais do presente.

Deve ainda representar mais do que as partes que o constituem, deve ser um valor acrescentado relativamente aos esforços actuais dos Estados-Membros e da União Europeia. Nesse sentido, parece-me essencial que o que faz a especificidade da União esteja no centro dessa nova realidade e essa especificidade é o método

comunitário. É por isso que dou o meu total apoio ao relatório Brok, que defende e salvaguarda uma articulação estreita entre a Comissão e o futuro serviço.

Queria, a este propósito, salientar dois aspectos: a importância de uma estreita coordenação entre o Presidente da Comissão e o Alto Representante, também Vice-Presidente da Comissão, para assegurar a eficácia e o seu bom funcionamento. Por último, a necessidade de uma aliança entre o Parlamento e a Comissão para combater a deriva intergovernamental que se anuncia e que pode comprometer o eficaz funcionamento do serviço.

O Parlamento deve, por isso, estar vigilante e assegurar que o Serviço Europeu para a Acção Externa será um centro de excelência, representativo das melhores competências em matéria de política externa.

*(O Presidente dá a palavra ao senhor deputado Dartmouth para uma pergunta "cartão azul" ao senhor deputado Preda)*

**William (The Earl of) Dartmouth (EFD).** – (EN) Senhor Deputado Preda, no seu discurso, utilizou a frase "uma cultura europeia comum". Considera a adesão da Turquia à União Europeia totalmente compatível com a cultura europeia comum a que aludiu?

**Cristian Dan Preda (PPE).** – (RO) Na minha intervenção, falei de uma cultura comum no plano diplomático, como parte de uma cultura política. Pessoalmente, acredito que, neste sentido, a Turquia é também parte dessa cultura política europeia que inclui uma tradição muitíssimo respeitável no domínio da diplomacia. Obrigado pela sua pergunta. Devia ter começado por esse ponto.

**Ingeborg Gräßle (PPE).** – (DE) Senhor Presidente, na minha qualidade de membro da Comissão do Controlo Orçamental, vejo com preocupação a forma como a Comissão e o Conselho excluem o Parlamento Europeu na questão do Serviço de Acção Externa. Não temos quaisquer documentos e, mais, somos os únicos que, além de não terem documentos, não foram envolvidos e foram forçados a aceitar o que foi negociado. É escandaloso!

O que vejo neste debate e na sequência das declarações dos dois representantes é um desmantelamento dos instrumentos comunitários. Veremos também uma opção de não participação ("opt-out") nos instrumentos que envolvem os direitos parlamentares, como o Regulamento Financeiro. Como Parlamento Europeu, temos de prestar muita atenção. A resposta à questão sobre "quem decide o quê?" não ficou clara para mim no decurso do debate. Creio que é uma questão em aberto. Creio também que, se os nossos direitos orçamentais e de controlo e o nosso poder de co-decisão nesta matéria não forem respeitados, nos será muito difícil trabalhar em colaboração com o Conselho e a Comissão nos próximos anos.

**Richard Howitt (S&D).** – Senhor Presidente, gostaria de manifestar o meu firme apoio ao Serviço de Acção Externa que possua representações geográficas por todo o mundo, possua responsabilidade pela Política Europeia de Segurança e Defesa e conjugue as funções do Conselho e da Comissão em matéria de planeamento, prevenção de conflitos e gestão de crises.

Mas concordo com a Senhora Ministra Cecilia Malmström que isso não será prejudicado pela manutenção, nas mãos da Comissão, das responsabilidades pelo comércio, o desenvolvimento e o alargamento, razão pela qual colaborei com o meu colega Roberto Gualtieri com vista à apresentação de uma alteração à alínea c) do n.º 6, defendendo que se reúna a programação e a implementação da política de desenvolvimento da UE.

Os críticos deverão compreender que o actual sistema apresenta problemas: um Alto Representante sem responsabilidade directa perante o Parlamento, a duplicação de funções com o Conselho e a Comissão, as divisões entre o Representante Especial da UE e os chefes de delegação da Comissão, a falta de atenção prestada, por vezes, aos direitos humanos devido aos interesses comerciais e geopolíticos, etc.

É preciso que esta importante reforma introduzida pelo Tratado de Lisboa seja aplicada e dê frutos.

Por último, dirigindo-me à Senhora Comissária Ferrero-Waldner, sei que refreará o seu entusiasmo na sequência da intervenção do Partido da Independência do Reino Unido e que compreenderá que as Embaixadas britânicas não estão à venda.

**Ivo Vajgl (ALDE).** – (SL) Senhor Presidente, o que estamos a fazer hoje é dar luz verde à União Europeia para continuar a avançar em relação com o que será um resultado muito importante dos seus esforços no sentido de criar um papel maior e mais importante para si mesma na política externa global. Gostaria de dar os meus parabéns ao senhor deputado Brok pelo seu relatório detalhado e muito substantivo. Julgo ser vital que o novo serviço complemente os serviços existentes da União Europeia, que continuarão a ser oferecidos.



É também importante que as representações da União Europeia em todo o mundo não sejam duplicadas ou triplicadas. Parece-me que há um risco real de isso acontecer.

Por fim, gostaria de acrescentar que deveríamos dar ênfase ao papel dos serviços consulares dessas novas representações. Os países pequenos não têm muito dinheiro e não têm representações por toda a Europa nem por todo o Mundo, razão pela qual têm grandes expectativas em relação a este serviço. Na Eslovénia, tivemos uma boa experiência ao trabalhar em colaboração com diplomatas austríacos. Senhora Comissária, gostaríamos que essa cooperação continuasse a funcionar como uma espécie de modelo.

**Heidi Hautala (Verts/ALE).** – (FI) Senhor Presidente, Senhora Comissária Ferrero-Waldner, gostaria de chamar a vossa atenção para o facto de que a União Europeia está empenhada em tudo aquilo que faz em matéria de respeito dos direitos humanos e, obviamente, estes incluem também os direitos das mulheres, como já foi aqui mencionado. Eu própria acredito que o Serviço Europeu de Acção Externa comum melhorará decisivamente as nossas oportunidades de ter em conta os direitos humanos em todo o nosso trabalho, embora isso não aconteça só por si.

Gostaria de ouvir descrever como tencionam garantir que os direitos humanos e as aspirações à igualdade sejam normalizados neste futuro Serviço de Acção Externa. Dou-vos um exemplo: nem todas as delegações da UE neste momento cumprem as sete linhas directrizes de direitos humanos que adoptámos. Agora temos a oportunidade, através de programas de formação, por exemplo, de dar mais proeminência a estes assuntos importantes. O relatório do senhor deputado Brok também menciona a formação. Gostaria, portanto, de ouvir os vossos pontos de vista sobre estes assuntos.

**Zoltán Balczó (NI).** – (HU) Senhor Presidente, a pergunta que está a ser colocada aqui neste momento, e aquilo de que estamos a falar na verdade, é se, à medida que se avançar pelo caminho determinado pelo Tratado de Lisboa, haverá uma iniciativa supra-estatal, ou se haverá 27 países com uma cooperação institucional próxima. Os tribunais constitucionais também estão, neste momento, a debater esta questão e querem tomar uma decisão. Em Estrasburgo, antes da primeira sessão, a bandeira da UE foi hasteada e o hino da UE foi tocado, juntamente com uma parada militar. Um Estado tem um hino e uma bandeira, a cooperação não. Já ouvimos aqui falar de enviarmos um embaixador para nos representar pelo mundo. Ouvimos também falar da Europa a falar a uma só voz. Não estamos de acordo com isto. Vemos um caminho diferente para o futuro da Europa. Isto não faz de nós paranóicos, como dizem aqueles que pregam a tolerância. Ainda queremos a Europa, só que é uma Europa diferente daquela que a maior parte das pessoas quer.

**Íñigo Méndez de Vigo (PPE).** – (EN) Senhor Presidente, porque o orador foi tão gentil ao ponto de concordar em responder a uma pergunta, então passo a formulá-la. O Real Madrid, que é uma equipa de futebol espanhola, possui uma bandeira e um hino. Acredita que será um Estado?

*(Risos e aplausos)*

**Zoltán Balczó (NI).** – (HU) Habitualmente, uma bandeira de outro Estado não é içada no meio de uma parada militar, tal como aconteceu neste caso, enquanto se toca o hino. Se acreditam que a Europa funciona como uma equipa de futebol, significa que têm a sua própria visão individual do assunto. A Europa não deve ser um clube de fanáticos que se juntam à volta de uma bandeira, ainda que possam ser adeptos fervorosos, mas sim uma equipa que representa perspectivas diferentes.

**Danuta Maria Hübner (PPE).** – (EN) Senhor Presidente, o debate sobre o Serviço Europeu de Acção Externa decorre numa altura em que se tornou premente a necessidade de a UE dispor de uma estratégia de longo prazo para o seu trabalho com outras zonas do Globo, num mundo em mutação acelerada. Precisamos de estratégias, de uma visão e de acções, todas elas ambiciosas, numa altura em que os poderes emergentes a nível mundial estão a modernizar-se muito mais rapidamente do que a Europa alguma vez o fez e se estão a tornar mais assertivos.

O nosso pensamento estratégico e geopolítico em matéria de política externa não pode cingir-se às alterações climáticas e à segurança energética. Uma das três Instituições que, na prática, serão activas na esfera da política externa – Presidente do Conselho, Presidente da Comissão e Alto Representante – deverá dispor de competências geopolíticas estratégicas, não se limitando a dar respostas de curto prazo a problemas emergentes, conduzindo a uma política externa assente no menor denominador comum. A meu ver, o candidato natural para assumir essas competências estratégicas é o Alto Representante, com base nas competências e experiência do Serviço Europeu de Acção Externa.

**Andrey Kovatchev (PPE).** – (BG) A criação do Serviço Europeu de Acção Externa e um início bem-sucedido do seu funcionamento irão representar um grande sucesso político da União Europeia no seu caminho rumo ao objectivo de uma política europeia externa e de segurança comum. Isto permitiria à Europa falar verdadeiramente a uma só voz. Passará a ser possível ter resposta para a famosa pergunta anedótica de Henry Kissinger: "A quem devo ligar, se quiser ligar à Europa?" porque o número de telefone da Europa será o número de telefone do Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança. De momento, para descobrirmos qual é a posição da Europa, precisamos de saber 27 números de telefone, um para cada Estado-Membro.

Escusado será dizer que, para que esse serviço possa entrar em funcionamento, o Alto Representante em perspectiva terá de apresentar a este Parlamento a sua proposta relativa à criação do serviço. Espero também que essa pessoa tenha em consideração o relatório do senhor deputado Brok e que haja uma representação igual e justa de todos os Estados-Membros, em particular dos novos Estados-Membros.

**Krisztina Morvai (NI).** – (EN) Senhor Presidente, é efectivamente interessante testemunhar a irritação de alguns dos senhores deputados pelo facto de a famosa voz única e todo o *status quo* estarem a ser postos em causa. Insto e convido todos os cidadãos europeus que nos elegeram para este Parlamento a ouvirem este debate através da transparência da Internet e a manifestarem as suas opiniões sobre o que aqui discutimos.

No entanto, gostaria de levantar outra questão, que me veio ao espírito durante o debate, na altura em que a Senhora Comissária Ferrero-Waldner se encontrou com o Governo israelita, aquando do terrível mar de sangue que foi a guerra em Gaza. Nunca esquecerei, Senhora Comissária, a forma como abraçou e beijou os membros do Governo israelita nesse período atroz.

Como posso eu estar segura de que, caso esta Resolução seja aprovada, ninguém abraçará e beijará criminosos em meu nome?

**Elena Băsescu (PPE).** – (RO) Queria começar por felicitar Elmar Brok pela elaboração deste relatório. Como observou também a anterior oradora, já lá vão três décadas desde que o Secretário de Estado americano Henry Kissinger perguntou, "A quem devo ligar, se quiser ligar à Europa?" A criação do cargo de Alto Representante e de um serviço externo habilitará a União Europeia a responder a essa pergunta.

Com essas funções disponíveis, acredito que a diplomacia europeia seja capaz de desempenhar um papel mais activo e determinante na defesa dos interesses mais elementares da UE, que também se ligam com a segurança energética.

Saúdo o facto de se prever que o Alto Representante e os chefes das missões diplomáticas deverão manter um diálogo permanente com o Parlamento Europeu.

No que toca ao provimento de pessoal para o serviço externo, entendo que, para além da exigência de excelentes conhecimentos e competências, tem impreterivelmente de se ter em conta a necessidade de garantir uma representação proporcional adequada dos diferentes Estados-Membros.

**Piotr Borys (PPE).** – (PL) Senhor Presidente, queria apresentar os meus sinceros agradecimentos, também eu, por este esplêndido relatório de carácter factual. Graças à criação do seu Serviço Europeu de Acção Externa, a União Europeia vai passar a poder ter uma presença activa na cena internacional como criador de política internacional. Isto é muitíssimo importante. Naturalmente, todos convimos que a questão da qualidade dos serviços é da responsabilidade da Comissão e dos Estados-Membros, sobretudo, e que nesta matéria é necessária cooperação entre o Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão.

No entanto, gostaria de perguntar à senhora comissária se, tendo em conta o contacto que manteve com o Parlamento Europeu, está a contemplar a hipótese de utilizar o nosso trabalho em regime de cooperação activa, por exemplo, no plano das delegações interparlamentares. Penso que há muitos fóruns em que o Alto Representante e o Serviço Europeu de Acção Externa poderão cooperar activamente com o Parlamento, incluindo por intermédio das delegações. Estão a ser efectuados os preparativos adequados para o efeito?

**Riikka Manner (ALDE).** – (FI) Senhor Presidente, Senhora Comissária, em primeiro lugar queria também agradecer ao relator pelo seu excelente relatório. Queria sublinhar, no entanto, que, para que o Serviço Europeu de Acção Externa funcione, temos também de prestar verdadeiramente atenção aos pequenos Estados-Membros e às características especiais de cada país na área da política externa e de segurança. Só fazendo isso e tendo este debate é que conseguiremos fazer do SEAE uma entidade viável.

É importante o facto de o relatório também mencionar a importância da transparência e da democracia. Para além disso, sou da opinião de que devemos salientar a importância específica das questões de *soft security* em ligação com o SEAE. A União Europeia foi criada com base na paz e na estabilidade, e podemos promover estas a nível global, em particular, através da ajuda humanitária, da cooperação para o desenvolvimento, da gestão de crises e do comércio internacional.

**Cecilia Malmström**, *Presidente em exercício do Conselho*. – (EN) Senhor Presidente, considero interessante que alguns dos senhores deputados, que tão acaloradamente falam sobre democracia, não consigam aceitar que o Tratado de Lisboa foi aprovado democraticamente por 26 Paramentos e um referendo.

(Aplausos)

Fica a faltar a assinatura de uma pessoa, concordo, mas estou firmemente convicta de que o Tratado entrará em vigor muito em breve e de que deveremos instituir o Serviço Europeu de Acção Externa. Este é um instrumento positivo. É apoiado pelos Estados-Membros, pelos Paramentos nacionais e, senhores deputados – se analisarem, por exemplo, os inquéritos do Eurostat –, também pelos cidadãos de toda a União Europeia. Esse apoio resulta do facto de todos entenderem – como nós também entendemos e como a maioria aqui acredita – ser importante que a União Europeia seja capaz de actuar com maior coerência e firmeza, caso queira promover os seus valores e trabalhar pela paz e a democracia em todo o mundo.

Deveremos, evidentemente, evitar a burocracia e a duplicação, mas, como a Senhora Comissária Ferrero-Waldner afirmou, estamos a criar um novo órgão. Trata-se de uma instituição *sui generis*, pelo que será preciso encontrar formas de a desenvolver. O que o Coreper está a debater, em cooperação com o Conselho, a Comissão e os deputados ao Parlamento Europeu – o senhor deputado Brok e outros, sendo que eu, pessoalmente, mantive diversas conversações com o Senhor Presidente Jerzy Buzek a fim de tentar manter o Parlamento informado – é o quadro geral e a missão do Serviço Europeu de Acção Externa. É preciso que essas questões sejam agora debatidas, em termos políticos, e caberá ao Alto Representante desenvolver depois os pormenores, o que acontecerá em estreita cooperação e em diálogo com o Parlamento Europeu. É essa a minha convicção.

Evidentemente, há ainda questões por resolver. O importante é que o Alto Representante disponha dos instrumentos para executar a sua missão da forma mais eficaz possível. Isso significa que terá de ser responsável pelo orçamento administrativo do SEAE, mas também de ser a autoridade investida do poder de nomeação. Obviamente, qualquer solução jurídica que escolhamos – e haverá que debater ainda muito a este respeito – deverá respeitar todas as regras orçamentais em vigor, assegurando a devida responsabilização.

O Conselho pode não concordar com todos os aspectos do relatório Brok, mas penso que este constitui um contributo muito útil para deste debate. Espero que granjeie grande apoio no Parlamento. Gostaria de agradecer ao senhor deputado Brok o trabalho que desenvolveu, bem como o debate aqui no Parlamento.

**Benita Ferrero-Waldner**, *Membro da Comissão*. – (EN) Senhor Presidente, gostaria uma vez mais de dizer que não estamos aqui a decidir se o Serviço Europeu de Acção Externa existirá ou não: já está consagrado no Tratado de Lisboa. Como a minha colega acaba de dizer, e também eu estou confiante de que assim seja, o Tratado de Lisboa entrará em vigor muito em breve.

Passo agora a comentar uma série de aspectos que surgiram no debate e que considero valer a pena abordar. Antes de mais, nós, na Comissão, estamos empenhados no êxito do SEAE. É preciso que se trate de uma empresa partilhada, que conte desde o início com o empenho de todas as Instituições da UE e dos Estados-Membros. Com base na minha experiência como Comissária responsável pela Relações Externas, penso que muita coisa será feita de forma diferente no futuro. A meu ver, será necessário que o Alto Representante e Vice-Presidente disponha de um certo grau de autonomia em matéria orçamental e de gestão.

Ao mesmo tempo, é evidente que o SEAE terá de manter laços muito estreitos com um amplo leque de serviços da Comissão e, por conseguinte, é importante que trabalhemos em conjunto. Apoio os objectivos do Parlamento no que respeita à garantia da existência de quesitos de transparência e de responsabilização para o SEAE. Isso é ponto assente, pelo que, penso, ambicionamos trabalhar com vista a conseguir a fórmula correcta para o efeito.

Em segundo lugar, nos termos do Tratado, a responsabilização política perante o Parlamento Europeu cabe fundamentalmente ao Presidente da Comissão, ao Alto Representante e Vice-Presidente, bem como aos outros membros da Comissão. Congratulamo-nos com o sinal claro, constante do relatório Brok, no sentido

de que o Alto Representante e Vice-Presidente seja a autoridade investida do poder de nomeação do SEAE e dos altos funcionários da delegação.

No novo sistema, os chefes de delegação e outros altos funcionários do SEAE serão funcionários da UE abrangidos pelo Estatuto dos Funcionários da UE, sujeitos a procedimentos de nomeação e com obrigações de independência. As implicações de se isolar um grupo de funcionários para efeitos de audições no PE levantar-nos-iam problemas. A mesma consideração seria válida ainda que se tratasse de uma questão de audições apenas para um cargo mais político. Penso que, certamente, esse procedimento não se coaduna com a prática nos Estados-Membros.

No entanto, compreendemos, uma vez mais, que o Parlamento tenha interesse em proceder a um intercâmbio estreito, formal ou informal, com os altos funcionários do SEAE e das delegações. Penso que esse intercâmbio poderá acontecer após a nomeação; deverão depois deslocar-se ao Parlamento para debater as questões.

Registei igualmente com enorme interesse e prazer a referências às questões dos direitos humanos e dos direitos da mulher. Posso apenas dizer que todas as Instituições da EU estão empenhadas na integração do género. Isso aplicar-se-á igualmente ao SEAE, contudo, o mérito deverá presidir às nomeações, pelo que o mérito e a integração do género terão de andar a par.

Gostaria de comentar rapidamente a questão do Governo israelita e da minha viagem ao Médio Oriente. Após o conflito de Gaza, era de extrema importância que se conseguisse um cessar-fogo. Tentei contribuir para o primeiro cessar-fogo, e penso que foi a minha intervenção, em particular, que possibilitou a abertura dos corredores humanitários e a fixação dos calendários de entrega dos bens de ajuda humanitária, nesse momento extremamente difícil e decisivo.

Por último, quanto às delegações, como já referi: já se encontram abertas. As delegações do Parlamento Europeu que foram referidas já estão abertas para receber os Comissários ou os membros do Conselho, mas isso dependerá igualmente do calendário. A situação deverá manter-se de futuro.

**Elmar Brok, relator.** – (DE) Senhor Presidente, Senhora Presidente em exercício do Conselho, Senhora Comissária, Senhoras e Senhores Deputados, os ataques que aqui foram feitos a uma política externa e de segurança comum europeia são ataques que fazem parte do passado. Em todas as sondagens de opinião, 70% dos cidadãos da Europa afirmam querer uma política externa e de segurança comum mais forte, porque sabem que esta é a única forma de manter a paz na Europa e de defender os interesses da Europa no mundo. As declarações feitas por alguns de vós fazem parte do passado. São o tipo de declarações que conduziram a Europa à guerra e às quais queremos pôr fim.

Queremos deixar claro também que queremos ver reforçada a capacidade de acção da Europa com esta política externa e eu gostaria de dizer mais uma vez, explicitamente, que a política externa não é da competência dos parlamentos. A política externa operacional deve ser da responsabilidade do executivo. É assim em todos os Estados nacionais. Isto significa, no entanto, que os parlamentos – e neste caso o Parlamento Europeu – devem ter plenos poderes de controlo. Deve ficar claro de que modo isto se aplica ao orçamento, em que domínios existe um direito à informação e em que domínios existe uma verdadeira obrigação de prestação de contas.

Gostaria de convidar o Conselho e a Comissão a, em vez de se preocuparem, nos seus documentos, em incluir informações sobre organigramas e sobre os membros das delegações nacionais que serão nomeados para cargos específicos, tratarem sim de definir os direitos do Parlamento nesses documentos COREPER e não se limitarem simplesmente a dizer que os direitos do Parlamento devem ser salvaguardados – ponto final, parágrafo. Creio que é necessário fazer alguma coisa nesta matéria. Além disso, sou de opinião que o Alto Representante e Vice-Presidente, que ainda não foi nomeado, deverá ser envolvido na elaboração das propostas, não devendo ser apresentado com um *fait accompli*. Também este ponto deverá ser tido em conta. Senhora Presidente em exercício do Conselho, se V. Exa. passasse futuramente a referir-se ao Alto Representante como "Alto Representante e Vice-Presidente da Comissão" seria algo que geraria um grande nível de confiança. Estaríamos todos, assim, a falar do mesmo assunto, o que seria útil para assegurar que estamos realmente a falar da mesma coisa.

(Aplausos)

**Presidente.** - Está encerrado o debate.

A votação terá lugar na quinta-feira, dia 22 de Outubro de 2009.

**Declarações escritas (Artigo 149.º)**

**Gabriele Albertini (PPE)**, *por escrito*. – (IT) O texto que nos preparamos para votar amanhã constitui uma excelente base de trabalho para as negociações que nos esperam.

Quero agradecer ao senhor deputado Brok e à senhora deputada Neyts-Uyttebroeck o excelente trabalho por eles realizado, apesar do pouco tempo de que dispunham. Com base nesse trabalho, a comissão a que tenho a honra de presidir poderá estabelecer um diálogo construtivo mas firme com o futuro Alto Representante e defender o carácter comunitário do novo Serviço Europeu de Acção Externa. A mensagem que queremos transmitir à Comissão e ao Conselho é basicamente esta: queremos um serviço que disponha de amplas competências e que satisfaça as nossas ambições de fazer da União Europeia um actor político global, e queremos que isso aconteça numa base consensual, isto é, com a participação e o apoio das três Instituições – Parlamento, Comissão e Conselho.

Apelo, portanto, à Comissão para que seja corajosa nas negociações e defenda o modelo comunitário, e convido uma vez mais o Conselho a envolver desde o início este Parlamento e, em especial, a comissão a que presido, nas negociações com vista à concretização desta etapa crucial para a criação de uma verdadeira política externa europeia.

**Cristian Silviu Buşoi (ALDE)**, *por escrito*. – (RO) A criação do Serviço Europeu de Acção Externa é uma medida imprescindível para aumentar a eficácia da acção externa da UE. O objectivo é promover uma política externa muito mais coerente e conferir um maior protagonismo internacional à UE. Contudo, a consecução de tais objectivos depende do modo como organizarmos este serviço.

O relatório contém uma série de propostas particularmente importantes. Precisamos de uma organização o mais racional possível, que evite quaisquer duplicações. É por isso que sou a favor da fusão das delegações da Comissão em países terceiros, dos gabinetes de ligação do Conselho e dos gabinetes dos representantes especiais da UE, bem como da criação de «embaixadas da UE». Sob o prisma da eficiência, também se me afigura interessante a proposta de que essas delegações assumam algumas funções consulares, como tratarem dos vistos Schengen.

Quero salientar a necessidade de uniformização da formação de pessoal, para podermos dispor realmente de um serviço profissional que dê resposta às necessidades da UE. A criação de uma academia europeia de diplomacia parece-me a solução ideal para fornecer pessoal diplomático com formação assente em normas comuns que garanta coerência ao SEAE. Na realidade, futuramente, uma carreira diplomática europeia poderá vir a ser tão atractiva como as carreiras diplomáticas dos Estados-Membros.

**Ilda Figueiredo (GUE/NGL)**, *por escrito*. – Este é mais um dos documentos lamentáveis do Parlamento Europeu, que pretende influenciar no pior sentido todo o funcionamento da União Europeia, usando a personalidade jurídica que o Tratado de Lisboa lhe confere, mas que ainda não entrou em vigor por faltar a ratificação da República Checa.

É sintomático do carácter militarista da União Europeia o que se passa com este relatório. O que aqui se pretende é assegurar que a política externa serve os interesses de expansão militar das grandes potências da União Europeia, aproveitando o que inscreveram no Tratado de Lisboa para reforçar o seu poder de decisão, mesmo que haja Estados-Membros com opiniões diferentes.

Exemplo disso é seguinte a afirmação neste relatório:

”As unidades de gestão de crise militar e civil devem ser colocadas sob a autoridade do Alto Representante, enquanto que a estrutura de comando e organizacional do pessoal militar possa diferir da do pessoal civil; a partilha da análise das informações de segurança entre os participantes no SEAE é de vital importância para o apoio ao Alto Representante no cumprimento do seu mandato de condução de uma política externa da União coerente, sólida e eficaz”.

**Anneli Jäätteenmäki (ALDE)**, *por escrito*. – (FI) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores, na Primavera passada, o Parlamento Europeu aprovou o relatório do senhor deputado Dehaene sobre os efeitos do Tratado de Lisboa no equilíbrio institucional da UE. Nesse relatório, o Parlamento pediu para que nas futuras nomeações para cargos de topo na UE seja também tomado em conta o ângulo da igualdade entre os géneros. Agora, passados apenas uns meses, o Parlamento Europeu está a adoptar uma posição ainda mais rigorosa a favor da implementação da igualdade. A posição do Parlamento sobre a igualdade é, portanto, clara. A Vice-Presidente da Comissão Europeia, Margot Wallström, tem tido uma atitude proactiva em assuntos relacionados com igualdade. José Manuel Barroso, o Presidente reeleito da Comissão, também prometeu ser

sensível ao conceito de igualdade quando constituir a nova Comissão. Os Estados-Membros, porém, estão aqui numa posição crucial. Estou convencida de que encontraremos candidatos à Comissão adequados nos Estados-Membros da União Europeia, tanto homens como mulheres. Obrigada.

**Andreas Mölzer (NI)**, *por escrito*. – (DE) O Tratado de Lisboa prometeu ocasionar todo o tipo de mudanças. A UE tornar-se-ia mais reactiva e mais democrática, o Parlamento Europeu disporia de mais poderes de co-decisão e os cidadãos teriam os seus referendos sobre a UE. Na realidade, porém, os Estados-Membros foram colocados sob pressão com a ameaça de redução do número de comissários. Agora chegou a hora de a UE dar provas da sua boa vontade e, finalmente, interrogar a população sobre a adesão da Turquia. No entanto, os referendos parecem ser realizados apenas para serem ignorados. Também é difícil perceber de que modo vai a UE tornar-se mais reactiva quando as responsabilidades dos cargos recém-criados estão meramente delineadas no Tratado. Os conflitos são tão inevitáveis neste domínio como o são no novo Serviço de Acção Externa, cujos direitos de acesso ainda não foram clarificados. O nosso orçamento extraordinário já está a tornar-se cada vez mais caro, abrangendo uma rede cada vez mais densa de agências da UE que inevitavelmente implica uma duplicação de esforços e uma sobreposição de competências. É importante, por isso, manter o equilíbrio, para que o novo sistema, por um lado, não redunde em duplicações, mas permita que as sinergias sejam exploradas, e para que, por outro lado, o controlo parlamentar não possa ser eludido, os Estados-Membros não se vejam bloqueados e as autoridades nacionais se mantenham incólumes. A par de tudo isso, o novo organismo deve ter as competências necessárias para realizar as suas tarefas e trabalhar eficazmente com os parceiros estratégicos da Europa.

**Czesław Adam Siekierski (PPE)**, *por escrito*. – (PL) Senhoras e Senhores Deputados, a criação do Serviço Europeu de Acção Externa constitui um projecto excepcional e particularmente digno de ser apoiado. Ele tem por objectivo assistir o Alto Representante da UE, mas, ao mesmo tempo, não podemos deixar de lhe assegurar um nível adequado de qualificação, bem como um carácter institucional e representatividade nacional. No recrutamento de quadros para o serviço devem observar-se com especial cuidado os princípios da transparência e da igualdade. Merece também menção o facto de o Serviço Europeu de Acção Externa vir alargar as possibilidades de acesso a assistência diplomática, visto que todos os cidadãos da UE poderão beneficiar dela. Trata-se de um alargamento *de facto* da actual possibilidade de pedir assistência aos serviços diplomáticos de outro Estado-Membro, quando o Estado-Membro de origem do requerente não disponha de serviço diplomático ou consular num dado país. O Serviço Europeu de Acção Externa deve encerrar também uma mais-valia por via dos efeitos de sinergia resultantes da fusão dos seus três componentes de base – serviços criados na órbita da Comissão Europeia, do Conselho e dos Estados-Membros. No meu entender, o SEAE deve recrutar candidatos dessas três fontes. Isso assegurar-lhe-á profissionalismo, eficácia e uma identidade própria. A eficácia será conseguida por via do grande número de representações da União Europeia que serão criadas mediante reconversão das actuais representações da Comissão. No que respeita à intervenção do senhor deputado Grzyb, estou de acordo com ele em que a criação de uma academia diplomática europeia poderia ser evitada através do recurso a centros nacionais e regionais de formação que já dispõem de renome em toda a Europa pela qualidade do ensino que ministram a futuros diplomatas.

## **9. Preparação da reunião do CET e da Cimeira UE-EUA (2 e 3 de Novembro de 2009)**

### **- Cooperação transatlântica judicial e policial (debate)**

**Presidente.** - Segue-se na ordem do dia a discussão conjunta das declarações do Conselho e da Comissão sobre:

1. Preparação da reunião do CET e da Cimeira UE-EUA (2 e 3 de Novembro de 2009), e
2. Cooperação transatlântica judicial e policial.

**Cecilia Malmström**, *Presidente em exercício do Conselho*. – (SV) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, como sabem, as nossas relações com os Estados Unidos e a cooperação transatlântica entre os Estados Unidos e a União Europeia revestem-se de extrema importância. É uma pedra angular da política externa da UE, assente nos valores da liberdade, da democracia e do respeito pelos direitos humanos e pelo direito internacional, algo que nos une. A nova administração nos Estados Unidos demonstrou um enorme interesse em aprofundar e alargar os laços com a Europa. O primeiro Conselho Económico Transatlântico com a administração do Presidente Obama terá lugar a 26 e 27 de Outubro. Pouco depois, a 3 de Novembro, realizar-se-á uma cimeira entre a UE e os Estados Unidos. São duas oportunidades importantes para estreitar as nossas relações. O debate de hoje é, por conseguinte, muito importante.

Gostaria de salientar uma série de domínios sobre os quais incide a cooperação e em relação aos quais esperamos conseguir alcançar resultados e estreitar as relações durante a cimeira.

No que respeita às questões climáticas, congratulamo-nos pelas ambições mais audazes por parte dos Estados Unidos. Devemos trabalhar conjuntamente com o Governo norte-americano para alcançar em Copenhaga um acordo abrangente e vinculativo a nível mundial. Instamos os Estados Unidos a estabelecer metas comparáveis às estabelecidas pela UE. Os Estados Unidos e a União Europeia devem estar preparados para apoiar, conjuntamente, medidas de política climática, designadamente a redução das emissões, a adaptação, o financiamento e outros apoios destinados aos países em desenvolvimento.

Outra questão importante é, naturalmente, a crise financeira e económica. Será necessária uma cooperação muito estreita para dar seguimento aos acordos que alcançámos na cimeira do G20 e para restabelecer a confiança nos mercados financeiros. Trabalharemos conjuntamente para concluir a Ronda de Doha com um resultado positivo em 2010, na medida em que isso se reveste da máxima relevância para os esforços em prol da recuperação e do combate ao proteccionismo.

Debateremos ainda, evidentemente, uma série de questões regionais, designadamente o Afeganistão, o Paquistão, o Irão, o Médio Oriente, a Rússia e os Balcãs Ocidentais. Mantemos uma cooperação regular e cada vez mais estreita relativamente à gestão da crise, que teve eco, por exemplo, na participação norte-americana numa missão civil no âmbito da PSDC, a missão Eulex no Kosovo.

A cooperação também incide sobre as questões energéticas, cooperação que deve ser agora reforçada, e esperamos conseguir criar um Conselho da Energia UE-EUA a nível ministerial.

As duas partes têm interesse em aprofundar a cooperação sobre questões internas e jurídicas. Voltarei a este tema daqui a pouco, porque creio que os debates foram agrupados.

No que diz respeito à não proliferação de armas e ao desarmamento, a cooperação entre a UE e a Administração norte-americana ganhou um novo ímpeto, e Barack Obama atribui prioridade a esta questão. Esperamos que isto tenha reflexo numa nova declaração conjunta sobre a não proliferação e o desarmamento na cimeira de Novembro.

Os dois lados do Atlântico estão interessados em reforçar a nossa cooperação em matéria de desenvolvimento. A União Europeia e os Estados Unidos são, obviamente, responsáveis pela maior fatia da ajuda ao desenvolvimento a nível mundial. A próxima cimeira constitui, por conseguinte, uma excelente oportunidade para debater este tema e outras questões relevantes ao mais alto nível. A Presidência sueca congratula-se por ter a oportunidade de representar a UE.

Gostaria de me debruçar brevemente sobre a parceria económica e o Conselho Económico Transatlântico (TEC). Faculta-nos um mecanismo ao mais alto nível possível para agilizar as negociações em curso e estabelecer novos domínios de cooperação em matéria de regulamentação. Devemos elaborar um programa de trabalho para o TEC que possa ser estabelecido no próximo ano, o que nos propiciará um fórum para a cooperação, que permita a abordagem de questões relativas à globalização e às rápidas mudanças técnicas. Até agora, tem-se revelado um fórum importante mas poderia, como é óbvio, melhorar, nomeadamente em relação às questões de uma estratégia mais ampla relativamente à economia transatlântica e aos repto económicos comuns. O Conselho Económico Transatlântico é ainda mais importante hoje à luz da crise financeira.

Permitam-me que passe agora a referir-me à cooperação judicial e policial. Há já algum tempo que mantemos uma cooperação com os Estados Unidos neste domínio, que se traduz numa série de acordos sobre extradição e assistência jurídica mútua, que entrarão em vigor dentro de alguns meses. Debateremos esta questão com frequência com o Parlamento Europeu, que sei que é um parceiro activo e comprometido em relação a estas questões – também muitas vezes um parceiro crítico, o que é positivo. A este respeito, necessito apenas de recordar o Parlamento do debate sobre o registo dos nomes dos passageiros, por exemplo. Com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, a influência e a participação do Parlamento Europeu nestas questões ver-se-ão reforçadas.

Estamos presentemente a trabalhar naquilo que se designa por Declaração de Washington, que descreverá a situação em relação às questões da política judicial e interna e à cooperação neste domínio entre a UE e os Estados Unidos. Esta declaração deve ser significativa e deve traduzir-se posteriormente em medidas concretas. Não precisamos de retórica, mas de uma cooperação concreta e activa.

Temos, evidentemente, de estabelecer os nossos valores comuns, designadamente a democracia e o Estado de direito, paralelamente ao respeito dos direitos humanos e das liberdades fundamentais. Estamos, naturalmente, interessados em cooperar em todos os domínios que constituem uma ameaça a esses valores comuns.

Preconizamos a consulta numa fase precoce entre as duas partes sempre que se verificarem incidentes políticos que possam afectar a outra parte. Insistimos em que as nossas ambições comuns sejam levadas aos foros internacionais para que as obrigações multilaterais tenham expressão na prática.

Cooperamos a fim de reforçar a segurança dos documentos de viagem e prosseguimos a introdução de passaportes com dados biométricos como norma internacional. Um exemplo importante é o acordo sobre os dados dos passageiros do transporte aéreo. Asseguraremos, em conjunto, que o acordo seja implementado, protegendo-se, simultaneamente, a privacidade dos indivíduos e respeitando-se os sistemas dos diferentes países.

A lista de domínios de cooperação é longa. Permitam-me que enumere apenas alguns: tráfico de pessoas, exploração sexual de menores, comércio de estupefacientes, criminalidade económica, criminalidade informática, corrupção, confisco de apoios e de proveitos provenientes da criminalidade, e luta contra o terrorismo. Tudo isto requer esforços conjuntos e, até certo ponto, coordenados.

Temos trabalhado no sentido de melhorar a cooperação em matéria judicial com vista a detectar, investigar e perseguir criminosos e terroristas que actuam a nível transfronteiriço. Aguardamos com interesse a entrada em vigor do acordo alcançado entre a UE e os Estados Unidos sobre extradição e assistência jurídica mútua, prevista para o início do próximo ano.

O acordo foi agora transposto para os 27 Estados-Membros da União Europeia e foi criado um grupo de trabalho conjunto entre a UE e os Estados Unidos para assegurar a implementação do acordo. Está prevista a realização de seminários para aproximar mais os actores implicados e para os ajudar a acompanhar a implementação.

Por último, gostaria de referir mais três pontos. O primeiro diz respeito à protecção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais. É um ponto deveras importante. A luta contra a criminalidade e o terrorismo transfronteiriços exigem frequentemente o intercâmbio de dados pessoais que, até certo ponto, nos obriga a fazer algumas concessões relativamente às liberdades e aos direitos fundamentais, o que deve ser compensado com uma protecção fundamental e rigorosa dos dados pessoais. A cooperação e o diálogo neste domínio são permanentes e deveriam ser intensificados.

O segundo ponto que queria suscitar está relacionado com infra-estruturas importantes. As duas partes devem cooperar relativamente aos danos eventualmente causados a infra-estruturas relevantes no caso de uma catástrofe natural ou de um atentado terrorista ou de ataques contra os nossos sistemas de informação, que poderiam ter consequências devastadoras. Existe um vastíssimo âmbito de cooperação neste domínio.

Em terceiro lugar, a UE e os Estados Unidos comprometeram-se a trabalhar com base nos princípios da liberdade, da democracia e da justiça. Estamos determinados a promover estes princípios em todo o mundo. Fazemo-lo sempre que trabalhamos em conjunto e quando trabalhamos em foros internacionais, como as Nações Unidas.

A cooperação entre agentes de ligação e delegações revelou-se frutífera, por exemplo, nos Balcãs Ocidentais e no Afeganistão e no Paquistão. Esta cooperação deve ser melhorada. As várias medidas no âmbito desta cooperação podem ser complementares entre si. É igualmente necessário que coordenemos melhor a nossa assistência técnica. Prosseguiremos a nossa cooperação enquanto dadores, a cooperação no domínio da ajuda e a cooperação operacional relativamente à América Latina e à África Ocidental, para contribuir para o combate ao tráfico de estupefacientes e para fazer frente a outros desafios.

Congratulo-me por a Administração norte-americana estar a demonstrar um enorme interesse pela cooperação com a União Europeia. É do nosso interesse aproveitar esta oportunidade de trabalhar em conjunto com vista a salvaguardar os nossos valores e os nossos interesses através de um diálogo construtivo, uma cooperação que se espera venha a traduzir-se em resultados concretos no futuro.

**Benita Ferrero-Waldner, Membro da Comissão.** – (EN) Senhor Presidente, nos meus comentários, abordarei a próxima Cimeira UE-EUA, que constituirá um marco importante na nossa parceria transatlântica, assim como determinados aspectos das relações UE-EUA, em particular, no que se refere às negociações em curso em matéria de alterações climáticas e a aspectos cruciais em matéria de GLS.



A mudança verificada na Administração Americana em Janeiro teve um impacto muito significativo nas relações UE-EUA, tendo a nossa parceria arrancado de forma positiva. Diria que insuflámos novo fôlego nas nossas relações, e estou convicta de que o Tratado de Lisboa, uma vez em vigor, contribuirá igualmente para um maior reforço destas relações cruciais, conferindo à União Europeia uma identidade ainda mais forte em matéria de política externa. É também isso que os nossos amigos de Washington esperam.

Mas é preciso que sejamos claros. A nossa aspiração a uma verdadeira parceira entre iguais com os Estados Unidos significa igualmente que os Europeus terão de mostrar disponibilidade para estar à altura da situação. Diria que se trata de um ímpeto duplo, a nível interno e externo, que torna a cimeira de Washington tão importante.

A primeira Cimeira formal com o Presidente Barack Obama teve lugar após a nossa reunião informal, em Praga, na Primavera. Neste momento os preparativos para a Cimeira de Washington prosseguem a todo o vapor. Estamos a trabalhar com a parte americana com vista à obtenção de resultados tangíveis em domínios prioritários. É provável que os dois principais temas a merecer a atenção da Cimeira sejam a economia global e as alterações climáticas, para além de uma série de desafios que se colocam em termos de política externa.

Quanto à economia, em Washington, a atenção centrar-se-á nos esforços conjuntos para combater a crise financeira e económica e garantir uma recuperação económica mundial sustentável, a fim de assegurar o emprego e criar novos postos de trabalho. Avançaremos em questões ligadas à governação da economia global, nomeadamente, no que se refere à regulação financeira e a um seguimento atempado da Cimeira do G20 de Pittsburgh. A Comissão salientará igualmente o nosso interesse comum em contrariar as tendências proteccionistas, e exortaremos os EUA a renovarem os seus esforços para conduzir a Ronda de negociações de Doha a bom porto.

Em segundo lugar, no que se refere às alterações climáticas, nós, União Europeia, encorajaremos os EUA a participarem na Conferência de Copenhaga com objectivos ambiciosos a fim de possibilitar um acordo mundial sólido, e exerceremos igualmente pressão sobre os EUA no sentido de que façam progressos na criação de um sistema transatlântico de limitação e comércio de emissões.

Em terceiro lugar, no que se refere à política externa, discutiremos também, como é óbvio, com os EUA a forma de dar resposta aos urgentes desafios em matéria de política externa. A este respeito, centrar-nos-emos em definir uma cooperação mais robusta e mais estreita no que respeita ao processo de paz no Médio Oriente, aos desafios suscitados pelas ambições nucleares do Irão e às possibilidades de assegurar a renovação do Plano Compacto para o Afeganistão, que está na base dos nossos esforços concertados nesse país. Mantereí, separadamente, uma reunião sobre política externa com a Secretária de Estado, Hilary Clinton, e o Ministro dos Negócios Estrangeiros sueco, Carl Bildt, a fim de debater estas questões de forma aprofundada.

Para além disso, espero que a Cimeira adopte igualmente uma declaração em matéria de não proliferação e de desarmamento, reforçando a cooperação UE-EUA em muitos dos domínios identificados pelo Presidente Barack Obama nos seus discursos de Praga e Nova Iorque. Esta iniciativa, que em si mesma possui importância estratégica, é indicativa da renovação do compromisso dos EUA para com um multilateralismo efectivo, que a União Europeia tenciona apoiar e consolidar.

Por último, mas não menos importante, outro resultado substancial da Cimeira será a criação de um novo Conselho da Energia UE-EUA, que terá a sua reunião inaugural em 4 de Novembro. Do lado da UE, o Conselho será composto por mim própria, pelos meus colegas, os Senhores Comissários Piebalgs e Potočník, e pela Presidência, e, do lado dos EUA, pela Secretária de Estado Hilary Clinton e pelo Secretário Americano da Energia, Steven Chu. Este Conselho analisará a segurança energética mundial, os mercados da energia e a regulamentação dos produtos, as novas tecnologias e a investigação. Em suma, trará valor acrescentado num domínio político de óbvia importância.

Existe igualmente um novo Conselho Económico Transatlântico (TEC). Este será complementar do Conselho da Energia, que beneficiará também ele de novo fôlego. O CET reúne em Washington na próxima terça-feira – por isso, ainda antes do Conselho da Energia –, e o seu resultado será obviamente também um contributo para as conversações na Cimeira.

Uma das áreas promissora da nossa cooperação transatlântica é o que apelidamos de cooperação a montante. Debateremos as abordagens políticas numa face precoce, para que possamos evitar regulamentação divergente mais adiante. Escusado será dizer que precisamos mais do que nunca desse tipo de cooperação. A necessidade de uma resposta coerente à crise financeira é o melhor exemplo disso. Estudaremos igualmente a possibilidade

de intensificarmos este fórum de cooperação no campo da informação sobre nanomateriais na área dos cuidados de saúde.

Com base numa iniciativa dos EUA, tencionamos igualmente lançar uma cooperação mais estreita no campo da inovação. Ambas as partes reconhecem ser essencial o reforço do potencial inovador das nossas respectivas indústrias e mão-de-obra para a criação de emprego e para o crescimento e, por conseguinte, para o êxito da saída da crise. A Comissão reiterará também, evidentemente, as preocupações europeias quanto a algumas questões fundamentais como a garantia do comércio, as potenciais distorções da concorrência devido aos auxílios estatais e a política de contratação pública dos EUA.

Por último, nós, Comissão, sempre contámos, desde o início, com o forte apoio do Parlamento Europeu ao processo do TEC, apoio que agradecemos. Por conseguinte, fiquem certos de que apoiaremos com vigor as iniciativas das delegações do Parlamento Europeu para as relações com os EUA, no sentido de aumentar a participação parlamentar em questões relacionadas com o CET em ambos os lados do Atlântico.

Gostaríamos de consolidar o papel do CET como fórum bilateral para abordar, quer as matérias quotidianas, quer as questões estratégicas relacionadas com o comércio e o investimento transatlânticos. E, o que é importante, o CET terá lançado uma ponte com o Diálogo Transatlântico entre Legisladores, bem como com as partes interessadas da sociedade civil, por isso, precisamos claramente dos conhecimentos e do ímpeto político dos legisladores para projectar todo o potencial do mercado transatlântico.

A minha colega já referiu que as questões GLS serão igualmente importantes. Realizar-se-á uma reunião da Troika sobre essas matérias, em 27 e 28 de Outubro, em Washington, no quadro na nossa cooperação no domínio da justiça, liberdade e segurança. O Vice-Presidente Jacques Barrot representará a Comissão. Estamos na fase final de elaboração de uma declaração que visará renovar a nossa parceria transatlântica nestes domínios. Na reunião de Washington, haverá a oportunidade para proceder formalmente à troca de instrumentos de ratificação dos acordos de extradição e de assistência judiciária mútua para que possam entrar em vigor no início de 2010. Estes acordos reforçarão os nossos esforços na luta contra a criminalidade no mundo globalizado.

Quanto a um outro assunto fundamental, que é caro aos nossos cidadãos, temos certamente de fazer mais progressos, como foi aqui referido. Reiteraremos o apelo à isenção de vistos de viagem para os EUA para todos os cidadãos da UE; manifestaremos a nossa preocupação relativamente à perspectiva de uma taxa para o Sistema Electrónico para Autorização de Viagem (ESTA) como uma verdadeira taxa sobre o turismo; e voltaremos a lembrar aos EUA a necessidade de abolir as restrições aos viajantes afectados com VIH/SIDA ao abrigo do programa de isenção de vistos, como referiram.

Finalmente, a delegação da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos deslocar-se-á a Washington na mesma altura em que terá lugar a reunião ministerial, por isso confiamos que poderão, também, veicular as mesmas mensagens. O Vice-Presidente Jacques Barrot está igualmente pronto para se encontrar com a Delegação da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos durante a sua estada em Washington.

#### **PRESIDÊNCIA: WALLIS**

*Vice-presidente*

**Elmar Brok**, em nome do Grupo PPE. – (DE) Senhora Presidente, Senhora Comissária, Senhora Presidente em exercício, acabo de constatar que a integração da perspectiva do género se impôs nesta Assembleia. Devemos estar conscientes de que a questão do Conselho Económico Transatlântico (CET) é muito importante e que o organismo que foi criado há alguns anos necessita de uma nova força motora, pois encontramos-nos num período de transição, com uma nova Administração nos EUA e, em breve, uma nova Comissão Europeia. Espero que a reunião da próxima terça-feira assegure que o CET prossiga o seu rumo e esteja imbuída do espírito adequado.

Um mercado transatlântico sem barreiras comerciais traduzir-se-ia num crescimento económico de 3,5% nos EUA e na Europa e de 1,5% a nível mundial. No contexto da actual crise económica, esta questão está estreitamente relacionada com os postos de trabalho. Por esta razão, devemos aproveitar esta oportunidade e explicar, em declarações públicas, que levamos esta iniciativa a sério. Senhora Comissária Ferrero-Waldner, devemos também assegurar que a política de segurança no domínio da energia seja conduzida pelo novo conselho de segurança energética e que as questões de regulamentação sejam tratadas no âmbito do CET. É

importante que estes dois domínios não sejam misturados, a fim de evitar duplicações e assegurar que tenhamos finalmente uma solução.

Isto envolve, em particular, a questão dos legisladores. Não será possível eliminar as barreiras sem a participação do Parlamento Europeu e do Congresso dos EUA, pois 80% dos regulamentos estão consagrados na lei. Razão por que a Administração não poderá fazê-lo por si só.

Permitam-me uma última observação a respeito da cimeira: as alterações climáticas, o Afeganistão, a não proliferação de armas nucleares, as armas de destruição maciça e o desarmamento são questões importantes que oferecem agora novas oportunidades com a nova Administração. Quero desejar-lhes pleno êxito nos esforços para que (todas estas questões sejam incluídas, e espero que o novo vencedor do Prémio Nobel, em colaboração com a União Europeia, obtenha um grande sucesso para todos nós nestes domínios.

**Hannes Swoboda**, em nome do Grupo S&D. – (DE) Senhora Presidente, Senhora Presidente em exercício do Conselho, Senhora Comissária, já se mencionou o facto de Barack Obama e a nova maioria no Congresso nos oferecerem uma importante oportunidade para intensificarmos a nossa cooperação, nomeadamente no que respeita ao mercado comum transatlântico. Este, porém, não deve ser um mercado comum da desregulamentação, mas um mercado comum assente nos alicerces ou nos princípios de uma economia social de mercado, com uma regulamentação sensata e apropriada sempre que esta seja necessária.

O senhor deputado Brok tem toda a razão quando diz que isto deve, evidentemente, ter uma base legislativa, independentemente de estarmos a falar da regulamentação dos mercados financeiros ou da regulamentação ambiental e energética. Adotar uma abordagem comum neste domínio seria um contributo importante para a configuração das relações globais.

Um domínio que já foi abordado e que pudemos discutir esta manhã é a questão crucial da política climática. Muitos de nós estaremos em Washington nos próximos dias, onde teremos ocasião de debater com os nossos colegas do Congresso. Embora a legislação em matéria de política climática ainda não tenha sido aprovada, os representantes do Governo norte-americano estão autorizados, pelo menos em certa medida, a estabelecer compromissos vinculativos, mesmo que os detalhes só possam ser ultimados depois de concluído o processo legislativo norte-americano.

É essencial que Copenhaga seja um êxito. Não é o fim de um processo, mas é um passo importante no processo de concretização de uma política climática comum. Todos nós devemos velar por que Copenhaga seja um êxito; e só poderá ser um êxito se tivermos objectivos vinculativos em matéria de política climática.

Finalmente – e isto também já foi mencionado –, independentemente de toda a nossa amizade e afeição mútua e independentemente das nossas boas relações, há determinadas coisas que não podemos aceitar. Incluem-se aqui, nomeadamente, as repetidas medidas proteccionistas, por exemplo, no mercado dos equipamentos de defesa, a discriminatória política de vistos em relação a alguns Estados-Membros e as já referidas taxas sobre os vistos exigidas pelos EUA. É importante que falemos com os EUA numa posição de igualdade. É importante estabelecermos uma parceria, mas é importante também que digamos o que não podemos aceitar e que, neste caso, é uma política que discrimina os Europeus.

**Sarah Ludford**, em nome do Grupo ALDE. – (EN) Senhora Presidente, congratulo-me vivamente, em nome do Grupo ALDE, com o facto de esta resolução exortar a uma parceria estratégica reforçada entre a UE e os EUA como pedra angular da política externa da UE. A resolução salienta igualmente, com pertinência, o papel de um mercado transatlântico integrado até 2015. É preciso que não permitamos que os pormenores de uma miríade de discordâncias relativamente a questões específicas obscureçam o panorama mais vasto que é um extraordinário interesse em valores e objectivos comuns e a acção em prol da democracia e dos direitos humanos, da resolução de conflitos e da protecção contra as ameaças à segurança, entre outros aspectos.

Do ponto de vista económico, o Grupo ALDE tem vindo a salientar a necessidade de se evitar uma arbitragem regulamentar no sector financeiro e de se abordar questões como as relacionadas com as chamadas instituições "demasiado grandes para falirem". Apresentámos uma alteração ao n.º 39, uma vez que, tanto quanto me posso aperceber, simplesmente, não existiu qualquer acordo entre os líderes do G20 com vista a uma taxa sobre as transacções financeiras, ou numa taxa Tobin, pelo que é absurdo que nos congratulemos com esse acordo, ainda que, erroneamente, já o tenhamos feito na resolução sobre o G20.

O Grupo ALDE insta à supressão do n.º 38, que parece pugnar pela abolição dos direitos de propriedade intelectual. Mas, como a Senhora Ministra Cecilia Malmström explicou, uma grande parte das relações

transatlânticas dizem respeito a assuntos de justiça e de segurança. O Grupo ALDE apoia totalmente uma estreita cooperação neste domínio, contudo, é preciso que esta respeite os direitos fundamentais, incluindo o direito à privacidade, e se desenvolva no âmbito de um quadro democrático e transparente. A esse respeito, é lamentável que os deputados desta Assembleia não tenham sido consultados sobre a declaração comum a aprovar na próxima semana – especialmente porque, com o Tratado de Lisboa, praticamente todas estas questões são abrangidas pela co-decisão.

Não se compreende por que razão a Comissão e o Conselho estão a promover um novo acordo sobre o acesso aos dados financeiros SWIFT dos cidadãos da UE quando o Acordo UE-EUA sobre auxílio judiciário mútuo permite pedidos específicos. Gostaria de obter uma resposta a este respeito.

Por último, é lamentável que o novo contexto da cooperação em matéria de justiça e extradição permita, ainda assim, a extradição totalmente injustificada do Reino Unido de Gary McKinnon, um *hacker* informático que padece da síndrome de Asperger, em vez de se permitir que seja julgado no Reino Unido.

Por fim, apoio totalmente as afirmações da Senhora Comissária Ferrero-Waldner relativamente à isenção de vistos para a totalidade dos cidadãos da UE, e somos extremamente críticos de uma taxa sobre os vistos para efeitos do sistema electrónico de autorização de viagem (ESTA).

**Pascal Canfin**, em nome do grupo Verts/ALE. - (FR) Senhora Presidente, a Senhora Presidente em exercício Malmström afirmou na sua intervenção que eram necessários actos e não só palavras bonitas. Posso dizer-lhes que o Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia vai acompanhar com muita atenção os resultados desta cimeira Estados Unidos/União Europeia, que tem lugar num momento chave deste caminho que nos conduz, por um lado, à cimeira de Copenhaga e, por outro, à reforma do sistema financeiro internacional.

Quanto a este último ponto, estamos num momento em que o casino voltou a abrir, em que os lucros bancários estão de novo a atingir níveis históricos - 437 mil milhões de lucro dos bancos americanos -, e a nossa análise é a de que a vontade política é menor do que há seis meses. Assim, esperamos muito desta cimeira, que poderá mostrar que, tanto do lado americano como do lado europeu, a vontade política para regular o capitalismo, para regular as instituições financeiras, continua presente.

Para isso, queremos propor que se avance em dois pontos importantes. O primeiro é o da luta contra os paraísos fiscais, que não foi mencionado nas vossas intervenções. O Tesouro americano reconhece que os paraísos fiscais fazem perder 100 mil milhões de dólares por ano de receitas fiscais. Assim, queremos insistir nesse ponto, dizer-lhes que é importante que, nesta cimeira, se desenvolva um trabalho comum entre os Estados Unidos e a Europa na matéria.

O segundo elemento, que acaba de ser referido há instantes, é o da taxa sobre as transacções financeiras. O Senhor Presidente Barroso, quando era candidato à presidência para a sua reeleição, afirmou explicitamente que era favorável a uma taxa desse tipo. Há quinze dias, pela primeira vez, o Parlamento Europeu votou maioritariamente a favor de uma taxa sobre as transacções financeiras, desde que elas se inscrevam num quadro internacional. O Grupo dos Verdes solicita portanto que esta questão seja inscrita na ordem do dia da cimeira Estados Unidos / União Europeia do início de Novembro.

Último ponto, sobre o clima: temos a responsabilidade de retirar um pico do pé do Presidente Obama. O Presidente Obama pretende agir, mas está preso pela sua maioria. O melhor serviço que a União lhe pode prestar é o de assumir, no final de Outubro, o compromisso de investir até 30 mil milhões de euros o financiamento das despesas de adaptação do Sul e o de se comprometer a uma redução de 30% das suas próprias emissões; poderemos então avançar nas negociações. Eis a nossa responsabilidade. Devemos assumi-la antes desta cimeira.

**Tomasz Piotr Poręba**, em nome do Grupo ECR. - (PL) Senhora Presidente, o aprofundamento das relações entre os Estados Unidos e a União Europeia deve ser a grande base da política externa da UE. Afinal, os Estados Unidos são de há anos a esta parte o nosso maior aliado. Hoje, estamos confrontados com muitos desafios, a que temos de dar resposta juntos, em conjugação de esforços com Washington. Na área da segurança, temos os problemas da atitude do Irão e do agravamento da situação no Afeganistão. Um pouco mais próximo das nossas fronteiras, temos a Rússia, que está a tornar-se um vizinho cada vez mais imprevisível e autoritário, com o Kremlin a exercer uma pressão neo-imperialista sobre os países limítrofes.

Para defendermos e honrarmos os valores que são comuns à América e à Europa, temos de falar a uma só voz sempre que estejam em causa violações dos direitos humanos e ameaças às liberdades fundamentais dos cidadãos. Temos de nos manter unidos na defesa da nossa segurança. Não podemos esquecer que a

Organização do Tratado do Atlântico Norte é a pedra-base das nossas relações transatlânticas. É por isso que o espaço de segurança, liberdade e democracia deve ser alargado aos países europeus que podem contribuir para o reforço da segurança euro-atlântica. É essencial que a consolidação activa dos laços com os Estados Unidos seja uma prioridade para a União Europeia.

**Jean-Luc Mélenchon**, em nome do grupo GUE/NGL. – (FR) Senhora Presidente, Senhora Comissária, Senhora Ministra, na actual tormenta económica, o novo Parlamento eleito tem direito a uma informação actualizada, tão precisa quanto possível, sobre a construção do projecto do grande mercado transatlântico e sobre os objectivos de desregulação que inclui nos domínios económico e financeiro, contrariamente ao sonho formulado por alguns dos nossos colegas.

O horizonte para a criação desse grande mercado desregulado é de 2010 ou de 2015? Já está confirmado? Pela minha parte, penso que seria extremamente prejudicial para a Europa, dado o estado lamentável dos elementos fundamentais da economia dos EUA e a sua recusa em pôr ordem na esfera financeira, para além das razões de princípio que me levam a opor-me à ideia de essa parceria constituir, como muitos de vós repetiram, a pedra angular da política da União Europeia.

Esta constatação leva-me também a perguntar que disposições vão ser tomadas face ao afundamento do dólar e ao risco que faz correr à Europa, como ao resto do mundo. Porque é que eliminámos, sem uma análise séria, a proposta de moeda comum mundial formulada pela China, em benefício da estabilidade da economia mundial?

Quero alertar contra um atlantismo ultrapassado, que acaba por constituir um seguidismo arcaico, neste momento da vida mundial em que precisamos, mais do que nunca, de afirmar uma existência independente das vontades dos Estados Unidos da América.

**Krisztina Morvai (NI)**. – (EN) Senhora Presidente, no que se refere ao combate conjunto contra o terrorismo, na qualidade de advogada especializada em direito penal e em direitos humanos, permitam-me uma sugestão. Penso que seria de extrema importância e utilidade que se reunisse um grupo de especialistas, académicos, advogados no activo e outros, que permitisse retirar lições de experiências, frequentemente muito penosas, da era pós 11 de Setembro, era em que os direitos humanos foram suspensos em nome da luta contra o terrorismo.

Sou oriunda de um país onde, nos últimos três anos, o Governo tem vindo a suspender a aplicação dos direitos humanos e a enviar pessoas para as prisões sem qualquer fundamento. Age, nos dias de hoje, em nome da luta contra o terrorismo. É provável que estejam detidos nas nossas prisões 16 presos políticos, acusados de terrorismo, sem que tenha sido produzida qualquer prova. Direitos humanos, habeas corpus, direito a defesa, direitos dos detidos, todos eles suspensos: sei bem do que falo. É preciso que usemos de grande cautela ao falar de luta contra o terrorismo, e é imperioso que o façamos de uma forma muito profissional e criteriosa.

**Francisco José Millán Mon (PPE)**. – (ES) Senhora Presidente, a relação com os Estados Unidos constitui a associação estratégica mais importante da União Europeia.

Os Estados Unidos ocupam uma posição-chave no mundo e a União Europeia está a tornar-se, cada vez mais, um actor global. Podemos e devemos fazer muitas coisas juntos. Em primeiro lugar, devemos assumir um papel de liderança na criação de um novo mundo global, caracterizado por novos desafios e pela emergência de novos actores.

Precisamos de reforçar mais a nossa relação e criar novos mecanismos institucionais. Este é o momento certo para o fazer. Temos um governo em Washington que aposta no multilateralismo, uma União Europeia reforçada pelo Tratado de Lisboa e estamos a testemunhar o surgimento de um novo mundo que queremos modelar em conjunto.

A resolução que amanhã aprovaremos apoia concretamente o reforço dos mecanismos institucionais, algo que o Parlamento reivindicou na sua resolução de 26 de Março.

A decisão de criar o Conselho Económico Transatlântico, há dois anos, foi a decisão correcta. No entanto, no mundo de hoje, também é necessária uma excelente coordenação em termos de política e de segurança. São necessárias reuniões regulares entre os responsáveis pela política externa e pela segurança. Daí o apoio desta Casa, deste Parlamento, à criação de um Conselho Político Transatlântico que, no futuro, deverá incluir o conselho da energia que V. Exas. pretendem criar na próxima cimeira.

O Parlamento quer também duas cimeiras anuais. Se temos duas cimeiras com a Rússia, por que não com os Estados Unidos? Senhoras e Senhores Deputados, fala-se cada vez mais da possível criação de um G2 entre os Estados Unidos e a China, ou seja, de uma relação privilegiada entre os principais actores globais. Preocupa-me que nós, Europeus, possamos enfraquecer o nosso papel como interlocutores e comprometer a nossa relação privilegiada com os Estados Unidos. Devemos explicar aos Estados Unidos que, em matéria de política externa, a União sai reforçada com o Tratado.

A União Europeia, ou a Europa de hoje, já não é um problema como o foi durante décadas. Hoje, neste mundo complexo, a Europa deve ser parte da solução, e espero que seja esta a forma como os Estados Unidos vêem a situação. Para tal, é necessário também, como salientou a Senhora Comissária, que nós, Europeus, actuemos em consonância com o papel global que desejamos ter e que estejamos à altura da relação privilegiada a que aspiramos com os Estados Unidos.

Em resumo, um assunto essencial da próxima cimeira deveria ser, em minha opinião, o reforço das relações transatlânticas, também no plano institucional.

**Ioan Mircea Paşcu (S&D).** – (EN) Senhora Presidente, as relações transatlânticas que são essenciais para a UE e os EUA tem sido seriamente postas à prova nos últimos anos. Hoje, com uma nova Administração na Casa Branca, que está a redefinir as suas prioridades, e com o regresso de França às estruturas militares da NATO, a perspectiva é mais positiva. Pessoalmente, considero ser agora tempo de se proceder a uma avaliação substantiva das relações transatlânticas para lhes conferir a base sólida que merecem para fazer face aos actuais desafios comuns levantados pelo ambiente internacional – energia, alterações climática, novas potências emergentes, crise financeira e económica e terrorismo.

Desta feita, deveremos ir para além das diferenças políticas superficiais e avaliar os nossos interesses profundos que, até agora, pura e simplesmente, têm sido dados por adquiridos. A verdade é que, sem uma avaliação conjunta aprofundada, nós, no Ocidente, poderemos perder a iniciativa para outros centros de poder, que não hesitarão em moldar o mundo de acordo com os seus interesses próprios – não com os nossos.

A segurança na Europa, por exemplo, é um dos interesses comuns e, por conseguinte, situa-se no cerne das relações transatlânticas. Ainda que, neste momento, a Guerra no continente não seja uma séria hipótese, o culminar de algumas tendências negativas poderá trazer de volta essa possibilidade, caso não forneçamos uma resposta adequada. O progresso não é irreversível, como todos bem sabemos na Europa Central. Razão pela qual, antes de ponderar uma proposta para reavaliar a actual arquitectura de segurança do continente, deveremos tentar encontrar respostas definitivas quanto à continuação do envolvimento dos EUA, ao futuro da NATO e ao papel que se espera da UE após a entrada em vigor do Tratado de Lisboa.

Se a Europa quiser concretizar a sua ambição de ser um verdadeiro actor na política mundial, deverá eliminar essas diferenças entre os seus membros, tentando motivá-los de forma igualitária em torno de verdadeiros interesses económicos comuns.

**Reinhard Bütikofer (Verts/ALE).** – (DE) Senhora Presidente, Senhora Ministra, Senhora Comissária, a quarta reunião do Conselho Económico Transatlântico constitui a oportunidade ideal para que este fórum vire uma nova página. O CET tem de ser mais ambicioso. Ambas as partes do diálogo transatlântico concordam que a superação da crise económica e a luta contra as alterações climáticas são as nossas principais prioridades. Importa agora chegar a um acordo sobre uma agenda concreta para o CET que reflecta estas prioridades.

A colaboração em inovações para o desenvolvimento de economias com um baixo nível de emissões de carbono e de sociedades assentes na eficiência energética reveste-se de particular importância. Além disso, é igualmente importante envolver mais fortemente várias partes interessadas, como, por exemplo, o Diálogo Transatlântico dos Consumidores, um fórum constituído por 80 organizações de consumidores. Estas organizações poderiam ajudar a fazer da protecção dos consumidores um tema central no diálogo sobre a regulamentação dos mercados financeiros. O objectivo da criação de um mercado transatlântico comum até 2015 poderá ser demasiado ambicioso, mas deve ser avaliado com base no facto de que irá melhorar a vida das pessoas nos dois lados do Atlântico. Daí o apoio dos Verdes a um *new deal* transatlântico.

**James Elles (ECR).** – (EN) Senhora Presidente, concordo com os oradores que afirmaram que com a nova Administração americana dispomos uma verdadeira oportunidade.

Passo rapidamente a abordar três questões. Em primeiro lugar, parece que evoluímos para uma situação em que são numerosos os temas em discussão entre a UE e dos EUA, mas em que não existe um diálogo estratégico, e no entanto dizem-me, em Washington, que os EUA e a China mantêm entre si um diálogo muito mais

estratégico do que o que existe entre ambas as margens do Atlântico. Não será tempo de afirmarmos, nesta Cimeira, que queremos um diálogo estratégico para uma parceria estratégica?

Em segundo lugar, quanto à questão do protecçãoismo no CET, é bastante evidente que o maior perigo, nos próximos meses, reside em fechar os mercados e não em abrir, e no entanto o mercado transatlântico constitui, como o afirmou o senhor deputado Brok, a maior oportunidade de que dispomos para gerar crescimento em ambos os lados do Atlântico.

Não será este o momento de transformar o mercado transatlântico numa parte fundamental do desenvolvimento do comércio, em vez de o olhar meramente como uma questão de regulamentação? Trata-se, na verdade, de um dos maiores elementos de abertura.

Por último, é lamentável que não disponhamos de qualquer estudo ou roteiro, como prometido pelo Senhor Comissário Verheugen. O estudo foi pago pelo Parlamento. Se quiserem que o Parlamento coopere, pronunciando-se sobre a forma como deveremos abrir os mercados, então, por favor, publiquem esse relatório, como se refere na Resolução, até 15 de Novembro.

**Daniel Caspary (PPE).** – (DE) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, se reconhecemos que a União Europeia precisa de parceiros, como todos os oradores precedentes também referiram, isso torna-se particularmente evidente no domínio da economia. O mercado transatlântico produz um volume comercial de cerca de 2 mil milhões de euros por dia, o que, além de tornar evidente a importância da Organização Mundial do Comércio (OMC), também deixa clara a importância dos acordos de comércio livre e, sobretudo, a necessidade de nos concentrarmos mais na parceria transatlântica.

Preocupa-me, por vezes, o que se passa do outro lado do Atlântico quando olho para o novo Presidente. Encontrará tempo para receber o prémio Nobel em Oslo, mas muitos Chefes de Estado e de Governo tiveram dificuldade em marcar uma reunião com ele à margem da Cimeira do G20. Teve tempo, em Copenhaga, para apoiar a candidatura da sua cidade natal aos Jogos Olímpicos, mas infelizmente não teve tempo para se juntar a nós numa importante festa europeia, ou seja, a comemoração do 20.º aniversário da queda do Muro de Berlim e da Cortina de Ferro. Ficaria satisfeito se conseguíssemos convencê-lo de que não deve esperar alguns dias antes de decidir se a reunião do CET deve ter lugar, devendo sim apoiar o CET com total convicção nos próximos anos.

Precisamos de uma facilitação do comércio entre a Europa e os EUA. Precisamos de melhorias no domínio da normalização conjunta. Precisamos da supressão de direitos aduaneiros e de barreiras não pautais ao comércio. Temos de evitar a adopção de mais medidas proteccionistas por ambas as partes. Temos de garantir a segurança dos produtos para os nossos consumidores. E temos de evitar que as medidas antiterrorismo – como actualmente se discute – comprometam todos estes esforços. Por estas razões, ficaria muito satisfeito se conseguíssemos fazer progressos reais na nossa cooperação, pois muitas das questões que nos preocupam noutras regiões do mundo, como o dumping salarial, social e ambiental, não constituem problemas no âmbito das relações transatlânticas.

Penso que devemos aproveitar a oportunidade, por um lado, para trabalharmos em conjunto com os Americanos na resolução dos nossos problemas comuns e, por outro lado, para procurarmos desempenhar um papel comum em todo o mundo, fazendo progressos no âmbito da OMC ou de outras organizações internacionais, como a Organização Internacional do Trabalho. Espero bons resultados nesta matéria na próxima semana.

**Véronique De Keyser (S&D).** – (FR) Senhora Presidente, a eleição do Presidente Obama foi saudada, e com razão, como uma vitória da democracia americana. Mas o Prémio Nobel da paz que acaba de lhe ser atribuído coloca-o sob pressão. A paz no Médio Oriente? Estamos à espera dela, mas ele está longe de ser o comandante do navio. A paz no Afeganistão? Aí, a estratégia americana tem as mãos livres, mas se o Presidente Obama ouvir os seus falcões, arrisca-se a um novo Vietname. Um sinal que não engana é o facto de o livro de Gordon Goldstein, que descreve o dramático encadeamento em direcção ao fracasso durante a guerra do Vietname, estar esgotadíssimo e não se conseguir adquirir nem um exemplar.

O Presidente tem agora de escolher entre duas estratégias: uma centra-se na estabilização, na erradicação da pobreza, no desenvolvimento económico do Afeganistão, assegurando uma presença militar, mas também civil, em todo o país; a outra visa concentrar-se em algumas zonas urbanas e em desencadear a partir delas operações de grande envergadura contra a Al-Qaeda. Ambas as opções exigem o envio de tropas, mas a primeira está virada para a população, e a segunda para a guerra, com, em primeiro plano, o risco de um desastre.

Não caberá à Europa preservar Barack Obama dos velhos demónios que assombram os Estados Unidos e ajudá-lo a escolher a primeira destas estratégias, voltada para a população? Pelo menos é o que pensa o meu grupo.

**Charles Tannock (ECR).** – (EN) Senhora Presidente, o Grupo ECR é fortemente atlantista e defende laços económicos, comerciais e políticos cada vez mais estreitos com a América, que consideramos ser o maior aliado da UE, e não concorrente. Continuamos igualmente em dívida com os EUA pelos seus contributos para a NATO, organização que assenta nos nossos valores democráticos comuns, e congratulamo-nos com os compromissos tardios dos EUA na luta contra as alterações climáticas.

No entanto, não devemos fingir concordar com tudo. Preocupam-me, em particular, as mensagens contraditórias que nos chegam da Administração americana no que respeita à Rússia. A ênfase colocada por Washington na refundação das relações EUA-Rússia parece desculpar a flagrante interferência do Kremlin nos assuntos dos seus vizinhos, designadamente na Geórgia e na Ucrânia.

Descartar o escudo de defesa antimísseis dos EUA, a instalar na Polónia e na República Checa, foi igualmente questionável.

A recente descoberta de uma instalação nuclear secreta no Irão poderá confirmar este juízo, porém, é agora necessário que redobremos os nossos esforços para travar as ambições nucleares do Irão, e, na qualidade de aliados dos EUA, apoiamos veementemente a sua luta militar contra o terrorismo da Jihad no Iraque e no Afeganistão, bem como os seus afincados esforços para trazer uma paz duradoura ao Médio Oriente.

**Diogo Feio (PPE).** – Senhora Presidente, neste debate queria começar por salientar a importância das relações entre os Estados Unidos e a União Europeia, ainda para mais numa altura de crise económica global. É necessária uma acção cada vez mais comum relativamente ao combate à crise, ao mercado energético, à luta contra o terrorismo, mas é, também, necessária uma acção que seja cada vez mais focada e que não se perca em mais tributação ou em ataques que são, neste momento, disparatados quanto a um sistema financeiro necessário para o mercado.

Centrando-me na questão financeira, gostava de sublinhar os esforços que estão a ser feitos, quer nos Estados Unidos, quer na União Europeia, em relação a uma política de *Legislar Melhor*, com atenção à participação dos *stakeholders* no debate do relatório. Uma acção coordenada entre os Estados Unidos e a União Europeia é essencial para se atingir um Estado mais maduro das relações económicas que levem a que exista, de facto, um mercado transatlântico talvez até 2015.

Também aqui tem de se defender o atlantismo. É igualmente fundamental reduzir as barreiras administrativas entre os Estados Unidos e a União Europeia, de forma a criar um ambiente competitivo e um mercado mais apelativo para todos, cidadãos e empresas. Acredito que o mercado transatlântico pode ser construído numa base negocial estável, que faça crescer as economias e ponha termo ao perigo de novas crises económicas e sociais como aquela que actualmente vivemos.

Para terminar, Senhora Presidente, queria que ficasse muito claro que as condições são únicas e que, com mais atlantismo, é possível uma situação melhor.

**Juan Fernando López Aguilar (S&D).** – (ES) Senhora Presidente, a Senhora Comissária Ferrero-Waldner fez referência à importância de garantir que a Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos marque presença na cimeira transatlântica UE-EUA, e congratulo-me com a ênfase que colocou nesta questão.

Além disso, como presidente da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos, gostaria de chamar a atenção, em primeiro lugar, para a importância da assinatura dos tratados sobre extradição e assistência jurídica mútua. Foi feito um esforço muito importante para reforçar a cooperação, não apenas política, mas também judiciária, reforçando assim os laços entre a Eurojust e as instituições análogas nos Estados Unidos.

Em segundo lugar, gostaria de destacar o contributo para o reforço e o lançamento, nos próximos cinco anos, do diálogo transatlântico e, em terceiro lugar, quero salientar o trabalho realizado por este Parlamento.

Por isso solicito que, no próximo período de sessões do Parlamento Europeu, em Novembro, sejam prestadas informações sobre o resultado desta cimeira e, em particular, sobre o capítulo relativo à cooperação judiciária em matéria penal.



Em quarto lugar, é evidente que a entrada em vigor do Tratado de Lisboa vai significar um notável lançamento do Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça como um novo âmbito de competência da União Europeia e um novo domínio da política europeia sobre o qual este Parlamento também irá decidir.

É também por isso que, em questões sensíveis como a protecção dos dados e os direitos fundamentais das pessoas, os acordos sobre o registo de identificação dos passageiros (*Passenger Name Record - PNR*) e os dados SWIFT devem ser sempre coerentes com as resoluções aprovadas por este Parlamento para garantir a protecção dos dados pessoais e, nomeadamente, com a resolução aprovada em 17 de Setembro.

Por último, no que respeita aos vistos, não podemos perder de vista a importância da reciprocidade, um domínio no qual ainda existe actualmente ampla margem para melhoria. Está bem que cooperemos com os Estados Unidos em matéria de vistos, mas esta é uma ocasião excelente para reforçar a importância da reciprocidade, por forma a assegurar que permaneçamos em pé de igualdade com os Estados Unidos aquando da assinatura de acordos.

**Harlem Désir (S&D).** - (FR) Senhora Presidente, Senhora Presidente em exercício do Conselho, Senhora Comissária, caros colegas, a cooperação entre a Europa e os Estados Unidos é decisiva para a resolução da maior parte dos grandes desafios mundiais, e a nova administração americana constitui certamente uma excelente oportunidade. Já tomou iniciativas que marcaram uma ruptura com a anterior: no Iraque, sobre Guantanamo, sobre o escudo antimíssil. Mas seria ingénuo pensar que será o suficiente para tornar os pontos de vista americano e europeu idênticos em todos os pontos, e que tudo passará a ser simples nas relações transatlânticas.

Quer se trate da preparação de Copenhaga e da ajuda aos países em desenvolvimento, de Doha e do proteccionismo, da regulação financeira e da luta contra os paraísos fiscais, do relançamento do processo de paz no Próximo Oriente ou ainda da firmeza relativamente à questão nuclear no Irão, esbarramos, em cada um destes dossiês, contra pesadíssimas inércias americanas, que ultrapassam aliás a boa vontade, ou não, da administração, e que têm muitas vezes origem no peso dos grupos de interesses no Congresso, ou muito simplesmente na defesa dos seus interesses por uma grande potência que está a ser abalada pela nova ordem mundial.

Todos estes domínios só avançarão se a Europa desempenhar plenamente o seu papel político de actor global a tempo inteiro, numa parceria entre iguais - para retomar a expressão da Senhora Comissária - e assumir totalmente a sua responsabilidade.

Deste ponto de vista, devo dizer que há uma certa confusão na atitude europeia, e por vezes mesmo uma certa ingenuidade, até no seio deste Parlamento, e que a forma como é abordada a ideia do grande mercado transatlântico, a velha fantasia de Sir Leon Brittan quando era Comissário, apresenta alguns perigos.

Esta questão dos entraves às trocas comerciais é abordada como se apenas se tratasse de problemas técnicos. É evidente que as trocas económicas e comerciais entre os Estados Unidos e a Europa são importantes para o emprego, para as empresas. Há que desenvolvê-las. Contudo, e antes de mais, não estão verdadeiramente em perigo. Em seguida, quando há um conflito, ou decorre da defesa dos nossos interesses económicos - estou a pensar no Airbus - ou põe em causa as nossas normas sanitárias e ambientais - o caso dos bovinos com hormonas, por exemplo, ou do frango com cloro -, pelo que não devemos subordinar o nosso próprio modelo interno, modelo de sociedade, modelo ambiental, modelo de desenvolvimento, à melhoria das relações económicas, como se elas constituíssem um objectivo em si. Devemos ser capazes de combinar os dois, e não devemos dissolver a nossa autonomia política na procura de uma parceria que constitui um objectivo louvável em si.

**Peter Skinner (S&D).** - (EN) Senhora Presidente, gostaria de tecer alguns comentários. É difícil de perceber como poderemos incluir tudo o que preconizamos na resolução sobre o CET no próprio CET. Como sabemos, este é um instrumento muito limitado. Estarei presente na sua reunião da próxima terça-feira, Senhora Comissária. Aguardo com expectativa encontrá-la na reunião, juntamente com o senhor deputado Brok e outros colegas deputados, questão a que regressarei no final da minha intervenção.

No entanto, há algumas questões fundamentais que podem ser levantadas no CET e que podem ser abordadas por se encontrarem bastante a montante, para me socorrer das suas palavras, Senhora Comissária. Exemplo disso são os serviços financeiros, cuja abordagem é pertinente visto que os resultados estão muito próximos e a possibilidade de acordo também - não só no G20, mas nas discussões em curso aqui no Parlamento e com a Comissão e os EUA.

Em particular, a questão da contabilidade continua a ser um dos aspectos cujo desfecho está ao alcance dos decisores políticos e dos legisladores. A aprovação de normas de contabilidade de elevada qualidade até 2011 é uma questão que deverá ficar concluída com celeridade do lado dos EUA. Também relativamente aos seguros, o projecto Solvência II ajudou a criar regulamentação global – o que, francamente, merece resposta do lado dos EUA –, e agradeço ao presidente Paul E. Kanjorski, membro do Congresso dos EUA, o trabalho que tem desenvolvido no Federal Office of Information (Serviço Federal de Informação).

Finalmente, permitam-me apenas que diga, quanto ao Diálogo Transatlântico de Legisladores, que é necessário que o Congresso e o Parlamento acelerem os seus esforços nesta área. Não queremos andar a reboque da Administração Americana e da Comissão, como a maioria dos presentes concordará. Queremos estar entre os líderes que operam a mudança. É preciso que sejamos o motor dessa mudança. O CET precisa do nosso apoio, mas é necessário que o DTL esteja no cerne dos debates – e não apenas à margem, não apenas como na qualidade de consultor, mas sim como componente central de toda a relação transatlântica.

**Janusz Władysław Zemke (S&D).** – (PL) Senhora Presidente, queria agradecer-lhe ter-me dado a palavra. Considero muito importante o facto de estarmos a debater as relações transatlânticas, por nos encontrarmos numa situação algo paradoxal. As mudanças que se deram nos Estados Unidos foram, de um modo geral, muito bem recebidas na Europa. Por outro lado, porém, os Estados Unidos têm vindo a mostrar mais interesse noutros países e continentes relevantes que no passado. Foi visível, nomeadamente, uma intensificação do diálogo entre os Estados Unidos e a China, assim como esforços com vista a uma melhoria das relações com a Rússia.

O nosso problema reside, a meu ver, em querermos debater demasiados assuntos. Penso que devíamos concentrar-nos em duas áreas. A primeira é a das questões financeiras e económicas. A segunda é a da segurança. Os Estados Unidos e a Europa podem fazer muito mais nesses dois domínios.

**Michael Theurer (ALDE).** – (DE) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, elaborámos uma importante resolução que cobre uma série de temas. No entanto, há um ponto fundamental – o comércio – que apenas é abordado superficialmente. Creio que o comércio internacional é um factor decisivo. O declínio do comércio mundial é uma das causas da crise económica e financeira, pelo que gostaria de ver um maior enfoque no comércio mundial, também agora no âmbito do Conselho Económico Transatlântico (CET).

Não é que os EUA e a União Europeia concordem em todos os domínios. Pelo contrário, temos apenas alguns acordos comerciais, existe o risco do bilateralismo e existe a possibilidade de a Ronda de Doha não ser prosseguida pelos EUA. Devemos, portanto, abordar os pontos críticos e tenho esperança de que o CET venha introduzir alguns novos estímulos para revitalizar o comércio internacional.

**Jan Philipp Albrecht (Verts/ALE).** – (DE) Senhora Presidente, gostaria de abordar novamente um aspecto da cooperação transatlântica no domínio da polícia e da justiça, nomeadamente a questão do SWIFT, que já foi mencionado, isto é, a transferência de dados SWIFT para os EUA.

Creio que, na discussão deste ponto, não devemos perder de vista que o Conselho se dotou de um mandato para as negociações com os EUA sobre a transferência de dados. Devemos lembrar ao Conselho que deve ater-se a este mandato nas suas negociações com os EUA. Preocupa-me grandemente a possibilidade de o Conselho Europeu ser pressionado a aceitar as exigências dos EUA para contornar as normas europeias em matéria de protecção de dados.

Creio que isso enviaria um sinal errado, sobretudo porque, no próximo ano, haverá muitos domínios onde o nível de protecção dos dados será uniformizado em consequência do Tratado de Lisboa, nomeadamente em agências como a Europol e a Eurojust, etc. Creio que se enviaria o sinal correcto se o Conselho e a Comissão aderissem às normas de protecção de dados e as fizessem prevalecer face aos EUA, ou insistissem num adiamento.

**Zoltán Balczó (NI).** – (HU) Li o seguinte num Livro Branco da União Europeia em 1996: espera-se uma batalha global feroz nas próximas décadas entre a Europa, os Estados Unidos, o Japão e os países asiáticos emergentes. Felizmente, esta batalha está a ter lugar não com armas, mas principalmente no sector económico. A Europa tem de estar à altura dos adversários. O Presidente Giscard d'Estaing, que foi Presidente da Convenção, líder de um governo a redigir uma Constituição falhada, disse que a Europa não deve ser o rival dos Estados Unidos, mas um parceiro fiável. Esta é uma questão-chave para o sucesso da Cimeira UE-EUA. Temos de esforçar-nos por sermos parceiros, mas se a nossa única preocupação for a de que os Estados Unidos nos vejam como parceiro, e não nos envolvemos em conflitos em nome da população da Europa, não será possível sermos bem sucedidos em assuntos importantes.

**Cecilia Malmström**, *Presidente em exercício do Conselho*. – (SV) Senhora Presidente, desejo agradecer a todos os senhores deputados as suas contribuições para este debate. Existe um grande nível de consenso sobre a importância de aprofundar a nossa cooperação com o Governo norte-americano e sobre a cimeira que irá realizar-se em breve. Congratulo-me por a Administração norte-americana demonstrar o desejo de aprofundar e desenvolver as nossas relações. Penso que fizemos o nosso trabalho de casa e estamos em condições de dar alguns passos importantes. Depara-se-nos uma série de problemas comuns, que afectam a UE e os Estados Unidos, pelo que se revela adequado encontrar soluções comuns.

Penso que conseguiremos registar progressos relativamente às questões climáticas, à crise económica e à ronda de Doha – e volto a afirmar a importância de a concluirmos – e que seremos capazes de levar à prática processos muitíssimo importantes na esfera jurídica. A parceria económica constitui um fórum particularmente importante para nós. Entendemos também a importância de debater questões regionais importantes – Afeganistão, Paquistão e o Médio Oriente, por exemplo.

Foram-me colocadas algumas perguntas concretas. No que diz respeito à questão dos vistos suscitada pela senhora deputada Ludford, tanto o Conselho como a Comissão estão a fazer tudo o que está ao seu alcance para garantir que a isenção de visto para viajar seja aplicável a todos os Estados-Membros da UE. É lamentável que isto ainda não se tenha alcançado, mas prosseguimos um trabalho muito intenso para que isto seja uma realidade.

No respeitante à designada taxa Tobin, estou consciente de que alguns deputados a esta Câmara a apoiam firmemente. Só posso dizer que uma taxa Tobin só pode ser eficaz se for global e se contar com instrumentos de controlo globais – caso contrário, não passará de mais uma medida proteccionista. Não existe actualmente qualquer base para um acordo internacional e global sobre uma taxa Tobin, pelo que a Presidência não irá fazer avançar este dossiê. Quero ser muito clara quanto a isto.

No que diz respeito à SWIFT, estamos de acordo com os Estados Unidos sobre a importância de sermos capazes de proceder a um intercâmbio de informação sobre as transferências financeiras. Isto é muito útil na luta contra a criminalidade e o terrorismo transfronteiras. É agora necessário um novo acordo, dado que a empresa belga SWIFT vem para a Europa, mas queremos ambos conservar o programa a fim de impedir o financiamento do terrorismo.

Numa fase transitória, importa alcançar um acordo susceptível de ser aplicado num curto período até à entrada em vigor do novo Tratado de Lisboa. Os especialistas debruçaram-se sobre esta questão, incluindo o juiz francês Jean-Louis Bruguyère, a quem a UE incumbiu de inspecionar o TFTP. Bruguyère concluiu que os requisitos da segurança jurídica e a protecção dos dados pessoais previstos no actual acordo são adequados. No acordo com carácter mais permanente e depois da entrada em vigor do Tratado de Lisboa, o Parlamento Europeu virá a ter oportunidade de participar activamente na sua elaboração.

A reunião que terá lugar na próxima semana reveste-se de uma enorme importância, mas não passa de uma reunião. Penso que podemos registar progressos, dar resposta a algumas questões e levar à prática alguns processos importantes relativos a estas questões que são comuns às duas partes e que necessitamos de resolver numa parceria estreita e estratégica com a Administração norte-americana. Congratulo-me pelo forte apoio do Parlamento Europeu aos esforços envidados pelo Conselho e pela Comissão. Mantê-los-ei, naturalmente, informados acerca dos resultados na minha próxima comparência em sessão plenária em Bruxelas.

**Benita Ferrero-Waldner**, *Membro da Comissão*. – (EN) Senhora Presidente, começo por concordar como James Elles quanto à necessidade de um maior diálogo estratégico com um grande parceiro estratégico. É esse o nosso objectivo.

Como já referi, trata-se de uma cooperação que tem em vista a recuperação mundial, pelo que as questões financeiras e económicas estarão no topo da nossa agenda. Temos sido uma das fontes de incentivo ao processo da Cimeira do G20 que, como sabem, no último mês de Novembro, por iniciativa do Presidente José Manuel Barroso e do Presidente Nicolas Sarkozy, passou a desenrolar-se ao nível máximo da representação. Porém, nós não somos a única parte necessária para se poder avançar.

A Cimeira do G20 de Pittsburgh também proporcionou uma plataforma para uma coordenação macroeconómica flexível, à medida que procuramos estratégias de saída que nos permitam reduzir, gradualmente, o alcance das nossas respectivas políticas de resposta imediata à crise.

O FMI e o Banco Mundial concordam que isso exigirá abordagens diferentes de cada uma das partes consoante a respectiva situação económica. Tendo em conta a actual situação económica mundial, os líderes discutirão

também, naturalmente, possíveis formas de saída da crise, de fomento do crescimento e de criação de emprego, sendo que a questão da regulação dos mercados financeiros será de particular importância.

Consideramos necessário assegurar a rápida criação de um sistema coordenado de supervisão "macro-prudencial" a nível mundial, assente numa cooperação estreita com o Fundo Monetário Internacional e o Conselho de Estabilidade Financeira.

Quanto à banca, é preciso que apliquemos os compromissos de Londres e Pittsburgh em matéria de formação de capital e de reforço das regras prudenciais de forma consistente nos centros financeiros. É preciso que intensifiquemos o nosso trabalho, com vista a verdadeiras políticas mundiais de convergência no que respeita à gestão de crises e às instituições financeiras com importância sistémica.

Deveríamos igualmente conseguir um conjunto único de normas de contabilidade de elevada qualidade para os instrumentos financeiros até ao final de 2010, esperando-se uma total convergência até Junho de 2011.

Quanto às alterações climáticas, procedemos a uma primeira troca de impressões sobre as alterações climáticas com o Presidente Barack Obama, em Praga. Estive pessoalmente presente, tendo pressionado os Estados Unidos a fazerem mais no domínio das alterações climáticas, porém, estamos igualmente cientes de que o Presidente Barack Obama tem pela frente a discussão da legislação sobre o serviço de saúde no Congresso e no Senado. Por conseguinte, penso que teremos de exercer uma pressão ainda maior sobre o Presidente Barack Obama para que redobre os seus esforços com vista a conseguir uma regulamentação firme e vinculativa em Copenhaga, à luz da sua preocupação com a sua agenda interna.

No que se refere ao CET, este é um mecanismo novo, ou que ganhou novo fôlego, e que é muito importante para o trabalho sobre todas as questões relacionadas com o mercado livre e os entraves ao mercado. Pretendemos eliminar esses entraves, sendo esse o objectivo último do CET, como foi claramente afirmado no acordo quadro do CET, de 30 de Abril de 2007. Evidentemente, estou ciente das diferentes ideias que recentemente têm vindo a ser apresentadas – tais como a consecução de um mercado transatlântico unificado até 2015, através da eliminação dos obstáculos existentes à integração económica: o chamado relatório Millán Mon. Necessitamos, sem dúvida, de trabalhar com vista à consecução do equilíbrio correcto entre a ambição e o realismo, razão pela qual estamos a abordar as tarefas prioritárias para o CET, a médio prazo.

Quanto à questão dos entraves, estamos já cientes de que o Parlamento quer dispor de um estudo, e congratulamo-nos com o vosso apoio a esse estudo, que seria importante para a orientação do trabalho futuro para o CET. O estudo ainda não foi finalizado, mas está a avançar, existindo ainda um conjunto de questões técnicas a esclarecer antes de o relatório ficar pronto para publicação. A Senhora Comissária Ashton abordará aqui esta questão, e não deixarei de transmitir o interesse do Parlamento.

Permitam-me que diga igualmente, porque isso foi referido, que o Conselho "Energia" não se sobreporá ao CET. As suas agendas serão complementares. É evidente que as questões da segurança serão tratadas pelo Conselho "Energia" e que as questões regulamentares serão tratadas pelo CET. O Conselho "Energia" centrar-se-á nas novas tecnologias e na segurança energética.

Uma palavra breve sobre o acordo SWIFT e algumas questões relativas ao GLS, que foram aqui mencionados. O Acordo SWIFT é necessário, uma vez que estabelece salvaguardas específicas quanto aos dados. Isso é evidente, e o Acordo de assistência judiciária mútua também se enquadra nesse domínio.

Cumpramos igualmente que este acordo de assistência judiciária mútua está no centro do acordo SWIFT, estando qualquer pedido dos EUA sujeito à autorização de uma autoridade judiciária da UE nesse domínio, pelo que teremos de prosseguir o trabalho nesta matéria.

Quanto ao sistema electrónico de autorização de viagem (ESTA), demos a conhecer uma avaliação preliminar, na qual se concluiu que, com base na "Interim Final Rule", o ESTA não é fundamental para o processo de pedido de vistos de Schengen, tal como definido nas Instruções Consulares Comuns da Comissão Europeia. No entanto, prepararemos uma avaliação final assim que a *Final Rule* do ESTA tenha sido publicada, e essa avaliação terá igualmente em conta a questão das taxas do ESTA, caso estas venham efectivamente a existir. Como podem imaginar, não o queremos.

Uma última resposta sobre o terrorismo. No nosso trabalho sobre a Cimeira, debatemos com os EUA a forma de avançarmos rumo a uma cooperação mais estreita na luta contra o terrorismo, especialmente à luz dos planos de encerramento de Guantánamo

A necessidade de garantir o respeito pelos direitos fundamentais é essencial. A conclusão dos tratados sobre assistência judiciária mútua ajudar-nos-á igualmente a este respeito. Por conseguinte, cooperaremos também sobre a forma de evitarmos o radicalismo, incluindo a utilização indevida da Internet.

Como podem verificar, existe um leque muito amplo de questões. Falámos já sobre todos os aspectos políticos, mas concordo com a Presidente do Conselho que, embora seja uma Cimeira importante, se trata de uma única reunião, que durará algumas horas. Nem tudo será resolvido numa só reunião, porém, este será um começo ou um recomeço muito positivos.

**Presidente.** - Nos termos do n.º 2 do artigo 110.º do Regimento, declaro que recebi seis propostas de resolução<sup>(1)</sup> para encerrar o debate.

Está encerrado o debate.

A votação terá lugar na quinta-feira, dia 22 de Outubro de 2009.

### **Declarações escritas (Artigo 149.º)**

**Elena Băsescu (PPE), por escrito.** – (RO) A cimeira UE-EUA de Novembro reforçará a parceria transatlântica e promoverá o diálogo entre as duas grandes potências. As relações entre elas devem assentar nos valores e objectivos que partilhamos, e um estreitamento contínuo da cooperação interessa e traz benefícios a ambas as partes.

A União Europeia e os Estados Unidos têm de assumir um papel vital no plano do combate às alterações climáticas. Esta matéria foi objecto de uma série de declarações conjuntas no âmbito da luta contra os efeitos nocivos do aquecimento global. No que à Europa diz respeito, uma solução viável e prática para protecção do ambiente consiste em pôr em funcionamento o canal de navegação Reno-Meno-Danúbio, que proporciona uma ligação directa entre os portos de Roterdão e Constança.

O recurso às vias de navegação interiores como opção de transporte trará muitos benefícios económicos e contribuirá também para reduzir a poluição sonora e as emissões de gases com efeito de estufa. A utilização e a aposta neste canal embaratecerão o transporte de mercadorias e torná-lo-ão mais seguro e eficiente do ponto de vista energético.

As políticas de protecção ambiental podem ser complementadas por medidas de fomento da mobilidade transcontinental e das conexões internacionais, garantindo ao mesmo tempo a segurança das mercadorias e dos cidadãos europeus.

**Tunne Kelam (PPE), por escrito.** – (EN) Como o Tratado de Lisboa está prestes a entrar em vigor, o rápido progresso da relação transatlântica entre as duas maiores entidades democráticas e económicas terá uma importância acrescida. Tanto a UE como os EUA continuam a ser os principais intervenientes no comércio internacional e aqueles que proporcionam mais estabilidade. O Parlamento Europeu tem sido uma força motriz na promoção da cooperação transatlântica, tendo proposto nas suas resoluções, a criação de um mercado internacional livre, bem como a criação de novas estruturas para estreitar as relações políticas e interparlamentares. Até ao presente, o Conselho Económico Transatlântico desenvolveu um bom trabalho. Espero que, num futuro próximo, sejamos capazes de encontrar soluções para superar as barreiras da regulamentação entre a UE e os EUA. O papel dos legisladores nesta relação será importante. Os deputados do Parlamento Europeu estão dispostos e preparados para contribuir plenamente para os procedimentos do TEC ou Conselho Económico Transatlântico.

Devemos encorajar o Congresso dos EUA a empenhar-se plenamente num regular Diálogo Transatlântico de Legisladores e, deste modo, também numa participação activa no Conselho Económico Transatlântico. Gostaria de perguntar à Comissão e ao Conselho, de que modo as resoluções do Parlamento Europeu foram acompanhadas e, ao mesmo tempo, gostaria de incentivar ambas as instituições a trabalhar com determinação no sentido de alcançar uma área transatlântica de mercado livre.

**Alan Kelly (S&D), por escrito.** – (EN) As relações entre os EUA e a União Europeia têm sido sempre fortes. Foi com a ajuda americana que uma Europa destruída foi capaz de se reconstruir e desenvolver nos anos do pós-guerra. Agora, o mundo enfrenta novamente uma crise e é mais importante do que nunca que mantenhamos esta ligação e trabalhemos juntos para solucionar os problemas que têm afectado a economia

---

(1) Ver Acta

mundial. A União Europeia e os Estados Unidos da América têm um papel estratégico a desempenhar no processo de recuperação. Em conjunto, o produto interno bruto destas duas entidades, representa mais da metade do PIB mundial, além de termos a parceria de comércio bilateral mais forte do mundo, perfazendo quase 40% do comércio mundial. No entanto, novos desenvolvimentos devem ser postos em prática, se quisermos combater a crise económica eficazmente. O Conselho Económico Transatlântico criou para si a meta de um mercado transatlântico integrado até 2015. Este objectivo será alcançado pela redução das barreiras ao comércio. Se esta meta for atingida, o crescimento económico pode recomeçar e o processo de recuperação pode ter início. O risco de um novo "credit crunch" (contração do crédito) ainda não terminou. Para evitar o prosseguimento do colapso económico e do desemprego, a CE deve assegurar que políticas económicas coordenadas são postas em prática em ambas as áreas.

**Franz Obermayr (NI), por escrito. – (DE)** É evidente que as relações económicas entre os EUA e a UE devem ser mantidas. No entanto, não podemos, em circunstância alguma, permitir que os EUA monopolizem a Europa em termos económicos. Pelo contrário, temos de retirar lições da crise económica, que teve a sua origem nos mercados financeiros não regulamentados dos EUA. A Europa tem de manter a sua independência económica e encontrar o seu próprio caminho para sair da crise, sobretudo quando, neste preciso momento, prémios no valor de milhares de milhões de dólares voltam a ser pagos na Bolsa de Nova Iorque. Apelo, assim, a um reforço da posição europeia no Conselho Económico Transatlântico. Na Cimeira UE-EUA em Praga, em Abril de 2009, o Presidente Obama pressionou a União Europeia a oferecer num futuro próximo a adesão plena à Turquia, alegando que a UE estaria a contribuir para um melhor entendimento com o mundo islâmico. O facto de os EUA apoiarem o seu aliado estratégico na NATO (para que a Turquia abra caminho à nomeação de Rasmussen como Secretário-Geral da NATO) não deve conduzir a uma aceleração das negociações sobre a adesão plena. Apesar do apoio norte-americano, a Turquia não se tornará um candidato adequado para a adesão, pois não existe nenhum sinal de que as enormes diferenças culturais, geográficas, económicas e políticas estão a diminuir. A UE deve assumir uma posição clara nesta matéria face aos EUA.

**Richard Seeber (PPE), por escrito. – (DE)** À luz da crise económica e dos preparativos para a Conferência de Copenhaga sobre as Alterações Climáticas, é importante que aproveitemos o ensejo da reunião do Conselho Económico Transatlântico para reforçar ainda mais as relações entre a UE e os EUA. No domínio do ambiente, as discussões devem centrar-se, em especial, nos novos tipos de alimentos. As possibilidades e perspectivas das nanotecnologias são também um tema relevante neste contexto. Devemos manter discussões abertas sobre os domínios da engenharia genética e da clonagem de animais. A Europa não deve recuar expor claramente ao seu parceiro comercial as preocupações de alguns Estados-Membros. No domínio dos produtos químicos e das substâncias tóxicas, devemos trabalhar no sentido da obtenção de níveis elevados de protecção e de uma melhor coordenação, o que não só facilitará o comércio e as relações económicas, como garantirá também, em especial, a protecção dos consumidores europeus contra as substâncias tóxicas no ambiente e nos produtos que utilizam. A existência de discussões construtivas contribuirá para garantir a manutenção das relações especiais entre a UE e os EUA.

**Joanna Senyszyn (S&D), por escrito. – (PL)** Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, é positivo o facto de a resolução sobre a preparação da reunião do Conselho Económico Transatlântico e da Cimeira UE-EUA de 2 e 3 de Novembro de 2009 apelar, na página 17, aos Estados Unidos no sentido de tratarem todos os cidadãos da União Europeia de igual forma e de incluírem todos os Estados-Membros da UE no programa de isenção de vistos.

É tempo de os apelos feitos pelo Parlamento e os esforços da Comissão e dos Estados-Membros objecto de discriminação produzirem resultados. Caso contrário, seremos forçados a tomar medidas radicais e a exigir vistos aos cidadãos americanos. É tempo, de se acabar, finalmente, com este privilégio unilateral de que gozam os Estados Unidos. O Parlamento Europeu não deve tolerar a prática de discriminação de cidadãos europeus com base na sua nacionalidade. A posição do Parlamento nesta matéria adquire um alcance ainda maior pelo facto de nem todos os governos dos Estados-Membros compreenderem a necessidade de se aplicar o princípio da reciprocidade em matéria de vistos. Um deles é o governo da República da Polónia. A posição dos cidadãos é completamente diferente. Mais de 61% dos polacos são a favor da introdução de vistos de entrada para os cidadãos dos Estados Unidos. Numa sondagem via Internet, o número de inquiridos que se declararam a favor dessa medida foi de 96%.

Acredito que a próxima Cimeira UE-EUA será um ponto de viragem, pelo menos no que se refere à política de vistos, e que no ano que vem, 2010, os cidadãos de todos os Estados-Membros da UE vão poder viajar sem entraves. Por outras palavras, espero que eles usufruam da mesma liberdade que todos os cidadãos americanos, que podem viajar para os países da UE que bem entendam.

## 10. Período de perguntas (perguntas ao Conselho)

**Presidente.** - Segue-se na ordem do dia o Período de Perguntas (B7-0212/2009).

Examinamos hoje as perguntas dirigidas ao Conselho.

Pergunta n.º 1, de **Bernd Posselt** (H-0303/09)

Assunto: Direitos humanos em Cuba

O que pensa o Conselho da actual situação dos direitos humanos em Cuba, nomeadamente no que respeita aos presos políticos? O Conselho dispõe de informações sobre as condições de detenção do médico cubano Dr. Darsi Ferrer e do seu companheiro de prisão Alfredo Domínguez, que, aparentemente, se encontram detidos em condições extremamente desumanas?

**Cecilia Malmström**, *Presidente em exercício do Conselho.* – (EN) Estou obviamente disponível para passar dos EUA para Cuba e para a pergunta do senhor deputado Posselt relativamente a um assunto de extrema gravidade. Portanto, os meus agradecimentos pela sua pergunta, Senhor Deputado Posselt.

O Conselho continua seriamente preocupado com a situação dos direitos humanos em Cuba, em particular, a falta de progressos em matéria de direitos cívicos e políticos. O povo de Cuba não possui liberdade de expressão ou de reunião. Não há imprensa livre. O acesso à informação, incluindo a Internet, continua a ser limitado. As restrições à livre circulação dos cidadãos para Cuba e dentro de Cuba não foram alteradas. Existem actualmente 208 presos políticos em Cuba. Este número era de 2034, em 2007, mas as libertações, na sua maior parte foram devidas à conclusão das penas. As missões dos Estados-Membros em Havana acompanham de perto a lista dos presos políticos e têm um grupo de trabalho especial sobre direitos humanos, no qual os casos mais importantes são discutidos.

As condições das prisões, de acordo com defensores dos direitos humanos e testemunhos de presos políticos e suas famílias, estão muito abaixo das regras mínimas preconizadas pelas Nações Unidas para o tratamento de prisioneiros. O estado de saúde de alguns presos é muito mau, de acordo com as suas famílias, e estes não têm acesso a cuidados médicos adequados. Tem havido um grande número de relatos de tratamento cruel e degradante, incluindo o espancamento de presos, negação de cuidados de saúde adequados e pressão psicológica. Ainda assim, não há, contudo, acusações de abuso por parte de guardas prisionais ou agentes da polícia.

O Governo cubano nega a existência de presos políticos e, lamentavelmente, continua a rejeitar o escrutínio internacional dos direitos humanos por parte de organizações independentes de direitos humanos. A abordagem do Conselho em relação a Cuba foi estabelecida na posição comum de 1996, que, desde essa altura, tem vindo a ser avaliada anualmente pelo Conselho. Em Outubro de 2008, a UE e Cuba concordaram retomar um diálogo político abrangente. Este diálogo, em conformidade com as políticas da UE, inclui não só as autoridades cubanas, mas também a sociedade civil e a oposição democrática. O Conselho presta especial atenção aos princípios da democracia, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais na avaliação anual da posição comum de 2009.

Nas conclusões, a partir de Junho deste ano, vamos deixar claro que estas questões vão continuar a ser uma das principais prioridades da UE nas relações com Cuba. O Conselho instou particularmente o Governo cubano a libertar incondicionalmente todos os prisioneiros políticos, incluindo aqueles que foram detidos em 2003, e expressámos as nossas preocupações pelos prisioneiros e suas condições de saúde.

Além disso, o Conselho tem apelado às autoridades cubanas no sentido de facilitarem o acesso imediato de organizações humanitárias internacionais às prisões cubanas. Desde o início do diálogo político com Cuba, no ano passado, que a UE tem levantado a questão dos presos políticos em todas as reuniões. Tal como referido nas conclusões do último Conselho, o tema dos direitos humanos deve sempre ser tratado nestas visitas de alto nível e, sempre que necessário, reuniões com a oposição pró-democracia pacífica farão parte destas visitas.

O Conselho decidiu prosseguir o diálogo com Cuba, pois este proporciona uma oportunidade para debater questões em aberto, que constituam interesse e preocupação mútuos, aqui se incluindo a situação dos direitos humanos. A verdade é que continuamos seriamente preocupados com a situação de Cuba, e continuaremos a acompanhar os casos individuais, particularmente de prisioneiros com problemas de saúde graves.

Quanto à situação particular de um dos presos mencionados pelo senhor deputado, a União Europeia manifestou a sua solidariedade, manifestação essa iniciada pela Presidência sueca, em Havana, em Agosto. A manifestação foi realizada para mostrar à família do preso Dr. Darsi Ferrer que a União está alarmada por o direito de processo penal nacional não estar a ser observado pelas autoridades cubanas. De igual modo, o caso de outro prisioneiro, o Sr. Alfredo Domínguez, também está a ser acompanhado pela Presidência, sendo incluído nos diálogos com Cuba, além de termos contacto com a família deste.

**Bernd Posselt (PPE).** – (DE) Senhora Presidente, gostaria de agradecer à senhora Presidente em exercício do Conselho a sua excelente e detalhada resposta.

O Sr. Brechtmann, do Comité Internacional dos Direitos do Homem, facultou-me amplas informações sobre as condições nas prisões. Gostaria apenas de perguntar se o Conselho pode tentar investigar as condições em que prisioneiros são mantidos e como avalia os desenvolvimentos em Cuba no que se refere às relações com a União Europeia.

**Cecilia Malmström, Presidente em exercício do Conselho.** – (EN) Não temos acesso formal a essa informação, mas, através de organizações internacionais, ONG, contactos, partidos políticos, etc., conseguimos obter informações – embora um pouco fragmentadas – sobre a situação dos presos políticos. Sabemos que, em alguns casos, o seu estado de saúde é muito grave. Tentamos entrar em contacto com as famílias e as ONG para facilitar a situação, mas, evidentemente, um dos problemas que enfrentamos é dispormos de informações pouco concretas e pouco confirmadas.

Outro problema é que muitos desses detidos são mantidos na prisão sem que haja um processo e sem serem acusados de nada, o que é contrário às leis cubanas. Os presos têm o direito de saber por que estão na prisão e de que são acusados – um direito humano básico em todas as sociedades, mas que, como sabemos, não existe em Cuba.

O diálogo com Cuba está, naturalmente, cheio de dificuldades, mas achamos que, por enquanto, é importante mantê-lo em conformidade com a nossa decisão, pois este dá-nos uma oportunidade para tentarmos estabelecer contactos com as autoridades, para sermos muito rigorosos e firmes nas nossas críticas, mas também para colaborar com a sociedade civil e com os dissidentes pacíficos. É o que estamos a tentar fazer, por agora, dado ser uma abordagem que achamos poder funcionar. Não vejo qualquer grande mudança desta situação no futuro previsível.

**Nikolaos Chountis (GUE/NGL).** – (EL) Senhora Presidente, Senhora Ministra, como considero que na área dos direitos humanos - o tema da pergunta do senhor deputado Posselt - podemos cooperar melhor com aqueles países com os quais mantemos relações políticas e diplomáticas e realizamos transacções financeiras, acho surpreendente que a União Europeia e os seus Estados-Membros mantenham uma atitude entre passiva e negativa em relação ao pedido lógico e permanente da República de Cuba para que lhe seja levantado o embargo decretado pelos EUA.

O que pergunto, portanto, é como encara a Presidência esta questão e como pensa a Senhora Ministra que a mesma deverá ser tratada pelos Estados-Membros, tendo em conta que Cuba, como todos sabemos, apresentou uma moção à Assembleia-Geral das Nações Unidas em 28 de Outubro para que o embargo norte-americano seja levantado.

**Krisztina Morvai (NI).** - (EN) Eis-me aqui, uma opositora pacífica do Governo da Hungria, um dos Estados-Membros da União Europeia. Gostaria que alguém me aconselhasse. Como chamar a atenção para a situação dos direitos humanos na Hungria, de modo que esta desperte o mesmo grau de interesse suscitado pela situação dos direitos humanos em Cuba?

Na Hungria, desde o Outono de 2006, tem havido brutalidade policial sobre pessoas aglomeradas (manifestantes pacíficos), tendo muitos presos políticos sido torturados na prisão.

Quero pedir aos políticos cubanos que façam o favor de negociar em nossa defesa, com base em tudo o...

(O Presidente retira a palavra à oradora)

**Presidente.** – Lamento, Senhora Deputada, mas o seu tempo de uso da palavra é de 30 segundos, e a pergunta é sobre os direitos humanos em Cuba.



**Cecilia Malmström**, *Presidente em exercício do Conselho*. – (EN) Toda a União Europeia tem, em várias ocasiões, afirmado que somos contra o embargo americano e que entendemos não facilita uma futura solução em Cuba.

A União Europeia referiu igualmente que estamos dispostos a entrar numa cooperação mais estreita com Cuba, incluindo o comércio, em função dos seus progressos em matéria de direitos humanos.

De momento, porém, tendo em conta a falta de progressos em matéria de direitos humanos e de respeito pela democracia, bem como o número de presos políticos, não nos é possível fazer qualquer progresso relativamente a esta situação. Cabe às autoridades cubanas mostrar se querem que esta relação connosco mostre progressos concretos. Lamentavelmente, tem havido muito poucos progressos até à data.

**Presidente**. – Ficaria muito agradecida se os senhores deputados fizessem o favor de respeitar as disposições que regem o desenrolar do período de perguntas, as quais envolvem a concessão de 30 segundos de uso da palavra numa pergunta complementar e a manutenção do tema da pergunta em questão.

Pergunta n.º 2, de **Marian Harkin** (H-0305/09)

Assunto: Abuso dos idosos

Tendo em conta que já foi feita uma estimativa de que mais de 10% dos idosos são vítimas de alguma forma de abuso físico, psicológico, financeiro ou mental tanto na sua envolvente familiar, como em instituições que lhes prestam cuidados e que, na sequência do envelhecimento da nossa sociedade, este número tem tendência a subir, que medidas tomará a Presidência sueca para concretizar o seu compromisso de melhoria da cooperação e dos esforços a nível europeu no sentido de reforçar a qualidade dos cuidados prestados aos idosos e de evitar os abusos que lhes são infligidos?

**Cecilia Malmström**, *Presidente em exercício do Conselho*. – (SV) A senhora deputada Harkin suscita uma questão que é muito relevante nos dias de hoje em que uma parte muito significativa da nossa população acusa um envelhecimento progressivo. As medidas a tomar neste domínio inserem-se fundamentalmente nas competências nacionais e a Comunidade apenas pode apoiar e complementar o trabalho dos Estados-Membros desenvolvido nesta área.

Todavia, a Presidência sueca gostaria de dedicar alguma atenção a esta questão e faremos tudo o que estiver ao nosso alcance para aumentar a qualidade dos cuidados dispensados aos idosos e dar resposta aos problemas relacionados com os abusos cometidos contra os idosos. A este respeito, desejo recordar uma conferência que teve lugar em Estocolmo há um mês sobre o tema da saúde e do envelhecimento condigno. A conferência reuniu 160 pessoas de 27 países. O nível de participação foi elevado. A Comissão esteve representada, bem como os Estados-Membros, funcionários de Ministérios da Saúde e dos Assuntos Sociais e muitas organizações de voluntariado.

O objectivo era salientar precisamente os problemas suscitados pela senhora deputada: como podemos dar resposta à necessidade de uma cooperação crescente entre o sector da saúde e o sector da assistência para satisfazer as necessidades dos nossos idosos? A Presidência pretende que o Conselho adopte conclusões sobre esta questão a 30 de Novembro no Conselho "Emprego, Política Social, Saúde e Assuntos dos Consumidores". No projecto de conclusões, procuramos aprofundar e estreitar a cooperação no âmbito da saúde e do envelhecimento digno, nomeadamente através da troca de informações entre os Estados-Membros. A Comissão é ainda convidada a elaborar um plano de acção para a dignidade, a saúde e a qualidade de vida dos idosos.

Gostaria ainda de recordar que o Conselho adoptou conclusões em Junho deste ano intituladas "Oportunidades iguais para mulheres e homens: envelhecimento activo e digno", justamente para favorecer a prestação de serviços de assistência de qualidade relativos a cuidados domiciliários prestados a idosos, tendo particularmente em consideração as necessidades de homens e mulheres idosos.

No que diz respeito ao tema dos abusos contra idosos em particular, a Directiva 2000/78/CE do Conselho já proíbe a discriminação nos locais de trabalho em razão da idade. A Comissão propôs que a protecção garantida por esta directiva deve ser alargada a uma série de outros domínios, como a segurança social, os cuidados de saúde, os benefícios sociais, a educação, o acesso a bens e serviços, a habitação, etc.

Esta proposta contém muitos elementos que são relevantes para o abuso infligido a idosos. Inclui cuidados domiciliários, cuidados institucionais e serviços de assistência de saúde. Proíbe o assédio, que é uma forma de discriminação, definido como um comportamento indesejado com o objectivo de "violar a dignidade de

uma pessoa e de criar um ambiente de trabalho intimidativo, hostil, degradante, humilhante ou desestabilizador”.

Esta proposta é actualmente objecto de debate no Conselho, e o Parlamento Europeu já emitiu um parecer. A aprovação da proposta exige a aplicação da regra da unanimidade no Conselho. Naturalmente, não podemos tomar qualquer posição para não influenciar o resultado do debate no Conselho, mas gostaria, no entanto, de dizer que vamos fazer todos os possíveis para introduzir legislação que contribua para eliminar todas as formas de abuso e de maus tratos infligidos a idosos, que vai na mesma direcção do parecer emitido pelo Parlamento Europeu.

Defendemos firmemente, como é óbvio, que ninguém deve ser vítima de assédio nem de abusos, muito menos os idosos, que são tão dependentes de cuidados.

**Marian Harkin (ALDE).** - (EN) Obrigada, Senhora Presidente em exercício Malmström, pela sua resposta ponderada. Segundo a Comunicação apresentada pela Comissão em 2008, as condições adequadas terão de ser postas em prática em termos de recursos, formação e apoio para os prestadores de cuidados. Concorro plenamente que assim é, e também entendo que se trata de uma competência nacional.

Há, no entanto, algumas áreas em que a UE pode ajudar. Um delas é em toda a área da dimensão transfronteiriça. Queria apenas saber a sua opinião sobre a criação de uma estrutura formal para o intercâmbio de informações relativamente aos profissionais de saúde, neste caso os prestadores de cuidados que têm de atravessar fronteiras.

**Cecilia Malmström, Presidente em exercício do Conselho.** - (EN) Os meus agradecimentos à senhora deputada pela proposta apresentada. É a primeira vez que ouço falar desta iniciativa, que me parece positiva, mas terei de a remeter aos ministros envolvidos e introduzi-la no processo de debate. Talvez possamos retomar este ponto numa fase posterior.

**Silvia-Adriana Țicău (S&D).** - (RO) A população da União Europeia está a envelhecer. Os idosos têm necessidades especiais, nos planos da prestação de serviços médicos e da disponibilização de condições de acomodação adequadas nos edifícios e no transporte público. A Suécia tem uma longa tradição de política social. Que propostas destinadas a melhorar as condições de vidas dos idosos em toda a União Europeia está ela a debater com os outros Estados-Membros?

**Seán Kelly (PPE).** - (EN) Senhora Presidente em exercício do Conselho, a senhora deputada Harkin fez uma pergunta extremamente importante e V. Exa. respondeu optimamente, mas, alargando o alcance da questão, actualmente, a discriminação contra pessoas idosas é em geral considerada como sendo dos 65 anos em diante. Encararia a possibilidade de recomendar, à escala da União, o aumento ou uma maior flexibilidade em relação à idade da reforma, criando uma reforma gradual em vez de permanente, como parece acontecer com a maioria das pessoas actualmente? Essa actuação iria ajudar bastante na melhoria da qualidade de vida e na garantia de maior respeito pelos idosos.

**Presidente.** - Eu diria que me parece ultrapassar um pouco o título da pergunta, mas deixo ao arbítrio da Senhora Ministra, dar ou não uma resposta.

**Cecilia Malmström, Presidente em exercício do Conselho.** - (EN) A resposta à primeira questão do senhor deputado é “sim”, especialmente porque temos de discutir estas questões.

O Trio – as Presidências francesa, checa e sueca – concordou em reforçar o diálogo sobre questões relativas à saúde e às pessoas idosas. Por exemplo, houve uma conferência sobre a doença de Alzheimer, e na conferência a que me referi, realizada há um mês, foi feita referência ao tratamento digno das pessoas idosas. Foi, portanto, uma oportunidade para discutir esta questão, sendo as conclusões debatidas no Conselho de Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores (EPSCO), no final de Novembro, em que iremos também, naturalmente, analisar o relatório do Parlamento Europeu.

No que respeita à idade da reforma, trata-se de algo que cada Estado-Membro decide por si, mas nos debates que temos relativamente à Estratégia de Lisboa – e não ao Tratado, para variar – sobre a forma de aumentar o crescimento, o desenvolvimento e a empregabilidade e sobre o desafio demográfico que teremos de enfrentar, esta é, naturalmente, uma questão a ter em conta – também sobre a forma de usar a competência e a experiência dos idosos e como encontrar maneiras de os deixar permanecer como força laboral. Não cabe ao Conselho decidir exactamente com que idade tal deverá acontecer, mas sim incentivar todos os Estados-Membros a fazerem pleno uso de sua força de trabalho.

**Presidente.** - Pergunta n.º 3, de **Olle Schmidt** (H-0310/09)

Assunto: Dawit Isaak, jornalista sueco preso na Eritreia

Segundo informações veiculadas na imprensa sueca, o cidadão sueco Dawit Isaak, preso desde 2001, foi transferido para uma nova prisão na Eritreia, da qual, ao que consta, nunca ninguém saiu vivo. Em breve, Dawit Isaak terá passado 8 anos na prisão em condições terríveis, detido de forma brutal por um regime pária e separado da sua família, dos seus amigos e do seu trabalho sem saber porquê. Até à data, todas as tentativas para libertar Dawit Isaak foram goradas. A UE deveria despender mais esforços, pois ele é também cidadão europeu. Se nada for feito, Dawit Isaak poderá morrer sem que nem a Suécia nem a UE tenham levado o Presidente da Eritreia a, pelo menos, debater o seu caso com seriedade.

O que tenciona a Presidência sueca fazer para que o caso Dawit seja debatido ao mais alto nível na UE?

É aceitável que a Eritreia receba apoio da UE, quando viola de forma tão evidente os direitos humanos?

**Cecilia Malmström**, *Presidente em exercício do Conselho.* – (SV) Há oito anos, o jornalista de dupla nacionalidade, sueca e eritreia, Dawit Isaak, foi capturado e detido na Eritreia. Está detido sem julgamento e sem qualquer acusação formada. Nem os familiares nem as autoridades suecas nem organizações internacionais dos direitos humanos têm autorização para o visitar.

Lamentavelmente, não se detectaram quaisquer sinais de melhoria na situação dos direitos humanos na Eritreia nos últimos anos. A responsabilidade por esta situação recai inteiramente sobre o Governo da Eritreia. A sistemática violação por parte da Eritreia das suas obrigações relativamente aos direitos humanos à luz do direito nacional e internacional é motivo de enorme preocupação para a UE.

Estamos particularmente preocupados com a questão dos presos políticos e com a falta de liberdade de expressão. A UE exigiu várias vezes a libertação incondicional de todos os presos políticos na Eritreia, incluindo, obviamente, a de Dawit Isaak. A 18 de Setembro de 2009, a Presidência, actuando em nome da União Europeia, fez uma declaração muito clara na qual reiterámos o nosso pedido de libertação incondicional de todos os presos políticos e afirmámos que o comportamento da Eritreia constitui uma violação inequívoca das obrigações consagradas no Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, que a Eritreia ratificou.

Lamentavelmente, o caso de Dawit Isaak não foi resolvido, mas continua a ser uma das principais prioridades da UE, da Presidência sueca e do Governo sueco. Não abrandaremos os nossos esforços até que seja libertado, com base em razões humanitárias, e possa reunir-se à família. Posso garantir que continuaremos a levar o seu caso, bem como a situação dos restantes presos, ao mais alto nível em Asmara.

Os direitos humanos são um elemento fundamental nas relações entre a UE e a Eritreia. Estamos dispostos a ajudar o Governo da Eritreia a melhorar a situação dos direitos humanos. A ajuda é concedida ao abrigo das disposições do Acordo de Cotonu. Este acordo inclui os direitos humanos e o diálogo político para exercer pressão para conseguir mudanças. Trata-se de um processo que está em curso, que está a progredir de uma forma desesperadamente muito lenta, mas esperamos que possa constituir um instrumento que possamos utilizar para registar progressos.

**Olle Schmidt (ALDE).** – (SV) Não necessito facultar mais informações acerca do dramático caso de Dawit Isaak. Também sei que a Senhora Presidente em exercício do Conselho está fortemente empenhada nesta questão.

Tanto quanto julgo saber, Dawit Isaak é o único cidadão comunitário que se encontra detido por exercer o seu direito à liberdade de expressão. Não deveria a UE unir-se para emitir uma declaração comum específica sobre Dawit Isaak? Não deveria a questão de uma declaração especial ser aceite pelo Conselho? Talvez a Senhora Presidente em exercício do Conselho ou outra pessoa deveria deslocar-se à Eritreia e tentar avistar-se com Dawit Isaak e também com o Presidente Isaias Afewerki. Espero que isto venha a ocorrer, porque penso que é totalmente absurdo que um cidadão da União Europeia permaneça detido sem julgamento ano após ano, segundo parece, gravemente doente e possivelmente correndo o risco de morrer na prisão.

**Cecilia Malmström**, *Presidente em exercício do Conselho.* – (SV) Gostaria de me dirigir ao senhor deputado Schmidt para lhe dizer que partilho a sua enorme preocupação e frustração pelo facto de esta situação se arrastar ano após ano e por não existir qualquer possibilidade de comunicar com as autoridades da Eritreia. Estou certa de que o senhor deputado Schmidt, à semelhança de outros deputados a esta Câmara, viram relatos da Eritreia e assistiram a entrevistas feitas ao seu presidente. Não é uma pessoa fácil e os abusos na Eritreia são cada vez mais comuns.

Prosseguimos o nosso trabalho através de todos os canais que conhecemos, mas não temos acesso à prisão. Não pudemos visitá-lo e não sabemos como se encontra. Não excluiremos deslocar-nos ao país se concluirmos que essa deslocação pode conduzir a alguma evolução positiva do caso, mas para já, não existe qualquer possibilidade de obter qualquer tipo de promessa de que poderemos visitá-lo ou manter conversações acerca dele ou avistar-nos com os seus familiares, que se encontram na Eritreia. É extremamente frustrante. Fizemos uma declaração muito clara. Como afirmou o senhor deputado Schmidt, Dawit Isaak é, tanto quanto me é dado saber, o único preso político de origem comunitária actualmente preso, e estamos a trabalhar em várias frentes para aumentar a pressão sobre as autoridades da Eritreia e para que estas entendam que Dawit Isaak e os outros presos devem ser libertados, quanto mais não seja fazendo valer as convenções que o próprio país ratificou, mas é muito difícil manter um diálogo normal com aquele país.

**Presidente.** - Não há nenhuma pergunta complementar a esta pergunta, pelo que passamos de imediato para a seguinte.

Pergunta n.º 4, de **Anna Hedh** (H-0312/09)

Assunto: Estratégia da UE para minimizar os efeitos nocivos do álcool

Há praticamente 3 anos que a UE adoptou uma estratégia para minimizar os efeitos nocivos do álcool, tendo-se previsto a sua avaliação até ao Verão de 2009. Infelizmente, parece que esta foi adiada. Para a Suécia, a política no domínio do álcool sempre foi uma questão prioritária no contexto da cooperação europeia. À luz destes factos, pergunto:

Irá a Presidência sueca do Conselho diligenciar para que se proceda a uma avaliação o mais rapidamente possível? Em caso afirmativo, quando?

**Cecilia Malmström**, *Presidente em exercício do Conselho.* – (SV) Obrigada, Senhora Deputada Hedh. Gostaria de começar por recordar a senhora deputada Hedh que a Presidência sueca colocou o tema do álcool e da saúde no topo da sua agenda como um factor importante da implementação da estratégia comunitária de apoio aos Estados-Membros na redução dos efeitos nocivos do álcool.

Neste sentido, realizámos já três grandes eventos. O primeiro foi a reunião informal dos Ministros da Saúde, que teve lugar em Jönköping, em Julho, na qual foi dispensada uma atenção particular à venda e publicidade das bebidas alcoólicas e a influência que o consumo de álcool exerce sobre os jovens. O segundo acontecimento foi uma conferência de especialistas sobre o álcool e a saúde, que teve lugar em Estocolmo a 21–22 de Setembro, que visou apoiar uma estratégia abrangente, sustentável e a longo prazo na UE relativa ao álcool. Contou com a participação de mais de 450 pessoas, em princípio de todos os Estados-Membros da União, e os participantes deram um forte apoio às prioridades suecas no domínio do álcool e da saúde.

O terceiro acontecimento foi a reunião mundial de peritos consagrada ao tema "Álcool, saúde e desenvolvimento social", que teve lugar a 23 de Setembro, evento organizado pela Presidência sueca em cooperação com a Agência Internacional para a Cooperação ao Desenvolvimento sueca e o Ministério norueguês da Saúde e dos Serviços de Saúde, e que teve o patrocínio da Organização Mundial de Saúde. O objectivo da reunião foi contribuir para a elaboração de uma estratégia global a levar à Assembleia Mundial da Saúde, na sua reunião em Maio do próximo ano. Naquela reunião foram apresentadas novas descobertas relativas à ligação entre o consumo nocivo de álcool, o desenvolvimento social e a disseminação de doenças transmissíveis, como o VIH/SIDA e a tuberculose, uma relação importante que deve ser tida em conta.

Neste sentido, relativamente à pergunta se a Presidência sueca do Conselho irá diligenciar para que se proceda a uma avaliação o mais rapidamente possível, a resposta é "sim"; a adopção de uma estratégia comunitária em 2006 constituiu um passo importante. Com a sua adopção, a Comissão reconheceu que o álcool é um dos factores chave para determinar o estado da saúde na UE, bem como o facto de que a UE é responsável pelo combate ao consumo arriscado e nocivo de álcool, ideia que foi reforçada pelo apoio de todos os Ministros da Saúde da UE nas conclusões alcançadas em Novembro de 2006.

Desde 1 de Janeiro de 2007 que a Comissão faz o acompanhamento das tendências do consumo de álcool e dos efeitos nocivos do consumo de álcool, bem como das mudanças introduzidas nas políticas comunitárias. Muito embora tenhamos assistido a progressos em muitos domínios, dispusemos de muito pouco tempo para avaliar todo o alcance do impacto sobre a saúde da política no domínio do consumo de álcool e dos hábitos de consumo. O primeiro relatório da Comissão, que foi apresentado na conferência de peritos há escassas semanas, foi um relatório sobre a situação da estratégia comunitária em matéria de consumo de álcool. Trata-se de um relatório provisório, prévio ao relatório final que deverá ser apresentado em 2012.

A Presidência analisará, como é óbvio, este relatório de situação e considerará os resultados da conferência de peritos sobre o álcool e a saúde. Acompanharemos os progressos registados. Financiámos também uma série de novos estudos com a finalidade de assegurar que o tema do álcool continua a ser um dos temas altos da agenda da UE. Um dos estudos que estamos a financiar analisará os efeitos que a publicidade ao álcool tem sobre os jovens, outro debruçar-se-á sobre o impacto do álcool nos idosos em 10 Estados-Membros, e outro ainda estudará os efeitos do comércio transfronteiriço nas políticas nacionais no domínio do álcool.

No nosso projecto de conclusões sobre o álcool e a saúde, que se encontra presentemente em debate no grupo de trabalho do Conselho, propomos que a Comissão deve ser encarregada de começar a analisar e a definir prioridades para a próxima fase do trabalho sobre o álcool e a saúde, para colocar em evidência o facto de que é necessário ter em conta o período depois de 2012, quando a avaliação e a actual estratégia em matéria de álcool estiverem concluídas. Com base neste debate, a Presidência pretende adoptar as conclusões do Conselho de apoio à estratégia sobre o álcool, em Dezembro de 2009.

**Anna Hedh (S&D).** – (SV) Senhora Presidente em exercício do Conselho, sei que a Presidência levou a cabo várias conferências construtivas e que dispensou uma boa parte do tempo analisando esta temática.

A minha pergunta incidia concretamente sobre a estratégia no domínio do álcool, porque já formulei a mesma pergunta anteriormente, há cerca de seis meses. Nessa altura, fui informada de que a estratégia sobre o álcool seria objecto de uma avaliação antes do Verão. É por esta razão que suscitei este tema, dado que não figura na ordem de trabalhos.

Muitas coisas aconteceram desde que a Presidência sueca propôs uma estratégia no domínio do álcool para a UE em 2001. A estratégia no domínio do álcool foi adoptada em 2006 e muitas coisas aconteceram desde então. Alguns Estados-Membros intensificaram as restrições relativas à idade, outros aumentaram os impostos sobre o álcool e outros reduziram os limites de concentração de álcool no sangue, por exemplo. Congratulo-me por isso. Gostaria que a Presidência sueca tivesse ido um pouco mais longe, porventura, em relação à publicidade, mas, de todas as formas, regozijo-me por ter sido elaborado um estudo sobre a publicidade, o álcool e os jovens.

**Cecilia Malmström, Presidente em exercício do Conselho.** – (SV) Agradeço o vosso apoio em relação a esta matéria. Tentámos, de facto, dar visibilidade a esta questão, que é, obviamente, o quadro que a UE disponibiliza para desenvolver o trabalho: realização de conferências, elaboração de estudos, estabelecimento de calendários para garantir que se continuam a registar progressos, bem como assegurar a participação das futuras presidências. Congratulo-me por termos conseguido dissipar o mal entendido criado. A intenção era que houvesse um relatório provisório, que é, obviamente, também importante e que o pudéssemos analisar, mas que a avaliação final fosse feita em 2012. Entretanto, há imenso a fazer e posso também confirmar que muitos Estados-Membros estão a desenvolver um grande trabalho, na medida em que todas as pessoas em todos os Estados-Membros foram alertadas para os efeitos do consumo de álcool na saúde.

**Justas Vincas Paleckis (S&D).** – (LT) Senhora Ministra, a nível europeu, o número de mortes em acidentes de viação está a descer, mas não serão alcançados objectivos ambiciosos no próximo ano. A causa principal é o álcool. Nalguns países, há uma taxa de suicídio horivelmente alta, e uma vez mais o álcool é o culpado.

Não acha que, à escala europeia, deveríamos reforçar as medidas, já rigorosas, relativas ao consumo de álcool, seguindo o exemplo da Escandinávia? Em particular, o consumo deveria ser limitado para os jovens. Gostaria a Suécia de dar início a tal processo?

**Catherine Stihler (S&D).** – (EN) Gostaria de chamar a atenção da Senhora Ministra para o facto de, na Escócia, o círculo eleitoral que represento estar actualmente a realizar um debate sobre a fixação de preços mínimos nos produtos alcoólicos. Queria aproveitar esta oportunidade para perguntar à Senhora Ministra se está em curso algum debate no Conselho sobre a questão dos preços mínimos dos produtos alcoólicos. Está a decorrer um grande debate na Escócia, e gostaria de saber qual a perspectiva do Conselho sobre este tema, e se o está a discutir neste momento.

**Cecilia Malmström, Presidente em exercício do Conselho.** – (EN) Um dos cinco temas prioritários da estratégia da CE em matéria de álcool é precisamente a redução do número de mortos e feridos em acidentes de viação causados pelo álcool. Trata-se, como disse a senhora deputada, de um problema de enorme gravidade e que causa grande sofrimento, bem como custos económicos.

A Comissão recomendou a adopção de um limite máximo inferior para condutores inexperientes e para condutores profissionais, ao passo que os países que já aplicam os limites não devem baixá-los. Há uma recomendação sobre este ponto, e estamos a trabalhar em conjunto com os Estados-Membros.

Muitos Estados já aplicaram estas recomendações e está a decorrer uma série de actividades de sensibilização para debater este ponto.

Não tenho conhecimento de qualquer debate em curso sobre os preços. Pode haver. Vou verificar com o meu colega, o ministro da Saúde, que é responsável pelo tema isso, mas não creio que esse aspecto em particular esteja a ser discutido.

Existem muitas outras questões relacionadas com o álcool, que estão a ser acompanhadas neste momento, mas, provavelmente, esta não o será no momento presente, por, naturalmente, não se tratar de uma competência da UE.

**Presidente.** - Pergunta n.º 5, de **Justas Vincas Paleckis** (H-0316/09)

Assunto: O aspecto ambiental dos gasodutos

Na União Europeia, presta-se grande atenção aos aspectos ambientais dos novos gasodutos construídos para o transporte de gás para a UE (Nabucco, gasoduto do norte e gasoduto do sul). O gasoduto do norte, assente no fundo do Báltico, é um projecto excepcional pela sua dimensão e pelos seus eventuais efeitos no ambiente da região do Báltico.

Pode a Presidência sueca indicar os riscos para o ambiente inerentes à construção dos gasodutos e as medidas que prevê para os eliminar?

**Cecilia Malmström**, *Presidente em exercício do Conselho.* – (SV) O projecto North Stream é um projecto único para a região do Mar Báltico devido à sua dimensão e eventuais consequências. O Conselho está consciente da desconfiança que existe em relação aos riscos para o ambiente inerentes ao projecto de gasoduto do North Stream e tomou boa nota da resolução do Parlamento Europeu sobre o impacto ambiental do gasoduto projectado para o Mar Báltico que ligará a Rússia e a Alemanha, aprovado em Julho do ano passado.

Todos os Estados-Membros da União Europeia e a Comunidade Europeia são parte da Convenção Espoo das Nações Unidas, de 1991, relativa à avaliação do impacto ambiental num contexto transfronteiriço. Esta Convenção contém uma série de obrigações relevantes que são vinculativas para as partes, com o objectivo particular de assegurar a realização de uma avaliação de impacto ambiental que inclua a consulta das outras partes afectadas por um dado projecto.

O impacto do projecto North Stream sobre o sensível ambiente do Mar Báltico é da máxima importância e deve ser objecto de uma análise exaustiva. As regiões abrangidas pelo Natura 2000 poderiam ser afectadas, bem como as zonas onde existem minas e onde podem ter sido vertidas munições químicas. A disseminação dos sedimentos poderia afectar a flora e a fauna marinha e ter também um impacto sobre o sector da pesca. O facto de o gasoduto passar próximo de rotas marítimas importantes poderia ainda acarretar um risco em termos ambientais e de segurança.

Todos os Estados da região do Mar Báltico trabalham conjuntamente há mais de três anos no quadro da Convenção Espoo para determinar a relação entre estas obrigações e a forma como este projecto deve ser executado.

O Conselho gostaria, porém, de salientar que o projecto North Stream é um empreendimento privado. Cumpre, por conseguinte, às partes responsáveis pelo projecto facultar informação que prove que o projecto observa a legislação aplicável, sob a supervisão dos Estados-Membros afectados.

Por esta razão, o Conselho não pode tecer comentários de natureza alguma sobre o projecto North Stream que possam ser interpretados como uma interferência nos processos legislativos nacionais.

**Justas Vincas Paleckis (S&D).** – (LT) Obrigado, Senhora Ministra, pela sua resposta realmente abrangente. Evidentemente, este assunto interessa muito à Suécia, tanto mais por ser um país do Mar Báltico. Gostaria apenas de sublinhar uma coisa: nunca será demasiada a atenção que possamos dedicar a tais assuntos. Gostaria que também dissesse que provavelmente é isto que acontece e que, durante a sua Presidência, a Suécia seguirá continuamente este assunto com dinamismo e tomará medidas apropriadas.

**Cecilia Malmström**, *Presidente em exercício do Conselho*. – (SV) Posso garantir, Senhoras e Senhores Deputados, que a Suécia está a proceder dessa forma. Estamos muito atentos quando se trata da região sensível do Mar Báltico, que é, obviamente, vulnerável a qualquer tipo de projecto que seja implementado, pelo que impusemos exigências ambientais muito restritas a este projecto, que está agora a ser analisado e supervisionado por várias autoridades competentes. O território sueco não é afectado, mas sim a sua zona económica, pelo que fomos muito cuidadosos a deixar claro que as posições que vamos adoptar assentam em convenções internacionais, nomeadamente a Convenção Espoo. Não devemos fazer juízos políticos nem económicos. É isto que o Estado sueco deve verificar e é isso, com efeito, o que estamos a fazer.

**Presidente**. - Pergunta N.º 6, de **Silvia-Adriana Țicău** (H-0318/09)

Assunto: Supressão dos obstáculos à livre circulação dos trabalhadores entre os Estados-Membros

A Presidência sueca do Conselho reconhece que, no actual contexto de crise económica, é da maior importância que os Estados-Membros sejam capazes de responder conjuntamente aos reptos, encontrem soluções para sair da crise económica e financeira e, sobretudo, reduzam o desemprego e os seus efeitos sociais negativos. Os actuais obstáculos à livre circulação dos trabalhadores dos Estados-Membros que aderiram à União depois de 1 de Maio de 2004 constituem restrições aos direitos dos cidadãos desses países e podem conduzir ao trabalho ilegal e ao dumping social. A supressão desses obstáculos protege tanto os trabalhadores migrantes como os trabalhadores nacionais. Tendo em conta que a Presidência sueca se comprometeu a conduzir uma política activa no mercado de trabalho europeu e a assegurar a melhoria da adaptação e da mobilidade, pode o Conselho indicar as medidas concretas que prevê para a rápida supressão dos obstáculos à livre circulação dos trabalhadores dos Estados-Membros que aderiram à UE depois de 1 de Maio de 2004?

**Cecilia Malmström**, *Presidente em exercício do Conselho*. – (SV) O Conselho deseja recordar que a liberdade de circulação das pessoas constitui uma das liberdades fundamentais consagradas na legislação comunitária e inclui o direito a viver e a trabalhar noutro Estado-Membro.

Na sua reunião de 9 de Março de 2009, o Conselho dirigiu-se aos Estados-Membros que ainda estavam a aplicar regras transitórias que restringem a livre circulação. À época, com base nas informações disponíveis, o Conselho afirmou que esses Estados-Membros deveriam considerar a manutenção dessas restrições. Instaram-se ainda os Estados-Membros a levantar as restrições durante a terceira fase, no caso de não se identificarem perturbações graves, ou o risco de perturbações graves, nos mercados de trabalho nos Estados-Membros implicados.

O Conselho também recordou os Estados-Membros que deve ser atribuída prioridade aos cidadãos dos Estados-Membros relativamente à mão-de-obra de países terceiros, e que a protecção dos cidadãos dos novos Estados-Membros já residentes e a trabalhar num Estado-Membro se manterá durante os períodos transitórios. Os direitos dos familiares foram também tidos em conta em conformidade com a prática relativa a anteriores alargamentos.

O Conselho salientou os fortes elementos de diferenciação e flexibilidade nas regras sobre a liberdade de circulação de trabalhadores. Os Estados-Membros declararam que envidarão esforços para permitir um maior acesso ao mercado de trabalho por parte dos cidadãos dos novos Estados-Membros envolvidos, em conformidade com a legislação nacional, com vista a agilizar o alinhamento das suas legislações com a legislação comunitária.

Em Novembro de 2008, a Comissão apresentou uma comunicação sobre o impacto da livre circulação dos trabalhadores no contexto do alargamento da União Europeia. A Comissão recorda que os trabalhadores provenientes da Bulgária, da Roménia e dos 10 Estados-Membros do anterior alargamento contribuíram para satisfazer uma maior procura de mão-de-obra nos países de acolhimento, tendo desta forma contribuído decisivamente para um crescimento económico sustentável. Os dados disponíveis sugerem que a mobilidade intra-comunitária no período pós-alargamento não criou – e é pouco provável que crie – graves perturbações no mercado de trabalho.

A Comissão observa igualmente que o volume e a direcção dos fluxos de mobilidade no interior da UE são motivados pela procura e pela oferta de trabalho e não por regras que restringem o acesso ao mercado de trabalho. A Comissão conclui que as restrições impostas pelos Estados-Membros podem atrasar ajustamentos no mercado de trabalho e, inclusivamente, agravar a incidência do trabalho não declarado.

A livre circulação dos trabalhadores é uma prioridade importante para a União Europeia. A circulação dos trabalhadores contribui para a criação de mais empregos, pelo que a economia pode sofrer adaptações

inclusivamente numa época de crise económica. A circulação dos trabalhadores ajuda ainda a reduzir a marginalização social e a pobreza.

No que diz respeito ao período de transição para a livre circulação objecto da pergunta da senhora deputada, os Estados-Membros têm o direito a manter as suas restrições até ao final da terceira fase do período de transição. Todavia, o Conselho é de opinião que a crise económica que a Europa está a viver presentemente não deve ser utilizada como justificação da manutenção da aplicação das regras transitórias. Inclusivamente durante os períodos em que a procura de mão-de-obra é reduzida, os empregadores podem sentir dificuldades em preencher vagas com candidatos nacionais dos seus próprios países.

O Conselho procede a revisões periódicas da questão das disposições transitórias. A revisão mais recente teve lugar na sua reunião de Junho de 2009, quando o Conselho tomou boa nota da informação facultada pela Comissão sobre o impacto da livre circulação no contexto do alargamento da União. A Comissão informou o Conselho de que três Estados-Membros da UE-15 notificaram, antes de 1 de Maio de 2009, a Comissão da existência de perturbações graves causadas ao mercado de trabalho ou do risco de existência de tais perturbações. A Alemanha e a Áustria continuaram a aplicar restrições ao acesso ao mercado de trabalho através da manutenção do requisito de uma autorização de trabalho, enquanto o Reino Unido aplica um sistema de registo *ex post*, que permite aos trabalhadores começar a trabalhar, ficando no entanto obrigados a proceder ao registo no prazo de 30 dias.

Na informação que remeteu ao Conselho, a Comissão também declarou que garantiria o cumprimento das disposições do Tratado de Adesão e reservou-se o direito de pedir esclarecimentos aos Estados-Membros que continuam a aplicar restrições.

**Silvia-Adriana Țicău (S&D).** – (RO) Gostaria de saber se do programa da Presidência sueca consta alguma acção tendente a persuadir os Estados-Membros que mantêm as barreiras à livre circulação dos trabalhadores a levantá-las. A minha segunda pergunta é se pretende incluir uma proposta de supressão dos entraves à livre circulação dos trabalhadores nas conclusões da Presidência sueca.

**Cecilia Malmström, Presidente em exercício do Conselho.** – (SV) Desejo agradecer à senhora deputada. O actual trio de Presidências - francesa, checa e sueca - confirmou nas suas conclusões que o alargamento trouxe grandes vantagens à UE, que conduziu ao crescimento económico, e que nada indicia a ocorrência de graves perturbações económicas.

Dispomos de mecanismos para a revisão periódica das regras transitórias, realizada em conjunto com a Comissão. Entre estas revisões, podemos, naturalmente, instar os Estados-Membros a tomar as medidas necessárias para eliminar a legislação discriminatória e garantir que a mão-de-obra qualificada no interior da UE seja utilizada, mas os aspectos puramente jurídicos são decididos conjuntamente com a Comissão. Como já afirmei, realizámos uma revisão periódica no início deste ano.

**Franz Obermayr (NI).** – (DE) Senhora Presidente, a colega que apresentou a pergunta centrou fundamentalmente as suas observações, como é natural, na situação dos Estados-Membros onde partes da população emigram para procurar trabalho noutro país. Compreendo a sua posição.

Em contrapartida, sendo a Áustria – como a Alemanha – um país com uma imigração maciça, poderia obter um prolongamento do período de transição até à total abertura do mercado de trabalho. As razões são claras. Os efeitos negativos do deslocamento e da distribuição resultantes das grandes disparidades de rendimento – sobretudo agora, no contexto dos problemas que afectam actualmente o mercado de trabalho – e um aumento da imigração poderiam conduzir a uma sobrecarga significativa do mercado de trabalho, dando origem a tensões sociais que todos queremos evitar.

Daí a minha pergunta: vão estes problemas que afectam a Áustria e a Alemanha ser também reconhecidos e estão previstas soluções adequadas?

**Cecilia Malmström, Presidente em exercício do Conselho.** – (SV) Todos os Estados-Membros da UE foram, obviamente, muito afectados pela crise económica e pelo desemprego. Os números parecem ligeiramente diferentes, mas todos foram fortemente afectados. Um país pode aplicar regras transitórias, que foi o que fez, por exemplo, a Áustria, e é possível solicitar a prorrogação destas regras de acordo com procedimentos especiais, justificando-o perante a Comissão. Não disponho de informação suficiente sobre a situação concreta da Áustria. Não sei se os problemas são maiores naquele país do que nos restantes. Como disse, todos os Estados-Membros deparam-se com enormes problemas que se prendem com o mercado de trabalho.



A Comissão declara no seu relatório que nada indica que a livre circulação tenha originado perturbações em nenhum Estado-Membro. No meu país, a Suécia, que também regista uma elevada taxa de desemprego, não detectámos qualquer ligação entre a livre circulação e o desemprego. As pessoas que vieram de outros Estados-Membros da UE foram bem-vindas e foram absorvidas pelo mercado de trabalho.

**Presidente.** - Pergunta n.º 7, de **Nikolaos Chountis** (H-0319/09)

Assunto: Perturbação dos meios aéreos do serviço de controlo das fronteiras externas da União Europeia (Frontex) por parte da Turquia

Desde Maio de 2009 registaram-se seis casos de perturbação dos meios aéreos do serviço de controlo das fronteiras externas da União Europeia (Frontex) quer por parte de aeronaves turcas quer por comunicações rádio. O incidente mais recente registou-se a 8 de Setembro de 2009 quando um helicóptero da Frontex com dois membros de tripulação letã

os que realizava um voo da ilha de Kos para a ilha de Samos. Ao sobrevoar a ilha de Farmakonisi, o voo foi perturbado por rádio pelo radar turco de Datça que exigiu o abandono da zona e a apresentação do plano de voo.

Pergunta-se ao Conselho se tem conhecimento deste incidente, como o comenta e que medidas tenciona tomar face à Turquia?

**Cecilia Malmström**, *Presidente em exercício do Conselho.* – (SV) Sim, o Conselho está consciente dos incidentes a que o senhor deputado faz referência. A Presidência gostaria de dizer que, na qualidade de país candidato, a Turquia tem de partilhar os valores e os objectivos da União Europeia por força dos Tratados. Um requisito fundamental e importante para a adesão à UE é assumir um compromisso inequívoco relativamente a boas relações de vizinhança e a soluções pacíficas para os conflitos. Nos termos do quadro para as negociações e das conclusões pertinentes do Conselho, a UE instou a Turquia a evitar qualquer tipo de ameaça, fontes de conflito e medidas susceptíveis de comprometer as boas relações e qualquer possibilidade de resolver conflitos de uma forma pacífica.

Gostaria de assegurar o senhor deputado de que a questão das boas relações de vizinhança é suscitada pela UE de forma sistemática, e foi-o mais recentemente na reunião do Conselho de Associação, a 19 de Maio, e na reunião entre a tróica da UE e os líderes políticos turcos em Estocolmo, em Julho deste ano.

No que respeita o tema particular dos voos da Frontex, gostaria de referir que a Frontex está a coordenar várias operações e projectos-piloto. Trata-se de uma contribuição importante para a protecção das águas, da massa continental e das fronteiras externas da União.

Uma das operações é o Poseidon 2009, cujo anfitrião é a Grécia. O seu objectivo é impedir a travessia de fronteiras sem autorização por pessoas procedentes da Turquia ou em trânsito na Turquia e de países do Norte de África e que tentam chegar às costas gregas. O senhor deputado terá, naturalmente, conhecimento disso. O Poseidon inclui ainda o estabelecimento de estruturas técnicas no espaço aéreo europeu ao longo das fronteiras das ilhas gregas. A Turquia tem sido, obviamente, informada da operação.

No que diz respeito à cooperação operacional entre a Frontex e as autoridades turcas competentes, estão presentemente em curso negociações relativas aos métodos de trabalho, o que é muito positivo. Um acordo pode prever a troca de informação e a possibilidade de as autoridades turcas integrarem operações conjuntas da Frontex. Este tipo de trabalho poderia revelar-se importante e integrar as medidas que visam impedir a imigração ilegal e poderia contribuir para a melhoria das relações de vizinhança.

**Nikolaos Chountis** (GUE/NGL). – (EL) Senhora Presidente, Senhora Ministra, gostaria de reiterar de novo o meu apreço pelos seus esforços sinceros para responder às nossas perguntas, mas permita-me que lhe diga que as suas declarações mostram claramente que está a par deste incidente. Estamos a cooperar com a Turquia, mas, como não me deu uma resposta clara, desejo centrar e repetir a minha pergunta: o espaço aéreo turco foi efectivamente violado durante a missão da Frontex, como afirma aquele país?

Digo isto porque, no âmbito deste processo, está-se a averiguar se a Turquia está a contestar direitos soberanos da Grécia. Além disso, gostaria de lhe lembrar que, durante uma visita recente à Grécia, o Director Executivo Adjunto da Frontex, Gil Arias Fernández, afirmou que não estavam a verificar-se tais violações e remeteu para os respectivos relatórios dos pilotos. Volto, portanto, à minha pergunta: a missão da Frontex cometeu ou não as violações referidas pela Turquia e o que está V. Exa. a fazer a esse respeito?

**Cecilia Malmström**, *Presidente em exercício do Conselho*. – (SV) A Presidência sueca tem muitas dificuldades em determinar com precisão se ocorre ou não uma violação. Fomos informados por diversas vezes da preocupação sentida por muitos dos meus colegas gregos. Debatemos esta questão e solicitámos e levámos a cabo conversações sobre a mesma com as autoridades turcas e com os nossos homólogos turcos, a quem instámos a trabalhar no sentido de melhorar as relações de vizinhança. É muito difícil para uma Presidência determinar com exactidão se uma violação está ou não a verificar-se. Essa decisão baseia-se, como é lógico, em convenções internacionais e é uma questão bilateral entre os dois Estados-Membros.

**Presidente**. – Senhora Deputada Morvai, indicou que pretendia usar de novo da palavra. Se é para uma pergunta suplementar sobre este tema, tem a palavra durante 30 segundos.

**Krisztina Morvai (NI)**. – (EN) Senhora Presidente, leu, provavelmente, o meu pensamento, pois eu não indiquei que pretendia usar da palavra, mas, de facto, queria pedir desculpa por ter tomado mais 20 segundos a este debate extremamente animado e imensamente democrático, e tudo devido à questão irrelevante da brutalidade policial sobre pessoas aglomeradas e da existência de presos políticos num Estado-Membro. As minhas sinceras desculpas.

**Presidente**. – Senhora Deputada, se tem uma pergunta para fazer, deve apresentá-la de forma convencional, por escrito, podendo esta, se adequado, vir a ser respondida. Existem muitos deputados que pretendem ver as suas perguntas respondidas esta noite e, por respeito para com eles, vamos conduzir este período de forma ordeira.

*(A pergunta 8 caduca, dado que o respectivo autor não se encontra presente)*

Pergunta n.º 9, de **Mairead McGuinness** (H-0325/09)

Assunto: Revisão do Regulamento (CE) n.º 1/2005

Poderá o Conselho expor o ponto de vista da Presidência sobre a revisão do Regulamento (CE) n.º 1/2005 relativo à protecção dos animais durante o transporte? Está a Presidência sensível a todos os aspectos do potencial impacto da revisão?

**Cecilia Malmström**, *Presidente em exercício do Conselho*. – (SV) Muito obrigada pela sua pergunta. O Conselho partilha, obviamente, a preocupação da senhora deputada em relação ao bem-estar dos animais. A Presidência respondeu a uma pergunta similar formulada pela senhora deputada Harkin em Setembro e afirmou, na altura, que um dos objectivos da Presidência sueca é fomentar o debate sobre o bem-estar dos animais, tema que, de resto, figura entre as prioridades da nossa Presidência.

Na reunião de 7 de Setembro deste ano, o Conselho foi informado pela Comissão de que será apresentada o mais brevemente possível uma proposta de revisão do Regulamento (CE) N.º 1/2005 relativo à protecção dos animais durante o transporte. Nessa mesma reunião, o Conselho tomou conhecimento dos pareceres das delegações sobre a necessidade de novos instrumentos para melhorar o controlo e a inspecção do transporte internacional de animais vivos, por exemplo, através de sistemas de navegação por satélite. Um sistema de navegação por satélite adequado poderia favorecer o controlo por parte das autoridades dos Estados-Membros, dado ser actualmente muito difícil provar o incumprimento utilizando os instrumentos de que hoje dispomos.

O Regulamento (CE) N.º 1/2005 é um acto legislativo mais vigoroso sobre a protecção dos animais durante o transporte comercial, dado que verifica as partes implicadas e atribui-lhes áreas de responsabilidade e introduz medidas mais rígidas, designadamente licenças e inspecções, bem como regras mais restritas para o transporte.

Certos aspectos relativos ao transporte de animais não são abrangidos pelas disposições, nomeadamente o número máximo de viagens e os requisitos em termos de espaço para os animais. Nos termos do artigo 32.º do Regulamento, estes aspectos serão incluídos num relatório que deverá ser apresentado no prazo de quatro anos e que pode ser acompanhado de novas propostas legislativas.

A Presidência pode confirmar que pretende começar a analisar a proposta da Comissão sobre a revisão do regulamento assim que a Comissão o apresentar, o que ainda não aconteceu. Todavia, assim que a recebermos, daremos início à sua apreciação, dado que partilhamos o interesse da senhora deputada na revisão deste Regulamento.

**Mairead McGuinness (PPE)**. – (EN) Muito obrigada pela resposta circunstanciada.

Partilho das preocupações com o bem-estar animal, mas quero uma regulamentação realista que também permita o comércio de animais, algo que é legítimo e devidamente policiado, e sugeriria que não precisamos de regulamentação adicional. Precisamos, sim, de uma aplicação absolutamente correcta dos regulamentos existentes e penso que os seus comentários sobre navegação, etc. são um contributo positivo para este debate. Deixemos, por favor, que seja a ciência a impor as regras.

Gostaria que se concentrasse, eventualmente, no transporte de cavalos, pois se trata de um problema específico em que os regulamentos não estão a ser aplicados. Talvez a Senhora Ministra pudesse dar-nos o seu comentário sobre este tema.

**Cecilia Malmström**, *Presidente em exercício do Conselho*. – (EN) Não sou especialista no domínio do transporte de cavalos, mas escutei a proposta da senhora deputada e vou tê-la em conta.

Estou de acordo em que, normalmente, o caso mais frequente tem a ver com a falta de aplicação e nem sempre há necessidade de nova regulamentação. Logo que tenhamos a proposta da Comissão, iremos debruçar-nos sobre ela, avaliá-la e ver se são necessárias medidas adicionais ou se, como dá a entender, apenas é preciso melhorar a execução. Retomaremos, portanto, o assunto logo que tenhamos uma proposta da Comissão.

**Seán Kelly (PPE)**. – (EN) Na sequência da pergunta da minha colega, Mairead McGuinness, gostaria de saber o seguinte: sendo a Irlanda um país insular, está muito dependente do transporte de animais para e do exterior, e as restrições que estão a ser aplicadas e cuja aplicação está a ser proposta, são consideradas por muita gente deste sector como envolvendo custos proibitivos. Nesta perspectiva, será possível ter em conta este factor aquando da revisão? Caso contrário, se não tivermos transporte de animais vivos, teremos as fábricas a formarem um cartel sem opositores, dando origem a que os preços baixem ainda mais e a que a agricultura perca ainda mais pessoas.

**Cecilia Malmström**, *Presidente em exercício do Conselho*. – (EN) Tenho noção das dificuldades enfrentadas pela Irlanda, pela sua situação insular e pela sua dependência relativamente a transportes.

Penso que em toda a legislação é particularmente importante que tenhamos um grande cuidado. Sabemos que há pressão dos nossos cidadãos para que o bem-estar dos animais seja tido em conta, mas, claro, de uma forma adequada e avaliando aquilo que foi feito. As disposições são suficientes? São necessárias? Há necessidades adicionais? Precisamos de execução? Temos de ter todos estes aspectos em consideração antes de prosseguirmos a regulamentação.

Estou certa de que, no decurso do debate que vamos ter com os Estados-Membros, todos eles terão oportunidade de expor a sua situação específica, o que constituirá um contributo para a discussão.

(A pergunta n.º 10 caduca, já que o seu autor não se encontra presente)

Pergunta n.º 19, de **Seán Kelly** (H-0357/09)

Assunto: Pasta da Comissão para o desporto

Atendendo, por um lado, aos crescentes índices da obesidade infantil na UE-27 e, por outro lado, à importância da saúde ao longo da vida à medida que a população da UE envelhece, é de enaltecer a inclusão do desporto como uma competência da UE ao abrigo de Lisboa. A fim de reflectir o reconhecimento da importância do desporto, reforçado pelo Tratado, apoiará o Conselho qualquer iniciativa tendente a incluir explicitamente o desporto na pasta de um dos novos Comissários a nomear?

**Cecilia Malmström**, *Presidente em exercício do Conselho*. – (EN) Actualmente, a actividade desportiva está sujeita à aplicação da legislação da UE e, como o senhor deputado sublinha com razão, quando o Tratado de Lisboa entrar em vigor, vai dotar a UE de uma base jurídica que lhe permitirá contribuir para a promoção das questões europeias do desporto, tendo ao mesmo tempo em conta a natureza específica do desporto, as suas estruturas, baseadas em actividades de voluntariado, e a sua função social e educativa.

No entanto, o Conselho não pode pronunciar-se sobre a organização interna da próxima Comissão que, em conformidade com o Tratado, é um assunto para o Presidente da Comissão.

Concordo que o desporto e a saúde caminham lado a lado. As actividades desportivas também promovem a coesão social, a democracia e o desenvolvimento pessoal. O desporto também é, certamente, entretenimento, quer quando o clube de futebol local joga, quer quando há competições internacionais.

É minha convicção que um movimento desportivo livre e independente tem também responsabilidade em questões sociais como a saúde pública e a salvaguarda dos valores democráticos.

A Presidência sueca considera a política do desporto predominantemente como uma questão nacional. Temos igualmente de ser cautelosos com novas sugestões e programas que expandem as políticas a nível da UE de uma forma que pode prejudicar o bom funcionamento de sistemas como os que a sociedade civil tem vindo a construir ao longo dos anos.

**Seán Kelly (PPE).** - (EN) Muito obrigado por abordar a minha pergunta: fico muito reconhecido pelo facto. Obrigado igualmente pela sua resposta, que foi bastante circunstanciada. Penso que V. Exa. delineou com muita clareza o valor do desporto, em especial o valor que este tem para a saúde, e estou certo de que, quando o Tratado de Lisboa entrar em vigor, vamos poder acertar o passo e dar as mãos para assegurar que o desporto, enquanto competência da União Europeia, pode receber a sua justa parte de promoção e publicidade.

**Mairead McGuinness (PPE).** - (EN) Muito obrigada por ter respondido a esta pergunta. O senhor deputado Kelly é muito reservado e não deu a conhecer que foi anteriormente o presidente da "Gaelic Athletic Association", o mais importante movimento desportivo da Irlanda, daí advindo o seu interesse pelo desporto. O colega é demasiado modesto, mas eu acho que este facto deve ser conhecido.

**Presidente.** - Obrigado pela informação.

Está encerrado o período de perguntas.

As perguntas que, por falta de tempo, não obtiveram resposta obtê-la-ão ulteriormente por escrito (ver Anexo).

## **11. Imunidade parlamentar: Ver Acta**

## **12. Composição das comissões e delegações: Ver Acta**

## **13. Estado de evolução do SIS II e do VIS (propostas de resolução apresentadas): Ver Acta**

## **14. Ordem do dia da próxima sessão: Ver Acta**

## **15. Encerramento da sessão**

*(A sessão é suspensa às 19H05)*